



# Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos

estudos do programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC)

João Paulo Pereira Barros  
Deborah Christina Antunes  
Ricardo Pimentel Mello

Organizadores

  
Imprensa  
Universitária  
UFC

  
COLEÇÃO  
DE ESTUDOS DA  
PÓS-GRADUAÇÃO

# **Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos**

---

estudos do programa de pós-graduação em psicologia da  
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Presidente da República

**Jair Messias Bolsonaro**

Ministro da Educação

**Milton Ribeiro**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC**

Reitor

**Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque**

Vice-Reitor

**Prof. José Glauco Lobo Filho**

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

**Prof. Almir Bittencourt da Silva**

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

**Prof. Jorge Herbert Soares de Lira**



**IMPRENSA UNIVERSITÁRIA**

Diretor

**Joaquim Melo de Albuquerque**

CONSELHO EDITORIAL

Joaquim Melo de Albuquerque | Presidente

Francisco Jonatan Soares | Diretor da Biblioteca

Titular: Prof. Luiz Gonzaga de França Lopes | Ciências Exatas e da Terra

Suplente: Prof. Rodrigo Maggioni

Titular: Prof. Armênio Aguiar dos Santos | Ciências Biológicas

Suplente: Prof. Márcio Viana Ramos

Titular: Prof. André Bezerra dos Santos | Engenharias

Suplente: Prof. Fabiano André Narciso Fernandes

Titular: Prof<sup>a</sup> Ana Fátima Carvalho Fernandes | Ciências da Saúde

Suplente: Prof<sup>a</sup> Renata Bessa Pontes

Titular: Prof. Alexandre Holanda Sampaio | Ciências Agrárias

Suplente: Alek Sandro Dutra

Titular: Prof. José Carlos Lázaro da Silva Filho | Ciências Sociais Aplicadas

Suplente: Prof. William Paiva Marques Júnior

Titular: Prof. Irapuan Peixoto Lima Filho | Ciências Humanas

Suplente: Prof. Cássio Adriano Braz de Aquino

Titular: Prof. José Carlos Siqueira de Souza | Linguística, Letras e Artes

Suplente: Prof. Osmar Gonçalves dos Reis Filho

**Organizadores:**

**João Paulo Pereira Barros**

**Deborah Christina Antunes**

**Ricardo Pimentel Mello**

# **Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos**

---

**estudos do programa de pós-graduação em psicologia da  
Universidade Federal do Ceará (UFC)**



Fortaleza  
2020

**Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos: estudos do programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC)**

Copyright © 2015 by João Paulo Pereira Barros, Deborah Christina Antunes e Ricardo Pimentel Mello.

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)  
Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

**Coordenação editorial**

Ivanaldo Maciel de Lima

**Revisão de texto**

Antídio Oliveira

**Normalização bibliográfica**

Marta Regina Sales Barbosa

**Programação visual**

Sandro Vasconcellos / Thiago Nogueira

**Diagramação**

Victor Alencar

**Capa**

Heron Cruz

**Ilustração**

Inez Kaúla Machado Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Bibliotecária Marta Regina Sales Barbosa CRB 3/667

---

P779            Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos [livro eletrônico] : estudos do programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) / organizadores João Paulo Pereira Barros, Deborah Christina Antunes, Ricardo Pimentel Mello. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020. 1680 Kb : il. color ; PDF

ISBN 978-65-990722-1-5

1. Vulnerabilização social. 2. Políticas públicas. 3. Psicologia social. I. Barros, João Paulo Pereira (org.). II. Antunes, Deborah Christina (org.). III. Mello, Ricardo Pimentel (org.).

---

CDD 150

# SUMÁRIO

POLÍTICAS PÚBLICAS, VIOLÊNCIAS E MODOS DE  
SUBJETIVAÇÃO: O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM PSICOLOGIA DA UFC E A PROBLEMATIZAÇÃO DE  
PROCESSOS DE VULNERABILIZAÇÃO SOCIAL ..... 7

**PARTE I – Políticas públicas,  
saúde mental e sofrimento psíquico**..... 21

AFETIVIDADE DE TRABALHADORES  
DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:  
UMA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO  
COMO TERRITÓRIO EMOCIONAL ..... 22

A INFORMALIDADE COMO FATOR DE RISCO  
À SAÚDE DO TRABALHADOR..... 40

O USO DAS CATEGORIAS ESPACIAIS NA ANÁLISE CRÍTICA  
DA SAÚDE MENTAL: POR TERRITÓRIOS ALTERNATIVOS ÀS  
RAZÕES INSTRUMENTAIS SISTÊMICAS? ..... 54

O SOLISTA:  
SOLIDÃO E ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO ..... 74

FERENCZI E O ESTUDO DAS VULNERABILIDADES:  
CLÍNICA E POLÍTICA ..... 93

VULNERABILIDADE E MASCULINIDADE:  
A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE  
DO HOMEM DIANTE DO QUE É UM HOMEM? ..... 111

**PARTE II – Violências e questões raciais,  
de gênero e classe** ..... 124

PSICOLOGIA SOCIAL E O ESTUDO DA VIOLÊNCIA  
CONTRA SEGMENTOS INFANTOJUVENIS:  
POLÍTICA DE MORTE, PRECARIZAÇÃO DA VIDA  
E SEUS ASPECTOS PSICOSSOCIAIS ..... 125

ENTRE O EXISTIR E O RESISTIR: VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS E SEU ENFRENTAMENTO.....	154
MULHERES E ESTIGMAS: CONTEXTO EM SITUAÇÃO DE RUA E CONTEXTO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL .....	175
ASPECTOS LEGAIS DO CRIME DE ESTUPRO E A CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA .....	193
INTERSECCIONALIDADE COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA: ARTICULAÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E POBREZA .....	211
<b>PARTE III – Tecnologias, poder e resistências.....</b>	<b>230</b>
MEIOS DE COMUNICAÇÃO E (FALSA) LIBERDADE: REFLEXÕES SOBRE A PESQUISA DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) EM TEORIA CRÍTICA .....	231
PARENTALIDADE EM TRANSFORMAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE CUIDADO COM OS FILHOS A PARTIR DE VÍDEOS NO YOUTUBE.....	246
JOVENS PESQUISADORES DO COTIDIANO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE PESQUISA.....	264
A PESQUISA ARQUEOGENEALÓGICA: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS PARA UMA ANALÍTICA DO PODER, DO DISCURSO E DA SUBJETIVAÇÃO.....	284
SOBRE OS AUTORES.....	302

# POLÍTICAS PÚBLICAS, VIOLÊNCIAS E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO: O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UFC E A PROBLEMATIZAÇÃO DE PROCESSOS DE VULNERABILIZAÇÃO SOCIAL

*João Paulo Pereira Barros  
Deborah Christina Antunes  
Ricardo Pimentel Mello*

**E**sta coletânea reúne textos inéditos oriundos de estudos e pesquisas realizadas por professores permanentes do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (PPGP-UFC) em conjunto com discentes. Em que pesem diversidades epistemológicas, teóricas e metodológicas, os textos se conectam por meio da abordagem crítica de processos de vulnerabilização social na contemporaneidade, problematizando tanto suas condições políticas, quanto seus múltiplos efeitos.

Trata-se da terceira produção desse tipo organizada em nosso PPGP-UFC, a partir de parcerias entre docentes e discentes. As duas outras coletâneas enfocaram nossas experiências de formação para a docência (PASCUAL *et al.*, 2012) e a questão do sujeito e das subjetividades contemporâneas em nossos estudos e pesquisas (LIMA *et al.*, 2018).

O PPGP-UFC teve início em 2003, quando foi aprovado o Curso de Mestrado Acadêmico. Em 2014, deu-se a criação do Curso de Doutorado, com a sua primeira turma tendo ingressado em 2015.

Ao longo de seus mais de 15 anos, o objetivo geral do Programa tem sido formar pesquisadores e docentes qualificados/as para o exercício de atividades de pesquisa e ensino em Psicologia, contribuindo com a formação de profissionais de excelência, atentos/as às necessidades e condições de vida da população nordestina e brasileira em geral.

Considerando as informações do primeiro semestre de 2019, contamos com 17 professores permanentes e 3 colaboradores. Abrigamos o único curso de mestrado acadêmico e doutorado em Psicologia, em universidade pública, no Ceará. A pertinência de nosso Programa para a região Nordeste também pode ser atestada, entre outros aspectos, pelo fato de termos, nessa região, nove cursos de doutorado em Psicologia em universidades públicas. Em 2019, o Programa conta com 72 alunos matriculados no doutorado e 49 no mestrado. Em seus dois níveis — mestrado e doutorado —, vimos seguindo o propósito de ampliar as oportunidades de formação acadêmica, primando pelo compromisso de priorizar investigações criticamente implicadas com a realidade social do país, particularmente do Nordeste. Até junho de 2019, o PPG em Psicologia da UFC formou mais de 300 mestres, além de 4 teses de doutorado terem sido defendidas e 8 pós-doutorados terem sido realizados no nosso Programa.

O PPGP-UFC possui três linhas de pesquisa, a saber: **1) Teorias e Práticas da Psicanálise; 2) Sujeito e Cultura na Sociedade Contemporânea e 3) Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.**

A linha **Teorias e Práticas da Psicanálise** se propõe a realizar estudos da dimensão inconsciente, dos processos de constituição psíquica e da sociabilidade humana, a partir da discussão de aspectos teóricos, metodológicos e clínicos da Psicanálise. Compreende também estudos envolvendo o diálogo da Psicanálise com os campos da saúde, das ciências humanas, cultura, da educação e seus desdobramentos. É formada por quatro professores/as permanentes, uma delas pesquisadora do CNPq. Destacam-se investigações que relacionam Psicanálise, Cultura, Educação e Literatura (FONTENELE; DUCERISIER, 2017; LINHARES, 2018), estudos sobre os possíveis efeitos da experiência da fome em processos de subjetivação de mães e crianças em situação de desnutrição e pesquisas sobre a utilização

do diagnóstico psiquiátrico e da medicalização de crianças nos serviços públicos de saúde (AGUIAR; MARTINS; ROSA, 2019). Existem, ainda, pesquisas que discutem a ampliação das práticas de cuidado em saúde (MÉLLO, 2018), relacionadas ao uso de substâncias lícitas e ilícitas, em espaços diversos, como zonas de prostituição, equipamentos de saúde (CAPS-ad), pessoas em situação de rua, adolescentes que desafiam a lei e são reclusos em sistemas socioeducativos.

Por sua vez, a linha **Sujeito e Cultura na Sociedade Contemporânea** investiga, a partir de diferentes matrizes teóricas, a produção do sujeito na sua relação com a cultura, discutindo os campos da clínica, da educação e da política, na sociedade contemporânea. Priorizam-se os aspectos relativos ao laço social, à dominação cultural, ao sofrimento psíquico e às estratégias de resistências individuais e coletivas frente às novas tecnologias, ao consumo, à midiaticização da sociedade, à compressão do tempo e à medicalização da vida. A linha é composta por cinco professores permanentes, um deles bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e outra bolsista de produtividade da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), além de dois docentes colaboradores. Além de pesquisas sobre a inserção da psicologia no debate crítico e ético da cultura tardomoderna que destacam as diversas condições que afetam as subjetividades contemporâneas (SEVERIANO, 2017; SILVA; FREIRE; ACSELRAD, 2019), as pesquisas coordenadas pelos(as) docentes permanentes da linha focalizam a desnaturalização da aplicação de diagnósticos, dos enquadramentos e da medicalização de forma instrumental e desconectada das condições de existência das pessoas (LIMA; CIAMPA, 2017). Problematizam, também, questões relativas à educação, modos de subjetivação e micropolítica no cotidiano escolar (MIRANDA *et al.*, 2018), bem como questões sobre tecnologia digital e subjetividade (ANTUNES; MAIA, 2018), vigilância, monitoramento e práticas de controle contemporâneas (BENEVIDES, 2018) e narrativas autobiográficas femininas (GERMANO *et al.*, 2018).

A linha de pesquisa **Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais** congrega, sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas

em Psicologia Social, estudos acerca de situações de vulnerabilização social e dos processos psicossociais que lhes são concernentes, em suas interfaces com trabalho, organizações, pobreza, juventudes, violências, relações socioambientais e políticas públicas. Seus estudos envolvem, direta ou indiretamente, grupos em condições de desigualdades social, com ênfase na transformação social. A linha é formada por oito professores permanentes, dois deles pesquisadores do CNPq, além de uma docente colaboradora. Nessa linha, encontram-se em andamento pesquisas guarda-chuva, dissertações e teses que abordam questões como as implicações psicossociais da pobreza, compreendendo esse fenômeno sob uma perspectiva multidimensional (XIMENES *et al.*, 2016a); violência urbana envolvendo segmentos juvenis em contextos periféricos de Fortaleza, sob a perspectiva de jovens negros, familiares de jovens assassinados ou privados de liberdade e profissionais de políticas públicas, a partir de uma orientação de pesquisa participativa, o que se faz socialmente relevante pelo fato de que o Ceará se apresenta como o estado brasileiro com maior índice de homicídios na adolescência (BARROS *et al.*, 2017; BENICIO *et al.*, 2018; MENEZES; COLAÇO; ADRIÃO, 2018); fatores psicossociais relativos ao comportamento criminal (SANTOS *et al.*, 2019); processos laborais, precarização do trabalho e flexibilização do tempo (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016); processos socioambientais, afetos e subjetividade (SILVA; BOMFIM; COSTA, 2019); relações entre pobreza, bem-estar e processos de discriminação (MOURA JUNIOR; SARRIERA, 2017) e avaliação psicológica (CARDOSO; SILVA FILHO, 2018).

A escolha da temática geral desta coletânea decorre do fato de que a construção de conhecimentos acerca dos processos de subjetivação na sociedade contemporânea a partir da tematização crítica de problemáticas psicossociais, sob diferentes matrizes teórico-metodológicas, tem sido a tônica do nosso Programa de Pós-Graduação desde sua criação. As pesquisas que deram origem aos capítulos que se seguem advêm do trabalho arguto dos diversos Núcleos e Laboratórios ligados às linhas de pesquisa do PPGP-UFC, a maioria deles também vinculados ao Departamento de Psicologia da UFC, unidade acadêmica onde está localizado nosso Programa. A título de ilustração, a linha **Teorias**

e **Práticas da Psicanálise** abriga o Laboratório de Psicanálise da UFC, o Núcleo de Estudos sobre Drogas (NUCED) e o Programa Clínica, Estética e Política do Cuidado. Articulados à linha **Sujeito e Cultura na Sociedade Contemporânea**, estão o Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (LAPSUS), o Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica (PARALAXE) e o Grupo de Pesquisa Nexos/NE. Por sua vez, ligados à linha **Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais**, estão o Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC), o Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), o Núcleo de Psicologia do Trabalho (NUTRA), o Laboratório de Psicologia Ambiental (LOCUS), o Laboratório Cearense de Psicometria (LACEP) e o Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES).

Além de contribuir para a consolidação das linhas de pesquisa de nosso PPGP-UFC, articulando a pós-graduação à graduação em Psicologia na UFC a partir da integração das pesquisas a atividades de ensino e extensão, esses núcleos e laboratórios têm favorecido a formulação de propostas de investigação capazes de questionar e responder a problemas sociais em consonância com os desafios da ciência contemporânea, o que se traduz nos capítulos que os/as leitores/as terão a possibilidade de acessar a seguir.

Ao abordarmos a temática da vulnerabilização social nesta obra, buscamos nos distanciar de perspectivas segundo as quais a vulnerabilidade seria uma característica intrínseca e inescapável de certas populações, o que se constitui uma armadilha teórica pela possibilidade de reiteração de práticas tutelares que desconsideram a agência política dessas populações (DEMETRE, 2018). Análises como as de Judith Butler (2015, 2017) vêm nos ajudando a recolocar de modo mais potente esse debate, a partir de uma perspectiva ética. Se, por um lado, a perspectiva butleriana sugere que todas e todos somos constitutivamente vulneráveis, por outro, possibilita-nos desnaturalizar as condições políticas que propiciam uma distribuição assimétrica de processos de vulnerabilização, maximizando a precarização induzida de certas vidas, muitas vezes, inviabilizando-as.

O Brasil se caracteriza por ser extremamente desigual, o que se expressa em graves problemas, tais como a pauperização de grandes segmentos sociais; as altas taxas de violência sofridas por mulheres, por negros e por pessoas LGBTQI+; com alarmantes índices de assassinatos e encarceramento de juventudes inseridas nas periferias; trabalhos precarizados, alguns, especialmente em áreas rurais, assemelhando-se a trabalho escravo. Assim, consideramos de fundamental importância que nossas investigações e produções científicas busquem problematizar tais situações e construam conhecimentos que subsidiem o campo da Psicologia na atenção a essas realidades desiguais. Assim, seja em projetos “guarda-chuva” de docentes ou nas pesquisas de dissertações e teses de discentes, faz-se nítido nosso compromisso ético com transformações de relações injustas geradoras de sofrimento psíquico que limitam a convivência democrática com diversidades (raciais, de gênero, etc.).

Portanto, além das questões relatadas sobre as configurações e peculiaridades das linhas de pesquisa de nosso Programa de Pós-Graduação, o tema geral da coletânea foi definido pela sua transversalidade na abordagem de três campos temáticos em relação aos quais se desenvolvem as investigações dos professores e discentes das três linhas de pesquisa: **I) Políticas públicas, saúde mental e sofrimento psíquico; II) Violências e questões raciais, de gênero e classe e III) Tecnologias, poder e resistências.**

Correspondentes a esses três campos temáticos, foram organizadas as três partes de nossa coletânea, que congregam capítulos caracterizados como relatos de pesquisa, reflexões teórico-metodológicas ou discussões conceituais. Por meio dessa organização, visamos propiciar uma visão panorâmica dos assuntos cotejados e dos modos de pesquisar adotados em nosso Programa, ao mesmo tempo em que almejamos ressaltar as possibilidades de diálogos entre suas linhas de pesquisa.

A Parte I é composta por seis textos, que se referem a **Políticas públicas, saúde mental e sofrimento psíquico**. Em “Afetividade de trabalhadores da política de assistência social: uma análise da instituição como território emocional”, Zulmira Áurea Cruz Bomfim, Anderson de Castro Lima, Fábio Pinheiro Pacheco, Silvia Heleny Gomes da Silva e Adriana Jales Lacerda Feitosa apresentam pesquisa

e diagnóstico-ação desenvolvidos pelo Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental referente à afetividade de trabalhadores da Política de Assistência Social (PAS), relacionados ao exercício de suas funções em seus lugares de trabalho. O estudo, produzido por meio do “Instrumento Gerador de Mapas Afetivos”, aponta a necessidade de intervenções estruturais e psicossociais que promovam a mediação de conflitos nas relações interpessoais, bem como a construção de canais de diálogos diretos entre os setores de gestão da PAS e os trabalhadores dos equipamentos.

“A informalidade como fator de risco à saúde do trabalhador”, escrito por Cássio Adriano Braz de Aquino, Eveline Nogueira Pinheiro de Oliveira e Francisco de Assis Alencar Pereira Filho, reflete sobre a ampliação da informalidade e suas implicações na saúde do trabalhador a partir de duas pesquisas realizadas no âmbito do PPGP-UFC. Numa articulação entre a caracterização do trabalho informal e a vivência dos trabalhadores investigados nas pesquisas citadas, o texto aponta para construção de um cenário de ampliação dos riscos à saúde ante a adoção de uma política laboral que fragiliza os vínculos de trabalho e debilita os laços sociais no mundo como um todo, mas de forma especial no Brasil.

O texto seguinte, de Aluísio Ferreira de Lima e Pedro Renan Santos de Oliveira, intitula-se “O uso das categorias espaciais na análise crítica da saúde mental: por territórios alternativos às razões instrumentais sistêmicas?”. Os autores discutem, a partir de suas experiências de pesquisa, o uso de categorias espaciais na crítica das ações em saúde mental e o desafio de superação dos usos de razões instrumentais sistêmicas. O debate diz respeito à necessidade da construção de outras territorialidades (reterritorializações) que possam construir outros modos de relacionamento em que o cuidado esteja conectado ao horizonte de produção da vida, em vez da imposição de formas de vida ligadas à administração da sociedade.

A temática da saúde mental, sofrimento psíquico e cuidado é abordada por Ricardo Pimentel Mello, em texto denominado “O solista: solidão e acompanhamento terapêutico”, discute o conceito de *setting* e a ética do Acompanhamento Terapêutico (AT), a partir do

filme “O Solista”. Para tanto, o autor parte da perspectiva de que o AT é um dispositivo clínico-político e de que a solidão se configura como um mal-estar contemporâneo.

O texto “Ferenczi e o estudo das vulnerabilidades: clínica e política”, escrito por Karla Patrícia Holanda Martins, Fabiano Chagas Rabelo, Iara Fernandes Teixeira e Aimé Parente de Sousa, articula os conceitos de vulnerabilidade e desautorização subjetiva, partindo de um resgate da definição de risco e vulnerabilidade no campo da saúde coletiva, bem como de um retrospecto do percurso de Ferenczi e de sua contribuição a respeito do trauma e do processo de desautorização. O texto traz também apontamentos, à luz da psicanálise, sobre a dinâmica psíquica do sentimento de vergonha, sobretudo em suas conexões com a fome, salientando as repercussões psíquicas das situações de vulnerabilidade traumática e as suas consequências para o desenvolvimento de melhores estratégias para a promoção de saúde junto às populações empobrecidas.

Encerrando a primeira parte do livro, temos “Vulnerabilidade e masculinidade: a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem diante do que é um homem?”, texto composto por Luciano Lima de Oliveira e Laéria Fontenele, que propõe refletir sobre a relação entre masculinidade e vulnerabilidade à luz da psicanálise, a partir de experiências clínico-institucionais e de pesquisas realizadas no âmbito do PPGP-UFC. Tais reflexões trazem contribuições tanto para esse tipo de política de saúde, quanto para o trabalho do psicanalista que atua junto à população masculina em instituições de saúde públicas.

A Parte II do livro é constituída por mais cinco capítulos, que se afinam ao campo temático “Violências e questões raciais, de gênero e classe”. Inicia com “Psicologia social e o estudo da violência contra segmentos infantojuvenis: política de morte, precarização da vida e seus aspectos psicossociais”, de João Paulo Pereira Barros, Jéssica Silva Rodrigues, Luís Fernando de Souza Benício e Ingrid Sampaio de Sousa. No texto, são relatadas as movimentações teórico-metodológicas da pesquisa “Juventude e violência urbana: cartografia de processos de subjetivação na cidade de Fortaleza-CE”, realizada pelo VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência,

Exclusão Social e Subjetivação. Além dos desdobramentos de tal investigação em estudos específicos, destacam-se peculiaridades de um modo de pesquisar denominado de pesquisa-inter(in)venção e suas potencialidades para investigações no campo da Psicologia Social. São apresentadas ainda reflexões sobre as relações entre necropolítica, precarização da vida e modos de (des)subjetivação nas margens urbanas, bem como realçadas as potências de resistir e (re)existir de segmentos infantojuvenis racializados, pauperizados e periferizados a quem se busca atribuir a condição de “matáveis” como efeito da interseccionalização desses vetores que atualizam formas de dominação características de uma colonialidade tardia.

Compondo ainda a segunda parte, segue o texto “Entre o existir e o resistir: violência contra jovens e seu enfrentamento”, escrito por Veriana de Fátima Rodrigues Colaço, Amanda Lívia de Lima Cavalcante e Ana Jéssica de Lima Cavalcante. Apresentam uma síntese, articulando um projeto de pesquisa “guarda-chuva” e seus desdobramentos em duas pesquisas de mestrado. As relações entre juventude e violência é o tema que congrega as três pesquisas, que foram realizados com entrevistas narrativas de adolescentes e jovens aos quais se atribuem atos infracionais. Para as autoras, a associação entre juventude e violência só faz sentido se olharmos apenas para o lado da criminalização atribuída à juventude das periferias e o seu lugar de vítima. No entanto, o texto destaca que, conhecendo suas histórias e trajetórias de vida, é possível perceber suas potências criativas, seguindo caminhos alternativos ao envolvimento com o crime e refletindo criticamente sobre sua realidade social, o que mostra que seus modos de existir são marcados por resistências cotidianas às condições hostis de suas vivências.

“Mulheres e estigmas: contexto em situação de rua e contexto de violência conjugal” foi composto por Verônica Moraes Ximenes, Andréa Ferreira Lima Esmeraldo e Natacha Farias Xavier. As autoras analisam os processos de estigmatização e discriminação vivenciados por mulheres em situação de rua e por mulheres em situação de violência conjugal que retornaram à relação com os seus agressores. O texto provém de pesquisas qualitativas desenvolvidas por meio de entrevistas individuais semiestruturadas. Foram entrevistadas sete mulheres em situação de

rua, atendidas pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) do Município de Maracanaú (Ceará), e cinco mulheres que passaram por violência conjugal, atendidas pelo Núcleo de Assistência às Famílias de Pessoas Privadas de Liberdade (NUASF). As autoras concluem que, em diferentes contextos de vida, os processos de estigmatização reforçam a discriminação e a opressão vivenciadas por mulheres.

Por sua vez, o texto de autoria de Walberto Silva dos Santos, Mariana Costa Biermann e Mariana Gonçalves Farias, intitulado “Aspectos legais do crime de estupro e a culpabilização da vítima”, apresenta, resumidamente, as principais legislações que regem crimes de estupro ao redor do mundo, destacando semelhanças e divergências com a legislação brasileira. Além disso, discute algumas noções ideológicas acerca do *status* da mulher na sociedade e do seu direito à liberdade sexual presente no conteúdo dessas leis, as quais influenciam a culpabilização da vítima de estupro e promovem reações negativas frente às vítimas por parte de profissionais dos sistemas de justiça e de saúde e da sociedade como um todo.

A parte II se encerra com “Interseccionalidade como estratégia metodológica: articulações entre gênero, raça e pobreza”, escrito por James Ferreira Moura Jr., Vilkiane Natércia Malherme Barbosa, Antonio Ailton de Sousa Lima, Francileuda Farrapo Portela e Vasconcelos e Tássia Oliveira Ramos. O texto analisa as articulações interseccionais entre raça e gênero como estratégia metodológica em investigações em contexto de pobreza. Em contraposição a uma visão unidimensional da pobreza somente baseada na privação de renda, as/os autoras/es apon-tam uma perspectiva multidimensional que proporciona a visibilização das questões de gênero e raça em contextos de pobreza. Propõe-se, então, uma perspectiva interseccional que se baseia na articulação de marcadores sociais para um melhor entendimento do impacto da pobreza na vida das mulheres, da população negra e principalmente das mulheres negras. Nesse sentido, apresentam-se as especificidades da pobreza articulada com gênero e raça. Por fim, o texto permite que sejam vislumbradas estratégias metodológicas para visibilizar violências e resistências dessas identidades interseccionais.

Na Parte III do livro, temos mais quatro textos que se referem ao campo temático “Tecnologias, poder e resistências”. Em “Meios de comunicação e (falsa) liberdade – Reflexões sobre a pesquisa das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) em Teoria Crítica”, Deborah Christina Antunes apresenta, a partir da perspectiva teórica e metodológica relacionada ao materialismo dialético e à teoria crítica da sociedade, um conjunto de problemas analisados na tradição da primeira geração da Escola de Frankfurt, especialmente questões advindas das produções culturais em que temos o desenvolvimento do conceito de Indústria Cultural e os meios de comunicação e de onde deriva o interesse de pesquisa nos novos meios de comunicação digitais e a necessidade de desenvolvimento de metodologias capazes de dar conta desse objeto. Apresenta, ao final, algumas pesquisas realizadas.

Ainda no tocante às novas tecnologias, escrito por Camila Moreira Maia e Idilva Maria Pires Germano, temos “Parentalidade em transformação: reflexões sobre as práticas de cuidado com os filhos a partir de vídeos no Youtube”, que se atém à análise de vídeos de dois canais do Youtube, refletindo sobre como práticas de parentalidade estão sendo atravessadas por novas tecnologias digitais, buscando identificar padrões de maternidade e de paternidade que essas mídias reproduzem ou transformam. As análises indicam que os conteúdos produzidos nesses vídeos e disseminados em plataformas digitais sobre parentalidade têm grande potencial de ajudar a relativizar formas canônicas e muitas vezes injustas de exercer as funções envolvidas na criação dos filhos.

Potencial de transformação na sociedade e na cultura aparece nos resultados de “Jovens pesquisadores do cotidiano escolar: uma análise do processo de pesquisa”, de autoria de Luciana Lobo Miranda, Shirley Dias Gonçalves, Emanuele Eulália da Silva Barros, Lara Thayse de Lima Gonçalves e Andrezza Araújo Queiroz. As autoras discutem o processo de construção de uma pesquisa com estudantes de uma escola pública onde estes atuaram como pesquisadores do seu cotidiano escolar, a partir da articulação de princípios teórico-metodológicos da Pesquisa-intervenção (PI), sobretudo a Análise Institucional Francesa e

da Critical Participatory Action Research (CPAR). Unindo esse referencial à metodologia de criação de um curso-dispositivo para a inserção na micropolítica escolar, as autoras discutem dois analisadores relevantes ao campo de intervenção: os/as jovens como pesquisadores/as do seu cotidiano escolar e, também, o diário de campo utilizado no processo.

Finalizando a terceira parte e o livro, temos “A pesquisa arqueogenealógica: apontamentos metodológicos para uma analítica do poder, do discurso e da subjetivação”, de Pablo Severiano Benevides e Adolfo Jesiel Siebra Dias. A partir da problematização da hegemonia de dado discurso científico, os autores elencam cinco princípios que orientam a pesquisa arqueogenealógica com vistas a traçar uma diferença em uma analítica do poder, do discurso e da subjetivação e a produzir uma linha de fuga em relação a algumas tendências metodológicas que se apresentam enquanto soberanas e oficiais no âmbito acadêmico. A intenção é curto-circuitar as duras linhas de segmentação metodológica que traçam os contornos da pesquisa oficial.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, G. M. R. D.; MARTINS, K. P. H.; ROSA, M. D. Criança, família e acolhimento institucional: entre a norma e a constituição psíquica. *Configurações: Revista de Sociologia*, v. 23, p. 90-104, 2019.

ANTUNES, D. C.; MAIA, A. F. Big Data, exploração ubíqua e propaganda dirigida: novas facetas da indústria cultural. *Psicologia USP*, v. 29, n. 2, p. 189-199, 2018.

BARROS, J. P. P. *et al.* Homicídios juvenis e os desafios à democracia brasileira: implicações ético-políticas da psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 37, n. 4, p. 1051-1065, 2017.

BENEVIDES, P. S. Neoliberalismo, psicopolítica e capitalismo da transparência. *Psicologia & Sociedade*, v. 29, p. 1-11, 2018.

BENICIO, L. F. S. *et al.* Necropolítica e pesquisa-intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, CE. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 38, p. 192-207, 2018. Número especial.

BUTLER, J. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO, L. M.; SILVA-FILHO, J. H. D. Satepsi e a qualidade técnica dos testes psicológicos no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 38, p. 40-49, 2018. Número especial.

DEMETRE, F. *Judith Butler: filósofa da vulnerabilidade*. Salvador: Devires, 2018.

FONTENELE, L.; DUCERISIER, F. Alain Didier-Weill: psychanalyste et poète. *Insistance*, v. 2, n. 14, p. 101-102, 2017.

GERMANO, I. M. P. *et al.* Eu no facebook: percepções de usuários sobre imagens pessoais compartilhadas na rede. *Psicologia em Revista*, v. 24, n. 2, p. 482-505, 2018.

LIMA, A. F. *et al.* (org.). *Sujeito e subjetividades contemporâneas: estudos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC*. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

LIMA, A. F. D.; CIAMPA, A. D. C. “Sem pedras o arco não existe”: o lugar da narrativa no estudo crítico da identidade. *Psicologia & Sociedade*, v. 29, p. 1-10, 2017.

LINHARES, C. A mancha, o quadro, o signo: sobre a imagem pictórica em Benjamin e Lacan = The stain, the painting, the sign: about the pictorial image in Benjamin and Lacan. *Cadernos Benjaminianos*, v. 14, n. 2, p. 107-125, 2018.

MÉLLO, R. P. *Cuidar? De quem? De quê? A ética que nos conduz*. Curitiba: Appris, 2018.

MENEZES, J. de A.; COLAÇO, V. de F. R. ; ADRIÃO, K. G. Implicações políticas na pesquisa-intervenção com jovens. *Revista de Psicologia da UFC*, v. 9, p. 8-17, 2018.

MIRANDA, L. L. *et al.* A relação universidade-escola na formação de professores: reflexões de uma pesquisa-intervenção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 38, n. 2, p. 301-315, 2018.

MOURA JUNIOR, J. F.; SARRIERA, J. C. As relações entre pobreza e bem-estar: uma revisão sistemática. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, v. 8, n. 2, p. 100-125, 2017.

OLIVEIRA, E. N. P. D.; MOITA, D. S.; AQUINO, C. A. B. D. O empreendedor na era do trabalho precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral. *Revista Psicologia Política*, v. 16, n. 36, p. 207-226, 2016.

PASCUAL, J. G. *et al.* (org.). *Experiências entrelaçadas no mestrado: formatação para docência*. Curitiba: Editora CRV, 2012.

SANTOS, W. S. *et al.* Antisocial behaviour: a unidimensional or multidimensional construct? *Avances en Psicología Latinoamericana*, v. 37, n. 1, p. 13-27, 2019.

SEVERIANO, M. D. F. V. Aceleração social e cultura digital: novas formas de dominação. *Comunicações*, v. 24, n. 2, p. 83-101, 2017.

SILVA, C. M.; FREIRE, J. C.; ACSELRAD, M. A ética nas famílias contemporâneas. *MATRIZES*, v. 13, n. 1, p. 255-278, 2019.

SILVA, H. G. S.; BOMFIM, Z. A. C.; COSTA, J. L. O. Paisagem, fotografia e mapas afetivos: um diálogo entre a geografia cultural e a psicologia ambiental. *Geosaberes*, v. 10, n. 21, p. 1 -22, 2019.

XIMENES, V. M. *et al.* (org.). *Implicações psicossociais da pobreza*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016a.

XIMENES, V. M. *et al.* (org.). *Psicologia comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016b.

# **PARTE I**

**Políticas públicas, saúde mental e sofrimento psíquico**

# AFETIVIDADE DE TRABALHADORES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO COMO TERRITÓRIO EMOCIONAL

*Zulmira Áurea Cruz Bomfim  
Andersson de Castro Lima  
Fábio Pinheiro Pacheco  
Sílvia Heleny Gomes da Silva  
Adriana Jales Lacerda Feitosa*

## INTRODUÇÃO

O Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus) foi criado em 2003, com o objetivo de produzir pesquisa e intervenção a partir do diálogo entre a Psicologia Social e a Psicologia Ambiental. Vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), realiza ações de ensino, pesquisa e extensão, por meio das quais tem mantido estreito diálogo entre a produção de conhecimento acadêmico e o engajamento ético e político diante das demandas do contexto de vulnerabilidades e desigualdades sociais. Articulada a isso, a construção deste capítulo apresenta a trajetória, os resultados e a discussão de uma pesquisa seguida de um diagnóstico-ação realizado pelo Locus em parceria com uma Secretaria de Assistência Social<sup>1</sup> (SAS) de um município do Estado do Ceará.

---

<sup>1</sup> Optamos por utilizar “Secretaria de Assistência Social” (SAS) para que a referida secretaria e município não sejam identificados.

A demanda pelo diagnóstico-ação partiu da própria Secretaria de Assistência Social, que buscou conhecer as dinâmicas afetivas dos funcionários com relação ao seu lugar de trabalho. A proposta consistiu em compreender a atuação profissional dos funcionários da Secretaria de Assistência Social em relação ao seu local de trabalho, não com o objetivo de avaliar e escalonar os profissionais a partir de seu desempenho, mas de obter um diagnóstico-ação que engendre um melhor funcionamento nas dinâmicas psicossociais e subjetivas.

A pesquisa foi realizada com o auxílio do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (BOMFIM, 2010; BOMFIM *et al.*, 2014; MENEZES; FEITOSA; BOMFIM, 2016) e seu suporte teórico metodológico que aborda os aspectos simbólicos como fundamentais para a compreensão das relações entre território, usuários e condições de trabalho na gestão da Política de Assistência Social. Tal instrumento é ancorado nos referenciais teóricos clássicos da Psicologia Ambiental de vertente transacionalista (GARCIA-MIRA, 1997) e da Psicologia Social de base Histórico-Cultural (LANE, 1989), que indicam que o ambiente não se resume somente a seus componentes físico-estruturais. A partir dessas perspectivas, compreende-se o ambiente sociofísico como palco de trocas simbólicas.

Esleveu-se a Afetividade (SAWAIA, 2011) como categoria de observação, compreensão e de análise neste estudo, colocando em pauta os aspectos subjetivos e simbólicos em diálogo com o território e a Política de Assistência Social. Aprender e compreender os afetos e emoções na instituição significa mais do que simplesmente entender como estes se manifestam, mas principalmente compreender como implicam em uma ética do comum, perante o outro e si mesmo revelando aspectos de dimensão psicossocial vinculados ao território e à instituição.

Nessa perspectiva, perguntar aos funcionários sobre o que sentem em relação a seu lugar de trabalho seria, então, indagar não só acerca das condições físicas do equipamento – como ventilação, iluminação e qualidade dos materiais disponíveis –, mas também sobre o ideário que guia os profissionais nas relações de trabalho estabelecidas no equipamento, sobre as implicações afetivas e sociais estabelecidas entre profissional-profissional, profissional-lugar de trabalho e profissional-secretaria.

A pesquisa teve como fundamentação teórica a abordagem da Psicologia Social com base na Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky, que considera o indivíduo em relação dialética com seu contexto social, histórico e cultural (LANE, 1989; VYGOTSKY, 1996). Contou-se ainda com auxílio da Psicologia Ambiental de vertente Transacionalista (GARCIA-MIRA, 1997; MOSER, 1998), por estudar a relação pessoa e ambiente como uma confluência inseparável que depende das qualidades atribuídas e percebidas pelo observador ao ambiente, lugar e território.

Bomfim (2010) aproxima a Psicologia Social de base histórico-cultural da Psicologia Ambiental de visão transacionalista para compreender o encontro do indivíduo com a cidade. Com a primeira perspectiva, adota-se uma concepção unificada da ciência psicológica que rompe com as dicotomias do modelo cartesiano (VYGOTSKY, 2003). Com a segunda, compreende-se a relação pessoa-ambiente de modo mais amplo, colocando-se em evidência “[...] o entorno como uma dimensão da identidade dos indivíduos, em que interagem fatores psicossociais, sociofísicos e teórico-culturais” (BOMFIM, 2008, p. 254). Essa configuração traz como unidade a análise das entidades holísticas que abrangem as pessoas, os processos psicossociais e os ambientes.

Na perspectiva da psicologia social, considera-se o conceito de afetividade compreendida como “[...] a tonalidade afetiva e a cor emocional que impregna a existência do ser humano” (SAWAIA, 2011, p. 98). É aquilo que o homem atribui a lugares, pessoas e objetos, ou melhor dizendo, a tudo que envolve o seu existir. Portanto, a afetividade significa estar implicado em algo (HELLER, 1979). Estar implicado significa estar propenso a se envolver com a experiência da vida cotidiana de forma participativa.

Em síntese, conceitos presentes na psicologia ambiental e na psicologia social foram parâmetros para a construção teórica da pesquisa e do diagnóstico-ação afetivo territorial da secretaria de assistência do município estudado. A categoria afetividade constitui-se o eixo integrador do diálogo psicossocial e sócio-histórico das áreas de Psicologia Ambiental e Social, campos férteis do saber que consideram as dimensões subjetivas, sociais, culturais, ambientais e territoriais entre outras.

## MÉTODO: PESQUISA E DIAGNÓSTICO-AÇÃO PELOS MAPAS AFETIVOS NO TERRITÓRIO

O principal método para o levantamento de dados e a construção do *corpus* foi o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA). O IGMA consiste em um método qualitativo e quantitativo de coleta e análise de dados que utiliza como síntese interpretativa a comparação entre imagens e linguagens obtidas por meio de desenhos, metáforas e escores da Escala de Estima de Lugar (BOMFIM *et al.*, 2014). Como resultado, obtém-se a construção de mapas afetivos que expressam os sentimentos e as emoções (afetividade), bem como a implicação psicossocial do indivíduo em relação a determinado ambiente de sua realidade. Os mapas afetivos são “[...] reveladores da afetividade e indicadores da estima da cidade” (BOMFIM, 2010, p. 222), sendo possível, com eles, apreender os afetos vividos como a síntese do encontro do indivíduo com o lugar, seja ele a casa, o bairro, a cidade, etc.

O IGMA é composto por quatro principais componentes e etapas: o desenho do ambiente pesquisado; o inquérito acerca do desenho; a aplicação da Escala de Estima de Lugar e o questionário de perfil socioeconômico (BOMFIM *et al.*, 2014). Na parte qualitativa do instrumento, o indivíduo é estimulado a construir um desenho representacional do ambiente estudado, sendo realizado, em seguida, um inquérito sobre o significado de seu desenho, os sentimentos referentes a ele e as qualidades relacionadas ao ambiente desenhado. Na sequência, na parte quantitativa, o indivíduo é convidado a responder a Escala de Estima de Lugar, por meio da qual se construirão os indicadores e imagens afetivas do território.

Como resultado da análise qualitativa, pode-se categorizar os dados em cinco imagens afetivas principais: Pertencimento; Agradabilidade; Insegurança; Destruição e Contrastes. A combinação entre essas imagens configura a Estima de lugar (BOMFIM, 2010), que deflagra a síntese do encontro do indivíduo com o território, expressando a afetividade decorrente dessa inter-relação, por meio de imagens e representações sociais do sujeito. A Agradabilidade e o Pertencimento configuram uma estima de lugar potencializadora da relação pessoa-ambiente, aumentando a potência de ação do indivíduo,

denotando maior implicação psicossocial e participação do sujeito. Já as imagens de Destruição e Insegurança refletem uma estima de lugar despotencializadora, por meio da qual as vivências negativas o levam a implicar-se pouco com o ambiente (BOMFIM, 2010).

Quanto à Escala de Estima de Lugar, o resultado é obtido a partir da soma dos escores individuais do Fator I (itens relacionados aos indicadores de Agradabilidade e de Pertencimento – potencializadores) menos a soma dos escores individuais do Fator II (itens referentes aos indicadores de Destruição e de Insegurança – despotencializadores). Ou seja, a estima de lugar é obtida por:  $e = \text{Fator I} - \text{Fator II}$ . Quando o escore final é positivo, com graus elevados de concordância nos itens relacionados às imagens do Fator I, o resultado é uma estima potencializadora. Por outro lado, a estima de lugar é despotencializadora quando o escore final tem um valor negativo, denotando um grau elevado de concordância com os itens do Fator II. A concentração do escore final próximo ao zero denota a imagem Contraste entre as estimas.

O IGMA foi aplicado junto a 269 funcionários da SAS, sendo 67% da população total de funcionários da SAS (427), distribuídos em 25 equipamentos diferentes da secretaria, tais como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); Centros de Referência para População em Situação de Rua (Centro Pop); Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Restaurante Popular; Banco de Alimentos; Centro de Convivência do Idoso; Secretaria (setores de gestão). É importante pontuar que, desse total, 100 participantes optaram por não identificar seu lugar de trabalho (aproximadamente 37%), o que, posteriormente, tornou difícil relacionar os resultados da Escala de Estima de Lugar ao local de trabalho. Quanto ao sexo, a amostra apresenta-se como predominantemente feminina, sendo 195 mulheres (73%) e apenas 70 homens (26%). Quatro respondentes não declararam seu sexo (1%).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

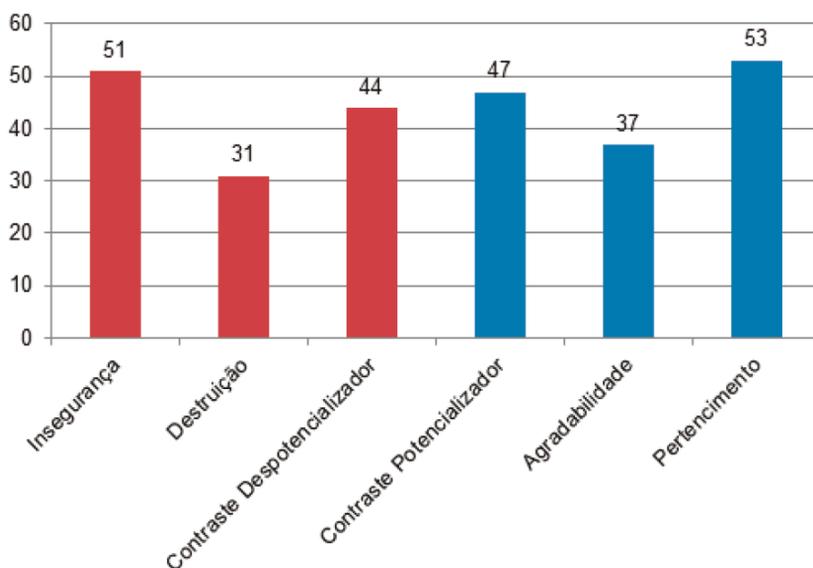
Para melhor explicação dos resultados e discussões, divide-se esta seção em três subseções principais: a) mapeamento afetivo da

relação dos profissionais com os lugares de trabalhos, com abordagem das imagens afetivas, a partir dos dados qualitativos; b) as representações metafóricas, com as principais comparações e representações dos locais de trabalho realizadas pelos trabalhadores; e c) análises das Estimas com base na Escala de Estima de Lugar, em que as estimas são discutidas de acordo com as características socioeconômicas dos trabalhadores.

### Mapeamento afetivo das relações dos profissionais com seus ambientes de trabalho

A construção dos mapas afetivos deu-se mediante a análise qualitativa das respostas abertas do IGMA. Foram levantados dados que apontavam tanto para estimas potencializadoras quanto despotencializadoras. A quantidade de imagens afetivas levantadas pode ser observada no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Quantidade de funcionários por imagem afetiva



Fonte: elaboração própria.

Como aponta o gráfico, os Contrastes somam o maior número de imagens afetivas (91 mapas afetivos), reunindo os Contrastes Potencializadores (47 mapas afetivos) e os Contrastes Despotencializadores (44 mapas afetivos). Em relação às demais imagens afetivas, tem-se Pertencimento (53 mapas afetivos); Insegurança (51 mapas afetivos); Agradabilidade (37 mapas afetivos) e Destruição (31 mapas afetivos). A seguir, apresentamos as análises e discussões gerais para cada uma das imagens, seguindo a ordem crescente de prevalência nos mapas afetivos.

A imagem de Destruição foi a que menos apareceu nas análises, correspondendo a somente 31 mapas afetivos. Essa imagem evidencia experiências despotencializadoras, sendo comum as pessoas relatarem percepções e vivências sobre um ambiente desagradável, degradado, malcuidado, destruído, cujas relações também são conflitantes e desgastadas (BOMFIM, 2010). Na SAS, essa imagem se manifestou tanto em relação a aspectos físicos (sujeira, poluição nos arredores dos equipamentos, instalações inapropriadas para a realização do trabalho) quanto a aspectos sociais (desleixo por parte das equipes, esgarçamento das relações, sensação de abandono).

Vale destacar, ainda, que a construção da imagem afetiva de Destruição também esteve relacionada pela percepção dos trabalhos ao qualificarem o lugar de trabalho como “destruído” afetivamente. A imagem de Destruição, nesses casos, manifesta-se por meio do sentimento de “falta de amor, falta de companheirismo, [...] falta de zelo, falta de respeito, falta de união” (Mapa Afetivo 30) e de “que precisa de uma organização, ouvir mais e respeitar o seu colega, deixar as brincadeiras, piadas para com seus colegas” (Mapa Afetivo 41).

A imagem de Agradabilidade apareceu em 37 mapas afetivos. Essa imagem afetiva, conforme apontada por Bomfim (2010), está relacionada à atratividade que o lugar exerce sobre os sujeitos. Essa atratividade pode se dar por meio da existência de espaços verdes, espaços de convivência e abundância de oportunidades. Associados à Agradabilidade estão, principalmente, os sentimentos de tranquilidade, como expresso em “Sentido de tranquilidade, paz de espírito, dever cumprido” (Mapa Afetivo 36); e “Meu local de trabalho é ótimo porque

lá estou tendo a oportunidade de aprender muito para minha futura profissão” (Mapa Afetivo 48).

A terceira imagem afetiva mais recorrente foi a de Insegurança, com prevalência em 51 mapas afetivos. Conforme Bomfim (2010), essa imagem se relaciona a sentimentos de medo, insegurança e ameaça, podendo gerar ansiedade quanto à permanência da pessoa no lugar. Dentro da SAS, foi possível perceber que essa imagem está intimamente relacionada a fatores tanto físicos/materiais (falhas estruturais nos equipamentos, escassez de recursos, medo de perder o emprego, ameaças à integridade física representadas pela possibilidade de violação do espaço por criminosos) quanto com fatores sociointeracionais (desconfiança dos colegas de trabalho, da gestão, sensação de desamparo por parte da gestão e dos colegas durante a realização das atividades).

É importante pontuar que a imagem de Insegurança também tem relação com a sensação de que algo inesperado pode acontecer ou a sensação de instabilidade (BOMFIM; FEITOSA; FARIAS, 2018). Tendo isso em vista, durante a análise, verificamos ser preponderante o sentimento de insegurança como o medo frente às incertezas do ambiente de trabalho, como a dificuldade de se relacionar com os outros e como reação a uma ameaça sempre iminente advinda dos colegas de trabalho. Essa Insegurança é expressa, por exemplo, pelo sentimento de “saudades do tempo em que eu não sabia como as pessoas eram” (Mapa Afetivo 27), pela metáfora estabelecida entre o lugar de trabalho e um ninho de cobras (Mapa Afetivo 62) e pelo desgaste das relações no lugar de trabalho, como “Uma corrente com elos quebrados” (Mapa Afetivo 63).

A imagem de Pertencimento está relacionada a sentimentos, emoções e palavras que denotam a identificação do indivíduo com o lugar, revelando aspectos da identidade, do apego e da amorosidade aos lugares e aos demais moradores; além de expressar relações familiares (BOMFIM, 2010). Para a construção dessa imagem, vemos fortemente o desenvolvimento dos processos de apropriação do espaço (POL, 1996), construção de identidade de lugar (PROSHANSKY, 1978) e o sentimento de comunidade (MCMILLAN; CHAVIS, 1986). Nesse

diagnóstico, encontra-se tal imagem intimamente associada com as imagens e metáforas de Casa, como demonstrado no Mapa Afetivo 15: “Com minha casa. Sinto como eles fizessem parte de minha família, pois passo mais tempo com meus companheiros de trabalho do que com minha própria família”. Também como imagens e metáforas de Família, como no Mapa Afetivo 37: “A uma família, pois todos se ajudam”. Os respondentes que demonstraram uma estima de Pertencimento o fizeram por estabelecer vínculos afetivos com o lugar de trabalho, a partir principalmente da qualidade das relações interpessoais. Foram citados sentimentos como companheirismo, amor, amizade, lealdade, compromisso e respeito.

No total, foram levantadas 91 imagens afetivas de Contrastes. Essa imagem é caracterizada por aquelas palavras que denotam sentimentos, emoções, percepções e vivências contraditórias, ambíguas, revelando uma polarização entre avaliações negativas e positivas em relação ao lugar (BOMFIM, 2010). Como uma categoria transversal, a imagem de Contraste pode direcionar-se tanto para uma estima potencializadora como despotencializadora (BOMFIM *et al.*, 2014). No caso da SAS, foram observados 47 mapas afetivos com imagens de Contrastes Potencializadores e 44 mapas afetivos com imagens de Contrastes Despotencializadores.

No tocante ao Contraste Despotencializador (44 Mapas Afetivos), figura nos mapas afetivos como uma imagem afetiva que congrega emoções antitéticas, porém pendendo para a tristeza, para o padecimento (BOMFIM, 2010). É sentimento recorrente entre os mapas que apontam para o Contraste Despotencializador a impotência frente às dificuldades encontradas no lugar de trabalho, apesar de ser igualmente recorrente a vontade de fazer um bom trabalho e o vínculo com a função desempenhada. Tais sentimentos são expressos *ipsis litteris* quando os sujeitos relatam que há “desejo de fazer coisas legais, interessantes, mas o descompasso não nos permite” (Mapa Afetivo 11) e há “satisfação pelo que eu faço e pela proposta que tem a política onde atuo, porém com frustração em alguns momentos por não conseguir concretizá-la da melhor forma, devido a fatores que vão além de mim” (Mapa Afetivo 42).

Se o Contraste Despotencializador surge enquanto sentimento de impotência frente às adversidades do lugar de trabalho, o Contraste Potencializador é representado pelo sentimento de aptidão para a realização das tarefas apesar das dificuldades. Nos mapas afetivos que apontam para Contrastes, em geral, há sempre o uso, por parte dos respondentes, de conjunções adversativas – por exemplo, “mas” e “porém”. No caso do Contraste Despotencializador (47 Mapas Afetivos), entre os funcionários da SAS, ele vem expresso em sentimentos de coragem, persistência, porém também em sentimentos de medo e dúvida, como observados em “De caminhos, de movimento, de fazer escolhas e acreditar nelas, mesmo com umas voltas e aridez que o caminho possa trazer” (Mapa Afetivo 05); “significa um caminho com obstáculos, conquista e ao final um sol, que representa a luz e o que se pode conquistar” (Mapa Afetivo 10); e “Reflete os desafios do caminho, contudo não desistimos e desviamos das pedras para realizar um bom resultado” (Mapa Afetivo 35).

### As representações metafóricas

As metáforas são compreendidas como “[...] expressões do pensamento social” (BOMFIM, 2010, p. 219), comunicadas pelo próprio indivíduo que as produziu. Os dados levantados com base nas metáforas dão elementos para uma análise afetiva que aponta para a implicação presente na relação do indivíduo com o ambiente. No IGMA, as metáforas aparecem a partir da solicitação de que o respondente compare determinado lugar com algo. Conforme Bomfim (2010, p. 146), este momento “[...] caracteriza-se por ser uma nova síntese de compreensão dos sentidos da comunicação complexa do afeto”, podendo o pesquisador, a partir das metáforas e do sentido figurativo, apreender aspectos emotivos do sujeito.

Com a análise dos mapas afetivos, constatamos que algumas metáforas tiveram mais destaque tanto em relação a sua frequência, como em relação às suas peculiaridades. Por isso, é importante caracterizar as informações daquelas metáforas escolhidas por um expressivo número de funcionários para descrever seu lugar de trabalho

e também permitir o devido destaque às que, apesar de não apresentarem grande frequência, possuem conteúdo particular para inferirmos sobre o ambiente profissional.

Primeiramente, destaca-se, aqui, a frequência das metáforas nos mapas afetivos da SAS. As metáforas “casa”/“lar”/“residência” e “família” foram as escolhas mais frequentes entre os funcionários, totalizando 58 comparações, sendo quarenta se referindo a “casa”/“lar”/“residência” e dezoito à “família”. Das 58, nove citaram tanto “casa”/“lar”/“residência” quanto “família”. Como é evocado pelas metáforas, o sentido que predomina é o de se sentir acolhido, de ser parte do grupo, apesar das dificuldades relacionadas à estrutura física e aos desentendimentos na equipe, assim como se sente em casa e no convívio da família, qualidades características da imagem afetiva de Pertencimento. Outro ponto citado pelos funcionários foi o compromisso com sua função, semelhante ao que eles possuem com seus lares. Alguns se referiram ao tempo de permanência no local de trabalho, que seria mais extenso do que o tempo de permanência em casa.

Das metáforas “loja”/“mercado”/“feira”/“shopping” é possível inferir que são locais de trabalho e de movimento constante, em que seus funcionários estão atuando, mas as dificuldades contribuem para que não se sintam implicados. Essas metáforas estão presentes em oito mapas afetivos, e nelas podemos perceber angústia dos funcionários por não conseguirem atender a demanda da comunidade, devido às limitadas condições dos equipamentos. Os equipamentos, então, são tidos como locais de venda: muito movimento, barulho, circulação de pessoas que vão buscar algo para si, mas que nem sempre encontram pelo fato de a loja estar com produtos faltando, ou por ninguém conseguir se entender direito – como visto no Mapa Afetivo 41: “Com um local de feira, onde todos falam alto, gritam e ninguém para para ouvir”.

Todavia, é visível que esses lugares tentam construir um ambiente acolhedor, porém de modo insuficiente, contribuindo para que os funcionários queiram sair deles assim que possível. Outra característica desses lugares é a ausência de boa comunicação entre os funcionários: todos falam ao mesmo tempo e pouco valorizam uns aos outros.

As metáforas “rosa”/”flor” estão presentes em cinco mapas. Elas se destacam pelos seus contrastes, visto que as rosas/flores são admiradas por sua beleza, como um reflexo do esforço da equipe, porém seus espinhos representam a precariedade dos equipamentos e o pouco envolvimento da gestão, na perspectiva dos funcionários. Assim como a metáfora “rosa”/”flor”, as três comparações entre o lugar de trabalho e uma rapadura também evidenciam Contrastes. O trabalhador aprecia o seu trabalho, mas reconhece que esse possui suas dificuldades, como demonstra o Mapa Afetivo 50: “Com uma rosa com espinhos. Exala um cheiro bom, tem sua beleza noturna, deixa o ambiente mais agradável, mas tem espinhos que se entrarem em contato com a pele causa arranhões”. Dessa forma, faz-se uma metáfora com o fato de a rapadura ser doce, porém dura, sendo a dureza uma característica de suas atuações profissionais, como exemplifica o Mapa Afetivo 43: “Comparação com uma rapadura, é doce, mas não é mole”.

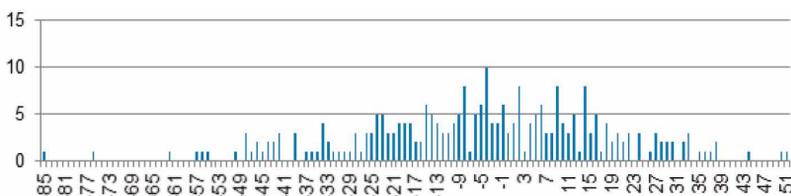
Selecionamos algumas metáforas que apresentavam peculiaridades que precisam ser destacadas, entre elas o equipamento “ninho de cobra” (Mapa Afetivo 62), que é aquele em que seus funcionários buscam prejudicar uns aos outros. Nessa metáfora, percebemos o sofrimento do trabalhador que se sente desvalorizado e menosprezado por seus próprios colegas. Semelhante a este é o equipamento “guerra”, que também é marcado por discórdia entre os funcionários, afetando o desenvolvimento do trabalho.

As metáforas de equipamento “montanha russa” e equipamento “pássaro com asas quebradas” (Mapa Afetivo 30) evidenciam os contrastes presentes na SAS. Essas contradições surgem por meio dos momentos agradáveis no equipamento, bem como a dedicação ao equipamento, e dos problemas em relação à segurança no território, aos conflitos na equipe e às condições precárias em infraestrutura. Além disso, as metáforas “conto de fadas sem um final feliz”, “selva” e “filme de suspense” evidenciam a decepção em relação à PNAS, a qual, como explicitado no Mapa Afetivo 107, só existe no papel. Nelas percebemos a insatisfação dos funcionários, que se sentem desvalorizados e sem condições de trabalhar.

## Análises das Estimativas com base na Escala de Estima de Lugar

Além da parte qualitativa, o IGMA conta com uma parte quantitativa, obtendo um escore para a estima com base nos resultados da Escala de Estima de Lugar (EEL). Com a análise das pontuações, é possível qualificar numericamente as estimas de lugares a partir do Índice de Estima de Lugar (IEL) dos respondentes, definindo-as como potencializadoras ou despotencializadoras. No gráfico abaixo, apresenta-se o resultado geral correspondente aos participantes do diagnóstico na SAS.

Gráfico 2 – Distribuição da frequência do Índice de Estima de Lugar



Fonte: elaboração própria.

O menor IEL encontrado foi -85 e o maior 51. A quantidade de sujeitos que apresentam uma Estima de Lugar despotencializadora (57%) é maior do que a quantidade de sujeitos que apresentam uma Estima potencializadora (43%). A maior concentração de frequência de IEL encontra-se na faixa de IELs próximos a zero, o que aponta para a prevalência de Contrastes na amostra. Neste estudo, observamos que as Estimativas que pontuaram próximo a zero (-10 a 10) poderiam ser categorizadas como Contrastes, sendo as inferiores a zero Contraste despotencializador e as superiores a zero Contraste potencializador. Como apontado em pesquisas anteriores (BOMFIM *et al.*, 2014), a imagem de Contraste surge como IEL próximo a zero por ser uma Estima que não apresenta predominantemente fatores negativos nem positivos, mas sim uma confluência de indicadores potencializadores e despotencializadores, sendo possível, a partir das análises destes, desenvolver intervenções psicossociais para a transformação dos indicadores despotencializadores.

Para detalhar mais as relações estabelecidas entre os profissionais, os locais de trabalho e as estimas de lugar, buscamos ver como essas últimas se manifestavam conforme categorias delineadas com base nos dados levantados no questionário social e econômico. A partir de tal categorização, traçamos algumas inferências.

No quesito idade, a maior parte da amostra compõe-se de funcionários na faixa etária entre 30 e 39 anos (109 sujeitos, 40%). Neste ponto, obtivemos os seguintes resultados para os IEL's: Até 19 anos (26); De 20 a 29 anos (-8,05); De 29 a 30 anos (-5,95); De 30 a 39 anos (-5,87); De 40 a 49 anos (-6,2); De 50 a 59 anos (3,12); Acima de 60 anos (15); Não declarada (-10,1). A média dos IEL's mais baixa (estima despotencializadora) ficou entre os sujeitos que não declararam sua idade (-10,1). Acreditamos que isso aconteça devido ao fato de que alguns respondentes apresentaram, durante a aplicação, medo de responderem algo negativo sobre seu lugar de trabalho e sofrerem alguma retaliação por causa disso. A segunda média mais baixa ocorreu entre os funcionários que possuem entre 20 e 29 anos (IEL -8,05). Quanto ao sexo, as mulheres (IEL -5,05) apresentam uma Estima mais despotencializadora do que os homens (IEL -4,47). As pessoas que não declararam têm a menor média dos IEL's (-13,75).

Quanto às ocupações, é válido destacar que algumas funções com um número expressivo de respondentes – como agente administrativo (IEL -2,9), entrevistador social (IEL -19,71), psicólogo (IEL -12,14) e assistente social – apresentam médias bem abaixo da média geral, configurando estimas despotencializadoras. Já outras funções com número expressivo de respondentes – auxiliar de cozinha (IEL 13,63), cozinheiro (IEL 11,25), auxiliar de serviços gerais (IEL 6,44) e estagiário (IEL 20,33) – apresentam Estimativas potencializadoras.

No tocante ao lugar de trabalho, há muita disparidade entre as médias entre os equipamentos. Os CRAS apresentaram médias de IEL que demonstram uma Estima despotencializadora. O equipamento com maior número de respondentes – a sede da SAS – apresentou uma Estima que denota potência (IEL 1,59).

Em relação ao tempo de serviço, a maioria dos funcionários respondentes declarou trabalhar na SAS há mais de um e menos

de cinco anos (121 sujeitos, 45%). Apenas 6% da amostra (17 sujeitos) trabalham na SAS há mais de dez anos, demonstrando uma rotatividade relativamente alta dos colaboradores. Podemos inferir que os funcionários que chegam à SAS (inclusos na categoria “Até 1 ano”, IEL -1,7) apresentam uma estíma que tende levemente à despotencialização. Com o passar do tempo na organização (categoria “De 1 a 5 anos”, EEL -9), o funcionário passa a apresentar uma Estíma consideravelmente despotencializadora que, com o passar dos anos (categoria “Mais de 10 anos”, IEL 4,35), transforma-se em Estíma potencializadora. Esse movimento ocorre tanto porque o tempo de permanência em determinado lugar aumenta as possibilidades de identificação com este (gerando imagens de pertencimento), como porque alguns dos funcionários que apresentam uma Estíma despotencializadora não permanecem na organização, o que explica a alta rotatividade dos funcionários.

Quanto à escolaridade, a maior frequência de respostas foi no item “Pós-Graduação”, com 74 sujeitos, correspondendo a 28% da amostra. Em segundo lugar, aparecem empatados “Ensino Superior Completo” e “Ensino Médio Completo”, com um total de 53 sujeitos (20%) em cada categoria. Apenas nove sujeitos (3%) possuem Ensino Fundamental incompleto. Os setores de menor escolaridade – como “Ensino Fundamental completo” e “Ensino Médio incompleto” – apresentam Estímas potencializadoras (14,67 e 1,11, respectivamente), enquanto setores de alta escolarização, como “Pós-graduação”, apresentam uma Estíma despotencializadora (-10,78). Fugindo ao padrão, a categoria “Ensino Fundamental incompleto” apresenta uma Estíma despotencializadora, com a média dos IEL em -2,33.

Referente à renda, os sujeitos da amostra possuem, majoritariamente, remuneração de até três salários mínimos, com 199 sujeitos (74%). As categorias melhor remuneradas apresentam uma Estíma mais despotencializadora, como é o caso dos que ganham de três a seis salários mínimos (IEL -10,43), enquanto as categorias menos remuneradas apresentam uma Estíma menos despotencializadora, conforme mostram os dados – trabalhadores que ganham até 1 salário mínimo têm a média do IEL em -4,21.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa e o diagnóstico-ação pelos mapas afetivos possibilitaram, a partir da compreensão de como os funcionários estimam seus lugares de trabalho, vislumbrar possíveis diretrizes para futuras intervenções na Secretaria e no território com os usuários da Assistência Social. Em relação ao lugar de trabalho, consideramos como integrantes de um setor bastante vulnerável os sujeitos graduados/pós-graduados, de ambos os sexos, que possuem entre 20 e 29 anos, renda acima de três salários mínimos e trabalham em equipamentos subordinados à SAS (como os CRAS e o CREAS) há mais de um ano e menos de cinco. Os sentimentos de insegurança e de destruição presentes neste público apontam tanto fatores estruturais como sociointeracionais trazendo a sensação de desamparo e medo cotidiano para a realização das atividades. Tal setor demanda maior intervenção por parte da gestão, o que não exclui a possibilidade de intervenção junto a outros setores.

Em geral, as demandas por melhor comunicação constituem boa parte dos anseios dos funcionários. Para além, há também a demanda por maior disponibilidade de recursos. Quanto à execução e operacionalização de algumas atividades, muitos funcionários não se sentem seguros quanto ao que fazer em determinadas situações e se sentem ignorados pelos seus gestores.

Evidenciou-se a necessidade de melhorar a comunicação e aumentar o fluxo de informações entre a gestão e seus subordinados, para facilitar a superação de obstáculos e viabilizar práticas que garantam o bom funcionamento da instituição.

É importante salientar que o trabalho realizado fomentou uma série de atividades dirigidas aos trabalhadores, compondo o que chamamos de diagnóstico-ação. A partir da sistematização e análise das manifestações do quadro de funcionários da SAS, foram construídos documentos que preveem a condução da Política de Assistência Social, como o Plano Plurianual de Assistência Social e o Plano de Educação Permanente do SUAS.

Ademais, o processo de pesquisa e diagnóstico-ação desencadeou novas investigações, resultando também na realização de uma pesquisa

de iniciação científica intitulada “Afetividade, Território e Políticas Públicas: Estima de lugar de usuários dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)”, que se encontra em curso e tem por intuito instrumentalizar o processo de territorialização dos profissionais, bem como proporcionar experiências que ressignifiquem suas relações com seus lugares de trabalho (o equipamento, o bairro e a cidade).

## REFERÊNCIAS

BOMFIM, Z. Á. C. Afetividade e ambiente urbano: uma proposta metodológica pelos mapas afetivos. *In*: PINHEIRO, J. Q; GUNTHER, H. (org.). *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

BOMFIM, Z. Á. C. *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

BOMFIM, Z. Á. C. *et al.* Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. *In*: GARCIA-MIRA, R.; DUMITRU, A. (ed.). *Urban sustainability: innovative spaces, vulnerabilities and opportunities*. A Coruña: Deputación da Coruña & Instituto de Investigación Xoa Vicente Viqueira, 2014. p. 131-148.

BOMFIM, Z. A. C.; FEITOSA, M. Z. de S.; FARIAS, N. F. Afetividade e lugar como categorias de mediação no Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental. *In*: LIMA, A. F. de; GERMANO, I. M. P.; FREIRE, J. C. (org.). *Sujeito e subjetividades contemporâneas: estudos do programa de pós-graduação em psicologia da UFC*. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

GARCIA-MIRA, R. La aportación de la psicología ambiental. *In*: GARCIA-MIRA, R. *La ciudad percibida: una psicología ambiental de los barrios de A Coruña*. A Coruña: Universidad da Coruña, 1997.

HELLER, A. *Teoría de los sentimientos*. Madrid: Editorial Fontamarc, 1979.

LANE, T. M. S. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, T. M. S.; CODO, W. (org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. cap. 1, p. 10-19.

MCMILLAN, D. W.; CHAVIS, D. M. Sense of community: a definition and theory. *American Journal of Community Psychology*, v. 1, n. 14, p. 6-23, 1986.

MENEZES, D.; FEITOSA, M. Z. S.; BOMFIM, Z. A. C. A utilização dos Mapas Afetivos como possibilidade de leitura do Território no CRAS. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, v. 7, p. 1-14, 2016.

MOSER, G. Psicologia ambiental. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 3, n. 1, p. 121-130, jun. 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X1998000100008&lng=en&nr m=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1998000100008&lng=en&nr m=iso). Acesso em: 15 jul. 2019.

POL, E. La apropiación del espacio. In: IÑIGUEZ, L.; POL, E. (org.). *Cognición, representación y apropiación del espacio*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 1996. p. 42-62.

PROSHANSKY, H. M. The city and the self-identity. *Environment and Behavior*, v. 1, n. 2, p. 147-169, 1978.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (org.). *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. Petrópolis: Vozes, 2011. cap. 6, p. 97-118.

TUAN, Yi- Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

VYGOTSKY, L. S. *La Imaginación y la Arte en la Infancia*. 6. ed. Madrid: AKAL Basica de Bolsillo, 2003. cap. 1.

VYGOTSKY, L. S. *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

## A INFORMALIDADE COMO FATOR DE RISCO À SAÚDE DO TRABALHADOR

*Cássio Adriano Braz de Aquino  
Eveline Nogueira Pinheiro de Oliveira  
Francisco de Assis Alencar Pereira Filho*

**A**o longo dos últimos anos, tendo como pano de fundo a reconfiguração do cenário laboral, a informalidade passou a compor a preocupação de diversos estudiosos no campo da Psicologia Social do Trabalho.

Se, num primeiro momento, o mercado informal era estudado como uma excepcionalidade nas relações de vínculo empregatício, com o passar do tempo e com a ampliação do ideário neoliberal, a informalidade assumiu lugar expressivo como alternativa para o destino laboral de um contingente significativo de trabalhadores, seja pelo deslocamento de número considerável daqueles anteriormente abrigados no mercado dito formal, seja por constituir a única alternativa de sobrevivência para muitas pessoas ingressantes na atividade econômica, que jamais experimentaram o amparo da formalização e do estatuto salarial (e, diante do atual quadro, certamente não chegarão a experimentar).

Atrelada ao processo de precarização, a informalidade se naturaliza e se vê respaldada como alternativa econômica em um panorama que radicaliza a relação capital *versus* trabalho, diante da tentativa clara de despotencialização deste último.

Para além da dimensão econômica, que já aponta uma ruptura com modelos hegemônicos da sociedade salarial, discutir a informalidade implica refletir sobre a reconfiguração do trabalho como elemento

fundamental na construção subjetiva e, de forma mais específica, como fator de promoção de saúde ou fomentador de sofrimento.

Diante do contexto contemporâneo de profunda ebulição no campo do trabalho, utilizamos este texto associado a algumas pesquisas desenvolvidas no âmbito da Pós-Graduação dentro do Programa de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), como catalisadores para constituir o cenário que se desenha com a expansão do pensamento neoliberal, principal fomentador da expansão da informalidade.

## **Compreendendo a informalidade no seu decurso histórico**

Certamente, o primeiro grande desafio acerca da informalidade é estabelecer contornos fiáveis que a definam. Nogueira e Zucoloto (2017) ressaltam a tendência a defini-la a partir de sua negação e oposição ao formal. Dessa forma, a ausência de contratos formais, a carência de cadastros legais para regulação e a privação de registros comerciais estabelecidos por lei caracterizariam tanto o trabalhador informal quanto a situação de informalidade de uma dada organização ou negócio.

Filgueiras, Druk e Amaral (2004) apresentam três conceitos relativos à informalidade baseados em sua origem, a saber: setor informal, economia não registrada (ou subterrânea) e atividades não fordistas. Essa tentativa de estruturar a compreensão do trabalho informal, segundo os autores, é decisiva para viabilizar a análise e a compreensão dos fenômenos que marcam hoje o mercado de trabalho.

Desde sua primeira formulação – ainda na década de 1970, em estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a estrutura produtiva e de emprego e renda no Quênia, em que a informalidade era concebida como resultante da incapacidade de absorção de uma população nos segmentos modernos (vinculados à industrialização), sendo a única alternativa à ocupação em atividades de baixa produtividade para garantir sua sobrevivência –, parece que seu entendimento oscila entre dois grandes pilares: a sua vinculação (ou não) às atividades assumidamente capitalistas e o fundamento legal/ilegal de sua existência (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

Se buscarmos amparo na concepção defendida pela OIT, compreenderemos a informalidade como uma relação laboral elidida de benefícios trabalhistas e, portanto, a descoberto de seguridade social, gerando para o trabalhador aí envolvido uma condição de vulnerabilidade (ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO, 2013). Tal concepção é ratificada por Costa (2010), o qual acresce que essa condição laboral vulnerável conduz os trabalhadores a uma situação desprovida de condições cidadãs básicas, resultando daí grandes desigualdades sociais, não só aos trabalhadores, mas também aos que deles dependem, com reverberação em sua saúde.

A despeito da complexidade que sua definição pode gerar, interessa-nos, ao privilegiar um olhar da Psicologia Social do Trabalho, entender a repercussão do fenômeno sobre o trabalhador que vivencia, em qualquer uma de suas representações, a experiência desse vínculo laboral ou, seguindo a premissa de alguns autores, a inexistência desse vínculo.

Se a ausência de uma definição categórica e estática, por um lado, pode dificultar um esforço de síntese acerca da informalidade, por outro, curiosamente, permite vinculá-la a uma perspectiva histórica e processual, condizente com a dinâmica dos processos organizativos da estrutura produtiva.

É exatamente essa processualidade que possibilita que alguns autores defendam a ideia de que hoje estamos diante de uma nova informalidade (ALVES, 2018; BALTAR; DEDECCA, 1997). A noção da ‘nova informalidade’ deriva diretamente da reestruturação produtiva e tem como característica básica a articulação das atividades carentes de regulamentação com o processo produtivo empregado nas atividades formais, e, portanto, regulamentadas.

Os novos modos de estruturação do capitalismo, marcadamente circunscritos pelos pressupostos neoliberais de individualização e empregabilidade, têm conduzido a maiores inseguranças. Esse quadro hoje é responsável pelo aumento de risco de sofrimento entre os trabalhadores, o que certamente traz consequências à sua saúde. A diversidade de situações que caracterizam essa informalidade é permeada, atualmente, por traços de formas flexíveis ou precárias, como contratação temporária, autonomia, economia submergida, emprego doméstico,

terceirização, trabalho intermitente, trabalho em domicílio e até atividades ilegais (ALVES, 2018). A fragilização produzida pela condição informal, no entanto, não é tratada mais como uma condição nefasta ou marginal no âmbito econômico, mas identificada como uma alternativa laboral, entre muitas outras. A evidência disso é reconhecida quando o modelo informal é tratado pelo atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, como um objetivo a ser perseguido pela equipe econômica de seu governo na questão trabalhista.

### **Novas demandas da Psicologia Social do Trabalho para a discussão sobre a informalidade**

A perspectiva crítica introduzida pela Psicologia Social do Trabalho tem revigorado os enunciados acerca do novo cenário desenhado no mundo do trabalho. A informalidade não poderia ficar à margem dessa discussão. É a partir desse conhecimento crítico produzido que se torna possível a elaboração de reflexões que repercutem sobre a produção subjetiva do trabalhador e reverberam sobre as suas condições de vida, viabilizando saúde ou sofrimento. É buscando analisar o contexto de repercussão das condições e da organização do trabalho sobre o modo de ser do trabalhador que a ciência psicológica deve voltar seu olhar para compreender os fenômenos numa perspectiva integrada entre o macro e o micro.

O trabalho informal se tornou um fenômeno cotidiano e cada vez mais discutido nas pesquisas que buscam apreender o mundo laboral contemporâneo. Num breve levantamento das dissertações sobre o trabalho – vinculadas à linha de Pesquisa Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC – realizadas nos últimos cinco anos, foi possível identificar que 50% delas têm relação direta com o fenômeno da informalidade, seja pelo viés da articulação com atividades assumidamente ‘não capitalistas’, seja pela ausência de um respaldo legal de vínculo laboral.

É justamente ao deter-se sobre as relações laborais consideradas atípicas, a que a informalidade, a princípio, estava circunscrita, que a

Psicologia Social do Trabalho precisou se apropriar de uma perspectiva interdisciplinar para dar conta dessa modalidade laboral histórica e socialmente complexa. O desafio de adentrar um universo que rompia com as características próprias do estatuto salarial fez com que o trabalho ressurgisse como categoria fundamental no escopo da nossa área. Até então prevalecia sobre a relação de emprego o foco que a Psicologia lhe dedicava em seus estudos (SATO, 2017). Tal constatação confirma a ideia (já defendida por nós em outros trabalhos) de certa colonização metonímica da noção de emprego por aquela visão de trabalho da Psicologia Social.

Ressalta-se ainda que a informalidade reverberou de forma distinta nos contextos europeu – de onde advém parte significativa do conhecimento social aplicado em nosso país – e brasileiro/latino americano. Se no primeiro era uma excepcionalidade a ser evitada sob pena de promover processos de desfiliação (CASTEL, 1998), no último, era uma condição atual que rivalizava de forma equivalente com o estatuto da formalidade, como afirmam Alves e Almeida (2009): “no Brasil, a realidade do trabalho precário e informal não é nova. Sempre existiu um contingente numeroso de trabalhadores fora do mercado formal de trabalho, sem nenhuma garantia trabalhista”.

Recorrendo ao conceito da ‘nova informalidade’, anteriormente caracterizado, parece prudente refletir sobre as rápidas alterações ocorridas no contexto brasileiro, que operam uma ruptura fundamental com a ideia que utilizamos para construir este texto.

A vinculação da economia brasileira com a informalidade sempre foi muito forte. A opção pelo neoliberalismo nos governos pós-golpe militar reforçou essa premissa. Os anos 2000, porém, trouxeram mudanças importantes. Pamplona (2013) discorre que essa prevalência da informalidade no Brasil iniciou uma trajetória de decréscimo a partir de 2004, ocasionada por uma melhora do mercado de trabalho em nosso país.

Segundo esse autor, o crescimento econômico atrelado a uma melhor distribuição de renda possibilitou um raro momento de formalização das oportunidades de trabalho. Tal dado revela, de forma indiscutível, que, ainda que sob a atmosfera neoliberal – reconhecendo a prevalência de eixos norteadores da condução econômica, mesmo sob os

governos mais progressistas que atuavam no país naquele momento – foi possível, por meio do aumento na demanda de trabalho, do impulso nos valores reais do salário mínimo e das ações voltadas à fiscalização e à regulamentação na esfera trabalhista, elevar o que o autor chamou de ‘custo de oportunidade da informalidade’.

Surpreende que, mesmo diante de alguns avanços nas políticas sociais que repercutiram sobre emprego e renda nos últimos quatro anos, a informalidade, que parecia em decréscimo no nosso país, tenha voltado a ser a mola propulsora do mercado de trabalho. As consequências que emergem em função dessa política trabalhista não tardaram em se manifestar, e já é possível vislumbrar a repercussão sobre a condição de vida dos trabalhadores, demandando uma atenção especial do campo da Psicologia Social do Trabalho.

A reforma trabalhista brasileira, efetivada em 2017, proposta como alternativa para geração de vagas no mercado de trabalho diante do iminente crescimento do desemprego, não apenas não cumpriu com sua promessa como potencializou a inserção no mercado informal de pessoas que, mesmo aptas a ocupar uma vaga formal, não conseguiram sua inserção no mercado regulamentado.

Diante desse quadro, a discussão sobre os modos de vida e as condições de saúde de trabalhadores que estão descobertos de uma regulação, ou cobertos de forma extremamente débil, ante os novos modelos de participação vulnerável no mercado de trabalho, lança-se como desafio para os psicólogos do trabalho. Mais do que reconhecer o campo que constitui a complexa rede de atividades informais, é demandada a compreensão acerca dos riscos micro e macrosociais que serão gerados, em um contingente significativo de trabalhadores, diante da decisão política que naturaliza a informalidade.

## **O contexto laboral como determinante social do sofrimento dos trabalhadores**

Em 2008, a Organização Mundial da Saúde iniciou um debate – por meio da criação da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde (CDSS) (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2008) – que

congregou reflexões acerca das implicações dos determinantes sociais, com uma percepção crítica relativa aos efeitos destes na saúde. No Brasil, foi proposta a criação de uma comissão nacional, seguindo as mesmas prerrogativas, cujo relatório final preconizou a utilização de um modelo estratificado, desde uma perspectiva macro – seguindo uma perspectiva mais ampla e abrangente – até uma perspectiva mais individualizada que viabilizasse a identificação desses determinantes (SOBRAL; FREITAS, 2010).

Não é nosso intuito discorrer sobre esse modelo, mas ratificar, com essa proposição, a necessidade de compreender o contexto laboral mais amplo, como um catalisador privilegiado das implicações sobre a saúde do trabalhador.

Tendo duas pesquisas,<sup>2</sup> realizadas no âmbito do mestrado do Programa de Psicologia da UFC – uma delas inclusive sendo atualmente ampliada no âmbito do doutorado – como parâmetros das possíveis implicações da condição laboral sobre os sujeitos que as executam, foi possível extrair evidências de como o contexto da informalidade, vivenciado pelos trabalhadores de ambas as atividades, repercute como elemento determinante na saúde do trabalhador.

A primeira pesquisa, realizada ao longo de 2017, teve como grupo investigado os trabalhadores de comida de rua. A atividade foi compreendida como aquela que comercializa alimentos e bebidas prontos para consumo, preparados e/ou vendidos nas ruas e outros lugares públicos, sendo caracterizados pelo preço baixo e acessível. Ainda que dentro desse setor seja possível o reconhecimento de trabalhadores formais e informais, o recorte do qual nos apropriamos no presente texto privilegiou apenas aqueles reconhecidamente informais.

A segunda pesquisa foi realizada ao longo de 2018 e teve como foco os trabalhadores crediáristas ou ‘galegos’, cuja atividade é baseada

---

<sup>2</sup> As pesquisas aqui referidas são duas dissertações produzidas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará: “Empreendedorismo em cenário de precarização laboral: um estudo com trabalhadores de comida de rua”, de autoria de Eveline Nogueira Pinheiro de Oliveira e “‘Toda vereda de roça vai descambar na cidade’: o trabalho dos galegos/crediáristas”, de autoria de Francisco de Assis Alencar Pereira Filho.

na comercialização de objetos de uso doméstico, feita face a face, e marcada pela negociação do parcelamento do valor total do produto vendido. Os crediaristas/‘galegos’ são os herdeiros dos antigos mascates e caixeiros viajantes, que agora realizam seu ofício preferencialmente nas periferias das grandes cidades. Ao privilegiar essas duas pesquisas, ressaltamos que elas guardam em comum o espaço da rua como território de exercício das respectivas atividades.

A comida de rua, assim como os crediaristas/‘galegos’ “ocupam papel expressivo na proliferação de estratégias de sobrevivência inseridas no mercado informal” (DUTRA, 2012, p. 4). As mudanças ocorridas em nossa dinâmica social e econômica influenciam esse processo, criando novas oportunidades de negócio, que se traduzem também em multiplicação de estratégias de sobrevivência. Esses trabalhadores desempenham atividades ampliadas e multifacetadas, em condições precárias no tocante às formas de remuneração, ao espaço laboral e à intensificação de trabalho. Tal precarização é incrementada pela disponibilidade de tempo impingida ao trabalhador, em razão do discurso de redução de custos, bem como para assegurar sua permanência no trabalho ou sua subsistência advinda dele.

Os riscos passam a ser uma marca naturalizada da informalidade, riscos estes que reverberam tanto na dimensão econômica quanto na condição de saúde desses trabalhadores. Não sendo isso suficiente, o desenvolvimento de tais atividades no espaço público da rua amplia a ameaça à integridade dessas pessoas, revelando outra dimensão dos determinantes sociais da saúde, qual seja, o ambiente (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2008).

Para uma aceitação integral dessa situação de insegurança, é preciso fomentar um discurso que a justifique. Para isso é criada uma prática discursiva que ressalta o risco como medida de êxito, mesmo reconhecendo que a desproteção dos segmentos mais fragilizados tende a potencializar sua vulnerabilidade.

Nesse processo há uma naturalização do precário na atividade, já que o fato de ser informal e não dispor de direitos e garantias sociotrabalhistas não é encarado como precariedade, mas como uma particularidade de um ‘fazer empreendedor’, tal como relatado em diversos momentos

pelos entrevistados, tanto os vendedores de comida de rua quanto os crediaristas/‘galegos’. O que nos foi relatado permite compreender que o trabalho informal esteve presente durante a maior parte da vida laboral, senão toda, desses trabalhadores. A naturalização do precário talvez se dê de forma mais profunda nesse caso, em que o trabalhador nunca foi amparado pela legislação trabalhista e teve acesso apenas a uma forma de exercer a atividade. Caracteriza-se, assim, um “indivíduo jogado em um mundo em que uma forma de sociabilidade baseada na condição de precariedade tende a naturalizar-se” (BARBOSA, 2011, p. 138).

De ambas as pesquisas, extraímos algumas das evidências que transversalizam a atividade informal numa perspectiva mais macro e, mesmo admitindo que ela não esgota a problemática da saúde, utilizamos esses dois estudos para reforçar a necessidade de nos determos na potencialidade de questões que ali são ressaltadas, no sentido de discorrer sobre aspectos ancorados na ampliação de um modelo neoliberal de desenvolvimento e da ‘crescente iniquidade socioeconômica’, como o caracteriza Villar (2007), e suas profundas consequências sobre a saúde dos trabalhadores.

As situações vivenciadas pelos trabalhadores estudados nas duas investigações citadas guardam entre si semelhanças no que se refere às condições de vida e de trabalho, respaldadas pelas posições sociais que ocupam e que fazem da informalidade o caminho ‘natural’ a ser seguido por essas pessoas. A similaridade, que vai além do modo de participação no mercado laboral, encontra-se também nos aspectos de escolaridade, territórios de habitação e acesso às políticas sociais, todos profundamente precários. Um dos aspectos mais destacados que permeiam os discursos dos trabalhadores dessas duas atividades é o desejo de construção de algum vínculo formal. Esse desejo, porém, convive contraditoriamente com a elaboração de mecanismos de aceitação da atual condição laboral, justificada principalmente pela idealização de certa ‘independência’, pautada na percepção de controle do tempo de trabalho e também na perspectiva de um domínio sobre a organização do próprio trabalho. Essas elaborações, entretanto, são facilmente desconstruídas quando se aventa a possibilidade de vinculação regulada de uma atividade laboral.

Em estudo realizado com trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil (IRIART *et al.*, 2008), tendo por objetivo analisar representações e percepções sobre a informalidade do contrato de trabalho e dos riscos à saúde entre trabalhadores informais acidentados, foram identificadas impressões semelhantes às levantadas nas duas pesquisas que dão base à nossa análise. Destacam-se as características de subvalorização da sua condição de trabalho, em função da ausência de garantias e direitos trabalhistas, mas ao mesmo tempo a carência de associação entre a condição da informalidade e os riscos à saúde.

O contexto da informalidade, presente nas categorias analisadas e levantada também por Bernardino e Andrade (2015), destaca-se pelas condições quase sempre insalubres, com jornadas laborais extensas e remunerações baixas, promovendo circunstâncias de risco físico e mental à saúde dos trabalhadores.

Diante do atual cenário laboral que vivemos em todo o mundo e mais radicalmente em nosso país, onde a informalidade cada vez mais se distancia de uma excepcionalidade ou condição temporária, para assumir relevância entre as modalidades laborais para parte considerável da população, impõe-se à Psicologia Social do Trabalho o desafio de entender quais aspectos prevalecem entre os riscos à saúde do trabalhador, cada vez mais debilitado e refém de decisões políticas que o apartam da condição digna de sobrevivência.

Se a própria condição digna dos trabalhadores formais se vê afetada pela reforma trabalhista e pela recém-aprovada reforma previdenciária, que futuro podemos prever para os trabalhadores informais?

Nessa modificação das relações de trabalho, é importante ressaltar que, em todo o mundo, as leis trabalhistas e previdenciárias surgiram fundamentalmente para o trabalho industrial exercido em regime de subordinação, por prazo indeterminado e de forma concentrada em grandes empresas.

No Brasil, o sistema previdenciário sempre esteve intimamente ligado à consolidação e estruturação do mercado de trabalho, cujos recursos recolhidos sobre a folha de pagamento fazem parte de sua principal base de financiamento.

Outras proteções, direitos e benefícios sociais e trabalhistas estão atrelados ao modo de inserção do indivíduo sobre o mercado de

trabalho, como a proteção à saúde, o amparo na doença e no desemprego, reconhecimento e proteção para periculosidade, insalubridade, acidente de trabalho, qualificação do ambiente de trabalho, entre outros (MENDES; CAMPOS, 2004, p. 210).

A fragilidade é o signo mais evidente do ser informal e, tal como apontam Sobral e Freitas (2010), ao compartilharem processos semelhantes de inserção ocupacional, bem como as já citadas características de acesso educacional, condições de origem, cobertura de políticas públicas e abrigo legal à situação laboral, as pessoas aí localizadas se veem submetidas à vulnerabilidade social e ao risco de sua integridade física e mental, enquanto trabalhadores.

A opção pelo neoliberalismo é a clara adoção da ameaça à integridade do trabalhador. Estamos construindo um cenário perverso, onde um contingente cada vez mais significativo de trabalhadores vive ‘um dia de cada vez’, sem saber o que virá no dia de amanhã, na incerteza, na descontinuidade, em uma constante intermitência. A incerteza e a instabilidade concentradas na atividade realizada acabam se alastrando por todos os outros segmentos da vida desses sujeitos, que se veem impossibilitados de possuir alguma certeza sobre a realidade que lhes é imposta, seja sobre sua aposentadoria, seja sobre seu tempo livre – cada vez mais cooptado pela necessidade de sobreviver –, seja simplesmente sobre o quanto lhe vai restar de dinheiro no fim do dia. A incerteza laboral é característica, inclusive, do próprio ambiente de trabalho desses sujeitos: o espaço da rua, relatada pela perseguição e pela insegurança sofridas por quem se utiliza do espaço público para desenvolver sua atividade. E assim é vivida de forma concreta “a desorientação envolvida no marchar para a incerteza, para os tais buracos estruturais [...]” (SENNETT, 2011, p. 100).

A informalidade cada vez mais se associa ao processo de precarização do trabalho, demarcando, para além da deterioração das condições laborais, da desregulamentação e do não acesso a determinados direitos, a precarização da própria condição de vida dos trabalhadores, em níveis bem mais amplos e complexos do que o estritamente laboral. Isso porque a insegurança a que tanto nos referimos não se restringe apenas ao econômico, ela se instaura e impregna os laços sociais e a produção

subjetiva, instigando impactos importantes na saúde desses indivíduos e a corrosão do caráter evidenciada por Sennett (2011).

## REFERÊNCIAS

ALVES, A. E. S.; ALMEIDA, J. R. M. de. Trabalho informal em tempos “globalizacionistas”. *Histedbr*, Campinas, p. 238-250, maio 2009. Mensal. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33e/art15\\_33esp.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33e/art15_33esp.pdf). Acesso em: 13 jul. 2019.

ALVES, G. A “nova informalidade” do mundo do trabalho: aspectos da reforma trabalhista brasileira. Dossiê Emprego e Profissões, nov. 2018. *Com ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. Disponível em: <http://www.comciencia.br/nova-informalidade-do-mundo-do-trabalho-aspectos-da-reforma-trabalhista-no-brasil/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BALTAR, P. E. A.; DEDECCA, C. S. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 27, p. 65-84, 1997. Número especial.

BARBOSA, A. M. e S. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impreso), Curitiba, v. 19, n. 38, p. 121-140, 2011. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000100008>. Disponível em: <https://googl/MgogLT>. Acesso em: 25 maio 2017.

BERNARDINO, D. C. de A. M.; ANDRADE, M. O Trabalho informal e as repercussões para a saúde do trabalhador: uma revisão integrativa. *Revista de Enfermagem Referência*, Coimbra, v. serIV, n. 7, p. 149-158, dez. 2015. DOI <http://dx.doi.org/10.12707/RIV14049>. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-02832015000700016&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-02832015000700016&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 13 jul. 2019.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, M. da S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. *Caderno CRH*, v. 33, n. 58, p. 171-190, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792010000100011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792010000100011&script=sci_arttext). Acesso em: 13 jul. 2019.

DUTRA, R. C. de A. Comida de rua: estilo alimentar, temporalidade e sociabilidade nas ruas da cidade. In: Encontro Anual da Anpocs, 36., 2012, Águas de Lindóia. *Anais [...]. Águas de Lindóia*, 2012. p. 1-19. Disponível em: <https://goo.gl/2rzBNK>. Acesso em: 30 maio 2017.

FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. de. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, 2004. Disponível em: <https://portal-seer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18490>. Acesso em: 13 jul. 2019.

IRIART, J. *et al.* Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, p. 165-174, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v13n1/20.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

MENDES, R.; CAMPOS, A. C. C. Saúde e segurança no trabalho informal: desafios e oportunidades para a indústria brasileira. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 209-223, 2004. Disponível em: [http://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/SST\\_no\\_trabalho\\_informal.pdf](http://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/SST_no_trabalho_informal.pdf). Acesso em: 13 jul. 2019.

NOGUEIRA, M. O.; ZUCOLOTO, G. F. *Um pirilampo no porão*: um pouco de luz nos dilemas da produtividade das pequenas empresas e da informalidade no Brasil. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=30804](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30804). Acesso em: 13 jul. 2019.

OLIVEIRA, E. P. N. *Empreendedorismo em cenário de precarização laboral*: um estudo com trabalhadores de comida de rua. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. Oficina Regional de la OIT para América Latina y el Caribe. *En América Latina y el Caribe hay 127 millones trabajadores en la informalidad*. Lima, Perú, 2013.

PAMPLONA, J. B. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 225-249, 2013.

PEREIRA FILHO, F. de A. A. *‘Toda vereda de roça vai descambar na cidade’*: o trabalho dos galegos/crediaristas. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SATO, L. Diferentes faces do trabalho no contexto urbano. In: COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (org.). *Psicologia Social do Trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2017. cap. 7, p. 151-174.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter*: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SOBRAL, A.; FREITAS, C. M. de. Modelo de organização de indicadores para operacionalização dos determinantes socioambientais da saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 35-47, mar. 2010. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902010000100004>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902010000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000100004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 13 jul. 2019.

VILLAR, E. Los determinantes sociales de salud y la lucha por la equidad em salud: desafios para el Estado y la sociedad civil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 7-13, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104=12902007000300002-&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104=12902007000300002-&script=sci_abstract&tlng=es). Acesso em: 13 jul. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Closing the gap in a generation: health equity through action on the social determinants of health*. Geneva, 2008.

# O USO DAS CATEGORIAS ESPACIAIS NA ANÁLISE CRÍTICA DA SAÚDE MENTAL: POR TERRITÓRIOS ALTERNATIVOS ÀS RAZÕES INSTRUMENTAIS SISTÊMICAS?

*Aluísio Ferreira de Lima  
Pedro Renan Santos de Oliveira*

**G**rande parte da análise crítica e histórica da subjetividade no século XIX e século XX tem-se baseado na ideia de “fabricação” do normal e do patológico, sobretudo a partir da captura do fenômeno da loucura pela Medicina e Psicologia, assim como foi discutido por Thomaz S. Szasz (1977, 1979, 1984, 2008), Ervin Goffman (1974), Georges Canguilhem (2006), Michel Foucault (2006), Ian Hacking (1998, 2000), Didi-Huberman (2015) e outros. Antes desses trabalhos, Theodor Adorno já identificava essas questões nos escritos de 1944 e denunciava, ao sustentar a lealdade dos saberes psicológicos com o instituído, a recusa da Psicologia em penetrar “nas profundezas do inferno em que são impressas as deformações que depois vêm à luz como alegria, abertura de vistas, sociabilidade, como adaptação bem-sucedida ao inevitável e como senso prático bem resolvido” (ADORNO, 2008, p. 55).

Thomas Szasz (1979) escreveu que o discurso normativo e classificador da Psicologia e da Psiquiatria, ao se utilizar de metáforas comparativas com as doenças físicas, transformou em doença mental o sofrimento relacionado aos problemas estruturais do capitalismo. Dessas metáforas, derivam análises de que, a partir de meados do século XIX, as experiências de sofrimento e performances indesejadas foram subsumidas pelos

discursos psi transformados, ao longo de um processo gradativo, em dispositivos biopolíticos (re)produtores de formas de vida, uma vez que, para o poder institucional, importa apenas que os sujeitos “funcionem adequadamente”, de modo a garantir a produção de mercadorias, agindo de maneira controlável, previsível, adaptável e capaz de integrar-se socialmente.

Por meio dos estudos psi, as “descobertas” de que esse funcionamento adequado tinha limites amplos, dentro dos quais a produtividade e a coesão social estariam ameaçadas, produziram um terreno fértil para a fabricação de “patologias” e de formas de institucionalização ao longo do século XX. As pesquisas intituladas “Mad Travellers” (HACKING, 1998) e “Múltipla personalidade e as Ciências da Memória” (HACKING, 2000) ilustram as particularidades fundamentais daquilo que Ian Hacking chamou de “doenças mentais transitórias”. Na primeira pesquisa, esse autor mostra de que maneira o diagnóstico e enquadramento do “louco viajante” serviram para administrar a vida dos sujeitos que assumiam uma postura nômade em suas vidas, ao abandonar seus domicílios e trabalhos em uma jornada sem destino ou aviso prévio de retorno, tendo como função, nos Estados Unidos da América, a justificativa da deserção do serviço militar obrigatório. Na segunda pesquisa, Hacking explora como a fabricação do diagnóstico de “personalidades múltiplas” produziu uma “epidemia dos múltiplos” em pouco tempo, ao ser incorporada oficialmente no DSM-III. Nos dois estudos, é possível perceber claramente como as categorias clínicas fabricadas e utilizadas para descrever patologias específicas, denominadas como sofrimento mental e/ou psíquico etc., são necessariamente “patologias sociais”. A mesma constatação é feita por Axel Honneth (2007), ao retomar essa categoria para realizar a crítica dos efeitos das normas sociais e da limitação das condições de realização da vida, uma vez que se configuram como dispositivos sociais de disciplina e controle.

O trabalho de Robert Whitaker também é exemplar para o entendimento dos diferentes esforços dos discursos psicológico, psiquiátrico e institucionais para a fabricação de uma imagem<sup>3</sup> do sofrimento

<sup>3</sup> Imagem referida aqui não somente como objeto de contemplação dos olhos ou do pensamento, dotado de suporte material (como na pintura, no desenho, no cinema etc.), mas como aquilo que resulta do processo de “captura” pelos sentidos de algo no

mental atual e sua administração pessoal a partir do consumo de medicamentos. A pesquisa publicada no livro “Anatomia de uma Epidemia” (WHITAKER, 2017) apresenta os bastidores do desenvolvimento da indústria farmacêutica estadunidense e sua íntima relação com a *American Psychiatric Association* – APA, sobretudo no que se refere aos trabalhos comuns que possibilitaram o fortalecimento da ideia de cientificidade da Psiquiatria por meio de seu nivelamento com a Medicina geral no uso de medicamentos. Oriundas principalmente do pós-Segunda Guerra Mundial, nenhuma dessas drogas havia sido desenvolvida a partir da identificação de cientistas quanto a algum processo patológico ou anormalidade cerebral que pudesse causar esses sintomas. Em vez disso, foram receitadas como medicações psiquiátricas nas pesquisas pós-guerra que procuravam pílulas eficazes contra doenças infecciosas e tropeçaram em substâncias que afetavam o sistema nervoso central.

Whitaker (2017, p. 69) assinala que os “testes de clorpromazina, do meprobamato e do clordiazepóxido com animais revelaram que esses agentes cerceavam acentuadamente as respostas físicas e afetivas normais, porém o faziam sem causar perda de consciência. [...] Eles cerceavam o funcionamento cerebral de modo seletivo”, permitindo assim sua utilização de modo instrumental para administrar os afetos por parte do Estado. Exemplo evidente, conforme assinalou Giorgio Agamben (2015, p. 17-18), do uso crescente de pseudoconceitos científicos para fins de controle político, “a mesma operação da vida nua, que o soberano podia fazer, em certas circunstâncias, sobre as formas de vida, é agora maciça e cotidianamente atuada pelas representações pseudocientíficas do corpo, da doença e da saúde e pela ‘medicalização’ de esferas sempre mais amplas da vida”.

---

mundo, por um “espectador/observador” que obedece a regras, regulamentos, códigos e práticas. No caso, apropriamo-nos do estudo de Jonathan Crary (2012) sobre o surgimento da câmara escura, nos séculos XVII e XVIII, e sobre como passamos, a partir desses registros, a “fabricar” o mundo e educar nossa percepção, nossa capacidade de tornar algo visível e nosso modo de ver. Outra referência que utilizamos foram os trabalhos de Georges Didi-Huberman, sobretudo o estudo do que ele chamou de a “invenção da histeria” (DIDI-HUBERMAN, 2015), a partir de uma análise da iconografia fotográfica de Salpêtrière e seus desdobramentos e influência, principalmente no modo como a histeria passou a ser considerada uma patologia.

Não por acaso, o século XX foi o de etiquetamento, segregação, aprisionamento e aniquilação em grande escala dos desviantes e indesejados, assim como o século da invenção de tipos, sintomas, síndromes, medicações psiquiátricas e terapêuticas e internações asilares, por isso foi denominado o século da “fabricação de pessoas” (HACKING, 2000). “Diagnosticar” transformou-se em sinônimo de “estigmatizar”; “tratar” tornou-se equivalente a “internar”. A instituição asilar, com sua função de exclusão e aniquilação de subjetividades e de vidas, foi por excelência o território de destino de todos os tipos de indesejados<sup>4</sup> para a disciplinação, apesar de os saberes psi nunca terem conseguido encontrar palavras consensuais para denominar esse território. Conforme assinalou Szasz (1977, p. 61):

[...] a instituição para o confinamento de tais “pacientes” tem sido chamada de casa de loucos, asilo para lunáticos, asilo para insanos, hospital mental estadual, hospital mental, hospital para psicopatas, hospital psiquiátrico, instituto psiquiátrico, instituto psiquiátrico para pesquisas e treinamento, centro psiquiátrico e centro de saúde mental comunitário.

É certo que ocorreram resistências ao conjunto de conhecimentos e normas morais revestidas de científicas, as quais determinam o que é doença mental. Torna-se imprescindível dizer que o século XX também foi o século da crítica intelectual. Os trabalhos desenvolvidos desde os anos de 1950 por Ervin Goffman, Thomas Szasz e Michel Foucault, citados anteriormente, além de Franco Basaglia (2005), Theodor Sarbin e J. Juhasz (1982), entre outros, denunciaram as violências, abusos, impactos do etiquetamento e segregação da internação, que possibilitaram reflexões potentes para a crítica e enfrentamento dos problemas dos diagnósticos e da institucionalização. A desinstitucionalização tinha entre seus objetivos, como bem escreveu

---

<sup>4</sup> Uma vez que não se restringia ao internamento dos chamados insanos, mas também de homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos etc., como nos mostra, por exemplo, a pesquisa de Daniela Arbex (2013) ao apresentar no caso brasileiro os horrores da Colônia de Barbacena – Minas Gerais.

Franca Basaglia (2015, p. 26), “colocar concretamente em discussão os processos que impedem o homem de viver e de expressar suas próprias necessidades em um mundo de repressão e de violência: a miséria imaterial e não apenas material, a exclusão, a marginalização”, assim como a crítica da “existência de uma racionalidade que define, divide, controla, classificando tudo que não lhe assemelha, ou seja, que tutela o mundo produtivo de tudo que ‘atrapalha’” (2015, p. 26), impulsionando a criação de movimentos sociais,<sup>5</sup> a conquista de direitos e as reformas das instituições manicomialis.

Nesse ínterim, no decorrer do século XXI, conforme assinalam as pesquisas (ARAGAKI, 2006; COLVERO; IDE; ROLIM, 2004; GUIMARÃES, 2018; KODA, 2002; LAVRADOR, 2007; LIMA, 2018, 2010; OLIVEIRA, 2018; SADIGURSKY; TAVARES, 1998) entre outros, mesmo com todos os esforços para o cumprimento do projeto de desinstitucionalização, não foi possível a superação da captura

<sup>5</sup> Conforme assinalamos em pesquisas e no projeto anterior, no Brasil, a influência desses trabalhos fortaleceu as críticas ao modelo manicomial financiado pelo Estado desde 1960 e às políticas de saúde implementadas de forma autoritária, resultando na elaboração de propostas alternativas que vieram a se chamar “Reforma Sanitária: movimento pela reformulação do Sistema Nacional de Saúde” e, no final da década de 1970, a fundação do Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), imprescindível para implementação da Reforma Psiquiátrica brasileira, que teve como marco a aprovação da Lei 10.216/2001. Desde então, o Estado tem recebido apoio e apoiado os movimentos de luta antimanicomial, seja porque muitos dos representantes do governo são antigos militantes, seja porque o apoio às suas políticas representa (pelo menos hipoteticamente) uma melhoria nos aparelhos públicos de cuidado, garantia de medicamentos, previdência e aumento de empregos para os técnicos, ou, ainda, seja por força das pressões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, após a condenação do Brasil no caso de Damião Ximenes Lopes enquanto país violador dos direitos humanos (PONTES, 2015). Entretanto, o reconhecimento das complexidades e desafios que produzem os sofrimento mental ainda se dá a partir de uma redução do fenômeno do sofrimento mental à condição de problema técnico-assistencial, reproduzida pela compreensão de que existe uma doença a ser identificada e medicalizada pela psiquiatria, que direciona e ainda organiza muitas vezes os serviços substitutivos. O que se percebe atualmente é a persistência de um abandono de atenção e investimentos, em todos os níveis, sobretudo na dimensão socio-cultural, “apesar de apresentar uma relevância fundamental na proposta de desinstitucionalização e reinserção da loucura” (DIMENSTEIN, 2009, p. 8) e retomada em larga escala da construção de novos hospitais psiquiátricos com recursos públicos, na contramão da Lei 10.216/2001, conforme evidenciado claramente na tese de doutorado defendida por Simone Almeida (2015).

das experiências de sofrimento e performances não desejadas pelos saberes psi, sobretudo o psiquiátrico. Ocorreram inegáveis avanços, principalmente a proposição de novas terapêuticas, mais humanizadas em relação ao tratamento manicomial destinado às pessoas de forma hegemônica no século XX.

Todavia, nas coordenadas atuais, compreendemos que o capitalismo foi capaz de administrar suas contradições pela regulação do consumo e incorporou os desvios ao seu modo “normal” de funcionamento como forma de vida. Longe de serem excluídos, conforme ocorria até então, essas pessoas têm algum lugar garantido. Elas são consideradas produtos, contribuintes ativos, consumidores de mercadorias (principalmente medicamentos) e serviços. São representantes de uma cidadania fraca, que os torna usuários (dependentes) dos serviços de saúde mental e demais acompanhamentos neoliberais de acompanhamento psicológico e psiquiátrico, para somente depois se tornarem objetos de reabilitação e de inclusão na comunidade. O próprio ritmo do consumo, cada vez mais marcado pelas tecnologias, é inseparável das exigências de autoadministração contínua. A maneira como os padrões de consumo gerados pelas mídias e produtos de comunicação estão presentes em quase todas as esferas da vida se reflete na produção alucinante de mercadorias pela indústria farmacêutica.

Multiplicam-se os estados físicos ou psicológicos para os quais cada droga nova é produzida e comercializada como tratamento eficiente e obrigatório. Assim como no caso de dispositivos e serviços digitais, há uma invenção de pseudonecessidades ou deficiências para as quais novas mercadorias se apresentam como soluções essenciais. [...] Nas últimas décadas, um número cada vez maior de estados emocionais têm sido caracterizados como patologia, com o objetivo de criar novos e amplos mercados para produtos até então desnecessários. As tessituras maleáveis dos afetos e emoções humanos, que são apenas sugeridas imprecisamente por noções de timidez, ansiedade, desejo sexual instável, distração ou tristeza, foram indevidamente convertidas em distúrbios e colocadas sob a mira de remédios extremamente lucrativos (CRARY, 2016, p. 63-64).

Reduzidos aos enquadramentos nosológicos, é esperado que, na narrativa de sofrimento dos sujeitos atendidos pelos profissionais,

apareçam as “pistas” para o reconhecimento e o diagnóstico a partir de um código oriundo dos manuais que referenciam as patologias das interações interpessoais, “sem o peso das implicações afetivas que são inseparáveis do reconhecimento operado por outro ser humano” (AGAMBEN, 2014, p. 82). Experiências de sofrimento diretamente relacionadas a questões interseccionais, tais como misoginia, lgbtqfobia, elitismo, machismo, racismo, problemas com o próprio corpo etc., têm sido capturadas e reduzidas ao significante “sofrimento mental”, junto a um conjunto maior de doenças destinadas aos territórios limites, que ganharam outra configuração na sociedade capitalista. Passamos a ser obrigados a lidar com exigências de autossuficiência e adaptação a condições cada vez mais dinâmicas e precárias de vida, uma nova biomoralidade “centrada na felicidade e presença do sofrimento” (ŽIŽEK, 2011, p. 64), legitimador de práticas de violência ética (BUTLER, 2015), que sustentam uma “cultura” que promove determinada forma de vida, na qual o sofrimento deve ser administrado em prol da lógica capitalista (JAEGGI, 2015).

A dissertação de mestrado de Raquel Rubim Guimarães (2018) e a tese de doutorado de Pedro Santos de Oliveira (2018), defendidas recentemente no PPGP UFC, oferecem bons exemplos dessa análise. Na primeira, Guimarães apresentou um contraponto importante na análise de sua participação nas reuniões de equipe de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no município de Fortaleza ao registrar as narrativas cotidianas dos profissionais acerca das *condições de cuidado* e suas implicações no *modo de cuidar*, as quais permitiram identificar os efeitos da manutenção da desestruturação da rede substitutiva de Saúde Mental. Contratos frágeis e precários, falta de medicação, redução de profissionais e o não reconhecimento de suas demandas, inclusive as indicadoras de adoecimento dos mesmos e as ameaças por parte dos gestores, reforçam as dificuldades de os profissionais operarem com suas racionalidades de uma maneira mais reflexiva e crítica, considerando as singularidades de cada história de vida, reduzindo suas ações terapêuticas à ação limitada da administração de sintomas, mediante a prescrição massificada de medicamentos e encaminhamentos para hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas.

Oliveira (2018), por sua vez, identificou os instantes em que a performatividade da linguagem, utilizada pelos especialistas para categorizar as patologias, tenta capturar as performatividades corporais narradas, de modo a torná-las visíveis de modo padronizado. Essas narrativas de história de vida das pessoas atendidas permitiram a compreensão da manutenção de uma racionalidade instrumental que, na operação dos jogos de linguagem e nas práticas de cuidado cotidianas em Saúde Mental na Atenção Primária de Saúde de Fortaleza – Ceará, a despeito de todos os sofrimentos oriundos da vida em condições precárias a que as pessoas estavam submetidas, tratava o corpo biológico (objeto da linguagem médica hegemônica) como análogo ao corpo social e impunha “uma só pedagogia e modelo interventivo entre o corpo do sujeito e o corpo social” (OLIVEIRA, 2018, p. 382). Aliás, este trabalho também permitiu que discutíssemos o uso das categorias espaciais na crítica das ações em Saúde Mental e avançássemos na análise acerca da forma como são produzidos os territórios em que se vive, se produz e se reproduz a vida humana.

Para além de certa concepção de que a rede é o território (o fora das unidades de saúde), a análise das verticalidades e horizontalidades expressaram as contradições nas ações de cuidado. Conforme assinalou Milton Santos (2014), se as verticalidades são vetores de uma racionalidade hegemônica, as horizontalidades são o teatro do cotidiano, ao mesmo tempo o lugar da cegueira e também o lugar da descoberta.

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contra-finalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta (SANTOS, 2014, p. 286).

Milton Santos elucida que as horizontalidades, dialeticamente, têm capacidade de resistência às verticalidades estabelecidas nos fluxos do capital. Os lugares também podem se “refortalecer horizontalmente,

reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo”, diz Milton Santos (2014, p. 288). Isso quer dizer que a ação política (de resistência), em base local, e fortalecedora das horizontalidades, é que é confrontadora dos domínios de imposição de uma lógica de produção internacional ou de imposição de racionalidade instrumental colonizadora.

Na tese de doutorado de Oliveira (2018), o território por vezes foi confundido pelos entrevistados com o espaço, por vezes remetido ao lugar. Entretanto, o mais evidente foi a associação entre limites e divisão. Esses dois atributos eram as principais características de um dado território, a exemplo do próprio bairro em que se encontrava o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) como um território, e mesmo o serviço, ele mesmo, como um território. O exemplo do serviço mesmo como um território possibilitou a discussão da característica relativa “escalar” do território (variável relacionada ao nível de escala geográfica e política em que se analisa dado espaço social) e também dizia das relações que constituem um espaço como definidor de territórios.

As ações desse serviço substitutivo de Saúde Mental pareciam assumir a necessidade de entrelace entre saúde e território aparentemente sempre constante nos relatos dos profissionais a partir da ideia-conceito popularizada de Milton Santos, que denomina de “território-vivo” as modificações constantes nos processos de construções sociais do espaço, especialmente quando se dá relevo às questões sociossanitárias. A perspectiva de saúde que dizia respeito ao território, por sua vez, parecia ligada a um campo de práticas que rompiam com a conduta enfaticamente “clínica” do fazer no campo. Parecia ligar-se ao que mais comumente se chama de promoção da saúde, embora nem sempre definida com clareza ou precisão pelos profissionais.

A ligação (*link*) entre construção dos espaços e produção da vida diante dos resvalos nos estados de saúde ou na própria compreensão da produção social da saúde nem sempre parecia clara. Afinal, a sistematização nos CAPS do modelo biomédico e das formas de assistência não esclarecem sequer o que significa “atenção territorial” ou “ação em rede”, quase sempre dissolvidas ou tomadas uma pela outra.

Após, então, a inserção no serviço, a pactuação com profissionais e fundidos os horizontes dos temas que interessavam à pesquisa, Pedro Santos Oliveira desenvolveu uma oficina que foi extremamente importante para a Tese, denominada “Oficina de Território e Saúde” (OT). A análise do material empírico propiciado pelo conteúdo das narrativas nessa OT evidenciou, por um lado, que diversas perspectivas de território (e, por vezes, entrelace com a própria ideia de comunidade) são as próprias condições para operar um conjunto de abordagens de cuidado e, por outro, são as próprias expressões da territorialidade, ela mesma representativa das heterogeneidades e das contradições sociais.

Assim, em vez de falarem sobre espaço ou lugar (tema debatido na OT), a categoria que remete a espaço-temporalidade nas práticas de cuidado mais presente no cotidiano dos serviços de saúde é o “território”. Ou seja, ao longo dos diálogos e narrativas estabelecidas, especialmente pelos profissionais, o território é o representativo do “contextual”, do “cenário” de atuação. Nos usuários, essa mesma expressão contextual diz respeito à concepção de comunidade (moradia em regiões cuja característica coletiva da vida é flagrante).

As aparições do “território” se davam, portanto, de diversos modos e sob várias perspectivas. O local, como território, é a história expressa de um coletivo que ali se estabelece. É também o território expressão das heterogeneidades e das contradições sociais em que operam os grupos humanos em dado local, como se vê neste trecho que apresenta a narrativa de um dos profissionais participantes da Oficina de Território e Saúde:

[Território] pra mim não é um conceito de espaço homogêneo onde... pelo contrário, é bastante heterogêneo. Mesmo em comunidades na região periférica de Fortaleza, você chega numa comunidade da periferia da cidade, você tem ali várias condições de vida, condições econômicas e sociais que tão lá misturadas muitas delas. [...] Você tem uma percepção de que na grande maioria dos territórios que estão inseridos as equipe de saúde da família tá lá uma realidade de sofrimento, de dificuldade, de desigualdade social violenta, gritante, em comparação com as áreas centrais da cidade, principalmente. Lá [no território de sua atuação como profissional] se desenvolvem as pequenas desigualdades que a

nível, quando a gente olha, a nível do espaço, do território maior, do município ou do Estado. Aí você consegue obviamente captar mais fortemente as várias desigualdades que permeiam e que caracterizam a nossa sociedade (PAPS2).

Outro profissional, ao comentar sua concepção de território, aponta que saúde e território são produzidos e a separação dessas produções sociais expressa territorialidades que fazem com que os serviços de saúde se compreendam como fora da própria comunidade ou realidade local. A narrativa do profissional evidencia a presença multiterritorial e a relação com a saúde:

Eu acho assim que na verdade a unidade de saúde ela, às vezes não faz, mas é pra fazer parte do território, né. Muitas vezes ela ainda tá fora do território. Você tem uma unidade que tem uma área muito grande e aquela equipe tem um território, então, na verdade, é pra tá. Então, assim, eu acho que a produção de saúde é totalmente dependente daquela organização daquele território (PAPS5).

E segue, ao entrelaçar o território com as dinâmicas de poder do Estado:

Acho que a saúde daquela comunidade ali é totalmente dependendo [dependente] dos reflexos das condições de vida. Porque muitas vezes, assim, não é que seja culpa das pessoas que estão ali, mas é reflexo do modo de vida que elas têm, né. Assim, do que elas fazem que às vezes falta o poder do Estado na verdade de promover a saúde naquela [comunidade], né (PAPS5).

É certo que concepções de território, em uma perspectiva de ordem mais funcionalista, também habitam as narrativas dos profissionais. Nestas, em vez da compreensão do espaço ele mesmo produzido, ainda habita em concomitância a ideia de território como variável de produção do oposto da saúde, o meio de propagação da doença; o lugar de atuação, racionalmente dividido, para impedir ação de vetores patogênicos e, por isso, necessário à razão sanitária, tal como podemos observar no trecho: “O território é uma área de abrangência onde uma equipe faz todo um atendimento, certo? Em relação é isso que eu... o que eu aprendi (PAPS3)”.

Entretanto, na maior parte das narrativas, os profissionais são críticos à concepção reduzida do território (como área de abrangência de dado serviço de saúde) e falam do imperativo de os serviços agirem para além dos “próprios muros”, de agirem fora da unidade de saúde. Nessa direção, recorrentemente, profissionais da Saúde Mental dizem que o território é o que está fora do próprio serviço e a grande questão é a saída da unidade:

A gente precisa todo tempo estar com ele para além dos muros do serviço e estar também o profissional fora do serviço. Eu acho que essa é a maior dificuldade que hoje todos os serviços enfrentam. Se fala em rede, se fala em rede, mas as pessoas não se movimentam. Não movimentam a rede e a rede você não precisa ter algo formal pra que ela se articule. É sair mesmo da sua casa e visitar o vizinho, perguntar o que ele faz, o que ele tem (PCAP1).

Outra profissional da Saúde Mental remete a questões afetivas (medo) como constituintes dos entraves da relação com o território na sua análise sobre a decisão de estar mais voltada às práticas de base territorial:

Eu não tenho medo do território, tem gente que morre de medo de ir pro território eu não tenho medo. Gosto de fazer visita, gosto de tá no meio do povo, quanto mais perto do povo melhor porque eu alcanço, porque eu fico imaginando o território assim às vezes a gente critica nós da saúde mental AD nós criticamos a postura das comunidades terapêuticas né, que a maioria, noventa por cento é de cunho religioso né, mas são eles que tão no território (PCAP4).

A profissional acima assinala mais coisas: que serviços como as comunidades terapêuticas ou outras instituições religiosas conseguem estar mais próximas dos usuários devido à inserção territorial. Ou seja, são condições para outras possibilidades de vínculo, presença na comunidade e produção de novas lógicas de agir a dimensão territorial em saúde, sobretudo no caso da Saúde Mental (campo em que atua a profissional acima). A ação de se inserir no território é refletida na fala como um passo além do que apenas “compor” o território.

Na direção dessas multiplicidades do produzir-se espacialmente, a categoria território apresenta-se associada ao modo de vida de dadas comunidades, como se vê no relato abaixo:

As pessoas se agrupam, vivem, moram, vivem e constroem suas vidas em um espaço e aí tem a ver com o espaço, óbvio, e que, vamos dizer assim, determina ou condiciona aquela unidade de pessoas, aquele grupo populacional são essas... obviamente, inicialmente tem a ver com a história delas, com a origem, de onde veio, vieram e etc. e tal. Obviamente que, e aí são determinadas pelas condições de vida mesmo, ou seja, como nasceram e como se desenvolveram os grupos, como eles se organizaram pra viver. Então o território tem a ver com isso, tem a ver com... você vai encontrar no território modos de vida e condições de vida (PAPS2).

E segue o mesmo profissional, em narrativa que trata da trama complexa da territorialidade enquanto dimensão da produção espacial (social) da vida:

Em muitos territórios tem pessoas que vivem numa forma e outras que vivem de uma forma totalmente diferentes. Até porque isso tem a ver também com as várias divisões sociais que tem dentro do próprio território. Pra mim não é um conceito de espaço homogêneo onde... pelo contrário, é bastante heterogêneo. Mesmo em comunidades na região periférica de Fortaleza – você chega numa comunidade da periferia da cidade – você tem ali várias condições de vida, condições econômicas e sociais que tão lá misturadas, muitas delas (PAPS2).

Assim, os profissionais, quando superam a ideia de território como um artefato funcional da assistência à saúde e o compreendem como dimensão do espaço, como categoria estratégica para compreender as condições do desenvolvimento local, articulando identidades, diferenças, desigualdades, produção técnica e tecnológica em dadas condições global e local são atualizadas. Território e as territorialidades como modos de expressão das singularidades parecem ter efeito importante na superação de dada instrumentalidade do conceito de território em saúde. Territorialidade e multidimensionalidade da produção da vida parecem andar juntas se essa concepção é dilatada.

Territórios e as expressões das territorialidades aparecem, portanto, de modo múltiplo. Por ora como área de abrangência, por vezes como uma paisagem ou uma descrição topográfica, por vezes como vivo (embora quase abstrato) e em trechos importantes como uma expressão das produções sociais locais contextualizadas em processos mais amplos. A territorialidade aparece quando a atividade de agir e dimensionar o território no cotidiano das práticas e dos serviços evidencia a construção do território pelos próprios sujeitos (profissionais de saúde), e não só pelo alheio outro (o usuário distante, outro que não o profissional).

O território como produtor de lugares revela seu potencial de resistência às hegemônicas territorializações (imposições sistêmicas de racionalidades e modos de pensar, agir, sentir). A lição da abordagem dialética dos territórios é decisiva: os lugares redefinem as técnicas. Os conjuntos de objetos ou ações que se instalam em dadas realidades, dialeticamente, inserem-se em tecidos preexistentes, e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto, de modo que sua presença também pode (ao menos em potência) modificar os valores e formas de expressão que já preexistem (SANTOS, 2014).

Mais do que um espaço de intervenção e operacionalização das políticas (como parece ser o entendimento usual dessa categoria nas políticas públicas), o território é também um espaço dinâmico e vivo que se estrutura mediante o cotidiano das pessoas nessa relação homem-ambiente e produz desdobramentos concretos na subjetividade de seus ocupantes, tendo um papel central no processo de saúde-doença dos viventes das realidades locais. Concordando com Saquet (2015), o território assume também o papel de ser um espaço de mobilização, organização, luta e resistência política. Tem-se então a possibilidade da territorialidade como práxis de transformação do território, tendo como horizonte ético conseguir autonomia, justiça social, combate às desigualdades, proteção das condições socioambientais, entre outros.

Entretanto, antes que pareça “romântica” (já que o “deveria” e “poderia” têm sido verbos marcantes nas palavras acima) a análise do que a literatura tem apontado sobre a apropriação dos sintagmas espaciais (território, territorialidade, territorialização, re-des-territorialização

etc.) na área da saúde, preciso dizer, com todas as letras, diante das leituras já apresentadas nas seções anteriores, que não há um território em saúde “por natureza”. O que a saúde faz, postulo, é criar um “território para a saúde”. Ou seja, cria um território para poder adentrar, por meio de construções de meios técnicos (geralmente atrelados à razão instrumental), na vida cotidiana das pessoas. Em vez de permear nos territórios de vida construídos horizontalmente pelas comunidades em suas relações com os locais, criam as condições para a imposição de territórios verticais. Quer dizer, em outras palavras, não há “construção” do território, na saúde, mas apropriação no sentido da “dominação”.

Nos territórios, dimensão estratégica para as atuais Políticas Públicas de administração da sociedade, enraízam-se mecanismos complexos de produção e reprodução de vida e a prática de saúde desenvolvidos pelos equipamentos de saúde que são fortes instrumentos de construção de uma materialidade e imaterialidade que evidencia os atuais modos de construção das formas de vida.

Não há, é preciso dizer, apenas construções de formas de vida por uma racionalidade abstrata (hegemônica) ou utopias de resistências (contra-hegemônicas) que são produzidas em instâncias globais, deslocadas da realidade local. As formas de vida são operadas desde as rugosidades (SANTOS, 2014) da vida local até os discursos técnicos sobre as parametrizações da vida; desde as técnicas utilizadas para os tratamentos de agravos em saúde até os modos organizativos de imersão de serviços de saúde nos locais de moradia; desde a construção de discursos do que é saudável até as restrições do que se pode ou não ofertar de serviços em uma unidade de saúde.

Tornando ainda mais palpável o que queremos explicitar sobre as tensões territoriais das produções ideológicas dos signos de cuidado (como instrumento de colonização do Mundo da Vida), destacamos a relação entre saber popular sobre a saúde e o saber técnico da assistência nos serviços de saúde. É preciso explicar: na medida em que os moradores de dadas comunidades periféricas e em situação de baixa renda e menor inclusão nos círculos de consumo dos produtores da saúde (planos de saúde, consultas médicas etc.) manifestam um discurso que preza pelo seu modo de vida e produção dos cuidados ligados

às sabedorias ancestrais e populares (como no caso das benzedei- ras, rezadeiras, raizeiras), eles estão disputando também o lugar em deter- minado contexto social. Ou seja, estão ali circulando valores, símbolos, significados distintos para as práticas de saúde. Isso implica um modo de expressão do território (construído por dadas horizontalidades) que é distinto dos saberes instrumentais verticalizados.

O conflito que destacamos é que a tendência das territorializa- ções das práticas de saúde, considerando-se apenas o modelo de de- senvolvimento posto pela racionalidade sistêmica que administra as formas de vida saudáveis, desconsidera e, gradativamente, anula os outros saberes que produzem a imaterialidade do território e sobrepõe materialidades expressas nos meios técnicos da organização das ló- gicas de fazer saúde.

Diante do que desenvolvemos neste capítulo, é importante des- tacar: se território é “meio técnico” (SANTOS, 2014), as práticas de cuidado territorializam “formas de vida” (HABERMAS, 2012) cuja Saúde Mental é um poderoso “signo” que resgata intersubje- tivamente os processos de imposição sistêmica das racionalidades monológicas sobre as dialógicas. Assim, percebemos como possível uma práxis emancipadora como um posicionamento ético: é neces- sário disputar as territorialidades. Nela se encontram o mundo da vida e meio técnico. Nela os conflitos sistêmicos se encontram em um microcosmo, e a história é expressa no “simples” contato comu- nicativo entre sujeitos construtores de sua história e de sua produção de cuidado em saúde.

O desafio parece ser: as técnicas (e seu meio) em saúde pre- cisam estar a serviço não das verticalidades (imposição dos sistemas, que desterritorializam), mas das horizontalidades (formação dos sen- tidos cotidianos, implicados nas significações sociais e ideológicas, que atravessam as relações). Em outras palavras, o desafio diz res- peito à construção de outras territorialidades (ou reterritorializações) que poderão construir outros modos de relacionamento da produção da saúde em que o cuidado não seja imposição de formas de vida li- gadas à administração da sociedade, mas conectadas ao horizonte da produção da vida.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. *Teoria estética*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2008.
- AGAMBEN, G. *Meios sem fins*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- AGAMBEN, G. *Nudez*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- ALMEIDA, S. C. *A política antimanicomial brasileira (2008-2013): repensando a implementação e seus condicionantes a partir do nível local*. 138 f. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2015.
- ARAGAKI, S. S. *O aprisionamento de selvas em diagnósticos na área de saúde mental*. 2006. 263 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ARBEX, D. *Holocausto brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- BASAGLIA, F. *Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BASAGLIA, F. O. Saúde/Doença. In: AMARANTE, P.; CRUZ, L. B. da (org.). *Saúde mental, formação e crítica*. Rio de Janeiro: Lapis, 2015. p. 17-36.
- BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 6. ed. revisada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- COLVERO, L. A.; IDE, C. A. C.; ROLIM, M. A. *Família e doença mental: a difícil convivência com a diferença*. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 197-205, 2004.
- CRARY, J. *Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

CRARY, J. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu, 2016.

DIDI-HUBERMAN, G. *Invenção da histeria: Charcot e a iconografia fotográfica de Salpêtrière*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

DIMENSTEIN, M. Desinstitucionalizar é ultrapassar fronteiras sanitárias: o desafio da intersectorialidade e do trabalho em rede. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, v. 1, jan./abr. 2009. CD-ROM.

FOUCAULT, M. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos & escritos, 1).

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GUIMARÃES, R. R. *A reforma psiquiátrica como projeto inacabado: por uma crítica da clínica e da política*. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. v. 2.

HACKING, I. *Mad Travelers: reflections on the reality of transient mental illness*. Massachusetts: Harvard University Press, 1998.

HACKING, I. *Múltipla personalidade e as ciências da memória*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

HONNETH, A. *Reificación: un estudio den la teoría del reconocimiento*. Buenos Aires: Katz, 2007.

JAEGGI, R. O que há (se de fato há algo) de errado com o capitalismo? Três vias de crítica do capitalismo. *Cadernos de Filosofia Alemã*, v. 20, n. 2, p. 13-36, 2015.

KODA, M. Y. *Da negação do manicômio à construção de um modelo substitutivo em saúde mental: o discurso de usuários e trabalhadores de um Núcleo de Atenção Psicossocial*. 2002. 195 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LAVRADOR, M. C. C. A psicologia e os desafios contemporâneos da reforma psiquiátrica. In: JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (org.) *Diálogos em Psicologia Social*. Porto Alegre: Evangraf, 2007. p. 361-369.

LIMA, A. F. *Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da psicologia social crítica*. São Paulo: FAPESP/EDUC, 2010.

LIMA, A. F. *(Re)pensando a saúde mental e os processos de desinstitucionalização: histórias, intervenções e desafios ético-políticos*. Curitiba: Appris, 2018.

OLIVEIRA, P. S. *Racionalidades, territorialidades e intersubjetividade: paralaxe para uma crítica às práticas de linguagem no cuidado em Saúde*. 2018. 424 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

PONTES, M. V. A. *Damião Ximenes: a condenação da “saúde mental” brasileira na Corte Interamericana de Direitos Humanos e sua relação com os rumos da reforma psiquiátrica*. 2015. 249 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SAQUET, M. A. *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SADIGURSKY, D.; TAVARES, J. L. Algumas considerações sobre o processo de desinstitucionalização. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, v. 6, n. 2, abr. 1998. p. 23-27.

SARBIN, T.; JUHASZ, J. B. The concept of mental illness: a historical perspective. In: AL-ISSA, I. (ed.). *Culture and Psychopathology*. Baltimore: University Park Press, 1982. p. 71-109.

SZASZ, T. S. *A fabricação da loucura: um estudo comparativo entre a inquisição e o movimento de saúde mental*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1984.

SZASZ, T. S. *Ideologia e doença mental: ensaios sobre a desumanização psiquiátrica do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SZASZ, T. S. *O mito da doença mental: fundamentos de uma teoria da conduta pessoal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SZASZ, T. S. *Psychiatry: the science of lies*. Syracuse, New York: Syracuse University Press, 2008.

WHITAKER, R. *Anatomia de uma epidemia: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e aumento assombroso da doença mental*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

ŽIŽEK, S. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

## O SOLISTA: SOLIDÃO E ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO

*Ricardo Pimentel Mélo*

**E**ste texto une inquietações advindas de duas reverberações: o filme *O solista* e a prática de Acompanhamento Terapêutico (AT). Tanto uma como outra são passíveis do exercício cotidiano da Psicanálise, mas meu objetivo é que as reverberações do filme possam ser aproveitadas por certa clínica considerada nômade.

As práticas psicanalíticas variam em função de “seus distintos desdobramentos” (DARRIBA, 2013), que podem tornar “[...] a clínica um campo de descrições e narrativas concorrentes acerca do que vem a ser o mal-estar, o sofrimento e os sintomas para uma determinada época ou cultura” (DUNKER, 2011, p. 128). Nos desdobramentos, está em jogo certa racionalidade de critérios diagnósticos e de condução de uma análise que, ao fim, constitui um *setting* clínico, cuja centralidade se faz na relação transferencial.

O *setting*, conceituado por Zimmerman (1999, p. 301), como “[...] a soma de todos os procedimentos que organizam, normatizam e possibilitam o processo psicanalítico”, faz-se não apenas por regras explícitas em um contrato, mas pela constituição do campo terapêutico ou situação analítica garantida “[...] pela posição simbólica assumida pelo analista no percurso de uma análise” (SANTOS, 1994, p. 19). Essa posição se define por uma postura ética de escuta, “[...] a ser ocupada pelo

analista que abre mão do seu saber/poder para que o sujeito a aparecer na análise seja o analisante” (LANDI; CHATELARD, 2015, p. 165).

Assim, podemos afirmar que o *setting* se faz menos por uma estrutura física e mais quando “[...] determinada forma de sofrimento alcança legitimidade e reconhecimento social, mobilizando os dispositivos de cura, tratamento ou terapia, sejam eles de natureza formal, sejam de natureza informal” (DUNKER, 2011, p. 265), gerando demanda de análise, mobilizando o analisando, o analista e a transversalidade da cultura que os constituiu como humanos. Isso tudo ocorre a partir da técnica que, como estratégia, estabelece a transferência, para que haja associação livre e trabalho do inconsciente na análise.

Fédida nos lembra que a transferência, como uma espécie de estrangeiro, não pode ser embotada pelo intelectualismo do analista, como se a análise dependesse apenas da eficácia de suas intervenções e investimentos narcisistas (FÉDIDA, 1989, p. 100). Assim, reafirmamos que a instauração do *setting* que autor chama de “situação analítica” (FÉDIDA, 1989) se concretiza em associação livre, atenção flutuante e relação transferencial. No *setting* se constrói um caso clínico, a partir da investigação dos encontros operados pelo analisando, em suas maquinações desejanter inconscientes, por meio do manejo da transferência.

O *setting* deve ser entendido como um território instaurado à medida que o “caso”<sup>6</sup> aflora do cotidiano vivido por certa singularidade (analisando), cujo corpo-vida (chamaremos de corporeidades) se fez em certa rotina urbana, certamente violentada, por signos que o constituíram, ao mesmo tempo em que lhe foram impostos, tentando docilizá-lo (FOUCAULT, 2008a). Não há como negar que os movimentos inconscientes se fazem em fluxos nos agenciamentos/conexões que arranjam, mediados pelo nosso corpo. Este deixa de ser um composto anatômico que abriga a psiquê/alma, para, vibrando com a vida vivida, ser entendido como “corpo social” (corporeidade).

---

<sup>6</sup> Neste texto, seguimos a perspectiva de “caso clínico” de Dunker, que relaciona esse conceito à noção de Mauss (2003) de “fato social total” (DUNKER, 2011, p. 128), valorizando como inevitável um retorno à Etnografia: todos os acontecimentos estão integrados a uma rede ampla que lhe dá vida social.

A corporeidade vivida mistura prazeres e dores, em expressões de afetos maquinadas e elaboradas enquanto nos deslocamos na vida, numa tentativa, sempre vã, de esgotar o vivido em uma interpretação.

Na complexa análise de nossos modos de viver, não podemos nos prender a uma “racionalidade diagnóstica” que inverte a ordem metodológica, a qual deveria guiar nossos trabalhos no Acompanhamento Terapêutico (AT),<sup>7</sup> colocando o sintoma como fundamental e esquecendo os múltiplos mal-estares que o causam. Como ignorar a ordem neoliberal reacionária que avança no Brasil, provocando sofrimentos e sintomas? Como ignorar a súcia de personagens políticos que se aproveita de cargos de governo para, perversamente, nos impor sofrimentos? Como ignorar discussões sobre corpo e poder, no debate contemporâneo sobre pós-colonialismo (FANON, 1979; SANTOS, 2004),<sup>8</sup> e a tanatopolítica<sup>9</sup> (FOUCAULT, 2004), que converge na denúncia do extermínio do outro?

Outra discussão necessária a ser abordada, antes de focalizar o filme, refere-se à perspectiva de “saúde mental” que adotamos. Foucault (2008b, 2011) realizou importantes estudos sobre o nascimento da medicina moderna (empirista), que reorganizou a relação médico-paciente e, com isso, fez valer certo olhar “clínico”, o qual priorizou a organização das doenças na espacialidade anatômico-corporal, inserindo a patologia “[...] em uma trama orgânica em que as

---

<sup>7</sup> Trata-se de uma prática que nasce no âmbito da luta antimanicomial, como alternativa a tratamentos em espaços tradicionais (hospitais, clínicas e consultórios), como uma prática itinerante que visa a ampliar a escuta clínica e o vínculo com as pessoas acompanhadas (diagnosticadas “com” psicose, depressão/melancolia, “adições”, “demências” etc.). Surge na década de 1960, sob influência da Psicanálise, a partir das comunidades terapêuticas argentinas (sem qualquer relação com o que hoje se chama de comunidade terapêutica, no Brasil), expande-se aos trabalhos terapêuticos de clínicas psiquiátricas, em Porto Alegre, ampliando-se com diversas mudanças, mas sempre aliando movimento com elaboração e cuidado em saúde em liberdade. Uma importante mudança que caracteriza o AT, no contemporâneo, foi sua entrada no serviço público de saúde (PALOMBINI *et al.*, 2004).

<sup>8</sup> Registre-se, nesse debate sobre “pós-colonialismo”, a retomada da importante obra do psicanalista e ativista político martinicano Frantz Fanon (1979), o qual se dedicou ao estudo do processo colonial e impacto da colonização sobre o “sujeito dominado”.

<sup>9</sup> Foucault indica que a população, desde o final do século XVIII, sofre ações do Estado como gerenciador da vida dos viventes (biopolítica), ao mesmo tempo em que a “massa”, isso entendido como Tanatopolítica.

estruturas são espaciais, as determinações, causais, os fenômenos, anômicos e fisiológicos” (FOUCAULT, 2008b, p. 209). Isso passou a funcionar para as “doenças” que aparentemente não tinham localização imperiosamente identificável no corpo (embora se procure essa localização até hoje), mas o sintoma era: ser diferente da maioria, não se comunicando como a maioria, não reconhecendo a “realidade” como a maioria etc. Chamou-se isso de doenças da razão, ou mentais, ou loucura (FOUCAULT, 1978).

“Doente mental” é um marcador terrível, pois inclusive é dissociado de referencial importante para a vida humana: o tempo. Pontalis (1997 *apud* CELES, 2010) já nos dizia que “[...] o que há de mais caracteristicamente originário na psicanálise é precisamente a ideia de que o tempo não passa” (CELES, 2010, p. 67), querendo significar que nos acompanham sempre as experiências que tivemos na infância, ou mesmo sensações advindas da vida intrauterina (CORIAT, 1997; VORCARO; SANTOS; MARTINS, 2018). O tempo da psicanálise é um tempo da “ressignificação”, um tempo que passa, demarcando a nossa transitoriedade e um tempo que não passa com vivido, sempre se tornando presente (ALONSO, 2008). Todavia, ao classificado como “doente mental” não é facultado tempo de resignificação e de reconstrução, porque é um sem tempo presente, marcado a ferro e fogo como “doente mental”, é condenado à eternidade de uma doença incurável que o faz não ser um humano comum, por lhe faltar a razão. Sua “doença” é vista “[...] para além de suas vicissitudes temporais e nominais, é um invariante histórico” (PELBART, 1989, p. 40), com nomes mutantes: desrazão, loucura, doença mental.

A binaridade que mantém os normais, corpo/alma, falta a esse doente, como se pudesse ser caracterizado como um corpo sem habitante, sem a razão para lhe indicar normativas. Como cuidar de quem não tem “alma” e passou a ser considerado um morto vivo, que é perigoso, porque alienado/demente/sem controle? O rótulo patológico, como o de “doente mental”, permanece indicando um corpo que não importa. Um corpo que não tem a vibração que os normais esperam, e sua força está exatamente em sua indeterminação:

Nada pode ser dito sobre a doença mental sem que antes ela seja devolvida ao seu lugar de origem — a história. Pois a patologia mental não é um dado da natureza, mas um produto histórico. Não se trata de buscar nas condições sociais e culturais os elementos que concorrem para a irrupção efetiva de tal ou qual doença mental, mas, num recuo epistemológico, verificar sob que condições se constituiu historicamente uma entidade reconhecida e designada como doença mental (PELBART, 1989, p. 214).

Como veremos, ao comentar o filme *O solista*, o modo como alguém se inventa é importante para um AT, para que a terapêutica ofereça possibilidades criativas de convivência com os sofrimentos, por um lado, minorando-os e, por outro, favorecendo que sejam potência impulsionadora da vida. Caso entendamos os mal-estares que nos atravessam como forças que pedem passagem como sintomas (distúrbios alimentares, uso compulsivo de álcool, manifestações psicossomáticas, consumo excessivo de antidepressivos), podemos nos aproximar dos sofrimentos humanos. Nós sempre fracassaremos nas terapêuticas, se nos limitarmos a colocar em prática isomorfismos do tipo “o diferente é louco”; se abandonarmos as análises dos laços sociais que nos dão contorno: “A vocação do dispositivo analítico é criar condições de escuta das diferenças que se agitam na constituição de nossa subjetividade. Elas se fazem presentes através de um mal-estar” (ROLNIK, 1995, p. 97). A entrada na vida humana dos conceitos de normal e anormal criou a medicina psiquiátrica, como política de governo. E temos de ter cuidado, para que a psicanálise e o AT não sejam incorporados como técnica de vigilância e normalização.

## Um pouco do filme

Feitas essas observações iniciais, vamos ao filme, entendendo que o utilizamos para desencadear considerações sobre o trabalho de Acompanhamento Terapêutico (AT). *O solista* é um filme anglo-americano lançado em 2009. Foi dirigido pelo britânico Joe Wright, cujos pais tinham um teatro de fantoches. Esse diretor, até então, tinha dirigido dois filmes, *Desejo e reparação* (um drama familiar de 2009) e

*Orgulho e preconceito* (lançado em 2006, um romance que se refere também a uma história familiar).

*O solista* gira em torno de dois personagens, o jornalista Steve Lopez (Robert Downey Jr.) e Nathaniel Ayers (Jamie Foxx), nome artístico de Eric Marlon Bishop (um dos milhares de moradores das ruas de Los Angeles). Baseado em “fatos reais”, contou com a participação de moradores de rua de Los Angeles. Steve se encanta com a música que ouve, vinda de um violino com duas cordas tocado por Nathaniel, e se interessa por sua história. “Descobre” que Nathaniel é músico (não é “ex-músico”), que foi diagnosticado com esquizofrenia, é apaixonado por Beethoven e tem desejo de tocar num concerto.

Steve passa a acompanhar Nathaniel (certamente não como um AT) e inverte a tríade de uma análise “Mal-estar, sofrimento, sintoma”, manifestando interesse apenas pelo sintoma de Nathaniel. Esse encontro, cuja iniciativa parte de Steve, deve-se ao seu sintoma de busca constante de pautas para seu jornalismo. Essa compulsão certamente atrapalharia Steve, caso desejasse ser um at.<sup>10</sup> Steve impede que sua solitária vida pós-divórcio seja o centro do filme, e a trama capta bem essa evitação do jornalista em mergulhar em seus próprios sofrimentos e sintomas, dedicando-se aos outros, que lhe rendem o afastamento em pensar a sua própria vida, ou em pautar a sua vida como assunto a ser colocado à mostra. Assim, sua história de certo “fracasso amoroso” (também sintoma) se faz presente de forma secundária, porém, também importante para uma escuta flutuante que poderia levar Steve a variadas associações. Mas, mergulhado em sua solidão, mascarada por atividade laboral, segue em sua “preocupação” com o outro. Essa situação de Steve serve para que pensemos o AT: pode ser um sintoma para evitar pensar sua própria vida, à medida que se dedica à vida dos outros. São terapeutas sem sua própria análise competente.

Voltando ao enredo do filme. O jornalista tem a constante preocupação de retirar Nathaniel das ruas e fazê-lo tocar em uma orquestra. Em seu contínuo e “aparente desprendimento” de si, Steve “descobre”

<sup>10</sup>Como de praxe, diferencia-se “AT” (Acompanhamento Terapêutico) de “at” acompanhante terapêutico, pelas letras maiúsculas e minúsculas, respectivamente.

que Nathaniel foi aluno de uma prestigiada escola de arte. Ressalto “aparente desprendimento”, porque o jornalista continua sendo atravessado pelos fluxos de seus problemas e da sociedade de controle que o capturou e faz com que ele reproduza modos de viver impositivos de certa rotina considerada normal: não imagina que a rua pode ser espaço de acolhida e faz milhares de pessoas terem vida; não se detém para conhecer o que levou Nathaniel às ruas e sequer aventa a possibilidade do nomadismo urbano como possibilidade de vida; não se questiona se é apropriado o propósito de tirar Nathaniel do espaço urbano que o acolheu (as ruas) e de seu modo de viver. A relação entre o jornalista e o músico é rigidamente hierarquizada, a ponto de Nathaniel dizer que Steve é seu “deus”, comparando inclusive a vida do jornalista nas alturas da redação do jornal *Los Angeles Times* com o céu. Certamente, essa situação de endeusamento pode aparecer em AT.

No filme, há uma referência ufanista aos EUA, em função de sua bandeira entrando em várias cenas, em aparições furtivas, flamulando o que poderia ser um dispositivo patente do mal-estar na cultura norte-americana e, talvez, em grande parte do mundo, relacionada a sofrimentos e sintomas, caracterizando o que os EUA vêm representando há décadas: intolerância ao diferente, ode à vida sem dor e solidão proveniente de uma cultura narcisista, onde laços de amizade são substituídos por laços comerciais. Ou seja, o mal-estar que aparece no filme se torna visível no sintoma do jornalista que volta para casa e se frustra, por não encontrar recados em sua secretária eletrônica, em uma vida cada vez mais mediada pela proliferação de tecnologias, as quais simulam a presença humana, privando-nos de relações públicas nas ruas, territorializando-nos em vidas privadas. A vida do jornalista é o protótipo da vida de milhares de outras pessoas, exposta nas “redes sociais”, expressando felicidade em rostos sorridentes, evitando o reconhecimento de suas dores, expondo sofrimento apenas quando advém de outros, mas, mesmo assim, uma exposição fortuita, como uma dor vazia, esvaziada de si, não solidária à fluidez da vida: “[...] como se a dor não tivesse objetivo” (DURAS, 1986, p. 61). Assim, funcionam como máquinas de consumo homogeneizadas capturadas, sintomaticamente, evitando a própria vida de dores.

Correlato a esse sintoma social,<sup>11</sup> Steve, em uma “relação passional”, pensa ser capaz de oferecer prazer ao outro (no caso, Nathaniel), “[...] sem ser para este mesmo objeto fonte de sofrimento” (AULAGNIER, 1985, p. 155). Nesse ponto, a dor perde sua capacidade de vitalidade.

Nessa relação em que um (Steve) apresenta dependência passional ao outro (Nathaniel), embota-se o risco de morte, real ou simbólica, do outro: ao mesmo tempo em que o jornalista mostra o outro para o público, ele se torna o centro do espetáculo, sob o pretexto de estar retirando uma celebridade musical das ruas. Nesse caso, podemos começar a entender *que o solista, ou aquele que quer tocar sozinho, é o jornalista*. Este é um solista de si: deseja, na “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1997), embotadora de sofrimentos, disfarçar os sintomas de solidão, expondo-se em uma vitrine virtuosa, trazendo para si os olhares sociais, mesmo que isso custe usar outros. O jornalista é “solista”, porque tem em si o foco do espetáculo. O músico é “solista”, porque toca para outrem, e porque não quer a luz do espetáculo sobre si, porque entende que nenhum solista toca só, visto que só é reconhecido como solista na relação com um outro, seja a orquestra, seja a plateia que o acompanha, para que a música ecoe além de si. As solidões não são iguais e não têm os mesmos efeitos. Em nossas comparações, podemos entender que Nathaniel parece funcionar como um at para Steve, na medida em que oferece sua corporeidade ao acompanhar Steve; em vez de fazer desse acompanhamento vitrine para si, usa sua solidão para vibrar a solidão do jornalista, este, sim, o verdadeiro ajudado nessa relação.

<sup>11</sup> Vale aqui uma observação: como afirma Kehl (2010), não é consensual o conceito de sintoma social em psicanálise, tendo em vista as singularidades de análise das categorias sujeito e sociedade. Por outro lado, os sintomas são manifestações de algum sofrimento, mesmo se desconhecendo as suas causas e, certamente, avançam, em cronicidade, sem tratamento. Portanto, podemos pensar em sintomas, individuais ou sociais, na linha argumentativa de Vanier (2002): “[...] condição do social e o modo particular de inscrição do sujeito no discurso, ou seja, no laço social” (p. 216). Assim, sob certas condições histórico-sociais que fazem circular modos de viver, nós nos inscrevemos em laços, favorecendo em cada um de nós certos sintomas, originados das nossas tentativas de organizar a vida humana. Podemos identificar que sintomas gerais emergem e como nos afetam singularmente.

## Solidão, um mal-estar contemporâneo

Freud já nos alertara para as mudanças em nossos modos de subjetivação: “As modificações psíquicas que acompanham o processo de civilização são notórias e inequívocas” (FREUD, 1976a, p. 258). Da mesma maneira, Freud sabia que as “verdades” científicas são sempre variadas e provisórias e dependem, de alguma forma, “do mundo externo real” (FREUD, 1976b, p. 212). Assim, temos de estar atentos às mudanças no mundo, para que a psicanálise não seja construída em mundos já não existentes na vida cotidiana. Nesse ponto, podemos sustentar que Freud e Foucault são concordantes em entender que a subjetividade tem história. Japiassu (2013) alude a “[...] uma segunda revolução individualista marcada pelo hedonismo e pelo narcisismo e entendendo o indivíduo apenas como Ego *espectador*, não só de sua própria dissolução, mas de um mundo identificado pelo espetáculo midiático”.

Tal revolução também é defendida pelo sociólogo Gilles Lipovetsky (1989), enquanto o filósofo Alain Renaut (2000) menciona um individualismo que, inspirado em tradições cristãs, valoriza a igualdade, mas uma igualdade que também quer que o singular desapareça (somos iguais na alma e na semelhança ao deus cristão, portanto, não há espaço para quem duvidar disso). Estamos, no contemporâneo, adoecendo, por cerceamento de nossas singularidades, ou melhor, de nossas dores e alegrias singulares: isso une uma “[...] preocupação exclusiva consigo, culto da independência” (RENAUT, 2000, p. 204) e sacrifica a vida comum na partilha das suas dores. Simplesmente porque não há espaço para expressá-las.

Como diria Bauman (2001), trata-se da modernidade líquida, a qual, a meu ver, faz-se mais pelos laços desfeitos do que pelos laços que unem, ou seja, a prisão ao consumo transforma tudo em objetos a serem descartados, por isso, fragilizam-se os laços que se tornam mutantes em função do modismo advindo dos olhares alheios: vivemos tempos nos quais, fortemente, alimentamo-nos do olhar do outro: o *Facebook* é um produto disso. Claro que nos formamos no olhar do Outro e por esse olhar deixamos de ser pedaço de carne para sermos humanos, mas chegamos à exacerbação disso, por meio das imagens que nos impelem

a mostrar ao outro que estamos vivos, o que significa: estamos felizes sempre “Rumo à Felicidade”.<sup>12</sup> Cada vez menos palavras e argumentos, e mais imagens pasteurizadas pela felicidade. Steve, esquecendo-se de cuidar de suas dores, busca essa espetacularização usando Nathaniel.

Perdemos a capacidade de falar sobre nossas dores. E o sintoma disso é a melancolia/depressão. Não há palavras para as dores, porque as imagens que divulgamos não registram nossos sofrimentos. Não elaboramos mais nada, porque o *Google* faz isso por nós, bastando digitar uma palavra e esperar pela resposta. Serres (2013) denomina essa geração nascida na era digital de “Polegarzinha” e “Polegarzinho”, restritos ao uso dos dedos polegares para digitar mensagens no celular. A “revolução tecnológica” tomou a palavra da nossa elaboração. Estamos perdendo a capacidade de narrar e, com isso, perdendo disposição para elaborar nossas dores e prazeres, perdendo a capacidade de viver a solidão como potência para olhar nossa vida e questioná-la.

O AT, em sendo um transitar pelas ruas e espaços urbanos, tornando o *setting* nômade, pode ajudar que a fala do acompanhado se faça elaboração. Em dois acompanhamentos que supervisionei, em estágio no curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), isso foi decisivo: em ambos os casos, de um homem e uma mulher, ele acompanhado há quatro anos, e ela há sete, em atendimento tradicional em CAPS-ad, ao saírem às ruas com seu at, desencadearam falas importantes sobre suas vidas, nunca antes expressadas. Ele, ao percorrer ruas de determinado bairro, acabou “por certo acaso” caminhando com a at na rua onde ficava a casa em que nascera, disparando conversas importantes sobre sua infância. Ela, ao pedir pra o AT acontecer em um parque, o qual não frequentava há muito tempo, também se lembrou de coisas importantes de sua meninice. A partir desses encontros, tais atendimentos tiveram avanços extraordinários. Assim, percebemos que

---

<sup>12</sup> *Rumo à Felicidade* é um filme do cineasta sueco Ingmar Bergman, que também tem um protagonista solista. De certo modo, tem em comum o tema de uma relação amorosa (neste caso, um casal de músicos), para pensarmos a nossa condição de comuns e os sofrimentos desencadeados em nossos corpos urbanizados e anestesiados pela lógica mercadológica, algum destaque em desempenho na vida, oferecendo-nos como produto inquebrável e resistente às transgressões nascidas de nossas dores.

a capacidade de falar sobre nossas dores pode surgir da mudança nas nossas estratégias de atendimento, construindo um *setting* que burle a prevalência de certos sintomas, instaurando uma “situação analítica”, que rompa com certo olhar e escuta que ainda herdamos de modelos hospitalocêntricos.

## **Modelo de olhar hospitalocêntrico x olhar clínico nômade**

Comparando com modelos de atendimento em saúde, pode-se dizer que o jornalista se detém capturado pelo modelo de atendimento/olhar hospitalocêntrico, mesmo quando o lugar de sua intervenção seja a rua. É um modelo caracterizado por centrar-se em supostos sintomas, quer para eliminá-los, quer mitigá-los, com enfoque unidimensional, geralmente centrado na figura do médico (psiquiatra, por exemplo), o qual, raramente, “[...] introduz outros profissionais [...] que também poderiam trabalhar com o paciente” (GOLDEMBERG, 1996, p. 50) e, quando os introduz, é para solicitar certa tarefa que completaria a sua, do mesmo modo que faz solicitação de exames. Solicita, por exemplo, enquanto médico de um serviço público de saúde, que algum profissional do Serviço Social convoque e acompanhe a família, que um profissional da Psicologia faça certo acompanhamento ou que alguém de Enfermagem providencie certo medicamento etc.

Nesse modelo, a doença é tratada como homogênea, oscilando em função de uma escala de previsibilidade (GOLDEMBERG, 1996, p. 19), como a possibilidade de certa reação a medicamentos ou o desenvolvimento de algum sintoma advindo da mesma doença, mas com variabilidade, dependendo da pessoa doente. A instituição/serviço/profissional de saúde deixa de cuidar do “paciente”, para tratar de sintomas, já que o “paciente” e suas circunstâncias pouco interessam, ou só interessam para esclarecer o sintoma. Os sintomas são considerados manifestações de disfunções biológicas (GOLDEMBERG, 1996, p. 54), nesse olhar clínico que pré-organiza doenças em uma espacialidade anatômico-corporal, como já apontamos no texto. Dessa forma, o tratamento se torna infinito, na mesmice: tratar sintomas e estabelecer o diagnóstico; tratar o sintoma, estabelecer um prognóstico; tratar sintomas e estabelecer o

diagnóstico; tratar o sintoma e estabelecer um prognóstico... Até pode incluir mais ações, mas não avança, por certo estranhamento ou busca de considerações que não existem *a priori* e que levariam a intervenções fora das regras rotineiras e apressadas: tratar sintomas e estabelecer o diagnóstico; tratar sintomas, verificando qual medicamento; tratar sintomas com técnicas psicológicas e dinâmicas de grupo ou atividades lúdicas. É um modelo que sempre opera ajustes no tratamento, em função do sintoma.

As ações, mesmo com o nome de “preventivas”, correspondem a prevenir a internação, por conseguinte, atêm-se ao impedimento da visibilidade do sintoma ou ao aumento de sua frequência, que levaria à internação (GOLDEMBERG, 1996, p. 51). O planejamento de saúde segue o modelo tradicional de que as demandas na área “mental” são por consultas psiquiátricas e internações ou, no máximo, com a finalidade de possibilitar às pessoas certa funcionalidade adaptativa. Busca uma convergência diagnóstica sem discussões ou discordâncias, fechando o sujeito em uma identidade sintomática. Medicar ou fazer terapia são modulações que visam menos ao sujeito e mais à prevenção, de sorte a evitar um sintoma, e os procedimentos se fazem em uma hierarquia profissional, em que impera o binômio hospital-ambulatório:

Tal modelo centra o tratamento na especificidade médica e como decorrência opera pelo ajuste da medicação à expressividade do sintoma [...]. A introdução de outros profissionais realiza-se a partir da indicação médica, como no caso da terapia ocupacional, que tem papel coadjuvante (GOLDEMBERG, 1996, p. 25).

[...] a figura do médico torna-se depositária de todas as expectativas do tratamento. Os outros agentes técnicos são tomados como elementos subsidiários nessa hierarquia. O recurso a atividades tais como a expressão artística, artesanal, ou mesmo a preocupação com o cotidiano desses pacientes, é admitida apenas enquanto ocupação do tempo ocioso, sem qualquer peso terapêutico (GOLDEMBERG, 1996, p. 25-26).

É um modelo que se produz em função da doença, cujo planejamento se faz em números de consulta e internação, portanto, um restrito

planejamento de demandas (GOLDEMBERG, 1996, p. 30), ou seja, prestar serviço de saúde é atender a demandas ou, literalmente, atender aos sintomas (pessoais e sociais). Não exageramos, ao afirmar que é um modelo que perpetua doenças, porque vive delas. Como modelo, reproduz manuais (saberes pré-estabelecidos) e, no lugar de oferecer escuta ao inconsciente que protesta por meio do sintoma como uma máquina revolucionária, fornece a força policial que pretende manter a ordem e calar a desrazão. Em vez da arte ética que reinventa a vida em modos criativos de existência, a moral que assegure a diferença consoladora entre normais e anormais (desde que estejamos do lado dos normais). Os desamparos continuam vagueando sem atendimento ou acolhimento com cuidado. O importante são os sintomas do desamparo, os quais permitem tratamentos universais infinitos, territorializando corporeidades, que poderiam vibrar com suas dores e para além delas; pessoas que não seriam vistas apenas como um “[...] corpo organizado e distribuído em partes, funções e hierarquias” (PELBART, 2019, p. 278).

Mudar isso não é simples, por causa da formação dos profissionais de saúde, que, em um discurso preventivo, mascaram a perspectiva hospitalocêntrica. Ademais, há todos os vícios de funcionários que há anos fazem o mesmo e não se dispõem a mudar. Acrescente-se que, nos CAPS, por exemplo, os profissionais/técnicos são contratados, geralmente, de modo terceirizado, portanto, vivem a instabilidade e chegam ao serviço mais por estarem à busca de emprego do que por se identificarem com o tipo de trabalho que terão de realizar. Mudar envolve cuidado em parâmetros ético-políticos: “[...] o respeito pelo outro em seus modos de viver, porque importa-se com ele não para governá-lo, mas para favorecer a vida” (MÉLLO, 2018, p. 129).

Os projetos de saúde “mental” que rompem com a visão hospitalocêntrica se deram na confluência da psicanálise com a chamada “psiquiatria democrática italiana” (LOBOSQUE; ABOU-YD, 1998). No Brasil, foi decisiva a experiência da cidade de Santos, na década de 1980, por meio do secretário de saúde municipal, David Capistrano, com a efetiva criação de estratégias da desinstitucionalização de todos os que se achavam reclusos em hospitais e clínicas psiquiátricas. A perspectiva era oposta ao modelo hospitalocêntrico: sintoma é uma

produção inter-relacional; ações se baseiam em projetos singulares e não em modelos universais; a instituição, com suas normas, espaços e profissionais, também deve ser constantemente avaliada, em conjunto com os seus usuários; o fundamental não é estabelecer diagnósticos *a priori*, mas entender o que, em certo momento, impede alguém de levar uma vida mais fluida, restabelecendo sua rede singular significativa (com pessoas, espaços, objetos); acolhem-se pessoas e seus desamparos, sem foco nos sintomas.

Nessa prática, a “psicopatologia” é “[...] a expressão da forma peculiar, própria a cada sujeito, de enfrentamento de um conflito vivido” (ALMEIDA; SANTOS, 2001, p. 23). Logo, as patologias não se restringem a um traço estrutural, nem devem ser classificadas como forma grave ou não, em função desses traços (neurose, perversão e psicose), mas sua importância/gravidade deve ser classificada pelo sofrimento singularmente vivido por alguém. Coloca-se constantemente a questão: “[...] por que certos tratamentos perduram tanto tempo sem produzir qualquer movimento no quadro clínico do paciente? [...] O enfrentamento dessa questão nos obrigaria a mexer numa construção delicada: [...] modelo institucional que regula as relações médico-paciente... (GOLDEMBERG, 1996, p. 56). Esse modelo (hospitalocêntrico) tem como finalidade estabelecer um diagnóstico. E aí está o perigo: em vez de termos um caso a ser construído ao longo do tempo, deveríamos correr atrás do estabelecimento de um diagnóstico, para manter o sujeito em uma categoria nosológica com todas as suas consequências estigmatizantes. Conforme aponta Vieira (2001), acabamos por evitar essa discussão, tratando o diagnóstico como um mal necessário. Perdemos a noção do que seria manejo clínico em uma análise e do que seja clínica, para além de automatismos diagnósticos: clínica implica compreender processos de subjetivação (práticas de si), os quais resultam em certos modos de viver, ao mesmo tempo, singulares e coletivos (singulares, porque vividos em cada uma das nossas solidões coletivas; e coletivos, porque se vive sob certas condições culturais).

Vale observar que não basta dizer que fazemos AT, para que, de modo instantâneo, nos imaginemos livres de modelos estigmatizantes. O nomadismo deve começar pelo entendimento do que seja um *setting*

analítico e terminar pela postura ética, advinda de preparação teórica, agenciando nosso olhar e nossa escuta para além dos sintomas, de maneira que entendamos que as dores potencializam vida:

De quem é o olhar que espreita por meus olhos?  
Quando penso que vejo, quem continua vendo enquanto estou pensando?  
Por que caminhos seguem, não os meus tristes passos, mas a realidade de eu ter passos comigo.  
(PESSOA, 1958, p. 66).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. F. de; SANTOS, N. S. Notas sobre as concepções de clínica e ética na reforma psiquiátrica brasileira: impasses e perspectivas de uma prática em construção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 21, n. 3, set. 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932001000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000300004). Acesso em: 13 jun. 2012.
- ALONSO, S. A. O tempo que passa e o tempo que não passa. *Boletim Online: Jornal digital dos membros, alunos e ex-alunos do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*, fev. 2008.
- AULAGNIER, P. *Os destinos do prazer: alienação, amor, paixão*. Tradução Maria Violeta Arraes Gervaiseau e Maria Clara Pellegrino. Rio de Janeiro: Imago, 1985.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CELES, L. A. M. Clínica psicanalítica: aproximações histórico-conceituais e contemporâneas e perspectivas futuras. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, p. 65-80, 2010. Número especial. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a06v26ns.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2012.
- CORIAT, E. *Psicanálise e clínica de bebês*. Tradução de Julieta Jerusalinsk. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

DARRIBA, V. Psicanálise e poder: constituição e estrutura. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 327-332, maio/ago., 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305128932008>. Acesso em: 18 fev. 2017.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DUNKER, C. Antropologia e psicanálise: entrevista com Christian Dunker. Entrevistadores: Maria Carolina A. Antonio e Tássia N. Eid Mendes. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS - UFSCar*, v. 3, n. 2, jul./dez., p. 121-146, 2011. Disponível em: [http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/Vol3no2\\_ENTREVISTADUNKER.pdf](http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/Vol3no2_ENTREVISTADUNKER.pdf). Acesso em: 1 out. 2012.

DURAS, M. *A dor*. Tradução de Vera Adami. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FÉDIDA, P. (org.) *Comunicação e representação: novas semiologias em psicopatologia*. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Escuta, 1989.

FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade, política*. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Mota. Trad. de Elisa Monteiro e Inês Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos & escritos, 5).

FOUCAULT, M. *História da loucura na Idade Clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, M. *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Organização

Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (Ditos & escritos, 7).

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2008a.

FREUD, S. Por que a guerra. In: FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976a. v. 22, p. 237-259.

FREUD, S. Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise – Conferência XXXV: a questão de uma Weltanschauung. In: FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976b. v. 22, p. 193-220.

GOLDEMBERG, J. *Clínica da psicose: um projeto na rede pública*. Rio de Janeiro: Te Corá/Instituto Franco Basaglia, 1996.

JAPIASSU, H. *A crise das ciências humanas*. São Paulo: Cortez, 2013.

KEHL, M. R. Tortura e sintoma social. In: TELES, E.; SAFATLE, V. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-130.

LANDI, E. C.; CHATELARD, D. S. O lugar do analista e a ética do desejo. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 47.2, p. 156-170, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v47n2/v47n2a11.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

LIPOVETSKY, G. *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Tradução de Miguel Serras Pereira, Ana Luísa Faria. Lisboa: Relógio d'Água, 1989.

LOBOSQUE, A. M.; ABOU-YD, M. A cidade e a loucura: entrelaces. In: CAMPOS, C. R.; MALTA, D.; REIS, A. (ed.). *Sistema Único de Saúde em Belo Horizonte: reescrevendo o público*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 243-264.

MAUSS, M. Relações reais e práticas entre a psicologia e sociologia. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 315.

MÉLLO, R. P. *Cuidar? De quem? De quê?* A ética que nos conduz. Curitiba: Appris, 2018.

PALOMBINI, A. de L. Acompanhamento terapêutico: dispositivo clínico-político. *Psychê*, São Paulo, v. 10, n. 18, p. 115-127, set. 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30701812>. Acesso em: 13 jun. 2012.

PALOMBINI, A. de L. *et al.* *Acompanhamento terapêutico na rede pública: a clínica em movimento*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

PELBART, P. P. *Da clausura do fora ao fora da clausura*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PELBART, P. P. *Ensaio do assombro*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

PESSOA, F. *Poesias de Fernando Pessoa*. Lisboa: Ática, 1958.

PONTALIS, J. B. *Ce temps qui ne passe pas, suivi de Le compartiment de chemin de fer*. Paris: Gallimard, 1997.

RENAUT, A. *A era do indivíduo: contributo para uma história da subjetividade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

ROLNIK, S. O mal-estar na diferença. *Anuário Brasileiro de Psicanálise*, n. 3, p. 97-103, 1995.

ROLNIK, S. Clínica nômade. In: EQUIPE DE ACOMPANHANTES TERAPÊUTICOS DO INSTITUTO A CASA (org.). *Crise e cidade acompanhamento terapêuticos: a rua como espaço clínico: acompanhamento terapêutico*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 83-97.

SANTOS, B. de S. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8. Coimbra, de 16 a 18 de setembro de 2004. Conferência de abertura. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt>. Acesso em: 13 abr. 2016.

SANTOS, M. A. A transferência na clínica psicanalítica: a abordagem freudiana. *Temas em Psicologia*, n. 2, p. 13-27, 1994.

SERRES, M. *A Polegarzinha: uma nova forma de viver em harmonia e pensar as instituições, de ser e de saber*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VANIER, A. O sintoma social. *Ágora*, v. 5, n. 2, p. 205-217, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/agora/v5n2/v5n2a01.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2016.

VIEIRA, M. A. Dando nome aos bois, sobre o diagnóstico em psicanálise. In: FIGUEIREDO, A. C. (org.). *Psicanálise: pesquisa e clínica*. Rio de Janeiro: IPUB/UFRJ, 2001. v. 1, p. 171-181.

VORCARO, A. M. R.; SANTOS, L. C.; MARTINS, A de O. *O bebê e o laço social: uma leitura psicanalítica*. Belo Horizonte: Artesã, 2018.

ZIMERMAN, D. *Fundamentos psicanalíticos*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Depression and other common mental disorders: global health estimates*. Geneva: World Health Organization, 2017.

# FERENCZI E O ESTUDO DAS VULNERABILIDADES: CLÍNICA E POLÍTICA

*Karla Patrícia Holanda Martins  
Fabiano Chagas Rabelo  
Iara Fernandes Teixeira  
Aimé Parente de Sousa*

## INTRODUÇÃO

**P**ropõe-se neste trabalho avançar no sentido de uma articulação entre os conceitos de vulnerabilidade e desautorização subjetiva. Para isso, parte-se do resgate da definição de risco e vulnerabilidade no campo da saúde coletiva para, em seguida, estabelecer um retrospecto do percurso de Ferenczi, ressaltando sua contribuição a respeito do trauma e do processo de desautorização, a *Verleugnung*, conceito freudiano para o qual Ferenczi propõe uma leitura bastante particular. Em seguida, realizam-se alguns apontamentos sobre a dinâmica psíquica do sentimento de vergonha, sobretudo em suas conexões com a fome. Ao final, após uma interlocução com a literatura a partir, especialmente, de Raquel de Queiroz, são propostos alguns paralelos entre os elementos amealhados durante esta discussão, salientando as repercussões psíquicas das situações de vulnerabilidade traumática e as suas consequências para o desenvolvimento de melhores estratégias para a promoção de saúde junto às populações desfavorecidas socioeconomicamente.

Teixeira (2019), retomando os estudos sobre a vulnerabilidade no campo da saúde coletiva e dos estudos epidemiológicos, sugere

duas frentes na compreensão da origem desse conceito. A primeira delas está relacionada à ideia de comportamento ou grupo de risco. De acordo com Fenato (2009), o risco enquanto conceito epidemiológico tem como principal finalidade identificar grupos mais expostos a fatores de risco para daí promover intervenções mais eficientes de promoção à saúde. No entanto, percebeu-se que, não raro, as populações situadas nesses grupos passaram a ser estigmatizadas e culpabilizadas. Concluiu-se que as concepções de grupos ou comportamentos de risco, embora eficientes, reforçavam ou mesmo legitimavam a segregação e a exclusão. Outra matriz importante do conceito de vulnerabilidade são as críticas feitas aos estudos quantitativos sobre a pobreza da década de 1990, que enfatizaram os aspectos econômicos e a renda. Para Monteiro (2011) e Moser (1996), o tema da vulnerabilidade pode ser abordado segundo outras dimensões além da econômica: a ambiental, a política e a jurídica. Os temas envolvidos são diversos e heterogêneos, mas correlacionados, tais como as relações de gênero, étnico-raciais, os temas religiosos e a violência. Moser (1996) defende que analisar a vulnerabilidade não se trata apenas de identificar as ameaças ao bem-estar dos indivíduos, mas também as oportunidades e as resistências ou recuperações diante dos efeitos da transformação no ambiente.

De acordo com Klautau (2017), ser vulnerável pode significar estar em posição de exclusão no laço social, em desvantagem perante as desigualdades, com déficits no acesso aos direitos básicos e à cidadania. Desse modo, a noção de vulnerabilidade desloca-se da compreensão de déficits relativos ao sujeito. Assim, a vulnerabilidade será discutida, ao longo deste texto, como uma experiência que guarda, em seu paradoxo, de um lado, a experiência de desautorização e, de outro, os recursos mobilizados no campo da ética do desejo e da política para fazer frente a essa desautorização.

## **Ferenczi: trauma e desautorização**

Nascido em 7 de julho de 1873 (17 anos mais novo do que Freud), em Miskolcz na Hungria, Sandor Ferenczi foi uma figura central na organização do movimento psicanalítico mundial, sendo reconhecido entre

seus colegas como um clínico talentoso, especialista em pacientes difíceis. Um dos fundadores da Associação Psicanalítica Internacional e da Sociedade Psicanalítica de Budapeste, foi também o primeiro professor de Psicanálise em uma Universidade e um dos idealizadores da primeira revista científica internacional de psicanálise (STANTON, 1990). Antes de conhecer Freud, sua produção científica já ultrapassava mais 100 artigos (entre os anos de 1897 e 1908), sobre temas variados, desde a discussão sobre a ciência, o espiritismo e as homossexualidades, feminina e masculina. Depois disso, Ferenczi publicou ainda mais 144 artigos.

Como proposto por Goldfajn, Martins e Kupermann (2018), embora as ideias de Ferenczi tenham influenciado muitos dos psicanalistas das primeiras gerações, entre os quais se inserem D. W. Winnicott e J. Lacan, a sua trajetória e a produção teórico-clínica não obtiveram a repercussão que mereciam por muitos anos. Assistiu-se, por meio de Ernest Jones, a uma grave tentativa de invalidação de sua diversificada produção teórica, uma vez que seus trabalhos foram vistos como um polo divergente à direção da IPA – acrônimo para Associação Psicanalítica Internacional, em inglês –, o que contribuiu para a consolidação de sua fama de *enfant terrible* da psicanálise. A metáfora remete à ideia da criança que diz o que os demais não querem pensar, menos ainda ouvir. Como crítico e trabalhador clínico incansável, seu lugar nos faz compreendê-lo a partir da tradição daqueles que fizeram a experiência da extimidade, neologismo proposto por Lacan para delimitar o lugar do analista e de sua formação. O termo remete ainda ao estranho inquietante ou ao infamiliar (*unheimliche*) freudiano, colocando-o como o mais íntimo exterior. Uma tal posição na história do movimento psicanalítico vulnerabiliza Ferenczi, prendendo-o de forma bastante tênue na relação de filiação, instabilidade que simultaneamente o fere e o fortalece. O percurso de Ferenczi no movimento psicanalítico traz, portanto, a marca da originalidade e da independência institucional.

A extensa correspondência (mais de 1.200 cartas) estabelecida entre Freud e Ferenczi, entre 1908 e 1933, documenta a intimidade por eles experimentada e o compartilhamento de seus trabalhos e de suas angústias pessoais acerca dos relacionamentos familiares e da política do movimento psicanalítico. A viagem feita por Freud, Ferenczi e Jung

em 1909 para a *Clark University*, nos Estados Unidos, aproximou-os. Porém, com o tempo e, principalmente, a partir dos anos 1920, quando passou a rever o papel do trauma e a questionar a sua própria análise com Freud, o relacionamento entre os dois psicanalistas tornou-se paulatinamente mais distanciado.

O artigo *Confusão de línguas entre os adultos e a criança* (FERENCZI, 1933/1992) pode ser tomado como o clímax da discordância de Ferenczi com os rumos da psicanálise de seu tempo. O trabalho foi recebido com desgosto por Freud e com surpresa dentro do círculo mais íntimo de psicanalistas por ser considerado um retrocesso às teorias sobre o trauma já abandonadas. Ferenczi morre logo após a publicação desse texto. Freud (1933/1994) o homenageia com emoção e pesar, escrevendo um necrológio ao seu “Paladino e Grão Vizir” (p. 225), no qual afirma que “seus trabalhos fizeram de todos os analistas seus discípulos”. Nesse mesmo texto, considera “impossível imaginar que a história da nossa ciência venha a esquecê-lo” (p. 225).

Em relação à formação dos analistas, em 1928, Ferenczi (1927-1928/1992) propôs como “segunda regra fundamental” da psicanálise a análise pessoal do psicanalista, formulando a hipótese de que “o trabalho do analista poderia ser, muitas vezes, um mero instrumento a serviço da própria resistência do analista” (p. 36). Mais do que treinar a escuta e interpretar o sentido inconsciente, a formação do analista o coloca diante dos destinos da transferência. Segundo ele, “a única base confiável para uma boa técnica analítica é a análise terminada do analista” (1927-28/1992, p. 36). Argumenta que neutralidade não é sinônimo de abstinência, alertando para o risco de a técnica funcionar, em alguns casos, como elementos perfeitos para o analista exercer o seu poder e se defender da própria psicanálise. Decorre daí uma antiga e atual questão: o que constitui o fim de uma análise, especialmente, a do analista?

Sabe-se que Lacan (1955/1998) retomou essa pergunta, ainda quando se encontrava no seio das políticas institucionais da IPA. No contexto dessa discussão, ele se refere a Ferenczi como “o mais autêntico interrogador de sua responsabilidade de terapeuta” (LACAN, 1966/1998, p. 232). Segundo o autor: “Ferenczi foi o autor da primeira geração a

questionar com mais pertinência o que se exige da pessoa do analista, sobretudo quanto ao fim do tratamento” (LACAN, 1955/1998, p. 342).

Segundo Goldfajn, Martins e Kupermann (2018), em sua atuação na política do movimento psicanalítico, Ferenczi defendeu a causa dos homossexuais, opondo-se aos que os consideravam perversos. Ele demonstra, com isso, a incapacidade social de sua época em lidar com essa questão. Contrariando o poderoso cartel médico norte-americano, defendeu a causa dos analistas leigos. Além disso, foi pioneiro no tratamento psicanalítico das vítimas de abuso sexual infantil.

Desafios da clínica e da cultura contemporâneas nos convidam a um retorno à sua obra, que poderia ser feito a partir de diversas perspectivas. Propõe-se, neste trabalho, com vistas a pensar uma possível contribuição do pensamento de Ferenczi ao tema das vulnerabilidades, circunscrever a seguir a sua teoria do trauma, sublinhando-se a dimensão ético-política do seu pensamento. O foco recai, portanto, no último Ferenczi e suas formulações sobre a traumatogênese.

Sua teoria do trauma, reelaborada nos últimos sete anos de sua vida – Ferenczi morre em 1933 –, parte da constatação clínica do fracasso de sua técnica ativa. É importante lembrar que, no início dos anos 1920, Ferenczi propõe que o analista ocasionalmente adote uma atitude ativa com o intuito de promover o enfrentamento pelo paciente de suas resistências na transferência. Ressalta que se trata de um procedimento que foca, do lado do analisando, na transferência e sua dimensão pulsional e, do lado do analista, na necessidade de certo apagamento de seu Eu, permitindo-o operar como uma espécie de *joão-teimoso* (*watschenmann*), uma ignorância favorável à insistência no trabalho (FERENCZI, 1927-28/1992, p. 30).

Todavia, Ferenczi (1931/1992) começa a se preocupar com as situações nas quais o analisante entrega-se de modo servil às injunções do analista e acaba, por um recurso denegativo, identificando-se – mais do que isto, modelando-se – ao analista. Ferenczi se preocupa com essa adesão aos fins – e ao furor – curativos do analista, processo que descreve como uma adesão autoplástica à forma do outro. Segundo o autor, os analisandos se adaptam como um saco de farinha e perdem sua forma própria. No reverso da mesma moeda, denuncia o gozo hipócrita de seus

colegas analistas ao induzirem a reprodução pelos seus pacientes de suas próprias convicções acerca do que deve ser compreendido como a reedição de uma situação traumática. Desse modo, ele coloca o dedo na carne viva do problema do poder e da autoridade no exercício da clínica e da política institucional da associação psicanalítica.

Essa discussão é contemporânea à proposição freudiana sobre a *Verleugnung*, o desmentido. A publicação do texto de Freud sobre a negativa, em 1925, é seguida por outra de Ferenczi (1926/1992), onde ele se pergunta sobre as condições do paciente para afirmar o desprazer. Questiona-se sobre as relações entre tais condições e os processos de desintração pulsional. Se há no trauma uma exuberância no negativo, Ferenczi retorna, portanto, à indagação sobre o papel do outro e da experiência para a delimitação dos destinos do trauma. Nesse contexto, formula o conceito de desmentido para esclarecer como se desdobra a experiência traumática desestruturante.

O desmentido pressupõe, como condição fundamental e desestruturante do trauma, a emissão de um juízo por parte daquele que detém o poder que desautoriza a experiência de quem sofre. A situação paradigmática utilizada por Ferenczi (1933/1992) é composta por três personagens: uma criança que sofre a violência sexual de um adulto e recorre a outro adulto de sua confiança para contar/traduzir a sua experiência. Esse último desacredita a criança, negando o ocorrido ou a importância desse acontecimento. Segue-se à afirmação de um *nada ocorreu*, uma desautorização do que foi percebido e sentido. Em consequência disso, produz-se a cisão entre a realidade dos fatos e o caráter afetivo da experiência. Por conseguinte, sobre a criança sobrevém a culpa e o descrédito; do lado do adulto, uma impossibilidade de reconhecer seu ato/erro.

Retomando as proposições de Martins e Kupermann (2016, 2017), há ainda no trauma uma hierarquia entre aquele que deveria funcionar como mediador da inscrição simbólica da experiência traumática e aquele que busca compreendê-la. Em outras palavras, a figura teórica do desmentido corresponde, nas elaborações ferenczianas, à tentativa fracassada da criança de receber, a partir do relato de sua experiência, a autorização para confirmar a sua versão da realidade. É esse crédito ou

investimento na palavra da criança que a habilita à construção de um *sentido* – ou de sentidos – para a realidade. A ênfase nessa dimensão simbólica da realidade faz com que alguns tradutores (MIRANDA, 2012) prefiram traduzir o termo alemão utilizado por Ferenczi, *Verleugnung*, como descrédito, ressaltando que a posição do adulto, sobretudo a mãe, de creditar valor à palavra da criança é fundamental para a introjeção da experiência potencialmente traumática e para a manutenção da certeza interna do que ocorreu.

É importante ressaltar que o problema do sentido de realidade surge na obra de Ferenczi muito antes da sistematização de sua teoria sobre a gênese do trauma. Em 1913, (FERENCZI, 1913/1992a; 1913/1992b) declara a precedência lógica do sentimento de onipotência na construção do sentido de realidade para, mais tarde (FERENCZI, 1926/1992), relacionar esse sentimento às condições advindas da afirmação do desprazer. Tal afirmação alicerça a construção pela criança de uma representação de si.

Desse modo, o sentimento de onipotência da criança – um equivalente da sua crença na sua capacidade de *criar* a realidade – não se configura, inicialmente, como um obstáculo à sua relação com a realidade; ao contrário, é condição indispensável para que a realidade inclua a representação que a criança faz de si na sua representação do mundo e, dessa forma, promova uma ligação entre afetos e símbolos. Essa representação especial concernida nos processos primários de simbolização é responsável por uma ordem espaço-temporal fundamental para construção das matrizes simbólicas que alicerçam a relação da criança com o mundo e as outras pessoas.

Em síntese, para que a realidade funcione e adquira um *valor*, é necessário que a criança realize satisfatoriamente uma representação de si. Essa autoimagem simbólica é organizadora de uma perspectiva de espaço e de um sentimento de permanência de si. Aqui reside a importância da presença do adulto como testemunha na introjeção dos choques traumáticos. Nas palavras de Ferenczi (1931/1991): “Tem-se mesmo a impressão de que esses choques graves são superados, sem amnésia nem sequelas neuróticas, se a mãe estiver presente, com toda a sua compreensão, sua ternura e, o que é mais raro, uma total sinceridade”

(p. 79-80). Em 1933, após a densa escrita de seu diário clínico, Ferenczi (1933/1991) sentencia que o encontro com a presença sensível do semelhante permite ao sujeito atribuir sentidos ao que sofreu, transformando a passividade traumatizante em atividade simbólica. Tal fato liberta o aparelho psíquico de uma paralisia esterilizante.

Ao retomar a obra de Ferenczi, Teresa Pinheiro (2016) sublinha essa importante função do adulto como mediador. Segundo a autora, “o adulto pode se tornar perigoso quando se furta à função de mediador” (p. 130). A presença *sincera* de um adulto é correlata à sua capacidade de suportar a verdade da criança. Com isso, retira-se o peso tanto da criança quanto do adulto de chancelar uma verdade absoluta. Com esse realce, Pinheiro valoriza o aspecto da polissemia da linguagem, colocando a conquista da ambivalência por meio dos jogos de linguagem como um fator estruturante do trauma. Postula assim que, ao reduzir o que ouviu da criança a um enunciado unívoco – mentira ou verdade absoluta –, o adulto promove o descrédito. A sinceridade, ao contrário da versão totalizante, coloca em cena a parcialidade e equivale “a aceitação da polissemia, do enigma e da impossibilidade do unívoco” (p. 128). Logo, é necessário que ambos, adulto e criança, experimentem a precariedade diante de um porvir incerto. Desse modo, a atualidade do trabalho de Ferenczi, na perspectiva de Barbara Cassin (2018), reside em pensar o intraduzível da língua não como o que não pode ser traduzido, mas o que não cessa de não ser traduzido.

Embora o contexto da elaboração do conceito de desautorização provenha da experiência clínica com casos difíceis e, como já foi dito, após o fracasso da técnica ativa, sua aplicação ultrapassa as fronteiras de uma elaboração metapsicológica sobre a clínica, estendendo-se à cultura e à política. Ferenczi produz um pensamento que nos instrumentaliza para uma análise do campo social e político (GONDAR, 2012).

Antes de formular a sua teoria sobre a confusão de línguas, o tema do trauma já fora relacionado por Ferenczi às catástrofes históricas. A partir de *Thalassa*, Ferenczi (1924/2011) consegue mais claramente apresentar o seu ponto de vista sobre a diferença entre os traumas estruturantes e aqueles que deságuam na comoção, no choque ou na cisão psíquicos. O trauma propriamente dito ocorre quando, ao

invés do reconhecimento do seu sofrimento por parte do outro, o sujeito depara-se com a indiferença, e, mais radicalmente, com a desautorização. Assim, a própria percepção da violência sofrida é deturpada, sendo muitas vezes transformada em seu inverso. O sujeito passa a incorporar a culpa pela infâmia sofrida, como se merecesse ser punido pelo simples fato de constituir uma singularidade.

Nesse caso, pode-se estender a teoria ferenciana, por exemplo, à compreensão dos racismos: a existência daquele que sofre implica uma diferença indelével frente aos ideais compartilhados por aqueles que lhe impõem a segregação. Nos últimos trabalhos que temos realizado (MARTINS; KUPERMANN, 2016, 2017), destaca-se o efeito do trauma social ou político de desautorização e suas relações com os recalques históricos. Como indica Ferenczi, o pior em uma situação de aviltamento é deparar-se com uma versão oficial dos fatos que pretende que nada de excepcional ocorreu, que nenhum ato de violência contra a integridade psíquica ou física de alguém foi cometido.

Como dissemos, Ferenczi (1933/1992) utiliza o termo alemão *Verleugnung* para se referir a essa deformação da realidade pela negação dos fatos. Insistimos, neste contexto, na tradução desse termo como *desautorização*, uma vez que o que está em jogo é, efetivamente, a desapropriação subjetiva imposta ao sujeito em estado de desigualdade (MARTINS; KUPERMANN, 2018). Trata-se ainda, segundo Rosa (2018), de um desamparo simbólico produzido pelo encontro traumático com aqueles que detêm o poder, de fato ou de direito. Segundo Martins e Kupermann (2018), a palavra *desautorização*, remetida a sua etimologia, permite-nos ilustrar que, na situação traumática, o sujeito é destituído daquilo que lhe é mais próprio (*auto*, em grego, significa *de si mesmo*), impondo, como consequência, a perda da convicção em sua percepção dos fatos, o que faz com que o traumatizado se identifique com seu próprio agressor e com os valores hegemônicos de determinada cultura, podendo decorrer daí uma espécie de anestesia capaz de obliterar qualquer juízo crítico.

Freud (1940/1911), em um texto póstumo, volta ao tema da cisão do eu em processos defensivos frente ao trauma, denominando-a de clivagem. Isto é, a produção de uma posição subjetiva na qual prevalece a fi-

gura do espectador indiferente: o sujeito se autorepresenta como estando fora da cena, retirando-se para os confins da sua própria experiência. Salienta-se ainda a importante aplicação do conceito de desmentido à análise histórico-cultural do Ocidente em trabalhos que se ocuparam da *Shoah*, termo judaico que designa a experiência do holocausto.

## Fome e vergonha

Quanto à fome, Josué de Castro nos autoriza a colocá-la no rol das experiências-tabu (MARTINS, 2011). Na leitura que faz do texto freudiano *Totem e tabu*, o autor aponta a relação entre a ordem do silêncio, que associa o tabu de falar sobre determinadas experiências – no caso, a fome – à perda da dignidade moral. Sua estratégia de pensamento nos faz indagar sobre os destinos da culpa nas raízes do Brasil. Na ausência da culpa do dominador, aquele que sofreu a dominação envergonha-se. Podemos nos aproximar aqui da proposição de Ferenczi (1933/1992) sobre os destinos da culpa do adulto, o que faz da vergonha o seu correlato.

O sociólogo Vincent de Gaulejac (1996) coloca que:

A miséria impede a satisfação de necessidades básicas, como se alimentar, ter onde morar, se vestir e se cuidar. O sofrimento da miséria se inscreve primeiramente no corpo [...] esses sofrimentos são ainda mais intensos nas situações extremas, quando a tortura acompanha a indignação, como nos campos de concentração. [...] Esses sofrimentos físicos provocam um esgotamento moral e intelectual (tradução nossa) (p. 134).

As situações de violências extremas referentes à incidência da vulnerabilidade social são retomadas por ele por meio da expressão *violências humilhantes*: processos de estigmatização, instrumentalização e dependência. O que se coloca em jogo em tais situações é perda de dignidade, a desumanização que incide sobre aquilo que o sujeito constrói como identidade. Diante do olhar de outro que o subjuga, que o subestima, a própria estima de si é abalada, e o sujeito se confronta com o impasse subjetivo de guardar sua unidade e, por outro

lado, a impossibilidade de fazer isso sem rejeitar algo de si. Tal situação faz eclodir o sentimento de vergonha.

Segundo o autor, o sofrimento social possui causas agrupadas na tríade repressão, exploração e exclusão. Dessa conjura se conjugam duas experiências de sofrimento, uma objetiva – da ordem das desigualdades sociais que levam uma parcela da população a grandes restrições ou mesmo a não ter condições básicas para a sobrevivência, imposta por condições extremas como a seca e a fome – e outra, subjetiva, que decorre dessa primeira forma e que coloca as condições e os limites para a constituição de uma posição subjetiva. Frente ao olhar do outro que age com violência, que aponta para aquilo que se busca esconder, o que surge é o sentimento de *não se ser como deveria*. Entende-se, portanto, essa imagem do Eu ferida pelo exterior como uma consequência da humilhação. Uma resposta subjetiva, portanto. Sendo assim, a luta pela reparação dessa imagem pauta-se na própria busca pela manutenção da imagem de si, de sua dignidade.

No remonte de cenas e palavras, a literatura possibilita cerzir um lugar privilegiado para as narrativas dessas experiências humanas. Em *O Quinze*, a escritora Raquel de Queiroz (1930/2012), a partir das falas que escutou de sua família, reconstrói histórias dos sertanejos que viveram a grande seca de 1915. Em um dos núcleos principais, a família de Chico Bento é forçada a sair da fazenda de Aroeiras, na qual a personagem trabalhava como vaqueiro, após a libertação do gado em decorrência da falta de alimentos para mantê-los.

No caminho pelo interior, Chico Bento encontra um gado solto e o mata para alimentar sua família. Em seguida, o dono do gado surge para reclamar a morte do animal. A isso, Chico responde:

— Meu senhor, pelo amor de Deus! Me deixe um pedaço de carne, um taquinho ao menos, que dê um caldo para a mulher mais os meninos! Foi pra eles que eu matei! Já caíram com a fome!...

— Não dou nada! Ladrão! *Sem-vergonha! Cabra sem-vergonha!* [...] E o homem disse afinal, num gesto brusco, arrancando as tripas da criação e atirando-as para o vaqueiro:

— Tome! Só se for isto! A um diabo que faz uma desgraça como você fez, dar-se tripas é até demais!... (grifo nosso) (QUEIROZ, 1930/2012, p. 41).

Um de seus filhos, Pedro, leva as tripas à mãe, e ela pede para que ele retorne à casa para pedir um pouco de água. Em sua chegada, é narrado:

— Por aqui ainda, seu cachorro? Não tem água coisa nenhuma! Já pra fora! Deviam estar na cadeia! Vamos, já pra fora! Achou pouco o que ainda dei?

Mas às últimas palavras, já Pedro ia longe, assombrado, numa carrreira desabalada de cachorro enxotado.

Chegou junto da mãe, chorando de vergonha e de susto:

— O homem botou a gente pra fora, chamando tudo quanto é nome... (QUEIROZ, 1930/2012, p. 42).

Os trechos acima citados narram o momento em que Chico Bento e Pedro são confrontados pelo dono do gado a respeito do furto, ainda que não sabido, do gado para aplacar a fome, indicando o caráter violento e conflituoso desse encontro. Ao ser tomado por aquilo que se quer esconder, diante de outro que age com violência e perante o qual não se pode agir de frente, a vergonha surge. A raiva e a vergonha, como afetos, possuem expressões correlatas no corpo: a vermelhidão. O que retorna como um rubor na face denuncia aquilo que se pretende velar (ZYGOURIS, 1995).

O que a vergonha nesses contextos indica é a própria condição do sujeito frente a algo que era até então mantido na mais profunda intimidade e que, ao ser tocado, aflora. A vergonha, enquanto uma experiência de dessubjetivação, surge no lugar que deveria ser ocupado pelo sujeito, na medida em que este se encontra impossibilitado de se apropriar de sua posição. Trata-se de uma situação ameaçadora da qual não é possível se evadir: a percepção de sua imagem quando tomada como objeto pelo olhar do outro (AGAMBEN, 2008). É a nudez psíquica, tal como teorizada por Ciccone (2015): o estado de aflição, de desamparo, diante da passividade, da impossibilidade de agir e transformar o ambiente.

É importante sublinhar que a vergonha é um afeto e, como tal, é a reprodução de um evento do passado de importância vital. Ele está relacionado à indicação do fracasso narcísico que coloca o sujeito diante da angústia e da aflição (JANIN, 2005). Para Ciccone (2015), a vergonha de si é um indicador dos traumas narcísicos primários. Segundo

o autor, a relação entre a criança e o ambiente que garante a sua sobrevivência é de constante troca, cognitivas e afetivas. O ambiente realiza, por assim dizer, a função de “espelho vivo” (p. 89). Ele ecoa as necessidades da criança. É justamente na falha dessa função de espelho que o sentimento de continuidade narcísica pode apresentar inconsistências. O resultado disso é a desqualificação das necessidades da criança.

Zygouris (1995) propõe que, na base da constituição da vergonha, encontramos um ato de violência referente à destituição do rosto e do nome próprio. Um sem-vergonha, nesse sentido, é, na verdade, um sem nome, sem palavra. Salienta-se que é por meio do nome que cada sujeito se estrutura como humano. O que a vergonha de si carrega é a própria perda da identidade, como um lugar subjetivo do referencial do nome próprio, o que acarreta a desqualificação de si. Como a autora coloca: “Meu nome me separa de ti, mas também graças a ele que você pode me chamar. Se a ofensa vier nesse mesmo lugar, então tudo pode desmoronar... Sinto vergonha” (p. 171). A vergonha de si advém do fato de se ver tomado por um nome que ofende ou por um nome que não é o seu. Isto é, pelo risco de ser visto pelo outro como rebaixado, a um *ladrão*, ao *tudo quanto é nome* do texto de Raquel de Queiroz.

Como dito anteriormente, Josué de Castro apontou o tabu social de se falar da experiência da fome, que relega os sofrimentos por ela provocados ao silêncio (CASTRO, 2004). Já Vincent Gualejac (2008), em seu estudo sobre as fontes da vergonha, destaca o modo como a exposição a violências humilhantes – nas quais inclui a fome e a pobreza – provoca o afeto da vergonha. Claude Janin (2008) propõe que a vergonha é a expressão de um tempo originário de passividade, durante o qual a autoconservação está inteiramente ligada à vicariância do objeto, ou seja, aos modos como o objeto que atende às necessidades do bebê se movimenta, introduzindo sua pulsionalidade. A partir de Ferenczi, podemos hoje afirmar que a vergonha é um resto subjetivo da transmutação da angústia em incapacidade.

Nos casos em que um trabalho psíquico sobre a experiência traumática pode seguir um novo curso, apontamos o caso da escritora Carolina Jesus com seu diário, publicado no ano de 1959 (KUPERMANN; MARTINS, 2018). No *Quarto de despejo*, as condições de possibilidade

para o pensamento se reestabelecem, e, no sentido indicado por Freud em 1914, o efeito produzido é perlaborador (*Durcharbeiten*). Aqui, trata-se de reintroduzir a sua dimensão ab-reativa, na qual afeto e linguagem se amalgamam, colocando em ato (de escrita) um pensamento que inclui, agora, uma posição frente ao Outro. No mais recente livro organizado por Lilia Schwarcz e Flávio Gomes (2018), *Dicionário da Escravidão no Brasil*, há um verbete sobre as canções escravas no Brasil em que Márcia Aragão (2018) retoma a proposição de Du Bois, uma liderança política dos negros nos EUA, em que este declara as canções do povo negro como grito rítmico do escravo, e seu papel de condicionantes dos conflitos e dos diálogos culturais nas sociedades escravistas da América; por um lado, as ações de controle do Estado que reprimia brutalmente os tambores como perigosos, escandalosos, imorais e propensos ao crime; de outro, estratégias de resistência e de afirmação da sua diversidade cultural e de sua luta política, a exemplo do jazz e do blues.

Donde se deduz que uma forma de escrita histórica, uma face testemunhal das experiências de fome e do racismo e seus sofrimentos relativos foram interditas nos discursos sociais dominantes (MARTINS; KUPERMANN, 2017a, 2017b).

Ao pensar a vergonha do justo ante a culpa de outrem, Agamben (1996) retoma a tese de Levinas (1935 apud AGAMBEN, 1996) para considerar a vergonha um afeto político. Diante do inassumível, ficamos entregues a algo de que não conseguimos nos desfazer. Nessas condições, a vergonha do sujeito não tem outro conteúdo senão a própria dessubjetivação, convertendo-se em testemunho do próprio desconcerto. Como diz o filósofo, porém, a vergonha guarda um paradoxo: é dessubjetivação e, simultaneamente, a afirmação de uma posição do sujeito quando ameaçado no limite de sua dignidade e do respeito de si.

As questões relativas à escrita da história das ausências, parafraseando a proposta do filósofo Boaventura Santos para pensar a sociologia e as epistemologias do sul, revelam interseções com a psicanálise, posto questionar as condições para a representação do que não pode ser inscrito até então na história das narrativas oficiais. Ao referir-se ao papel do corpo e do símbolo na transmissão, Ferenczi mostra-se um autor de relevo no contexto de uma psicanálise que busca refletir sobre

os efeitos dos silenciamentos históricos para a construção das narrativas relativas as vulnerabilidades em face das desigualdades sociais em sua grande maioria silenciadas.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARAGÃO, M. Canções escravas no Brasil. In: Schwarcz, L.; GOMES, F. *Dicionário da escravidão no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 130-136.

CASSIN, B. (org.) *Dicionário dos intraduzíveis*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. v. 1.

CASTRO, J. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CICCONE, A.; FERRANT, A. *Honte, culpabilité et traumatisme*. 2. ed. Paris: Dunod, 2009.

CICCONE, A.; FERRANT, A. *Honte, culpabilité et traumatisme*. Paris: Dunod, 2015.

FENATO, T. S. L. *As noções de risco e desfiliação no trabalho social com a infância*. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERENCZI, S. A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In: FERENCZI, S. *Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 47-52, v. 4.

FERENCZI, S. A elasticidade da técnica psicanalítica. In: FERENCZI, S. *Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 25-36, v. 4.

FERENCZI, S. Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: FERENCZI, S. *Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 111-135, v. 4.

FERENCZI, S. O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios. *In: Psicanálise 2*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 39-53.

FERENCZI, S. Reflexões sobre o trauma. *In: FERENCZI, S. Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 109-118, v. 4.

FERENCZI, S. Thalassa: ensaio sobre uma teoria da genitalidade. *In: FERENCZI, S. Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 277-359, v. 3.

FILGUEIRA, C. H. Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes. *In: Anais de lo Seminario internacional las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en la America Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: CEPAL/CELADE. División de población, 2001.

FREUD, S. A cisão do Eu no processo de defesa. *In: FREUD, S. Moisés e o monoteísmo: compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 345-350. (Obras completas, v. 19).

FREUD, S. A negativa. *In: FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1984. v. 19.

FREUD, S. Sándor Ferenczi. *In: FREUD, S. O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 464-467. (Obras completas, v. 18).

GAULEJAC, V. *Les sources de la honte*. Paris: Desclée de Brouwer. Original publicado em 1996.

GOLDFAJN, D. S.; MARTINS, K. P. H.; KUPERMANN, D. As contribuições teórico-clínicas de Sándor Ferenczi. *In: ANTÚNEZ, A. E. A.; SAFRA, G. (org.). Psicologia clínica: da graduação à pós-graduação*. Rio de Janeiro: Atheneu, 2018. v. 1, p. 35-40.

GONDAR, J. Ferenczi como pensador político. *Cadernos de Psicanálise* [online], v. 34, n. 27, p. 193-210, 2012.

JANIN, C. *La honte: ses figures et ses destins*. Paris: PUF, 2005.

JESUS, C. de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.

KLAUTAU, P. O método psicanalítico e suas extensões: escutando jovens em situação de vulnerabilidade social. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 113-127, 2017.

KOLTAI, C. Entre psicanálise e história: o testemunho. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 24-30, abr. 2016. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564D20150009>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642016000100024&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642016000100024&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 7 abr. 2019.

KUPERMANN, D.; MARTINS, K. P. H. Racismo, fome, testemunho e humor: sobre “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina de Jesus. In: JESUS, C. M. de. *Psicanálise e racismo: interpretações a partir do “Quarto de despejo: diário de uma favelada”*. Belo Horizonte: Relicário, 2018.

LACAN, J. Variantes do tratamento padrão. In: LACAN, J. *Escrito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 496-533.

MARTINS, K. P. H. *et al.* Infância e privação: a fome, o silêncio e a vontade de viver. In: PINHEIRO, C.; CARVALHO, J.; SILVA, M. (org.). *Estudos psicanalíticos na clínica e no social*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2011. p. 79-97.

MARTINS, K. P. H.; KUPERMANN, D. Faim et témoignage: expériences traumatiques dans la clinique et dans la culture. *Revue Topique*, Paris, n. 141, p. 131-144, 2017b.

MARTINS, K. P. H.; KUPERMANN, D. Fome: o umbral da vergonha. *Trivium*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 199-209, dez. 2017a. DOI <http://dx.doi.org/10.18379/2176-4891.2017v2p.199>. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S-2176-48912017000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S-2176-48912017000200006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 7 abr. 2019.

MIRANDA, H. F. Confusão de línguas: eficiência e deficiência da tradução. In: VERZTMAN, J. et al. (org.). *Sofrimentos narcísicos*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2012, p. 9-15.

MONTEIRO, S. R. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40, 2011.

MOSER, C. O. N. *Confronting crisis: a summary of household responses to poverty and vulnerability in four poor urban communities*. Washington: World Bank, 1996. (Environmentally Sustainable Development Studies and Monographs Series, n. 7). Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/334951468336549231/pdf/154620PUB0REPL-00000010Box200PUBLIC0.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2019.

PINHEIRO, T. da S. *Ferenczi*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

QUEIROZ, R. *O quinze*. São Paulo: Siciliano, 1996.

ROSA, M. D. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016. 200 p.

ROSA, M. D. *A clínica psicanalítica frente ao desamparo social e discursivo: direção e estratégias*. São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018.

SCHWARCZ, L.; GOMES, F. *Dicionário da escravidão no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

STANTON, M. *Sandor Ferenczi: reconsidering active intervention*. Londres: Free Association Books, 1990.

TEIXEIRA, I. F. *Trauma, angústia e desautorização nos dispositivos de saúde materno-infantil em contextos de vulnerabilidade social: contribuições clínico-políticas da psicanálise*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

ZYGOURIS, R. *Ah... as belas lições*. São Paulo: Escuta, 1995.

## VULNERABILIDADE E MASCULINIDADE: A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM DIANTE DO QUE É UM HOMEM?

*Luciano Lima de Oliveira  
Laéria Fontenele*

**D**e uma forma geral, em nossa cultura, ser acometido por câncer ainda é fonte de tabu. Além disso, qualquer que seja a forma assumida por essa doença, os sujeitos acometidos por ela defrontam-se com a possibilidade da morte e com um sentimento de impotência que resulta em vulnerabilidade física e psíquica, provocando intenso sofrimento. Esse quadro se agrava ainda mais, quando o câncer afeta o domínio da imagem que remete aos traços que servem de sustentáculo da identificação com o feminino ou com o masculino, como é o caso, nas mulheres, do câncer de seio, de útero ou de ovário e, nos homens, o câncer de próstata – que pode levar à impotência – ou o câncer de pênis, que, frequentemente, resulta na amputação cirúrgica parcial ou total do mesmo (penectomia).

O trabalho que outrora desenvolvemos em uma instituição de saúde, particularmente a escuta de homens submetidos à penectomia, ensejaram questões que, em um primeiro momento, deram origem a nossa pesquisa de mestrado em psicologia e que agora lastreiam nossa pesquisa de doutorado, cuja questão de base é “o que é um homem?”. Naquela ocasião, estávamos interessados em investigar o impacto da

penectomia na sexualidade daqueles homens. Os resultados a que tivemos acesso revelaram elementos que sublinham a complexidade inerente à construção da masculinidade e à reconstrução da imagem viril perante as mulheres e os outros homens após a cirurgia; além da divergência entre as concepções de sexualidade e masculinidade próprias ao discurso médico – base das políticas de saúde – e aquelas presentes no discurso dos pacientes, reveladoras da singularidade de cada um enquanto sujeito de desejo e, mais do que isso, de um nível de vulnerabilidade que parece remeter ao próprio modo como se dá a ocupação de uma posição sexuada pelo sujeito humano.

Entre outras questões, observamos que, nas falas de homens submetidos a penectomia, o sofrimento anímico presente após a cirurgia advém não apenas da alteração corporal em si, mas igualmente da necessidade de enfrentar a realidade da amputação por meio de novas respostas à questão sobre o que é ser homem e, mais ainda, sobre o que é ser homem sem pênis. Trata-se de uma tarefa árdua, uma vez que para eles a masculinidade é sustentada por valores patriarcais, tais como o domínio sobre a mulher, a defesa da virilidade enquanto signo de honra, a resistência a tudo o que pode ser considerado feminizante e a capacidade não apenas de conquistar várias mulheres, mas de fazê-las gozar sexualmente através tão somente da penetração. A prática de outras formas de obtenção do prazer sexual, especialmente o sexo oral, é considerada uma afronta à imagem viril. Isso nos chama a atenção tanto por contrariar as injunções provenientes do discurso da reabilitação sexual, quanto por revelar uma fantasia inconsciente que faz coincidir a prática do sexo oral com a ocupação de uma posição passiva, feminizada perante a mulher. Aliás, segundo os sujeitos da pesquisa, qualquer situação capaz de atualizar a posição de passividade perante o outro (cuidar do corpo, se despír diante do médico, fazer exame de prevenção, por exemplo) era sentida como mal-estar ou mesmo angústia, provocando as mais fortes resistências.

A partir de nossa experiência clínico-institucional junto a esses homens e de pesquisas anteriormente empreendidas, pretendemos aqui refletir acerca dos resultados que obtivemos, no sentido de buscar contribuir para a ampliação do entendimento dado à masculinidade e à sexualidade pelas políticas públicas de atenção à saúde.

Em 2009, o Ministério da Saúde do Brasil instituiu, por meio da portaria 1.994/2009, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). Fruto da articulação entre a Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), gestores de políticas públicas e a sociedade civil, o documento que fundamentou a portaria acima mencionada define como eixos temáticos para o estudo da saúde do homem a violência, a exposição a riscos e a saúde sexual e reprodutiva (BRASIL, 2009). Trata-se de uma iniciativa inédita no contexto histórico e político brasileiro, uma vez que até então os homens nunca haviam sido objeto de programas de saúde específicos.

No texto da PNAISH, é clara a preocupação com as resistências dos homens em realizarem as consultas e exames preventivos, o que acabaria por onerar o sistema de saúde e causar sofrimento físico e emocional ao paciente e sua família. Tais resistências são entendidas como produtos de barreiras socioculturais e institucionais, associadas respectivamente à crença do homem numa invulnerabilidade e à dificuldade de acesso aos serviços de atenção básica. Diante dessas constatações, é compreensível que a PNAISH vise a “mobilizar a população masculina brasileira pela luta e garantia de seu direito à saúde [...] Ela pretende tornar os homens protagonistas de suas demandas, consolidando seus direitos de cidadania” (BRASIL, 2009, p. 7). Sedimentados por nossa experiência clínica em instituição de saúde que se ocupa desse público e de pesquisas para ele voltadas, consideramos que não podemos negar os fatores sociais envolvidos na procura tardia pelo serviço de saúde, mas temos elementos para demonstrar a necessidade de acrescentar determinações inconscientes que merecem a consideração pela singularidade com que cada sujeito constrói a sua masculinidade e que acabam por serem atualizadas por meio de um traumatismo atual e por se manifestarem, por exemplo, na relação com o médico.

Durante dois anos, R. observou mudanças em seu pênis, alterações que sabia não serem normais, sem procurar assistência. Os últimos seis meses daquele período foram os mais sofridos, marcados por dores intensas que o impediam até mesmo de ficar em pé. Mesmo assim, R. relutava em procurar um hospital ou um posto de saúde: “Eu achava feio baixar a roupa diante do médico”. Vencido pelas dores intensas e pela

injunção do pastor de sua igreja, R. vai procurar ajuda médica. Após alguns exames, uma biópsia é realizada, e o diagnóstico de câncer, assim como a necessidade da amputação do pênis, lhe são comunicados. R. afirma ter ficado com “um por cento, muito pouco” do pênis. Em relação a isso, ele se esforça para acreditar que, se o médico teve que tirar quase todo seu pênis, é porque “foi preciso”, muito embora sua fala revele dúvidas a respeito da conduta do cirurgião, desconfiança que lhe custa admitir. Não parece justo para R. criticar o médico ou duvidar de suas boas intenções para com ele, já que, por ter feito o que podia, “sem ter ganhado nem um presente de mim”, o cirurgião é equiparado à figura do pai: “O médico, quando ele faz bem para o paciente, sem tá ganhando nada, eu creio que ele tá com a intenção de ver a saúde da pessoa, né? Então, quando um médico é interessado no paciente é como um pai para um filho! Naquela hora o doutor E. foi meu pai”.

Interessante notar que a razão do adiamento pela busca do médico não é relacionada, no discurso dos pacientes, como proveniente de dificuldade financeira, falta de tempo, ou medo das consequências, como apontam os estudos citados pela PNAISH. Nosso paciente podia suportar as dores e o mau cheiro do tumor, mas lhe era insuportável “baixar as calças” para o médico. Suas associações tomam duas vias: a primeira o leva a admitir que sempre evitava tomar banho de açude com os amigos porque não era “favorável” a ficar de “biquíni” na frente deles. Agora, que só lhe restou um por cento do pênis, muito pior, pois não há mais quase o que “apresentar”; a outra trilha associativa o faz identificar o médico com o pai, figura ambivalente, ao mesmo tempo castrador e amoroso. Não haveria aí uma operação psíquica na origem da resistência desse paciente a procurar o serviço de atenção básica? Baixar as calças para o médico-pai sem ter o que apresentar não equivaleria a uma atualização da experiência de castração?

Conforme Freud (1924[1981]) nos indicou, a trajetória do menino em direção à masculinidade compreende uma etapa em que ele se identifica com a mãe e se situa na posição de objeto para o pai. Trata-se aí de uma passividade que deverá ser substituída – mediante a vivência da angústia de castração – pela identificação ao pai e a consequente constituição da virilidade. No entanto, conforme observamos em nossa

experiência, o discurso dos homens penectomizados indica que a masculinidade não se apresenta para eles como garantida; era preciso afirmá-la e reafirmá-la, repetidamente. A possibilidade de uma reversão ao tempo edípico da feminilização perante o pai parece estar sempre no horizonte. Como bem aponta Pommier (1996), “transposto o obstáculo da feminilização obrigatória, ilustrada em todos os ritos iniciáticos, a virilidade traz a marca do combate que teve [o homem] de travar para escapar dela” (p. 37). Com efeito, toda situação que os remeta – mesmo que disso eles nem sempre saibam – àquela passividade edipiana torna-se fonte de angústia e pode provocar o recalque. Devemos pontuar que, se houve recalque, é porque na origem houve desejo. No caso da atitude feminina, tratar-se-ia do desejo que toma o pai por objeto. Como sabemos, a operação psíquica do recalque implica o retorno do recalcado, que se manifesta no laço social e na cultura sob diferentes formas; inclusive por meio de comportamentos que teriam o potencial de perturbar a ordem familiar, a ordem médica e a ordem pública.

É essa feminização sempre temida que permanece no horizonte do percurso que conduz à masculinidade e a torna, para tantos homens, uma aquisição continuamente em perigo. Para utilizarmos uma analogia com o jogo de xadrez, o tornar-se homem evidenciaria que, tal como ocorre no tabuleiro, a ameaça é sempre mais forte do que o ato. Ela restringe, ocupa e preocupa; demanda ação e precaução daquele a quem ela se endereça. Com base nessas considerações, é que levantamos a hipótese de que a masculinidade não seria algo definitivamente conquistado, mas algo em permanente construção.

Diríamos, pois, que manter sob recalque a atitude feminina em relação ao pai – e o desejo que ela comporta –, defendendo-se contra sua ameaça de irrupção, confrontaria um homem com a tarefa de encontrar novas respostas para a questão sobre o que é ser homem. Em outros termos, o feminino recalcado exigiria um trabalho constante – ainda que este muitas vezes pareça ser realizado apenas pontualmente, em determinados momentos da história – de questionar e tentar ressituar a masculinidade, reconstruindo seus pontos de ancoragem simbólicos e imaginários. Entendemos que, a cada vez que o feminino ameaça ampliar seu campo de ação, seja desde o interior (a sexualidade e as fantasias do

próprio homem), seja do exterior (os avanços do feminino na cultura e na sociedade), faz-se necessário para o homem recalçá-lo, reprimi-lo, no intuito de manter a distância o insuportável da feminização, do desejo edipiano pelo pai, e sua premissa, a castração. Conforme assinala Pommier (2016, p. 108): “Não são apenas ‘alguns homens’ que se confrontam em dado momento com seu feminino! Mas todos sem exceção lutam dia a dia e recalcam a ameaça de uma feminização”.

Assim, se quisermos manter a ideia – tão presente no senso comum – de que o homem é o “sexo forte”, sugerimos entender o “forte” antes como fortificação, voltada para a defesa e proteção, do que força, seja física ou moral. A masculinidade exige constante vigilância. Os homens constroem para si uma fortaleza composta pelos semblantes fálicos e nela, de uma forma ou de outra, alguns mais outros menos, encerram-se para se protegerem da ameaça de castração; a qual se articula à fascinação e ao temor causados pelo feminino.

A analogia da masculinidade como uma fortificação remete-nos ao mecanismo da fobia, que Freud (1914,1915[1981]) descreve em termos de ‘construções protetoras’, que precisam ser sempre reforçadas e ampliadas a cada vez que as exigências pulsionais se fazem sentir. Interessante sublinhar que, para Freud (1915[1981]), o objeto fóbico é, de fato, um substituto de outro objeto, sobre o qual o investimento libidinal recai, a saber, o pai. Nesse sentido, revela-se bastante apropriado o termo “homofobia”, utilizado para caracterizar as construções protetoras – cada vez mais amplas e violentas –, pelas quais os homens buscam se defender da angústia de feminização. Esse tipo de defesa engendra consigo a necessidade de pôr à prova a masculinidade, que pode se manifestar, por exemplo, pelo desafio, pela transgressão, pela tendência a se colocar em situações que envolvam riscos à saúde e à própria vida, e pela violência contra todos os que encarnam o feminino; em uma busca, por vezes desesperada, de se fazer reconhecer como homem. É nesse sentido que consideramos a vulnerabilidade como um elemento constituinte da masculinidade. Vulnerabilidade que tem a ver tanto com a fragilidade de sua construção, sempre sujeita ao retorno do desejo recalçado de feminização, quanto com a fragilidade das identificações aos ideais viris pelos quais um homem tenta lutar contra o aludido desejo.

Também a violência masculina (social ou doméstica), as chamadas disfunções sexuais e os comportamentos de riscos são objetos das ações da PNAISH. Perguntamo-nos, diante disso, se tais pontos não poderiam ser pensados como a expressão dos modos que cada sujeito encontra, a partir da singularidade de seu desejo, de assegurar sua imagem viril. Sobre isso, tanto o discurso dos pacientes penectomizados quanto algumas formações culturais, como a literatura, são ricos em elementos que nos convidam à reflexão acerca do que é um homem.

Cuéllar, protagonista do romance “Os filhotes”, de Mario Vargas Llosa, é emasculado pelo cão da escola quando tinha por volta dos nove anos de idade. O romance, escrito a partir de uma notícia de jornal no Peru, narra os desdobramentos psíquicos e sociais do personagem a partir da perda sofrida. Vemos o empenho dramático e, ao final, trágico de Cuéllar para construir, desde a infância até sua morte ainda jovem, na idade adulta, os semblantes viris com os quais se identificar para se fazer reconhecer homem para o Outro: a mulher, os amigos, a Lei. Sobre isso destacaremos duas passagens que apontam, uma para a necessidade de provar sua virilidade sob o modo do desafio e da transgressão; outra, para o tratamento dispensado à mulher:

[...] duvidam que eu roube o carro do velho e fôssemos correr na beira-mar?, duvido, meu irmão, e ele pegava o Chevrolet do pai e tocavam para a beira-mar; duvidam que eu quebre o recorde do Bobby Lozano?, duvido, meu irmão, e ele fsssst pela beira-mar fsssst da Benavides até La Quebrada em dois minutos e cinquenta, bati ou não bati?, é, o Maneco fazendo o sinal da Cruz, bateu sim, e você morreu de medo, seu cagão; [...] duvidam que eu quebre os vidros dessa casa com a espingarda do meu pai?, duvido, Piroquinha, e ele quebrava (p. 60).

No carnaval, as meninas fugiam dele, que as bombardeava com todo tipo de porcarias, cascas, frutas podres, bexigas cheias de xixi e as lambuzava de lama, tinta, farinha, sabão e betume [...] (LLOSA, 1999, p. 67).

A expressão da masculinidade na relação com as mulheres constitui um ponto digno de consideração, ainda mais quando se verifica que as ações e os objetivos da PNAISH devem estar em estreita sintonia com a política nacional de saúde da mulher:

O caráter relacional das questões que envolvem dinâmicas de casal sugere a necessidade de diálogo e de articulação direta entre as Políticas de Atenção Integral à Saúde do Homem e as voltadas para a mulher. Trata-se da perspectiva de atenção integral às duas dimensões humanas: a individual e a relacional, evitando-se abordar apenas as particularidades, isolando homens ou mulheres (BRASIL, 2009).

A citação acima nos leva a indagar se a necessidade de articulação entre uma política de saúde do homem e uma política de saúde da mulher não estaria sustentada na crença em uma complementaridade entre os dois gêneros. Isso nos parece problemático, se levarmos em conta a fala dos pacientes penectomizados acerca da vida amorosa. Esta comparece em seus discursos como cenário onde a virilidade será posta à prova, e, para alguns deles, a desvalorização da mulher se faz necessária, enquanto uma fantasia que serve à preservação da imagem viril.

R. se refere à sua esposa como uma mulher desprovida de atributos sexuais que a fariam desejável e desejosa: “[...]minha mulher nunca teve prazer sexual, ela é doente, gorda, fria... então ela não me perturba”. Diante da nova configuração corporal promovida pela cirurgia, os semblantes sobre os quais se apoiava a virilidade vacilam, e o desejo sexual da mulher passa a ser sentido como ameaçador à imagem viril: “Se ela fosse uma mulher doidona, ferosa, eu ficaria preocupado, porque as mulheres saudáveis, mais novas, ferosas são mais perigosas para os homens deficientes como eu, já que elas, mesmo tendo um marido sadio, ainda vão procurar prazer com outro homem”. Ocorre que a esposa de R., segundo ele próprio, não se revela uma mulher tão desinteressada pelas coisas do sexo como ele fantasia. De fato, ela se mostra mais frustrada em seu desejo do que fria: “Às vezes, naqueles momentos de necessidade, doutor, quando eu procuro minha esposa pra me servir dela, ela diz: ‘Ora, tu não faz nada, a gente devia era se separar, ficar logo longe um do outro. Fica só se esfregando’! A fala de R. evidencia o temor quanto à traição de sua esposa, face a sua condição de “homem deficiente”, que apresenta um déficit, uma desvantagem fálica em relação à mulher e aos outros homens.

Por último, considerando, por um lado, o “comportamento de risco” como traço da masculinidade, associando-o às doenças sexualmente transmissíveis (DST) e à “gravidez inoportuna”; e, de outro, en-

fatizando o cuidado com a dimensão relacional entre homem e mulher, a PNAISH deve ter em conta que uma das características do amor masculino é a impossibilidade, para muitos homens, de reunir amor e desejo na mesma mulher. Tal dissociação implica, conforme o discurso dos sujeitos de nossa pesquisa, a procura de mulheres com as quais experimentam um prazer sexual que não ousam demandar às esposas, objeto de respeito e idealização. Chamamos atenção para o caráter transcultural dessa impossibilidade, tributária da passagem do menino pelo Complexo de Édipo e pela castração. Para os homens que escutamos, a esposa porta um traço materno e o gozo sexual com ela permanece problemático, pois que objeto de interdição. F., referindo-se a sua mulher, afirma: “Eu não digo pra ela o que eu gosto de fazer na cama, como é que eu gosto que ela faça, para não a desrespeitar. As mulheres de fora são sempre melhores porque sabem fazer o que a esposa não faz; fazem na hora que a gente quer”. Por sua vez, a imagem viril de J. se sustenta no significante “mulherengo”, que funciona como uma espécie de significante-mestre para sua sexualidade: “Homem tem que ter mais de uma mulher. O homem acha que tem que comer todas as mulheres que aparecem, mesmo sem vontade”.

Esse imperativo superegoico de gozar com todas as mulheres, impossível de ser cumprido, mas idealizado na fantasia masculina, não deixou de ser representado na literatura de cordel, gênero literário típico do Nordeste brasileiro, que remonta aos trovadores medievais e que constitui uma fonte rica dos significantes que compõem o imaginário do homem nordestino.

No folheto intitulado “O último macho do mundo”, de Paiva Neves, temos a história de Agenor, um homem incapaz de atrair sobre si o interesse de qualquer mulher de sua pequena cidade, devido a sua inigualável feiura. Descrito pelo poeta como um “grande azarão para as coisas do amor”, ele decide, numa atitude desesperada, fazer um pacto com o diabo. Este lhe aparece e lhe ordena formular seu desejo. Agenor assim responde a satanás: “Ser o homem mais desejado / Quero que seja meu fado” (NEVES, 2007, p. 15). Passam-se os dias, e Agenor continua o homem mais feio de sua cidade. Quando já acreditava ter sido enganado, seus amigos, um a um, confidenciam-lhe estarem impotentes. Aos poucos, todos os homens de seu lugar, depois

do país e até do mundo, caem sob o golpe da impotência. Agenor, contudo, constituía a exceção. Um dia, numa festa, quando dançava, sua parceira sente seu membro enrijecido e o convida a ir a sua casa. A partir daí, após uma noite inteira de sexo, todas as mulheres da cidade tratavam de conseguir um encontro com ele. Solteiras, casadas, mulheres das mais variadas idades e origens. Ele mantinha relações sexuais com todas, mundo afora. Quando, assim, o leitor já está quase convencido de que a potência viril de Agenor não encontra limites, eis que o poeta escreve:

Consigo não teve paz / Ao sentir-se responsável / Era o único culpado / Deste fato lamentável. / Um plano quase perfeito / Se não fosse esse defeito / Com efeito lastimável. / Queria só ser estável / Ter uma vida normal / Tudo mudou de repente / Não teve paz social / Mulheres o perseguiram / Quase nem sequer dormiam / Buscando o ato sexual (p. 23).

A culpa intervém e mobiliza Agenor a pedir novamente ajuda ao diabo para reverter a situação, destituindo-o do lugar de único macho do mundo. Para sua surpresa, é-lhe enviado não o demônio com quem fizera o pacto, mas uma diaba. Ela lhe diz: “O único meio de curar / agora todo esse mal / É você fazer comigo / Tudo que é prazer carnal / Fazendo amor com uma diaba / É como você acaba / Com a abstenção sexual” (p. 28). No entanto, quando Agenor, já excitado, prepara-se para consumir o ato, ele cai do banco da praça onde estivera dormindo e desperta. Tudo não passara de um sonho...

O modo discursivo dos pacientes, bem como aquele encontrado na literatura, revela uma forma de manifestação da masculinidade que a PNAISH, em nome da saúde do homem, parece querer modificar. Além disso, os discursos acima referidos, cada um a seu modo, sublinham o caráter complexo inerente à sexualidade masculina, irredutível às disfunções sexuais, foco de interesse da PNAISH. Conforme bem apontaram Carrara, Russo e Faro (2009), a política em questão pensa o homem como vítima de sua masculinidade, a qual o leva a negligenciar sua saúde. Ignora-se, assim, que a masculinidade implica o movimento reiterado de pô-la à prova, pagando-se o preço de se expor ao risco, inclusive de morte.

Acreditamos que esse aspecto da masculinidade é, para a ordem política, seu sintoma, na medida em que a incomoda, pois escapa à lógica do “para todos”, que a rege. Isso que escapa, que não se deixa cooptar pela lógica do universal, é a verdade do sujeito, sua diferença, que constitui seu sintoma; é isso que retorna sob o modo de mal-estar seja para o médico – e os demais profissionais da saúde –, seja para agentes políticos. O sintoma é aquilo que, partindo do sujeito, faz oposição à vontade de domínio da política e da medicina, e institui a política da psicanálise, cujo objeto é impossível de coletivizar, de se deixar regular pelos discursos normativos. Como bem aponta Soler (1998), a psicanálise “revela que o sintoma é um gozo que se faz valer apesar do comando e do consentimento. Estamos então fundamentados para opor o sintoma à adaptação à realidade, a qual não passa de adaptação à demanda de um discurso” (p. 258-259).

Diante das questões mencionadas, consideramos necessária uma ampliação dos conhecimentos acerca da complexidade envolvida nas relações entre masculinidade, sexualidade masculina em relação ao outro sexo, sem o que não se pode vislumbrar o aprimoramento e implementação de políticas de saúde pública que levem em conta o sujeito para além do indivíduo e que alcancem eficácia. O psicanalista que trabalha em instituições de saúde junto ao público masculino, e cuja prática é atravessada pelas políticas públicas de saúde, é também membro da equipe de saúde e como tal deve dar sua contribuição. Para tanto, é necessário que ele seja capaz de sustentar o discurso do analista, que reserva ao outro o lugar de sujeito. Isso implica poder, na interlocução com os demais integrantes da equipe, abrir espaço para que a realidade psíquica seja levada em conta. Isso tem um alcance político na medida em que, assim procedendo, pode-se oportunizar a discussão acerca do encontro entre o singular de uma lógica da fantasia e universal da lógica do “para todos”, que rege as políticas de saúde. No caso da PNAISH, a universalização da categoria “homem” tende a subestimar tanto o particular do contexto em que o homem está inserido quanto o singular de sua condição de sujeito.

Finalmente, julgamos imprescindível, portanto, que os profissionais responsáveis pela formulação de políticas de saúde voltadas para

os homens, não tomem a masculinidade por uma evidência. Antes que reconheçam a utilidade e a pertinência, para o sucesso dos objetivos e ações das referidas políticas, do debate em torno da pergunta: “o que é, afinal, um homem?”.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. “*Política nacional de atenção à saúde do homem: princípios e diretrizes*”. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_atencao\\_homem.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_homem.pdf). Acesso em: 25 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 1.944, de 27 de agosto de 2009*. “Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem”. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1944\\_27\\_08\\_2009.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1944_27_08_2009.html). Acesso em: 26 maio 2015.

CARRARA, S.; RUSSO, J.; FARO, L. “*A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino*”. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010373312009000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312009000300006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 jan. 2016.

FREUD, S. Introducción al narcisismo. In: FREUD, S. *Obras Completas*. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. Tomo II.

FREUD, S. La disolución del complejo de Edipo. In: FREUD, S. *Obras Completas*. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. Tomo III.

FREUD, S. La repression. In: FREUD, S. *Obras Completas*. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. Tomo II.

LLOSA, M. V. *Os filhotes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NEVES, P. *O último macho do mundo*. Fortaleza: Tupynanquim, 2007.

POMMIER, G. *Do bom uso erótico da cólera e algumas de suas consequências*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

POMMIER, G. *Féminin, révolution sans fin*. Paris: Pauvert, 2016.

POMMIER, G. *Qu'est-ce que le "réel"?* Paris: érès, 2014.

POMMIER, G. "Tselem Elohim". *La clinique Lacanienne*, n. 29, p.13-30. Paris: érès, 2017.

SOLER, C. *A psicanálise na civilização*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

# **PARTE II**

**Violências e questões raciais, de gênero e classe**

# PSICOLOGIA SOCIAL E O ESTUDO DA VIOLÊNCIA CONTRA SEGMENTOS INFANTOJUVENIS: POLÍTICA DE MORTE, PRECARIZAÇÃO DA VIDA E SEUS ASPECTOS PSICOSSOCIAIS

*João Paulo Pereira Barros  
Jéssica Silva Rodrigues  
Luís Fernando de Souza Benício  
Ingrid Sampaio de Sousa*

## **Guarda-chuva ou rizoma? Pesquisa do VIESES e sua imagem do pensamento**

**C**onsiderando a pertinência de pautar expressões e efeitos das políticas de vulnerabilização social na atualidade, à luz da Psicologia Social, este capítulo pretende relatar as movimentações teórico-metodológicas da pesquisa intitulada “Juventude e Violência Urbana: Cartografia de Processos de Subjetivação na Cidade de Fortaleza-CE”, financiada pela Chamada Universal 01-2016 do CNPq, realizada, desde 2015, pelo VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação. A partir disso, discutiremos peculiaridades do modo de pesquisar que temos experimentado, denominado de pesquisa-inter(in)venção, e as conexões teóricas acerca do fenômeno da violência letal contra segmentos infantojuvenis que têm sido agenciadas nesse caminho, com destaque para as relações entre políticas de morte e precarização da vida e modos de (des)subjetivação.

Ligado ao Departamento de Psicologia e à linha “processos psicossociais e vulnerabilidades sociais” do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, o VIESES foi criado em 2015, inicialmente na condição de grupo de pesquisa ligado ao diretório do CNPq e, depois, também como Programa de Extensão da UFC, ao incorporar ações de extensão e formação às suas atividades investigativas. Suas ações pretendem operar como dispositivo de problematização dos modos de subjetivação contemporâneos em suas conexões com: (1) expressões de violência, relações de poder e dominação que se inscrevem no cotidiano das práticas sociais; (2) políticas públicas, direitos humanos e práticas institucionais em campos diversos, tais como saúde, assistência social, justiça e educação; (3) práticas de resistência às diversas expressões da violência; (4) micropolíticas e pesquisa-inter(in)venção em Psicologia em contextos de desigualdade social.

Diversos levantamentos têm apontado a gravidade da problemática das violências e conflitualidades urbanas no contexto brasileiro, mais precisamente aquelas que se expressam pelo assassinato de adolescentes e jovens (CERQUEIRA *et al.*, 2019; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018; WAISELFSZ, 2016). No VIESES, temos apostado que a Psicologia Social, a partir de suas experimentações multi e transdisciplinares, pode contribuir com reflexões e práticas concernentes aos aspectos psicossociais implicados nos processos de vitimização de juventudes pela violência letal e em suas práticas de resistência a esse fenômeno.

Nos últimos anos, o Ceará e Fortaleza se tornaram o estado e a capital brasileira com os mais elevados índices de homicídio desses segmentos sociais (MELO; CANO, 2017), ilustrando um processo de “nordestinação” das mortes violentas letais e intencionais no Brasil. Segundo levantamento do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, os alvos precípuos dessa progressiva violência continuam sendo jovens negros, de sexo masculino e moradores de áreas periféricas, cabendo ressaltar, contudo, o preocupante aumento de assassinatos de crianças e mulheres nas tramas das conflitualidades urbanas a partir de 2016 (COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA, 2018).

Assim, o objetivo geral da pesquisa do VIESES é analisar processos de subjetivação constituídos na articulação de práticas sociais relacionadas à problemática da violência urbana envolvendo segmentos juvenis, em territórios da cidade de Fortaleza-CE com elevados índices de homicídios. Seus objetivos específicos envolvem: analisar dados de levantamentos quantitativos locais relacionados à violência letal em Fortaleza, com vistas à correlação de variáveis que colaborem com a elucidação da dinâmica da violência letal na cidade e do perfil de suas vítimas; discutir, sob o ponto de vista psicossocial, a problemática dos homicídios de jovens na capital do Ceará e as práticas institucionais de enfrentamento a esse fenômeno, a partir de produções discursivas de adolescentes/jovens, de familiares de adolescentes/jovens assassinados e de profissionais de políticas sociais inseridos em territórios mais afetados pela violência armada; problematizar relações entre segmentos juvenis e as dinâmicas da violência urbana, a partir das narrativas de adolescentes e jovens sobre suas trajetórias de vida em territorialidades mais afetadas pelos homicídios na capital cearense.

O caminho metodológico da pesquisa é constituído por dois eixos que se transversalizam, um quantitativo e outro qualitativo. O primeiro visa a analisar, por meio do *software* aplicativo SPSS, tanto dados relativos ao homicídio de adolescentes e jovens em Fortaleza no ano de 2015, levantados pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), ligado à Assembleia Legislativa do Ceará e ao UNICEF, quanto dados referentes à dinâmica da violência armada em Fortaleza, produzidos pelo Observatório da Criança e do Adolescente (Instituto OCA), em parceria com o VIESES/UFC. O segundo eixo da pesquisa tem ocorrido por meio de pesquisa-inter(in)venção em cinco contextos territoriais da cidade de Fortaleza, situados em diferentes regiões da capital, que apresentam as maiores taxas de homicídio: Grande Jangurussu, Barra do Ceará, Mondubim, Grande Bom Jardim e Vicente Pinzon (BENÍCIO *et al.*, 2018). Esse eixo tem focado a escuta de trajetórias de vida marcadas pela violência letal, de discursos sobre relações entre juventudes e violência, de sentidos produzidos pelos sujeitos acerca das condições de produção e efeitos da intensificação de homicídios em seus cotidianos, das práticas institucionais que se propõem

ao enfrentamento e à prevenção da violência, bem como das micropolíticas de resistência juvenis em face da violência em suas territorialidades. A dimensão inter(in)ventiva da pesquisa envolve a criação de dispositivos de análise coletiva da problemática da violência urbana envolvendo adolescentes e jovens, a partir da perspectiva de adolescentes/jovens, profissionais de políticas sociais que atuam com esse segmento, bem como de familiares de adolescentes e jovens vítimas de homicídios a partir de 2015.

Como detalharemos na próxima seção, a pesquisa, em suas diversas frentes, tem lançado mão da conexão de diversos dispositivos metodológicos, “máquinas de fazer ver e falar” (KASTRUP, 2009), tais como participação em práticas sociais juvenis que pautam a questão da violência contra jovens e seus modos de enfrentamento; acompanhamento de práticas institucionais dirigidas a adolescentes e jovens relacionadas à questão da violência urbana; produção de diário de campo como narrativa implicada sobre os encontros tecidos no processo de pesquisa; análise documental; entrevistas e grupos de discussão, no formato de rodas de conversas ou oficinas, com profissionais de políticas sociais, adolescentes/jovens e familiares de adolescentes/jovens assassinados ou em privação de liberdade.

Mais do que uma pesquisa guarda-chuva, que pressupõe certa unidade e grau de verticalização, a imagem do pensamento concernente à pesquisa geral do VIESES tem-se assemelhado mais à de um rizoma, pois o projeto “Juventude e Violência Urbana: Cartografia de Processos de Subjetivação na Cidade de Fortaleza-CE” tem articulado e potencializado de modo não hierárquico e verticalizado diversas investigações específicas, as quais, por sua vez, reinventam-no permanentemente e o fazem proliferar em diversas direções. Inspiramo-nos em nossa pesquisa no que dizem Deleuze e Guattari (2009, p. 37) sobre o rizoma:

[...] têm outra maneira de viajar e também de se mover, partir do meio, pelo meio, entrar e sair, não começar nem terminar. [É] um mover-se entre as coisas, instaurar uma lógica do E, [operando com a potência dos aditivos mais do que da exclusão], reverter a ontologia, destituir o fundamento, anular o fim e o começo.

## Que investigações específicas articulamos? As linhas do rizoma-pesquisa e suas conexões metodológicas

A partir de uma imagem rizomática do pensamento, as diversas investigações específicas realizadas pelo VIESES entre 2015 e 2019 derivadas da pesquisa geral compõem um mapa aberto ou uma rede, interconectando-se não só por enfocarem, à luz da Psicologia Social e seus diálogos transdisciplinares, os processos de subjetivação engendrados na articulação de práticas sociais concernentes à questão da violência urbana envolvendo segmentos infantojuvenis, em territórios da cidade de Fortaleza com elevados índices de homicídios,<sup>13</sup> mas ligando-se também por se filiarem a uma perspectiva de pesquisa que vimos chamando de pesquisa-inter(in)venção cartográfica, a partir de diálogos com produções do campo da psicologia social, tais como Passos, Kastrup e Escóssia (2009); Passos, Kastrup e Tedesco (2014). Trata-se de uma perspectiva de pesquisa participativa voltada à investigação da diversidade qualitativa da vida de grupos, no cotidiano de suas práticas sociais e institucionais.

Denominamos nossa perspectiva de pesquisa-inter(in)venção a fim de realçar, além de seu caráter participativo, sua aposta de que o caminho da pesquisa abriga atos de criação que reinventam a própria forma-pesquisa, em vez da priorização de uma linearidade ou um contínuo progressivo em etapas sucessivas e procedimentos de coleta de dados e estratégias de análise estritamente demarcadas de antemão. Apostar na invenção é, nesse caso, investir na potência micropolítica de diferir (KASTRUP, 2009), tanto no que concerne à política de pesquisa quanto no que se refere aos próprios processos de produção de subjetividades investigados.

Se é razoável supor que toda pesquisa é também intervenção, na medida em que a simples presença do(a) pesquisador(a) interfere no campo pesquisado, afirmar nosso modo de investigar como pesquisa-inter(in)venção é se lançar ao mergulho no plano das experiências

---

<sup>13</sup>A esse problema geral se conecta uma questão transversal que diz respeito aos modos de habitar a cidade (não) experimentados pelos segmentos infantojuvenis inseridos nesses territórios.

que produzem modos de subjetivação infantojuvenis e seus cotidianos, atentando inclusive para a análise de nossas implicações nesse processo. É também criar ou potencializar dispositivos de análise coletiva das condições psicossociais que engendram redes e circuitos de violência contra juventudes periferizadas, bem como dispositivos de experimentações coletivas de processos de singularização e modos de (re)existência infantojuvenis em contextos onde suas próprias vidas são aviltadas sistematicamente. Sob esse prisma, a intervenção imanente às nossas formas de pesquisar não corresponde a uma ação unilateral, por parte do(a) pesquisador(a), nos contextos e sujeitos pesquisados, levando tudo pronto e o aplicando em campo, mas sim a uma ação que incide simultaneamente nos/nas participantes, no/na pesquisador/a, no problema de pesquisa e no campo-tema estudado. Ou seja, trata-se de uma ação de colocar-se *entre* para *fazer com*, portanto, uma ação recíproca, uma invenção conjunta – uma inter(in)venção, como temos preferido nomear.

Por seu turno, consideramos cartográfico esse modo de fazer pesquisa à luz do entendimento de que a cartografia pode ser considerada um método de pesquisa-intervenção *ad hoc* que visa ao acompanhamento de processos de produção de subjetividades, a partir da análise do plano coletivos de forças operantes nesses processos (incluindo a implicação do/a pesquisador/a). Essa perspectiva requer a inscrição do(a) cartógrafo(a) em um território existencial, acompanhada de um exercício de atenção à espreita ao longo do trabalho de campo, trabalho este viabilizado pela criação de dispositivos com função de referência, explicitação e subjetivação por meio dos quais o/a pesquisador/a se movimenta e busca estabelecer relações de confiança e traçar o plano do comum como aspecto imanente à própria cartografia (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009; PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014).

Nítido está que Deleuze e Guattari, ao falarem de cartografia em sua discussão sobre rizoma, não a concebem como um método no seu sentido estrito e convencional. Passos, Kastrup e Escóssia (2009), por sua vez, só concebem a cartografia como método porque trabalham com uma reversão do seu sentido tradicional (*metá-hódos*), que seria a prévia delimitação de regras, passos e metas a serem adotados de modo asséptico em relação ao objeto de estudo e ao problema de pesquisa.

A cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o metá-hódos em hódos-metá. Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude (PASSOS; KASTRUP; ESCOSSIA, 2009, p. 11).

Nós do VIESES também corroboramos o ponto de vista de que só faz sentido entender a cartografia como método se este for concebido não como um conjunto de procedimentos e técnicas, mas sim como um tipo de sensibilidade correlata a uma peculiar política de pesquisa segundo a qual discutir metodologia é também refletir sobre modos de estarmos uns com os outros, contrapondo-se, conseqüentemente, à coisificação e instrumentalização de existências, o que confere um status de prática micropolítica à pesquisa-inter(in)venção cartográfica. Portanto, em vez de sucumbir ao tecnicismo que descaracteriza a discussão esquizoanalítica sobre a política do pensamento, sustentar a cartografia como um método é pensá-lo como postura imanente à pesquisa, um conjunto de pistas e atitudes que ajudam a construir seu caminho (*hódos-méta*). De todo modo, a fim de nos desvencilharmos de mal-entendidos que o sentido tradicional de método costuma provocar, temos dizibilizado, no cotidiano do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, nosso modo cartográfico de pesquisa-inter(in)venção sobretudo como um *ethos* e uma política de pesquisa que aposta na processualidade, no seu caráter participativo e inventivo, na problematização do plano das forças que engendram modos de subjetivação e em transformações micropolíticas.

Em nossa pesquisa-rizoma, essas apostas acima têm-nos feito considerar segmentos infantojuvenis, profissionais e familiares com quem estivemos e estamos como sujeitos, e não objeto do estudo – portanto, copartícipes de pesquisa. No limite, buscamos pesquisar COM eles/elas, e não SOBRE eles/elas, recusando estereotipações e potencializando a insurreição de saberes sujeitados na mesma medida em que a própria forma de pesquisar também vai sendo de/re/trans/conformada. Nisso estão implicadas experimentações que buscam a radicalização do caráter participativo da pesquisa, de modo que nós participamos do cotidiano pesquisado, ao mesmo tempo em que buscamos experimentar estratégias, dispositivos e espaços para que segmentos infantojuvenis,

familiares e profissionais também participassem da tessitura de nossas pesquisas, em diferentes níveis e formas, sempre negociadas ao longo do caminho das investigações e dentro das condições de cada contexto em que estamos ou estávamos inseridos/as. Ou seja, a inter(in)venção diz respeito à potência da pesquisa de performar mundos e modos de subjetivação, movendo, problematizando, alargando e às vezes desfazendo fronteiras, de modo que seu caráter participativo esteja diretamente atrelado à sua capacidade de produzir planos comuns ENTRE e COM os/as partícipes da pesquisa.

A partir de interseções com os estudos foucaultianos e a esquizoanálise, bem como com produções do campo da psicologia que dialogam com a filosofia da diferença, Barros *et al.* (2017a) apontam alguns deslocamentos característicos de nossa política de pesquisa em psicologia social acerca do tema da violência, a saber: interesse pelas formas singulares e concretas dos problemas investigados; enfoque no que temos sido e não apenas no que fomos: preferência por pistas em vez de um método estático; produção de fissuras em pressupostos no processo de criação de um campo problemático; articulação entre pesquisa e transformações micropolíticas; recusa de especialismos; coletivização das práticas e afirmação de multiplicidades.

Se as pistas que guiam o caminho da pesquisa “são como referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p. 13), isso não equivale à apologia de um espontaneísmo investigativo. A busca de rigor metodológico segue sendo um aspecto importante, mas não deve ser confundida com o embrutecimento do pensamento e engessamento do corpo da pesquisa sob princípios de neutralidade, fidedignidade ou replicabilidade de seus passos. Diversamente, o rigor metodológico, na perspectiva de uma pesquisa participativa, está relacionado à análise de implicação, à precisão com que se visibiliza seus movimentos e as linhas que o compõem, bem como à radicalização do nomadismo e da conectividade do próprio pensamento que o ato de pesquisar é capaz de engendrar (KASTRUP, 2008). Sustentando essa perspectiva de problematização e potencialização do pensamento, entendemos que

a pesquisa-inter(in)venção, em seus diálogos com o campo da filosofia da diferença, na qual podemos localizar tanto a esquizoanálise quanto os estudos foucaultianos, por exemplo, busca operar uma Ontologia do Presente, à medida que nos possibilita o exercício de uma crítica daquilo que somos nós, a partir de uma reflexão sobre a atualidade, em sua continuidade e singularidade histórica.

A seguir, apresentaremos algumas investigações específicas que foram realizadas ou estão em andamento entre 2015 e 2019, constituindo as linhas desse rizoma-pesquisa ou dessa pesquisa-rizoma.

### Levantamentos sobre homicídios juvenis e outros efeitos da violência armada em contextos perifерizados

No panorama de intensificação da violência letal contra jovens, são pobres e negros que seguem sendo as principais vítimas, reiterando como esse tipo de violência letal expressa a perpetuação da histórica desigualdade racial do país (CERQUEIRA *et al.*, 2018). A fim de entender que outras expressões da desigualdade social se articulam ao marcador racial, como parte do eixo quantitativo de sua pesquisa, o VIESES, em parceria com a Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (ReaPODERE), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), realizou dois estudos para analisar aspectos específicos relativos ao homicídio de adolescentes no Ceará, a partir dos microdados da investigação realizada pelo CCPHA junto a familiares de adolescentes assassinados em 2015 no Estado (CEARÁ, 2016). O primeiro estudo contou com respostas de 146 famílias e enfocou o impacto da interseção dos marcadores de raça e pobreza multidimensional na dinâmica dos homicídios na adolescência. Já o segundo estudo identificou o impacto da interseção entre marcador racial e condição multidimensional de pobreza nas percepções de familiares de adolescentes assassinados sobre segurança territorial e acesso a políticas públicas, considerando 263 famílias das sete cidades onde se deu a pesquisa do CCPHA. Tais estudos indicam, por meio de análises descritivas e comparativas, uma predominância da vitimização por homicídio de

segmentos negros, multidimensionalmente pobres e destituídos de acessos a direitos sociais, o que aponta uma perversa produção de iniquidades que, cotidianamente, constituem adolescências desiguais e as expõem sistematicamente a condições indignas de vida e à morte violenta, pela acentuação de processos de sujeição, criminalização e racismo (BARROS *et al.*, 2018).

Ainda nessa perspectiva quantitativa, em parceria com o Instituto OCA, realizamos uma pesquisa descritiva e prospectiva em dois bairros da cidade de Fortaleza sobre os efeitos da violência armada no cotidiano de seus moradores, destacando cinco aspectos: percepções sobre a violência na cidade e nos bairros investigados; expressões e efeitos da violência no cotidiano; mudanças de hábitos ou de comportamento frente à violência; noções de segurança; e exposição à violência por parte de grupos do tráfico e da polícia. Participaram do estudo 617 pessoas, dividindo-se em dois grupos de moradores: 364 e 253. Foram analisados dados provenientes de um questionário, composto por itens relacionados às percepções de violência e segurança em territorialidades das margens urbanas.

Esse eixo quantitativo se transversaliza com o de diversas de nossas pesquisas qualitativas, que serão expostas adiante, na medida em que seus resultados não são utilizados como autoevidências. Ao contrário, esses “dados” são transformados em “problema” e, seja em entrevistas, grupos de discussão ou em conversas informais, servem-nos, sobretudo, para suscitar diálogos com jovens, profissionais e familiares sobre seus cotidianos, fazendo-nos pensar juntos/as sobre o plano coletivo das forças referentes às condições e aos efeitos dessa realidade de violência.

### Aspectos psicossociais ligados à problemática dos homicídios juvenis: pesquisando com jovens, profissionais e familiares

Buscamos discutir, sob o ponto de vista psicossocial, a problemática dos homicídios de jovens na capital do Ceará, a partir de investigações junto a jovens, seus familiares e profissionais das políticas sociais inseridos nos territórios com maiores índices de violência armada na

capital cearense. Barros *et al.* (2018) problematizaram implicações das transformações da dinâmica da violência urbana no cotidiano de juventudes em contextos estigmatizados e mais afetados pela violência letal, analisando discursos de jovens e profissionais que atuam com esse segmento sobre o “pacto” entre grupos criminosos em Fortaleza, ocorrido entre o final de 2015 e meados de 2016, conhecido como “pacificação”. A pesquisa foi realizada na Barra do Ceará e no Jangurussu, abordando o cotidiano de jovens antes, durante e depois da “pacificação”. A discussão ressaltou que, sob a retórica da “paz”, lógicas de guerra se perpetuaram por outros meios, afetando segmentos juvenis com direitos historicamente violados cujas vidas são consideradas “descartáveis”.

O acirramento dessas rivalidades tem implicado sobremaneira expulsões de domicílio, impondo limites de circulação nas territorialidades periféricas (BENÍCIO; BARROS; SILVA, 2018). Assim, Benício (2018) analisou a problemática dos homicídios sob a perspectiva de profissionais da Estratégia Saúde Família (ESF) da Barra do Ceará. Abordou-se o desafio de tomar a violência como objeto de ação-reflexão-ação por parte dos profissionais, entendendo-a como determinante em saúde, demandando ações comunitárias e intersetoriais. Além disso, em torno das repercussões dos homicídios no cotidiano das equipes, destacou-se a violência como agravo, especialmente no campo da saúde mental de profissionais e moradores do contexto pesquisado; a violência como barreira de acesso das juventudes vítimas da violência letal e a violência tomada como risco para os profissionais de saúde, produzindo dificuldades no trabalho com/no território. Essa pesquisa foi produzida, também, a partir da criação de dispositivos grupais que suscitaram diálogos intersetoriais das equipes da ESF com profissionais de outros serviços, como CUCA's,<sup>14</sup> CAPS Ad,<sup>15</sup> CRAS<sup>16</sup> e CREAS,<sup>17</sup>

---

<sup>14</sup>Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte. Principais equipamentos públicos que integram a política de juventude da cidade de Fortaleza. Atualmente, a cidade conta com três Cucas, situados nos bairros Barra do Ceará, Jangurussu e Mondubim, devendo atender jovens de 15 a 29 anos;

<sup>15</sup>Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas;

<sup>16</sup>Centro de Referência de Assistência Social;

<sup>17</sup>Centro de Referência Especializado em Assistência Especializado.

fomentando desnaturalizações das mortes juvenis e discussões sobre possibilidades de articulações entre as diversas políticas no enfrentamento dessa problemática que muitas vezes é vista como uma questão restrita à segurança pública (BENÍCIO; BARROS; SILVA, 2018).

Tendo em vista que, segundo pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (2018), a maioria dos adolescentes mortos estava fora da escola e que, conforme nossa pesquisa sobre violência armada exposta alhures, o acesso às escolas é um dos mais prejudicados pelas restrições de circulação impostas pelos conflitos territoriais nas periferias, criamos em 2019 uma nova linha de investigação, a partir de uma pesquisa de mestrado voltada a analisar mais especificamente os efeitos da violência urbana no cotidiano de escolas da periferia de Fortaleza e as possibilidades de enfrentamento a esses efeitos construídas pelas escolas. A pesquisa vem ocorrendo na região do Grande Bom Jardim, por meio do acompanhamento das reuniões mensais do Fórum de Escolas pela paz do Grande Bom Jardim, que reúne gestores de 12 instituições da região, e também mediante a realização de grupos de discussão em escolas específicas junto a profissionais e estudantes.

Também no contexto das escolas, tem sido realizada outra pesquisa com a proposta de analisar as implicações do medo no cotidiano de adolescentes inseridos no Grande Bom Jardim. A cartografia acontece a partir de oficinas com adolescentes sobre as dinâmicas da violência armada em seus cotidianos, sobre expressões do medo naquele território e também possibilidades de cuidado entre adolescentes frente aos efeitos psicossociais da violência.

Nesse cenário de violência em territórios periféricos da cidade de Fortaleza, a morte de meninas vem ganhando destaque. Conforme dados do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (2018), em 2016, as mortes de meninas adolescentes representavam 2% do total de homicídios, saltando, depois de dois anos, para 14%. Diante dessa problemática, iniciamos em 2018 uma pesquisa de dissertação que propõe analisar processos psicossociais relativos à problemática da morte das mulheres nas dinâmicas da violência urbana, na cidade de Fortaleza, sob a perspectiva de mulheres integrantes de coletivos

feministas e/ou organizações da sociedade civil que têm pautado o assunto na capital cearense. A partir de entrevistas e do acompanhamento de ações de mobilização em torno do feminicídio organizadas pelos coletivos ou grupos de mulheres que participam do estudo, tem sido possível apontar/tensionar como a narrativa da “mulher envolvida” tem função de culpabilização e criminalização dessas mulheres; como a morte das mulheres nas dinâmicas da violência urbana na cidade maximiza uma rede de violências historicamente estabelecidas por lógicas patriarcais, coloniais e heteronormativas e como a interseção de determinados marcadores sociais agrava a precariedade da vida de mulheres negras, pobres e periféricas.

Já a investigação de Rodrigues (2019) analisou os efeitos psicossociais dos homicídios de jovens no cotidiano de suas mães. Essa pesquisa envolveu: 1) realização de entrevistas com mulheres que haviam perdido seus filhos na dinâmica de violência letal, sobretudo na Região do Grande Bom Jardim, o que foi oportunizado a partir da vinculação da pesquisa a uma das frentes de um projeto de extensão do VIESES acontecida na região, chamada de “Escutas Sensíveis”, que consistia em momentos de escuta a familiares de adolescentes e jovens vítimas de homicídio, com vistas à produção de apoio psicossocial e mediação de acesso à rede socioassistencial; 2) acompanhamento de mobilizações por memória e justiça, deflagradas pelo Fórum Popular de Segurança Pública que contavam com a participação de dois coletivos organizados: ‘Mães do Curió’ e ‘Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional do Ceará’.<sup>18</sup> Os resultados da investigação ressaltaram os sofrimentos psicossociais das mães, agravados pela estigmatização e legitimação social das mortes juvenis, corpos enqua-

---

<sup>18</sup>O movimento ‘Mães do Curió’ foi organizado após a chacina ocorrida na madrugada do dia 12 de novembro de 2015, que vitimou 11 pessoas e deixou 7 feridos. O coletivo reúne mães que, em meio a suas perdas abruptas e dores de enfrentar a reorganização de seus cotidianos sem os filhos assassinados, lutando por memória e justiça dos filhos assassinados. O movimento ‘Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional do Ceará’ reúne mães e familiares de jovens que estão cumprindo medida socioeducativa em Fortaleza (CE) e aqueles que passaram para o sistema prisional e tem como uma de suas pautas principais a luta contra violações de direitos desses jovens.

drados como “vidas desimportantes” e “não passíveis de luto”. Além disso, discutiram a interseccionalização das questões de raça, gênero e classe na produção do sofrimento psicossocial dessas mulheres. Como principais repercussões dos homicídios, a pesquisa pontuou como as mães vivenciavam fortemente não apenas a invisibilização das mortes dos filhos, mas também o silenciamento de seus sofrimentos que se dava de modo articulado com os processos de culpabilização e isolamento social. Além disso, esse estudo mapeou e buscou potencializar as formas de resistência e enfrentamento desenvolvidas pelas mães frente às mortes juvenis, destacando a potência dos grupos de mães no enfrentamento tanto da banalização do extermínio de juventudes negras, quanto das políticas de precarização da vida dessas mulheres.

Como desdobramento da dissertação acima, foi iniciada, em 2019, uma pesquisa de tese que busca analisar as trajetórias de vida de mulheres que tiveram os seus filhos assassinados na dinâmica de violência letal em Fortaleza. Desse modo, busca-se aprofundar de que modo as questões de raça, gênero e classe se articulam na trajetória de vida dessas mulheres, discutindo como elas narram as violências vividas e refletindo como elas articulam estratégias de persistência, resistência e (re)existência em seus cotidianos.

Também junto a mães e familiares de jovens assassinados ou privados de liberdade, como desdobramento de outros projetos de extensão do VIESES, teve início, no segundo semestre de 2018, uma pesquisa na Região do Grande Jangurussu que visou a cartografar os modos de operação de dispositivos grupais junto a mães e seus efeitos na produção de estratégias de apoio psicossocial e cuidado compartilhado, bem como de resistências às violências institucionais e aos processos de silenciamento que caracterizam a colonialidade e os circuitos de subalternização de mulheres negras e periféricas correlatos.

### *Cartografando relações entre juventudes e violências: uma escuta de narrativas de trajetórias de vida*

A fim de problematizar relações entre segmentos juvenis e as dinâmicas da violência urbana, algumas investigações têm focado

as narrativas de trajetória de vida de adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional e de jovens a quem se atribui o cometimento de crime. Nesse sentido, a dissertação de Pinheiro (2018) analisou as relações entre juventudes e violência urbana produzidas nas narrativas de adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade no Cuca da Barra do Ceará acerca de suas trajetórias de vida. Operacionalizado a partir de entrevistas narrativas, conversas no cotidiano de cumprimento da medida e proposição de oficinas temáticas sobre questões ligadas à condição juvenil e o campo dos direitos humanos, o trabalho problematizou como conflitos territoriais e inscrições em dinâmicas de grupos ligados ao tráfico de drogas atravessavam as experiências juvenis daqueles, além dos atravessamentos de violências institucionais nas trajetórias de sujeitos em cumprimento de medida socioeducativa. Por fim, refletiu sobre contextos e experiências de cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto em um cenário de intensificação de conflitos territoriais.

Também a partir da combinação de conversas no cotidiano de cumprimento da medida, entrevistas narrativas e oficinas temáticas, oficinas de vídeo e de grafite, a dissertação de Alencar (2019) problematizou efeitos das dinâmicas psicossociais da violência na produção de corpos juvenis considerados “matáveis”, a partir de narrativas de adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de Liberdade Assistida em um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) de Fortaleza sobre suas trajetórias de vida e fragmentos de seus cotidianos. Esse estudo permitiu cartografar aspectos da produção psicossocial de adolescentes e jovens considerados “envolvidos”, categoria nativa que indica a inscrição ou suposta vinculação de adolescentes/jovens periferizados a organizações atuantes no mercado ilegal de drogas, popularmente conhecidas como “facções”. Barros (2019) apontou que os jovens “envolvidos” são uma das principais personificações das vidas não passíveis de luto em contextos de acirramento de conflitualidades urbanas e banalização social das mortes juvenis nas periferias. No mesmo CREAS, que atende a população do Grande Bom Jardim, encontra-se em fase de finalização outra pesquisa de mestrado que visa a analisar modos de subjetivação

juvenis em contexto de violências, também a partir de narrativas de adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida sobre suas trajetórias e de cenas de seus cotidianos em periferias de Fortaleza. Além das mesmas estratégias adotadas por Alencar (2019), tal pesquisa também acompanhou esses jovens considerados “humanos indíreitos” em suas movimentações pelos bairros onde moram e por outros espaços públicos da cidade, realçando também como, a partir dessas movimentações, são produzidas micropolíticas de resistência juvenis a processos de sujeição criminal e segregação socioespacial.

Ainda junto a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, está sendo finalizada uma dissertação cujo objetivo é investigar, a partir de entrevistas narrativas, como as trajetórias de adolescentes do sexo feminino em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado, estigmatizadas como “envolvidas”, são atravessadas pelas dinâmicas das conflitualidades e violências nas periferias cearenses, bem como que estratégias essas adolescentes encontram para negociar a vida em contextos de acirramento de conflitos armados.

Tendo em vista o contexto de encarceramento em massa de mulheres nesse cenário de violência, também se tem desenvolvido uma tese que visa a analisar os efeitos da monitoração eletrônica nos modos de subjetivação daquelas que fazem ou fizeram uso do referido equipamento. De modo mais específico, a pesquisa propõe problematizar as racionalidades que sustentam as diretrizes e princípios das políticas de monitoração eletrônica, por meio de análise documental, refletir sobre os perfis e as histórias de mulheres monitoradas no Ceará, a partir de levantamento quantitativo, bem como discutir narrativas dessas mulheres sobre seus cotidianos e mapear resistências produzidas por estas frente ao uso das “pulseiras eletrônicas”, a partir tanto do acompanhamento de grupos direcionados a essas mulheres quanto da realização de entrevistas narrativas com elas.

## Problematização de práticas institucionais junto a jovens

Também destacamos investigações que puseram em análise práticas institucionais junto a jovens em contextos periféricos de

Fortaleza, numa perspectiva de “enfrentamento” ou “prevenção” de violências. Entre as práticas institucionais problematizadas, frisamos aquelas ligadas ao campo da segurança pública, às políticas de juventude, à saúde e à mídia.

No que se refere ao campo da segurança pública, a pesquisa de Costa (2018) buscou discutir racionalidades e políticas de subjetivação que sustentavam a implantação da Célula de Proteção Comunitária em Fortaleza, um dos principais dispositivos de segurança implantados pela Prefeitura, a partir de entrevistas e roda de conversa da pesquisa com jovens negros da Região do Grande Jangurussu. Uma questão transversal a isso diz respeito aos modos de habitar a cidade (não) experimentados pelas juventudes inseridas nesses territórios periferizados e estigmatizados pela violência, pelo signo da periculosidade e por políticas repressivas (BICALHO; BARBOSA; MEZA, 2015; COIMBRA, 2001; CRUZ *et al.*, 2017; LEMOS; SCHEINVAR; NASCIMENTO, 2014)

Entre 2015 e 2018, desenvolvemos pesquisas de iniciação científica nos Cucas, buscando não só analisar relações entre juventudes e violências, mas também possibilidades e desafios das práticas institucionais junto a jovens no tocante ao enfrentamento da problemática da violência letal juvenil. Nessas incursões, realizamos entrevistas e oficinas tanto com jovens que frequentavam os equipamentos quanto com alguns profissionais que trabalhavam nesses espaços. As oficinas se articulavam a ações formativas desencadeadas por um dos projetos de extensão do VIESES que pauta condições juvenis e direitos humanos. Por um lado, pudemos mapear diversas atividades desenvolvidas por esses equipamentos e salientar sua notória relevância na produção de arte e cultura, promoção de prática esportiva e de lazer, assim como na realização de discussões em torno de temáticas ligadas aos direitos humanos de juventudes, tais como redução de danos, enfrentamento ao racismo e questões de gênero (BARROS; ACIOLY; RIBEIRO, 2016). Por outro, também problematizamos para que jovens se direcionem às diversas ações da política de juventude local, tensionando os regimes de (in)visibilidade perversa (SALES, 2007) aos quais estão submetidos diversos sujeitos que permanecem à margem de várias ações dos Cucas

devido tanto a estigmas relacionados aos seus supostos “envolvimentos” com facções criminosas quanto a critérios de acesso e planos de gestão que perpetuam lógicas de exclusão de jovens que não se adaptam ao padrão do “sujeito virtuoso” e “empresário de si”. Tal paradoxo nos permitiu apontar que o distanciamento entre a política de juventude, que vem recebendo menos investimento do que as políticas de segurança nos últimos anos (CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2019), e aqueles jovens que mais estão expostos aos conflitos armados, já ausentes de outros diversos serviços públicos, limita as possibilidades dos Cucas de romper com o ciclo de abandono que culmina no homicídio desse segmento populacional estigmatizado.

Também se encontra em desenvolvimento uma pesquisa de doutorado que põe em análise os efeitos do racismo na saúde mental de negras e negros na cidade de Fortaleza frente aos contextos de violência contra essa população. Por isso, o estudo pretende mapear práticas racistas experimentadas por negros e negras na cidade de Fortaleza a partir de suas narrativas sobre seus cotidianos; discutir como o campo da atenção psicossocial tem lidado institucionalmente com os efeitos do racismo na saúde mental de negros e negras, além de problematizar desafios e possibilidades das práticas de cuidado, produzidas com negros e negras, em torno dos efeitos do racismo na saúde mental.

No que tange às práticas institucionais operadas no âmbito dos dispositivos midiáticos, duas pesquisas se voltaram à cartografia das condições e efeitos das produções discursivas midiáticas sobre violência envolvendo jovens no Ceará. A primeira analisou práticas discursivas veiculadas pelo principal telejornal cearense sobre a Chacina do Curió (ou Chacina da Grande Messejana), a qual, até 2018, foi considerada a maior chacina da história recente do estado. A partir da análise de treze matérias audiovisuais do referido telejornal, a pesquisa destacou implicações das coberturas na reprodução social do medo e da criminalização de segmentos infantojunevis periferizados, a partir da produção de subjetividades punitivo-penais e adesões subjetivas à barbárie (TORRES, 2017). Também em torno

das repercussões midiáticas da Chacina do Curió, a segunda pesquisa analisou comentários em matérias de portais de notícias locais (BARROS *et al.*, 2017b).

## **Um mapa dos deslocamentos teóricos produzidos pela(s) pesquisa(s) do VIESES**

As “caixas de ferramenta” teórica da pesquisa (FOUCAULT, 1972) se constituíram a partir de diálogos da psicologia social com referências pós-estruturalistas, com estudos críticos à colonialidade, com perspectivas feministas, bem como com produções de áreas afins sobre violências e juventudes, a exemplo da criminologia crítica.

No início da pesquisa “Juventude e Violência Urbana: Cartografia de processos de subjetivação na cidade de Fortaleza-CE”, que coincide com a criação do próprio VIESES, nossas reflexões em Psicologia Social se deram sobretudo a partir de diálogos desse campo com autores como Foucault, Deleuze, Guattari e Agamben. Entre 2015 e 2017, ao problematizarmos, por exemplo, os aspectos psicossociais implicados nas relações entre criminalização e extermínio de jovens, em diversas produções nos valem do diálogo da Psicologia Social com discussões genealógicas de Foucault e suas noções de racismo de estado, governamentalidade, risco, dispositivo de segurança, neoliberalismo, sociedade punitiva e suas relações com o controle das virtualidades, a produção da própria “delinquência” e a normalização das populações periféricas (BARROS; BENÍCIO, 2017).

Também entre 2015 e 2017, buscamos aproximar as discussões acima das reflexões de Agamben sobre biopolítica, estado de exceção, a atualização dos campos de concentração e da figura do *Homo Sacer* (BARROS, 2018). Nesse período, ainda na perspectiva de analisar as condições histórico-sociais e os modos de subjetivação que tornam possível a naturalização da violência letal contra jovens e os desafios que essa questão impõe à democracia brasileira e à Psicologia, valem-nos das intercessões entre Foucault, Deleuze e Guattari para problematizarmos o recrudescimento de modos fascistas de viver, seus modos micropolíticos de operar no Brasil e a produção maquínica e serializante de

subjetividades punitivo-penais e aderentes à violência e ao autoritarismo (BARROS *et al.*, 2017b; BARROS, BENÍCIO; PINHEIRO, 2017).

Nesse percurso, destacamos também que nossas reflexões sobre violência contra jovens foram permeadas pelo diálogo com o campo da criminologia crítica, a partir de referências como Wacquant, Vera Malaguti, Nilo Batista, Orlando Zaccone e Maria Lúcia Karam. Destacamos, quanto a isso, as aproximações com as reflexões sobre neoliberalismo, maximização do Estado Penal e minimização do Estado Social, controle da insegurança social, gestão penal da pobreza, guerra às drogas e violências institucionais, a fim de apresentar relações entre aposta no aprisionamento e agravamento de problemas de segurança pública (BARROS, ACIOLY; RIBEIRO, 2016).

A partir de 2017, tendo em vista que os elementos de campo nos chamavam cada vez mais atenção para os atravessamentos entre violência contra jovens e o racismo, iniciamos o diálogo com autores anticoloniais ou contracoloniais, principalmente a partir do uso das noções de “necropolítica” e “devir-negro do mundo”, proposta pelo camaronês Achille Mbembe, o que nos permitiu adensar a análise sobre o contexto de violência contra jovens e dialogar com referências sobre a questão racial no Brasil, sobre o contexto da colonialidade tardia e seus efeitos. Tal perspectiva nos propiciou a recombinação, a reinvenção e reutilização de ferramentas foucaultianas e esquizo-analíticas que já usávamos, vitalizando uma crítica social a partir das periferias do capitalismo (HILÁRIO, 2016). Assim, por exemplo, passamos a enfatizar como um “estado de exceção” se perpetua como regra nas periferias locais a partir da conversão dessas territorialidades em zonas de morte que atualizam as colônias e também por meio da produção de “inimigos fictícios”, tendo o racismo colonial como motor dessa gestão e instrumentalização da morte de sujeitos vistos como (potencialmente) perigosos (BARROS, 2019; BARROS *et al.*, 2018; BENÍCIO *et al.*, 2018).

A partir de 2018, mobilizados/as pela consistência com que o signo da “guerra” passou a ser usado por partícipes de nossos estudos para caracterizar seus cotidianos nas periferias de Fortaleza, em face do acirramento dos conflitos entre “facções” e do recrudescimento

de práticas repressivas e belicistas no campo da segurança pública, passamos a exercitar aproximações entre as discussões mbembeanas e as reflexões de Judith Butler sobre quadros de guerra e precarização de certas vidas<sup>19</sup> a ponto de torná-las vidas não passíveis de luto (BARROS *et al.*, 2019).

Diante dos diálogos sobre precarização da vida e em face do desafio de entender a morte e o aprisionamento de mulheres nas dinâmicas da criminalidade no Ceará, fenômenos que se tornaram ainda mais crescentes desde 2016 (NEGREIROS, QUIXADÁ, BARROS, 2018), começamos a nos aproximar, a partir de 2018, também de referências feministas. Nessa aproximação, destacamos o feminismo negro, principalmente por meio dos debates travados por autoras como Djamila Ribeiro, Juliana Borges, Sueli Carneiro, Patricia Hill Collins, Angela Davis, Grada Kilomba e Bell Hooks, a criminologia crítica feminista, com base em estudos de autoras como Carmem Hein de Campos e Monica Ovinski de Camargo Cortina, e os estudos feministas subalternos, a partir de diálogos com Sayak Valencia, Maria Lugones, Montserrat Sagot e Rita Segato. A partir desses movimentos de pesquisa, nossas discussões passaram a contar com debates sobre interseccionalidade (NOGUEIRA, 2017), a dimensão interseccional da precariedade e noções como capitalismo *gore*, dispositivo racial, necropolítica de gênero e femi-geno-cídio (BARROS *et al.*, 2019).

Ao desenharmos essa cartografia teórica tecida ao longo de nossa pesquisa, frisamos que reconhecemos que esses diferentes referenciais não são de um mesmo campo, tampouco buscamos unificá-los. Compreendemos as distinções teóricas e epistemológicas desses referenciais e, ao mesmo tempo, apostamos que essas diferenças não

---

<sup>19</sup> Para Judith Butler, a precarização da vida diz respeito à “situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio social e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte [...]. A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes” (BUTLER, 2018, p. 40-41).

inviabilizam possíveis diálogos, atravessamentos e usos, nas distintas subpesquisas do VIESES, em torno dos aspectos psicossociais concernentes às dinâmicas da violência contra jovens no contexto cearense.

Ao longo desse processo de pesquisa, essas interseções teóricas têm-nos permitido avaliar que modos de subjetivação sustentam a produção necro e biopolítica de vidas “vivíveis” e vidas “invivíveis”, cartografando linhas de saber-poder-subjetivação que se agenciam na produção de juventudes matáveis em contextos marcados por desigualdades que derivam da intersecção de diferentes marcadores sociais. Como analisador desse processo, destacamos, ao longo desse percurso de pesquisa, a produção psicossocial de adolescente/jovem “envolvido(as)” como “corpo matável”, sendo essa produção um dos principais aspectos psicossociais da naturalização das mortes e aceitabilidade social do recrudescimento de práticas belicistas e seletivamente punitivas, a despeito da ineficácia de tais práticas na redução dos índices de violência. Em meio a tais reflexões, temos destacado como medo e ódio são afetos e operadores centrais nesse contexto, atualizando lógicas coloniais de separação, diferenciação e engajamento subjetivo da população às políticas de morte e precarização da vida daqueles/as (des) subjetivados como inimigos/as internos/as.

A articulação entre esses autores tem-nos mobilizado a problematizar a seguinte questão: de quem são as vidas que não importam? O quanto importa cada vida? Em termos de produção de subjetividades, temos problematizado a produção de desejos de eliminação e desejos de precarização de certas vidas que figuram como identidades abjetas, no bojo histórico-social da perpetuação da colonialidade, da lógica escravista, patriarcal, heteronormativa e autoritária.

### **Novas rizomatizações: que outras pesquisas se anunciam?**

Como se pode perceber, a partir da pesquisa “juventude e violência urbana: cartografia de processos de subjetivação na cidade de Fortaleza-CE”, engendrou-se uma rede de diferentes investigações desenvolvidas pelo VIESES, tal como um mapa aberto. Este capítulo buscou realizar uma cartografia desse processo e suas movimentações

teórico-metodológicas, ressaltando de que maneira temos estudado a violência contra jovens no âmbito da Psicologia Social e, a partir disso, posto em análise os aspectos psicossociais implicados tanto nos processos de precarização da vida quanto nas políticas de produção da morte. Em um contexto de exacerbação da violência letal contra jovens e operando a partir de uma perspectiva de pesquisa participativa a qual denominamos de pesquisa-inter(in)venção cartográfica, essas investigações têm potencializado a construção de conhecimentos no campo da psicologia social sobre violência, a partir de diálogos com referenciais pós-estruturalistas, anticoloniais e feministas, que permitem problematizar aspectos psicossociais implicados na expansão de políticas de morte e precarização da vida que atingem, sobretudo, segmentos infantojuvenis em territorialidades periferizadas.

Embora, desde 2015, tenhamos tematizado, em alguma medida, estratégias criadas por jovens, profissionais e familiares para persistirem/resistirem/(re)existirem, daremos ainda mais realce a essas micropolíticas a partir de 2019. Temos sido provocados a cartografar processos pelos quais segmentos infantojuvenis produzem práticas de afirmação e reinvenção de formas singulares de vida, em contextos periferizados de Fortaleza onde são socialmente enquadrados como matáveis. Temos, então, apostado que tais segmentos acionam, em seus cotidianos, um devir-periférico (LACAZ; HECKERT; LIMA, 2015), isto é, possibilidade de constituição de forças de invenção de modos de existência distintos dos modos de vida dominantes que produzem concomitantemente centros a serem protegidos e, a partir dessa referência, processos de periferização de certos espaços e modos de vida, de modo a legitimar políticas de vulnerabilização/inviabilização da vida e gestão/instrumentalização/espacularização da morte. A noção de devir-periférico que articula as pesquisas iniciadas em 2019 busca afirmar regimes de visibilidade/dizibilidade a partir dos quais as territorialidades periferizadas figurem como potência de persistir, resistir e (re)existir, não se subsumindo à condição de zonas de padecimento e morte.

Nessa direção, vem sendo produzida uma dissertação cujo foco de problematização tem sido a produção de infâncias em contexto periferizados e reconhecidos na cidade pelos signos da periculosidade e da

violência. Mais especificamente, tal pesquisa se propõe a acompanhar o cotidiano de crianças inseridas na região do Serviluz/Vicente Pinzon, analisando quais infâncias têm sido produzidas ali e como as crianças têm (re)desenhado aquelas territorialidades. A partir dessa dissertação, o VIESES tem esboçado a construção de modos de pesquisar COM crianças que ressaltem seus modos de participação nos territórios da cidade e nos territórios da pesquisa.

As novas incursões investigativas também seguem no intento de mapear modos de aliançamento dos corpos que enfrentam condições semelhantes de precariedades e abjetificação de suas existências, seguindo pistas trazidas pelas leituras de Butler (2018). Nesse sentido, iniciamos uma pesquisa que tem acompanhado processos de articulação de coletivos LGBTQI+ e suas ações conjuntas, discutindo como estes tomam a arte como dispositivo de (re)existência, assim como os efeitos das práticas desses coletivos em cotidianos periféricos de Fortaleza. De modo semelhante, outra pesquisa iniciada em 2019 vem investigando práticas de resistência de jovens negros periféricos frente às expressões do racismo institucional e que processos de subjetivação são produzidos por tais práticas que articulam coletivos juvenis negros, a partir tanto do acompanhamento das ações desses coletivos quanto da escuta das trajetórias de vida de seus (suas) integrantes.

Portanto, esses estudos têm ouvido múltiplas vozes e estabelecido aliança com diferentes corpos que compõem as periferias urbanas de Fortaleza, fugindo de uma perspectiva representacional desses territórios e daqueles que os ocupam. Com isso, têm-se efetivado como dispositivos de produção de novas visibilidades e dizibilidades das margens urbanas.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, F. A. B. “*Envolvidos*” na necropolítica: trajetórias e cotidianos de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa. 2019. (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

BARROS, J. P. P. Biopolítica, violência contra juventudes e os fascismos à brasileira. In: LIMA, A. F. *et al.* (org.). *Sujeito e subjetividades contemporâneas: estudos do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFC*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2018.

BARROS, J. P. P. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. In: COLAÇO, V. F. R. *et al.* *Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019.

BARROS, J. P. P. *et al.* A política da pesquisa-intervenção em Psicologia Social: deslocamentos a partir dos estudos foucaultianos e esquizoanalíticos. In: LEMOS, F. C. *et al.* *Conversas transversalizantes entre psicologia política, social-comunitária e institucional com os campos da educação, saúde e direitos: ética, estética e política*. Curitiba: CRV, 2017a. p. 457-474.

BARROS, J. P. P. *et al.* Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. *Revista Psicologia Política*, v. 19, p. 475-488, 2019.

BARROS, J. P. P. *et al.* Homicídios juvenis e os desafios à democracia brasileira: implicações ético-políticas da psicologia. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 37, n. 4, p. 1051-1065, 2017b.

BARROS, J. P. P. *et al.* *Homicídios no Ceará sob a perspectiva de familiares de adolescentes assassinados: pobreza multidimensional, racismo, relações institucionais e percepções sobre segurança*. Relatório do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. 2018.

BARROS, J. P. P. *et al.* “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. *Revista de Psicologia*, v. 9, n. 1, p. 117-128, 2018.

BARROS, J. P. P. *et al.* “Somos todos envolvidos”!? Projeto Re-tratos da Juventude e a problematização da criminalização juvenil em tempos necropolíticos. In: LEMOS, F. C.; NASCIMENTO, M. L. *Biopolítica e*

*Tanatopolítica: a agonística dos processos de subjetivação contemporâneos*. Curitiba: CRV, 2019.

BARROS, J. P. P.; ACIOLY, L. F.; RIBEIRO, J. A. D. Re-tratos da juventude na cidade de Fortaleza: direitos humanos e intervenções micro-políticas. *Revista de Psicologia*, v. 7, n. 1, p. 115-128, 2016.

BARROS, J. P. P.; BENÍCIO, L. F. S. “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. *Revista de Psicologia*, v. 8, n. 2, p. 34-43, 2017.

BARROS, J. P. P.; BENÍCIO, L. F. S.; PINHEIRO, J. P. Relações entre homicídios de jovens e intensificação de fascismos no Brasil. In: ANTUNES, D. C. et al. (org.). *As vicissitudes da experiência no mundo digital*. 20. ed. Florianópolis: UDESC, 2017, p. 1-127.

BENÍCIO, L. F. S. *Homicídios de jovens na cidade de Fortaleza: práticas institucionais no cotidiano da estratégia saúde da família*. 2018. (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

BENÍCIO, L. F. et al. Necropolítica e pesquisa-intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, CE. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, p. 192-207, 2018.

BENÍCIO, L. F. B.; BARROS, J. P. P.; SILVA, D. B. Entre sufocamentos e alguns possíveis: violência urbana e políticas públicas. *Revista Polis e Psique*, v. 8, n. 3, p. 129-156, 2018.

BICALHO, P. P.; BARBOSA, R. B.; MEZA, A. P. S. Juventude no fogo cruzado: o governo da vida e das políticas dicotômicas de segurança. In: SCISLESKI, A.; GUARESCHI, N. (org.). *Juventudes, marginalidade social e direitos humanos: da psicologia às políticas públicas*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015.

BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CEARÁ. Governo do Estado. Assembléia Legislativa. *Cada vida importa*: relatório final do comitê pela prevenção de homicídios na adolescência. Relator: Renato Roseno. Fortaleza, maio 2016. Disponível em: [https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/relatorio\\_final.pdf](https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/relatorio_final.pdf). Acesso em: 10 ago. 2019.

CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ. *Nota técnica especial*: monitoramento da política de segurança pública no estado do Ceará e no município de Fortaleza: de qual segurança pública precisamos? Fortaleza, p. 4-23, 2019.

CERQUEIRA, D. R. C. *et al.* *Nota técnica*: atlas da violência. Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea, 2018.

COIMBRA, C. *Operação Rio*: o mito das classes perigosas. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. *Cada vida importa*: relatório do segundo semestre de 2018 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência [online]. Fortaleza, 2018. Disponível em: [http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2019/05/CCPHA-RELATORIO-2018\\_2.pdf](http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2019/05/CCPHA-RELATORIO-2018_2.pdf). Acesso em: 29 maio 2019.

COSTA, A. F. *Dispositivo de segurança e suas implicações psicossociais*: o que dizem jovens negros(as) do Jangurussu sobre a “célula de proteção comunitária”? 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

CRUZ, A. V. H. *et al.* A ditadura que se perpetua: direitos humanos e a militarização da questão social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, p. 239-252, 2017. Número especial.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*: capitalismo e esquizofrenia 2. São Paulo: Editora 34, 2009. v. 1.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, 2018.

FOUCAULT, M. O olho do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, 1972.

HILÁRIO, L. C. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 194-210, jan./jun. 2016.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

KASTRUP, V. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In: CASTRO, L. R.; BESSET, V. L. (org.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008.

LACAZ, A. S.; HECKERT, A. L. C.; LIMA, S. M. Juventudes periféricas: arte e resistências no contemporâneo. *Psicologia & sociedade*, Minas Gerais, v. 27, n. 1, p. 58-67, 2015.

LEMO, F. C. S.; SCHEINVAR, E.; NASCIMENTO, M. L. Uma análise do acontecimento “crianças e jovens em risco”. *Psicologia & Sociedade*, Minas Gerais, v. 26, n. 1, p. 158-164, 2014.

MELO, D. L. B.; CANO, I. *Índice de homicídios na adolescência: IHA 2014*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2017.

NEGREIROS, D. J.; QUIXADÁ, L. M.; BARROS, J. P. P. Movimento Cada Vida Importa: a universidade na prevenção e no enfrentamento à violência no Ceará. *Revista Universidade e Sociedade*, v. 1, n. 62, p. 80-89, 2018.

NOGUEIRA, C. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, 2014. v. 2

PINHEIRO, J. P. *Juventudes e violência urbana: trajetórias de sujeitos em cumprimento de medida socioeducativa na cidade de Fortaleza*. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

RODRIGUES, J. S. *Testemunhas da necropolítica: implicações psicossociais dos homicídios juvenis no cotidiano de suas mães*. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SALES, M. A. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez, 2007.

TORRES, F. T. P. “*O sentimento é um só*”: criminalização da juventude e produção do medo na cobertura televisiva da “chacina da Messejana”. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência: homicídios por armas de fogo no Brasil*. Brasília, DF: Flacso, 2016.

# ENTRE O EXISTIR E O RESISTIR: VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS E SEU ENFRENTAMENTO

*Veriana de Fátima Rodrigues Colaço  
Amanda Lívia de Lima Cavalcante  
Ana Jéssica de Lima Cavalcante*

## INTRODUÇÃO

**E**ste capítulo se propõe a apresentar uma síntese articulada entre um projeto de pesquisa guarda-chuva e seus desdobramentos em duas pesquisas de dissertação de mestrado, desenvolvidos por docente e discentes do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

O tema que congrega as três pesquisas é juventude e violência. O projeto guarda-chuva teve por objetivo analisar o significado que jovens negros, pobres e da periferia de Fortaleza produzem acerca da realidade de exclusão e violência sofrida por eles. As duas pesquisas de mestrado surgiram de questionamentos derivados desse projeto. Uma delas versou sobre os sentidos atribuídos por esses jovens aos homicídios juvenis, e a outra sobre os sentidos de responsabilização produzidos por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

As bases teórico-metodológicas partem de uma compreensão de juventude como conceito historicamente construído, diversa e culturalmente situado e, nos últimos anos no Brasil, associado à violência urbana de forma naturalizada e acrítica. Nossas análises se subsidiam

na concepção de desenvolvimento da Psicologia Histórico Cultural (VYGOTSKI, 1995) e nas reflexões de autores contemporâneos sobre violência, produção do “inimigo social” (BARROS *et al.*, 2017; COIMBRA, 2001, 2006; COIMBRA; NASCIMENTO, 2003) e necropolítica (MBEMBE, 2017).

Entendemos a violência urbana como produto de relações sociais pautadas por desigualdades, derivadas da concentração dos meios de produção e de riquezas em poder de uma elite economicamente privilegiada que se mantém pelo domínio estabelecido desde os tempos da colonização. Nessa perspectiva, a violência é um fenômeno histórico e cultural presente na sociedade, com contornos próprios, dependendo dos contextos de sua ocorrência. Minayo (1994) indica ser necessário entender a violência como um fenômeno biopsicossocial, emergindo de forma complexa da vida em sociedade. Assim, é indispensável entendê-la a partir de uma análise histórica, sociológica e antropológica.

Nesse sentido, consideramos que a vinculação estabelecida entre juventude e violência não é natural e sim produto da dinâmica social assentada no capitalismo neoliberal vigente, centrado no capital financeiro, que gera desemprego, precarização do trabalho, aliado à falta de garantia dos direitos fundamentais à toda população e que, por sua vez, intensifica a exclusão social com acirramento das desigualdades. Nesse contexto, os jovens têm sido os mais diretamente afetados e quem mais reage a essa condição de exclusão.

De acordo com o Atlas da Violência de 2019 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019), o Brasil atingiu um recorde histórico na taxa de homicídios, com 31,6 mortes por 100 mil habitantes em 2017. Os dados oficiais do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, no Atlas (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019) indicam que, em 2017, houve 65.602 homicídios. Quando focamos a violência letal, sua incidência recai sobretudo na população jovem – entre os homens, 59,1% do total de óbitos, concentra-se nas idades de 15 a 19 anos – tornando esses números ainda mais preocupantes.

No atual cenário, enquanto está em curso a mais profunda transição demográfica de nossa história, rumo ao envelhecimento da população, a alta letalidade de jovens gera fortes implicações, inclusive sobre o desenvolvimento econômico e social. De fato, a falta de oportunidades, que levava 23% dos jovens no país a não estarem estudando nem trabalhando, em 2017, aliada à mortalidade precoce da juventude em consequência da violência, impõem severas consequências sobre o futuro da nação.

Para além da questão da juventude, os dados descritos nesse relatório trazem algumas evidências de um processo extremamente preocupante nos últimos anos: o aumento da violência letal contra públicos específicos, incluindo negros, população LGBTI, e mulheres, nos casos de feminicídio (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, p. 6).

Esse aumento se deu principalmente nas regiões Norte e Nordeste, cujos indicadores costumavam ser menores. E o Ceará consta no Atlas da Violência de 2019 como o estado com maior crescimento na taxa de homicídios em 2017. Um dado novo neste cenário é a presença da juventude feminina nas taxas de violência letal, com alarmante elevação do número de jovens mulheres assassinadas. De acordo com o relatório Cada Vida Importa 2018, do Comitê Cearense de Prevenção aos Homicídios de Adolescentes (COMITÊ CEARENSE DE PREVENÇÃO AOS HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES, 2018), entre os meses de janeiro a julho de 2018, houve um aumento de 412% de assassinatos de meninas na capital cearense, passando de 8 em todo o ano de 2017 para 41 nos sete primeiros meses de 2018.

Esse grave problema social demanda aos pesquisadores em Ciências Sociais e Ciências Humanas investirem em pesquisas que possam trazer elementos para subsidiar políticas destinadas à população jovem. Nossas pesquisas seguiram nessa direção, porém não nos preocupamos apenas em estudar a vitimização dos jovens pela violência, procuramos analisar também as vias de enfrentamento utilizadas por eles para existir e resistir a essa condição de exclusão e de extermínio.

## (DES)CONSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

Os três estudos constituíram pesquisas qualitativas do tipo participativa com adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, aos quais se atribuem atos infracionais, alguns deles cumprindo medidas socioeducativas ou já tendo passado por privação de liberdade, seja em presídios ou centros socioeducativos.

As pesquisas foram desenvolvidas em Fortaleza, que, como mencionamos, ocupa hoje o topo das estatísticas referentes ao número de homicídios de adolescentes. Porém esse fenômeno não ocorre de forma homogênea em todo o território da capital, sendo a maior incidência nas áreas periféricas. As comunidades alvo da violência apresentam também os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), evidenciando a imensa desigualdade que divide a cidade em duas Fortalezas bem distintas. Nesse cenário, concentramos os estudos nos bairros que apresentaram, no ano de 2017, os maiores índices de homicídio: Bom Jardim, Vicente Pinzon, Barra do Ceará e Jangurussu. Nesses locais, vinculamos a equipamentos que facilitaram nosso contato com os jovens, sendo eles: Rede CUCA,<sup>20</sup> CREAS<sup>21</sup> e Rede Acolhe – DPGE-CE.<sup>22</sup>

Assim, por serem jovens com histórias vinculadas direta ou indiretamente com a criminalidade, a aproximação e o convite para participarem voluntariamente dos estudos foi mediada por educadores sociais ou outros profissionais desses equipamentos. Quatro jovens participaram do estudo sobre sentidos produzidos a respeito dos homicídios juvenis. Já no estudo sobre o sentido de responsabilização, seis jovens se dispuseram a participar. Em relação à pesquisa guarda-chuva, as participações foram flutuantes e dispersas, porque eram jovens que não estavam vinculados formalmente a nenhuma atividade ou instituição, mas ficavam nas margens do CUCA Jangurussu e lá conversavam informalmente com a equipe de pesquisa, mas não se dispuseram a serem entrevistados. Esse dado está explicado com detalhes em um capítulo

<sup>20</sup> Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – Rede CUCA

<sup>21</sup> Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

<sup>22</sup> Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará

que está sendo elaborado especificamente sobre essa pesquisa. A faixa etária dos jovens variou entre 17 e 24 anos, todos eram do sexo masculino e moradores da periferia da cidade. Todos apresentaram histórias de vida marcadas por vivências de violência urbana e institucional, e, em suas narrativas, apareceram intenções de mudança da situação atual e sonhos de um futuro com possibilidade de circular sem riscos nos territórios e de terem garantido um trabalho digno para que suas famílias tenham condições de vida com menos violência. Um deles afirma que seu grande sonho é “ver criança com livro por baixo do braço e não com um fuzil sobre o ombro”. Os que estavam cumprindo medida socioeducativa cursavam Educação de Jovens e Adultos (EJA) por estarem fora da faixa etária para o ensino regular, e alguns informaram ter abandonado os estudos em razão da dificuldade de transitar no território. Outro jovem trouxe, em sua narrativa, a aposta de que a educação e as oportunidades sociais poderiam resolver a problemática da infração. Para preservar suas identificações, eles próprios escolheram os nomes fictícios pelos quais gostariam de ser referidos na pesquisa.

A entrevista narrativa (BRUNER, 2013) foi o procedimento metodológico usado nos dois estudos de mestrado, o que não foi possível na pesquisa guarda-chuva pela não disponibilidade dos jovens que se aproximaram da equipe de pesquisa. Nesse último caso, foi possível realizar conversas informais com alguns deles, porque a equipe, nas quintas-feiras à tarde, reunia-se em espaço próximo àquele onde eles ficavam e se colocava aberta a escutar quem se aproximasse.

A escolha pela entrevista narrativa foi importante por ter proporcionado o conhecimento das trajetórias de vida dos participantes e também por oferecer aos adolescentes e jovens a oportunidade para se expressarem livremente acerca de suas experiências, facilitando assim o processo de compreensão das produções de sentido sobre os fenômenos estudados e viabilizando uma compreensão histórica e cultural dos processos vividos por eles.

Os aspectos éticos das pesquisas seguiram as resoluções de nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, e tiveram aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP, da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Vale salientar que, devido às exigências burocráticas para submissão de projetos de pesquisa na Plataforma Brasil, não conseguimos enviar o projeto guarda-chuva para esse Comitê de Ética, dado que os jovens não tinham vinculação institucional e circulavam livremente nas áreas abertas do CUCA Jangurussu. No entanto, preservamos as condições éticas, inclusive não fazendo referência a nenhuma fala dos jovens com quem conversamos informalmente naquele estudo.

## **JUVENTUDES E VIOLÊNCIAS: SENTIDOS, RESPONSABILIZAÇÃO E ENFRENTAMENTOS**

Neste tópico, discorreremos sobre como os jovens que participaram das pesquisas significam a violência urbana e os homicídios juvenis, como produzem sentido sobre o processo de responsabilização juvenil em correspondência às medidas socioeducativas aplicadas e como eles constroem as estratégias de enfrentamento à violência e à exclusão social de que são vítimas, observando os sentidos produzidos por eles e seus efeitos no cotidiano, em suas relações e na sociedade em que estão inseridos. Traremos alguns recortes das falas dos participantes, na perspectiva de analisar articuladamente a teoria com os achados das pesquisas.

### Sentidos atribuídos pelos jovens às violências e aos homicídios juvenis

No cotidiano das comunidades, é comum observar crianças reproduzindo em suas brincadeiras a violência institucional, por exemplo, brincando de polícia/ladrão fazem a encenação de “baculejos” (revista policial nas ruas). Também fazem alusão às facções criminosas com códigos produzidos com números e letras ou nas músicas de *funk*. Essas crianças se constroem subjetivamente e se desenvolvem envoltas por essas experiências, pela carência de proteção e pela naturalização da violência urbana.

Com essa trajetória, os jovens em situação de pobreza são vistos de forma estigmatizada e passam por um progressivo processo de vitimização em um contexto de violências e opressões. Percebidos como incapazes e inúteis, têm limitadas sua autonomia, participação

e cidadania, restando o crime como alternativa para fugir dessas situações, o que reforça a ideia de que a violência está associada apenas à ação desses sujeitos, omitindo-se a violação de direitos a que esse público está submetido (CIDADE, 2012). A fala de João exemplifica o exposto e ilustra o preconceito sofrido por marcadores aparentes que o identificam como “perigoso” ou “suspeito”.

Eu tenho tatuagem também (mostra a tatuagem no braço) e quando subo no ônibus todo mundo já segura as bolsas, dá até vontade de fazer o mal.

Pesquisadora: Como assim fazer o mal?

João: Ah, roubar. Já que tão achando que o nego vai roubar, tá ligada? (Recorte da entrevista narrativa do participante João).

Em sua fala, João expressa os olhares de suspeição e nos alerta como determinados marcadores (modo de se vestir, tatuagens, cor da pele etc.) são suficientes para estigmatizar determinado segmento da juventude, aquela que reside nas zonas periféricas urbanas. Assim é naturalizada a relação entre violência e juventude numa sociedade em que jovens negros, pobres e das periferias não são vistos como sujeitos de direitos e sim causadores de problemas sociais. O modo de vida desses jovens é caracterizado pela cultura da pobreza, com privação e opressão diária e ao mesmo tempo reinventando alternativas de sobrevivência e de relações sociais. (CIDADE; SILVA; XIMENES, 2016). A criminalização da pobreza se associa também à falta de “estrutura familiar”, em síntese, comunidades vulneráveis produzem pessoas perigosas que colocam em risco as pessoas com maior poder aquisitivo (COIMBRA, 2006).

O Estado, representado pela polícia e pelo Poder Judiciário, tem responsabilidade por essa criminalização e conseqüentemente pela rotulação dos jovens da periferia como “[...] novos inimigos internos do regime: os segmentos mais pauperizados; todos aqueles que os mantenedores da ordem consideram ‘suspeitos’ e que devem, por isso, ser evitados e mesmo eliminados” (COIMBRA, 2001, p. 58). O jovem Jonas exemplifica, ao contar sua história de vida, como isso acontece em seu cotidiano.

Eu me lembro muito bem que quando eu tava na viatura, o policial, quando a gente tava indo pra delegacia, o policial olhou pra galera que mora lá e... falou que era tipo... ele mesmo que deu um prognóstico, assim, bem infeliz, dizendo que a galera era futuro bandido, que a galera deveria morrer, e que... a galera que mora ali era a praga e tal (Recorte da entrevista narrativa do participante Jonas).

A narrativa de Jonas evidencia a compreensão que tem sobre o destino traçado para essa população. Fato interessante é que ele inicia a contar sua história a partir do dia em que, ainda adolescente, foi apreendido pela polícia militar. Na viatura, pôde escutar na fala de um policial a visão dele sobre adolescentes e sobre a comunidade que estava transitando, o que é uma evidente demonstração da criminalização do povo pobre.

O discurso do “jovem envolvido” é cada vez mais propagado pela mídia, por agentes do Estado como uma tentativa de legitimar o extermínio de jovens negros e pobres. Misse (2010, p. 17) aponta que, no Brasil, há um tipo de sujeito que é considerado “não revolucionário, não democrático, não igualitário e não voltado ao bem comum”, sendo rotulado como “bandido”. O “bandido” é, então, produto da polícia, da mídia, da moralidade da sociedade e das leis penais, tornando-se um sujeito indesejado, porque tido como perigoso, cuja morte ou desaparecimento são almejados. Esse “envolvido” é a personificação atual do “inimigo público” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003), por isso a sua execução é socialmente aceita, sendo naturalizada e introjetada pelos diversos segmentos da população, inclusive entre aqueles que são vítimas, como solução para evitar atos infracionais.

O racismo e os processos de colonização que marcam a nossa sociedade (BARROS *et al.*, 2017) designam um perfil dos adolescentes que são vítimas de violência institucional e de extermínio; eles têm cor, gênero e classe social bem delimitados. Além desses marcadores, a vulnerabilidade social demonstrada na ausência de um Estado democrático de direitos, materializado na exacerbação do Estado Penal (WACQUANT, 2003), também atravessa as experiências dos jovens alvo de homicídio. O perfil dos adolescentes que têm morrido é o mesmo daqueles que cumprem medida socioeducativa, como confirmam os dados do Comitê

Cearense de Prevenção aos Homicídios na Adolescência em que 73% dos adolescentes mortos haviam passado pelo sistema socioeducativo (COMITÊ CEARENSE DE PREVENÇÃO AOS HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES, 2016).

É dentro de um pensamento decolonial que Mbembe (2017) traz o conceito de Necropolítica, expressão máxima da soberania, que dita quem pode e quem não pode viver e define quem se pode matar. Assim, os regimes políticos atuais obedecem ao esquema de fazer morrer e deixar viver como uma nova forma de controle. Portanto, o extermínio da juventude negra e o encarceramento em massa estariam cumprindo o seu papel na manutenção do *status quo* da sociedade. “Exercer a soberania é exercer o controle sobre a mortalidade e definir a vida como uma realização e manifestação do poder” (MBEMBE, 2017, p. 108).

Jonas vivencia em seu cotidiano a ação da necropolítica e descreve, durante sua entrevista, como ocorre esse exercício do Estado do fazer morrer/deixar viver e as consequências práticas que traz para a juventude negra e periférica. Sua fala é contundente e expressiva desse processo, percebido por ele com clareza.

A relação é que existe uma fábrica de cadáver onde os pobres são o carvão dessa fábrica, e que o “Willy Wonka” pode ser o governador, o prefeito, pode ser o secretário de segurança pública, entendeu? Tem vários tipos de “Willy Wonka” que botam essa fábrica de cadáver pra rodar. E o carvão dessa fábrica são os pobres, e vai gerar o lucro, e esse lucro, tipo, a arma na mão de um menor, né? É... vai gerar um discurso e vai *vim* aquele cara que ele vai exalar, tipo, carisma, ele vai ser muito popular, ele vai bancar o honesto e tal, só que ele é só um fantoche pra representar uma... uma classe dominante. E essa galera, tipo, a população, vai se, de certa forma, vai se identificar, porque esse cara ele vai representar a indignação da população, tipo, que não quer mais impunidade e tal e pá. E ele vai querer, e ele vai... sempre o que aconteceu na década de 70, década de 80, 90, no Egito antigo, no holocausto, eles vão construir o inimigo social, né? (Recorte da entrevista narrativa do participante Jonas).

Dessa forma, a violência, a morte e o encarceramento são aceitáveis socialmente e legitimados pelo Estado. A barbárie é autorizada pela

projeção de que há naturalmente a presença do perigo na figura desse jovem, e isto é parte de um mecanismo da necropolítica, que impõe desde a negação e violação de direitos básicos, o hiperencarceramento até o extermínio juvenil.

## A responsabilização no contexto das medidas socioeducativas

Esse quadro repercute ainda na forma como adolescentes que cumprem medida socioeducativa entendem a dimensão da responsabilização pelo ato infracional que cometeram ou que lhes é atribuído.

O campo de reconhecimento dos direitos desses adolescentes e sua responsabilização jurídica se deu no Brasil e no mundo a partir de lutas políticas e sociais, sendo a doutrina da Proteção Integral um marco legislativo histórico nessa direção. Uma das principais características do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) está na forma como propõe a responsabilização jurídica de adolescentes e jovens que têm em sua trajetória a vinculação com atos infracionais. Essa legislação se desfaz da categoria da menoridade, rompendo com a ideia de que crianças e adolescentes são seres inferiores, e abre espaço para uma nova forma de responsabilização juvenil (FARIAS, 2017).

A prerrogativa estabelecida pelo ECA sobre a condição peculiar de desenvolvimento, exposta no Art. 6º da legislação, estabelece que adolescentes que cometem alguma infração devem ser submetidos às medidas socioeducativas, sendo assim considerados, no Art. 104 do mesmo Estatuto, inimputáveis perante a lei (BRASIL, 1990). Isso não significa o mesmo que impunidade, uma vez que há responsabilização do autor do ato infracional. De acordo com Valente (2015, p. 27), “dizer que as crianças e os adolescentes são inimputáveis remete a retirar-lhes a possibilidade de responsabilização penal, no entanto, sem retirar a possibilidade de uma responsabilização jurídica, pessoal e social”. O autor explica a inimputabilidade, ao afirmar que essa consideração decretada pelo ECA não retira dos adolescentes a atribuição de responsabilidade jurídica pela infração cometida, mas os coloca frente a um sistema de responsabilização juvenil diferenciado do modelo imposto

aos adultos, tendo em vista a condição de desenvolvimento em que os adolescentes se encontram.

Outro parâmetro legal que atua juntamente com o ECA, para garantir direitos e a responsabilização dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa é o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). O SINASE, lei federal de nº 12.594/2012 (BRASIL, 2012), funciona como um documento jurídico e político norteador da atuação nos centros socioeducativos. Seu principal objetivo é

[...] o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos. Defende, ainda, a ideia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturada, principalmente, em bases éticas e pedagógicas (SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, 2006, p. 16).

A medida socioeducativa traz em sua execução a dimensão da sanção, uma vez que intervém e responsabiliza judicialmente os adolescentes (VERONESE; LIMA, 2015). Apesar de seu caráter sancionatório, a responsabilização dos adolescentes que cometem algum delito, de acordo com os normativos legais, tem como base a socioeducação, que implica o abandono de práticas punitivas em favor da ação pedagógica no seu atendimento.

Nessa perspectiva, as ações educativas e restaurativas devem ser priorizadas, pois se compreende que tais intervenções poderão facilitar os processos de desvinculação com práticas ilícitas e o fortalecimento da cidadania desses adolescentes. O caráter sancionatório das medidas não anula ou se sobrepõe ao aspecto pedagógico na execução da justiça juvenil, mas é uma das finalidades do sistema socioeducativo, a responsabilização legal (MELO NETO, 2019).

Apesar de a legislação atual propor um sistema de responsabilização jurídica, existe um verdadeiro clamor por intervenções punitivas em todas as esferas da sociedade e de poder (principalmente os poderes legislativo e judiciário). Prova disso é a tentativa recorrente da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC.33/12) que visa à redução da maioridade penal. Além de haver uma distorção no sentido de inimputabilidade, como se essa condição estivesse atrelada à impunidade.

As narrativas dos adolescentes participantes da pesquisa, ilustraram que um dos sentidos de responsabilização produzidos sobre a experiência das medidas socioeducativas segue ancorado na ideia de que práticas punitivas se tornam mais eficientes quando a questão é relacionada à infração legal. O jovem Iel, ao ser questionado sobre sua percepção acerca da medida que lhe foi aplicada pelo juiz, afirmou:

Porque assim ó, eu entrei dentro de uma casa pra pegar os pertences das pessoas se alguém reagisse eu matava, entendeu? Naquele exato momento ali o que eu podia levar era uma tortura ou um tiro na cabeça que eu podia levar, entendeu? Se eu tirasse uma vida, eu ia ser preso, depois eu ia sair, e aí? Eu só fui preso, comi, tomei banho, vivi uma vida boa e aquela família? viveu uma vida ruim de uma pessoa morta, entendeu? Era pra ser a mesma que eu fiz com aquela pessoa, era pra tá fazendo comigo também, entendeu? Era pra ser a mesma que eu fiz com aquela pessoa, era pra tá fazendo comigo também, entendeu? como outras pessoas que matam, bate, roubam, era pra ser feito a mesma coisa do que aquela pessoa fez com a vítima, entendeu? pra sentir na pele o quê que a vítima sentiu naquele dia, entendeu? (Recorte da entrevista narrativa de Iel).

Segundo o adolescente, é no sofrimento que se encontra a possibilidade de o indivíduo reparar o dano causado à sociedade, de modo que a sentença definida segundo a legislação não parece suficiente para garantir a sua responsabilização. A narrativa do adolescente reproduz a visão do senso comum de que a medida de privação de liberdade em Centros Socioeducativos não é suficientemente punitiva e de que se deve marcar o corpo com o castigo e o encarceramento como estratégia capaz de fazê-lo alcançar a reflexão de seus atos. Até as garantias de direitos básicos como alimentação e higiene pessoal deveriam ser negados, nessa visão.

Além do sentido de punição elaborado pelos jovens, outro significado trazido nas narrativas ilustra a ideia construída socialmente de que as medidas socioeducativas são ineficientes, a ponto de não gerar nenhuma resposta legal ao dano, principalmente se elas não forem de privação de liberdade, sendo apenas uma forma de “passar a mão na cabeça” do adolescente. Essa noção de ineficiência e impunidade, aliada à visão de exacerbação de direitos quando o jovem se encontra

em atendimento socioeducativo é disseminada pela mídia, pelo senso comum e até por alguns profissionais do sistema. De acordo com Melo Neto (2019), tais questões apontam para uma evidente descaracterização do SINASE, que fortalece tanto intervenções penais punitivas quanto o imaginário popular que destina novos significados às medidas socioeducativas, usando termos como “engorda” (internação), “assinar” (L. A.) e pagamento ou “trabalhar de graça” (PSC).

Um exemplo dessa problemática se expressa na narrativa do jovem Júnior, que relacionou sua vinculação com atos infracionais motivados também pela ideia difundida socialmente de que adolescentes, por serem menores de idade, não se responsabilizam legalmente pela infração cometida e afirma

De primeiro minha vida era, eu queria só saber de roubar, tá entendendo? Os meninos ficava falando “ah, a FEBEM é mamão”, tá entendendo? Aí eu acabei indo, isso fez eu acabar indo, participei, comecei a roubar, comecei a fazer um homicídio aí que eu fui até pegue” (Recorte da entrevista narrativa de Júnior).

É significativo perceber, nas narrativas dos adolescentes, que a forma como se referiam ao juiz fazia menção ao período da Doutrina da Situação Irregular, presente nos Códigos de Menores (1927/1979), sendo a centralização no Poder Judiciário um fator que corrobora para que os sentidos de responsabilização estejam perpassados pelo menorismo, cujo caráter culpabilizante atrelado à medida acaba fortalecendo práticas tutelares e paternalistas, despotencializando o processo de autonomia e cidadania que o atendimento socioeducativo propõe.

Como um desdobramento dessa questão citada, os jovens da pesquisa se preocupam em apontar um sentido de responsabilização ancorado no modelo do assim denominado “cidadão de bem”. Todos os adolescentes participantes deste estudo afirmaram como parte fundamental do processo de responsabilização a mudança de vida, ou seja, a desvinculação de práticas ilícitas, a escolarização e o trabalho como sendo os principais meios para atingir esse processo de mudança.

Para ilustrar, a narrativa do adolescente, Soares aborda essas categorias em sua fala. Segundo o jovem, no momento da audiência de

indicação da sentença, o juiz lhe deu uma nova chance por acreditar que ele iria “mudar de vida”.

[...] aí nisso o doutor C. perguntou se eu tinha condições de mudar, se eu podia mudar, se eu tinha a capacidade de mudar, se eu ia estudar e trabalhar, aí eu disse que tinha, aí ele perguntou quantos anos eu tinha, aí eu disse que tinha 17 anos, ele: olha você tá me dando a palavra de homem, a sua palavra de mudança, você vai mudar? e eu: eu vou mudar! ele: “eu poderia lhe dar um PSC pra você ficar trabalhando mas trabalhando de graça pra comunidade, pintando colégio, colhendo lixo na rua, mas como você tá me garantindo que vai mudar eu vou lhe dar uma Liberdade Assistida. Eu agradeço mesmo muito ao doutor C. de ter confiado e ter me dado esse L.A, sabe? agradeço muito mesmo ao doutor C. (Recorte da entrevista narrativa de Soares).

Com base nas reflexões elaboradas e a partir das narrativas dos adolescentes, compreendemos que os sentidos produzidos acerca do processo de responsabilização juvenil seguem pautados por um processo histórico de violação de direitos. No entanto, responsabilizar o adolescente ou fazê-lo se sentir responsável por seus atos ultrapassa o simples cumprimento da medida socioeducativa, sendo necessário que ele possa se posicionar diante de suas experiências de maneira consciente para, então, elaborar reflexões que fortaleçam sua cidadania.

## Estratégias de enfrentamento à violência e à exclusão social

Até aqui trouxemos dados e reflexões sobre o modo como os adolescentes e jovens estão expostos à violência. As histórias de vida dos participantes das pesquisas, as estatísticas e a conjuntura política e econômica atual corroboram com a ideia de que vivemos um projeto político de extermínio da juventude negra e pobre. Isto nos faz pensar que as perspectivas postas para essa juventude podem ser desoladoras, e, por vezes, o cenário apresenta-se desesperador. Porém, este tópico tem por objetivo ser uma fagulha de esperança em meio ao caos, quando olhamos para as estratégias de enfrentamento desses jovens. Eles não estão apenas existindo, mas também resistindo dentro dessa realidade hostil.

É consenso pensar que uma das estratégias para se resolver a questão da violência e da exclusão social é investir na educação para que outras possibilidades sejam apresentadas para crianças, adolescentes e jovens moradores de periferia. Abordaremos como os jovens observam a importância da educação formal como um dos caminhos possíveis nessa direção. E pensam também a educação para além da escolarização formal como principal ferramenta para quebrar ciclos de opressão, mencionando a leitura e a busca de conhecimento para tanto. Quando perguntamos para João sobre o que o Estado deveria fazer para que ocorresse a diminuição dos homicídios, ele nos fala:

O governo? Eles num tão nem aí para gente não, mas se eles quisessem, sei lá sabe (ficou em silêncio por alguns segundos) eu num sei falar sobre esses assuntos não, mas se tivesse coisa né, pra gente fazer, educação, escola que a gente pudesse andar e esporte poderia ajudar (Recorte da entrevista narrativa do participante João).

O jovem acredita que não há interesse dos governantes em promover uma educação de qualidade que possa promover uma mudança substancial da realidade imposta. Para ele, a emancipação aconteceria se o direito básico da educação atrelado às práticas esportivas, garantido constitucionalmente, fosse efetivado. João é um jovem que cumpre medida socioeducativa e acredita no papel transformador da educação, mesmo afirmando que não sabe opinar sobre o assunto. É por meio da pedagogia da libertação, como uma *práxis* que busca a transformação, que a liberdade do oprimido se desenvolve. Portanto, a pedagogia é uma das formas de resistência e mudança social dos povos marginalizados (FREIRE, 1980).

Na fala de Pedro, percebemos que o jovem enxerga a importância da educação formal, mas acha que essa deve ser repensada. Além disso, ele amplia seu olhar ao enaltecer práticas esportivas e cursos de educação não formal como estratégias para obter novas possibilidades:

Educação né e oportunidade pra nós. Esporte, curso pra gente fazer. Mudar como é as escolas hoje em dia, porque ir pra lá só ficar escutando o professor falar e copiar é muito chato. Mas se a

gente tem coisa diferente que a gente pudesse escolher pra fazer o que gosta, acho que seria melhor. Ter opção pra poder escolher (Recorte da entrevista narrativa do participante Pedro).

O adolescente Cérebro enfatiza os aspectos educacionais como fundamentais no processo de desvinculação do ato infracional, não só no momento do cumprimento da medida socioeducativa, mas principalmente quando o adolescente é (re)inserido socialmente com o término da medida. O jovem faz alusão a um sistema de garantias de direitos que não chega até o adolescente que já cumpriu medida socioeducativa e alega que as oportunidades são indispensáveis para prevenir a reincidência de atos infracionais. De acordo com Cérebro:

[...] tu imagina aí se invés de eles investirem em prisão, eles investirem em escola, como é que num ia ser? entendeu? invés de eles investir em cadeias em segurança pública, precisa, mas por que eles num investe em educação? porque o povo educado derruba qualquer governo! (Recorte da entrevista narrativa de Cérebro).

A socioeducação em meio aberto também surge como uma rede de apoio e um espaço de enfrentamento da exclusão social. Segundo a narrativa do jovem Iel, que passou pelos dois tipos de medidas, no CREAS ele encontra oportunidade de “mudar de vida” e alcançar a cidadania, pois, segundo ele, o equipamento proporciona isto, já que se apresenta para esse jovem como ponto de apoio, um local de referência, onde tem voz, onde é impulsionado à reflexão acerca de sua condição de sujeito capaz de construir e transformar a própria realidade

Outro ponto evidenciado pelos jovens refere-se ao uso da arte e do afeto como estratégias de enfrentamento da problemática. Para o jovem Jonas, sua atividade laboral de entrar em coletivos urbanos recitando versos de *Rap* faz o diferencial.

O que é que eu faço de diferente? Tipo, eu pego a minha mochila, pego um livro, eu entro num ônibus, e a galera pensa que eu vou assaltar, e tal, e eu tiro o livro da mochila aí falo: “Todo mundo mão pro alto, quer um abraço e quem reagir à poesia à queima roupa”. Acho que a gente tem que quebrar as perspectivas também, a gente tem que quebrar [...] a gente tem que martelar

os estereótipo, derreter os estigma, sempre tem que tá quebrando isso. Quebrando as perspectiva, e a gente tem que sempre tá, tipo, incentivando um nosso, a gente tá [...] tipo, o afeto é muito importante, tipo, a escuta também é muito pedagógica, também, se liga? A gente tem que dar atenção, a gente tem que dar ouvidos, a gente tem que se importar, né? Porque, tipo, a gente tá numa época que todo mundo tá indiferente, que ninguém tá nem aí, tanto faz tanto fez e tal... (Recorte da entrevista narrativa do participante Jonas).

Segundo Moura Junior e Sarriera (2016), a resistência é a capacidade de agência do jovem sem limitar sua visão de mundo, tornando-os autônomos, críticos sobre o poder vigente, não deixando esse poder agir sobre suas escolhas. Ávila e Ferla (2017) referem que os artistas de rua se “espacializam” com seu corpo, interpretando a cidade e propondo outras formas de usar o espaço urbano, reinventando-se. Dessa forma, resistem escapando do que é imposto e construindo outros caminhos, novas possibilidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O extermínio da juventude negra, pobre e das periferias das grandes cidades é um fenômeno que tem origem no modo como a sociedade capitalista e colonizadora se organiza na perspectiva de manter o *status quo* e o poder pelo domínio dos colonizados. Nesse sentido, cria um inimigo social, qualificado como não humano e perigoso, para exercer sobre ele um processo necropolítico de destruição, que é socialmente aceito e tem a anuência do Estado (MBEMBE, 2017). Nas periferias, todos são potencialmente perigosos e culpados, sem oportunidade, inclusive, de apresentar defesa e comprovar sua inocência, se for o caso. Nas três pesquisas, essa situação foi recorrente e percebida pelos adolescentes e jovens que delas participaram.

Diante desse quadro, os jovens que representam uma parcela da juventude negra e periférica da cidade de Fortaleza, cada um com suas individualidades e histórias de vida singulares, são marcados pela necessidade de resistir e romper com o *status quo* em que são colocados. A eles é possível dar oportunidade de se posicionarem frente ao outro como seres humanos e sujeitos de direito, que não

são objetos a serem exterminados. Cada um deles vai criando suas estratégias individuais que são permeadas pelo coletivo. São narrativas que se apresentam com potência de resistência, precisam ser ouvidas, qualificadas, consideradas pela sociedade e articuladas com o sistema de garantias de direito.

Para encerrar, reafirmamos que a associação entre juventude e violência só encontra elementos de confirmação se olharmos apenas para o lado da criminalização atribuída à juventude da periferia e o seu lugar de vítima. No entanto, conhecendo suas histórias e trajetórias de vida é possível perceber a potência que, como outros jovens que têm oportunidade de expressá-la, eles são capazes de demonstrar criativamente caminhos alternativos ao envolvimento com o crime e refletir criticamente sobre sua realidade social. Seus modos de existir são marcados por resistências cotidianas às condições hostis de suas vivências.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. Y. B. de; FERLA, A. A. O que pode o corpo? Corpografias de resistência. *Interface*, Botucatu, v. 21, n. 62, p. 731-748, 2017.

BARROS, J. P. P. *et al.* Homicídios juvenis e os desafios à democracia brasileira: implicações ético-políticas da Psicologia. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 37, n. 4, p. 1051-1065, 2017.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 13 set. 2018.

BRASIL. *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Presidência da República, Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm). Acesso em: 27 mar. 2018.

BRUNER, J. *La fábrica de historias: derecho, literatura, vida*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

CIDADE, E. C. *Juventude em condições de pobreza, modos de vida e fatalismo*. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

CIDADE, E. C.; SILVA, M. S; XIMENES, V. M. Pobreza e juventude: implicações psicossociais, modos de vida e enfrentamento às adversidades cotidianas. In: XIMENES, V. M. et al. (org.). *Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2016.

COIMBRA, C. M. B. Direitos humanos e criminalização da pobreza. Seminário internacional de direitos humanos, violência e pobreza. *Anais*[...]. A situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2006.

COIMBRA, C. M. B. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2001.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. do. *A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa*. Jovens em tempo real. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

COMITÊ CEARENSE DE PREVENÇÃO AOS HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES. *Cada vida importa: evidências e recomendações para prevenção de homicídios na adolescência*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2016.

COMITÊ CEARENSE DE PREVENÇÃO AOS HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES. *Cada vida importa: relatório do primeiro semestre de 2018*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Brasília: CNS, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*. Brasília: CNS, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2019.

FARIAS, É. R. A. de C. B. *Justiça restaurativa como solução de conflitos infracionais: um novo caminho para o sistema socioeducativo no estado do Ceará*. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito e Gestão de Conflito) – Centro de Humanidades, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (org.). *Atlas da Violência 2019*. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

MBEMBE, A. *Políticas da inimizade*. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MELO NETO, C. R. C. de. *Por uma hermenêutica restaurativa: sistema socioeducativo lacunas normativas e crise de interpretação do ECA*. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

MINAYO, M. C. de S. A violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 10, n. 1, p. 7-18, 1994.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.

MISSE, M. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: MISSE, M. (org.). *Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MOURA JÚNIOR, J. F.; SARRIERA, J. C. Práticas de resistência à estigmatização da pobreza: caminhos possíveis. In: XIMENES, V. M. et al. (org.). *Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2016.

SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos*. Brasília, DF: CONANDA, 2006.

VALENTE, F. P. R. *O processo de responsabilização socioeducativa: da medida à responsabilidade*. 2015. xii, 119 f. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

VERONSE, J. R. P.; LIMA, F. da S. O sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE): breves considerações. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, v. 1, n. 1, 2015.

VYGOTSKI, L. S. *Obras escogidas*. Madrid: Visor, 1995. Tomo III.

WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]*. Tradução Sérgio Lamarão. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

# MULHERES E ESTIGMAS: CONTEXTO EM SITUAÇÃO DE RUA E CONTEXTO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

*Verônica Moraes Ximenes  
Andréa Ferreira Lima Esmeraldo  
Natacha Farias Xavier*

## INTRODUÇÃO

**S**er mulher no cotidiano das relações sociais passa pela convivência que se estabelece com um mundo cercado de privilégios vinculados à imagem de masculinidade. Nesse universo, do ponto de vista da divisão dos sexos, essa estrutura aponta para uma assimetria marcada por processos que colocam a mulher em posição de inferioridade e que tornam invisível o campo feminino.

Ao eleger a mulher como o cerne de nossas pesquisas, priorizamos um conceito de gênero que se propõe a desnudar os processos justificadores de diferenças sociais que se fundam em diferenças biológicas e consideramos a perspectiva que reconhece as relações de poder encartadas nas diferenças sexuais. Essa perspectiva tem fundamento nas reflexões elaboradas por Scott (1990) que constrói seus pressupostos a partir da análise crítica das formações que se agregam historicamente em torno do termo gênero, e para quem esta é uma categoria constituída nas relações sociais estabelecidas em razão de diferenças sexuais percebidas, portanto, uma forma de significar correlações de poder. A autora

ressalta que o termo pressupõe a disposição de construções simbólicas, normativas, noções políticas e de identidade subjetiva, elementos que operam necessariamente em conjunto.

Além do conceito de gênero, recorremos ao conceito de patriarcado, no qual Saffioti (2015) destaca as relações de poder que subalternizam as mulheres. A tradução desse conceito na vida cotidiana é, segundo Spiassi (2016), representada pelas convenções sociais que designam comportamentos específicos para homens e mulheres, a partir dos quais são construídas as relações de masculino e feminino na sociedade. Tais relações estabelecem comportamentos esperados que podem incidir sobre as pessoas estigmatizando-as.

Para Goffman (2013), o estigma deve ser percebido a partir das relações que se estabelecem na cultura, uma vez que o atributo de alguém pode ser considerado bom ou ruim em determinadas épocas, mas ainda assim diz algo de uma característica que pode possuir o efeito de descrédito, que pode ser considerado como “um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem” (GOFFMAN, 2013, p. 12). As mulheres que desafiam um padrão de comportamento idealizado são marcadas, em suas relações sociais, pela estigmatização que as situa nesse lugar do descrédito.

Na acepção de Ronzani e Furtado (2010), a estigmatização tem um amplo espectro de impacto na vida dos sujeitos estigmatizados, já que está vinculada à formação e à transformação da identidade desses sujeitos, na condição de desvalorizados. A discriminação e a estigmatização incidem sobre determinadas coletividades de modo a criar um cenário de subordinação cultural, política e socioeconômica a determinado grupo dominante. Para Goffman (2013), a identidade de uma pessoa estigmatizada pressupõe que ela pode ser diferente de todos os outros. Essa identidade pode lhe atribuir papéis estruturados, rotineiros e padronizados na sua organização social. Portanto, nesse espaço social estigmatizado, podemos observar como são produzidas as categorias de opressão na vida das mulheres que sofrem violência doméstica conjugal e as que vivem em situação de rua, como fatalismo, vergonha e humilhação.

O estigma é materializado pela discriminação, que é a atitude excludente frente ao outro e se configura como seu aspecto atitudinal.

Tais atitudes discriminatórias repercutem no cotidiano das mulheres e lhes demandam ações de enfrentamento.

A discriminação tem sido vista como uma espécie de resposta comportamental causada por estas atitudes negativas – ou, como por vezes tem sido descrito na literatura, como uma forma efetiva de estigma ou preconceito (PARKER, 2013, p. 30).

Nepomuceno, Silva e Ximenes (2016), ao tratar do conceito de enfrentamento, atribuem o sentido que sinaliza que as pessoas criam alternativas para encarar as situações adversas e fazem uso da expressão modos de enfrentamento para dar voz às estratégias que se organizam em determinado contexto e consideram os elementos disponíveis na dinâmica das relações a que as pessoas acessam.

Portanto, trata-se de um desafio complexo e urgente analisar, dentro do processo de estigmatização de mulheres em situação de rua e mulheres vítimas de violência conjugal, os efeitos e as distintas reações produzidas nesses espaços que se desdobram na mudança de status, quando tais mulheres desviam do que a sociedade determinou como conduta a ser seguida, bem como identificar as estratégias às quais as mulheres recorrem.

Diante do exposto, este capítulo tem como objetivo analisar os processos de estigmatização e de discriminação vivenciados por mulheres em situação de rua e por mulheres em situação de violência conjugal, que retornaram à relação com os seus agressores.

## **METODOLOGIA**

As pesquisas apresentadas neste capítulo foram realizadas a partir de duas dissertações de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. A metodologia qualitativa foi desenvolvida por meio de entrevistas individuais e semiestruturadas, com temas vinculados ao modo de vida, situação de violência, de estigmatização, ser mulher e outros.

A primeira pesquisa foi realizada com mulheres que vivem em Maracanaú, cidade da região Metropolitana de Fortaleza. Segundo o IBGE (2014), a estimativa populacional é de 226.128 habitantes em 2018 e tem a urbanidade como marca. Embora não haja dados oficiais

sobre o quantitativo de pessoas em situação de rua em Maracanaú (já que a Pesquisa Nacional realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2009), em 2008, contemplou apenas algumas capitais e o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE efetiva suas pesquisas a partir dos domicílios dos brasileiros), o contexto político e geográfico da cidade justificou a instalação do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, que, em consonância com os preceitos da Política Nacional para População em Situação de Rua, é o equipamento público vinculado à Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SASC.<sup>23</sup>

A segunda pesquisa desenvolveu-se junto a mulheres que vivenciaram violência conjugal e que regressaram à relação afetiva com seus agressores. A investigação teve início no Núcleo de Assistência às Famílias de Pessoas Privadas de Liberdade – NUASF, da Coordenadoria Especial do Sistema Prisional – COESP, que faz parte da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará – SEJUS. O NUASF tem como objetivo o fortalecimento das ações de ressocialização dos internos das Unidades Prisionais do Ceará e acompanhamento de casais em que o agressor responde processo judicial em aberto pela Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) e retorna ao convívio social e afetivo com a mulher vítima das agressões.

Para a construção da pesquisa 1 (P1), foram entrevistadas sete mulheres que vivem em situação de rua, com faixa etária entre 31 e 51 anos. As mulheres que participaram da P1 cumpriram os seguintes requisitos: estar inserida em atendimento ou acompanhamento no Centro Pop de Maracanaú; possuir 18 anos ou mais; estar em Situação de Rua, o que inclui o processo de saída das ruas e ter lido e aceito o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. E, na pesquisa 2 (P2), foram realizadas cinco entrevistas com mulheres com a faixa etária entre 30 e 42 anos. As mulheres que participaram da P2 cumpriram

<sup>23</sup> Em abril/2019, o Centro Pop de Maracanaú foi fechado, e algumas atividades desenvolvidas por esse equipamento foram transferidas para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

os seguintes requisitos: estar inserida em atendimento ou acompanhamento pelo NUASF; possuir 18 anos ou mais e ter lido e aceito o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As entrevistas foram codificadas com E = entrevista mais o número de cada pesquisa, por exemplo: E1. Todos os nomes atribuídos às entrevistadas são fictícios para preservar o sigilo das informações. Os dados originados das entrevistas foram transcritos e submetidos à Análise de Conteúdo de Bardin (2011), tendo como suporte o *software* Atlas T.i 5.2. As pesquisas foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará (UFC) com os seguintes números CAEE: 94848218.1.0000.5054 (P1) e CAEE: 91946418.0.0000.5054.

## **ESTIGMA E OS MODOS DE VIDAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA**

A compreensão dos estigmas na relação com os modos de vida de mulheres em situação de rua está organizada a partir da percepção de que um entrelaçamento de discriminações incide sobre elas de maneira a conjugar a sua condição feminina, com a pobreza e o espaço da rua, o que as coloca numa forma específica de opressão orientando seu modo de vida.

Nas ruas, a vida privada está disposta no espaço público e ao público, de maneira que é permeada pelo olhar e a interferência daqueles que ocupam de modo transitório esse local. Souza *et al.* (2016) afirmam que, para a maioria das pessoas, a rua é a área de ligação entre os lugares para onde elas se deslocam. Nessa condição, ao mesmo tempo em que é de todos é lugar de ninguém. Ao subverter o uso do espaço público, as pessoas em situação de rua apresentam um modo de vida que diverge das expectativas sociais e atrai a repulsa de quem eventualmente entra em contato com essa realidade.

Os modos de vida de mulheres em situação de rua integram a percepção de que a vida sob marquises não é só um hábito ou a repetição de uma prática, a busca por um lugar de proteção, sobretudo para pernoite, mas pressupõe um conjunto de relações que envolvem os grupos de pessoas que vivem nas ruas e os locais de abrigo. De modo

que a assimilação sobre os modos de vida das mulheres nas ruas se dá por meio das práticas cotidianas vinculadas a sua manutenção e existência, assim como dos significados atribuídos a tais práticas.

As mulheres compõem na rua um público reduzido se comparadas aos homens, e, ainda que compartilhem as dificuldades enfrentadas pelos demais, ao vivenciar a rua sendo mulher, o gênero se constituiu em agravante que potencializa riscos inerentes a esse espaço:

A vida na rua pra mulher, é mais melhor pra homi do que pra mulher, porque pra mulher é difícil, principalmente eu que não tinha familiar, nera?! Era só, sozinha, não tinha família, não tinha ninguém, era mais ruim. A minha vida era uma tristeza tão grande, hoje eu fico triste, às vezes quando num tem nada em casa eu fico triste (JOANA, E7).

Como realçado por Joana (E7), a condição de mulher complexifica a experiência das ruas, em especial para aquelas que vivem sozinhas, sem um companheiro. Para Rosa e Brêtas (2015), as mulheres estão em condição de maior vulnerabilidade às possíveis violências das ruas. Martín-Baró (1983) enfatiza que uma educação diferenciada, fundada no machismo, posiciona as mulheres no espaço da discriminação, que se manifesta numa relação instrumental e submissa ao homem.

A trajetória de vida das mulheres que culmina com sua ida para as ruas é, muitas vezes, permeada por situações de violência doméstica decorrentes do machismo a que se refere Martín-Baró (1983). No entanto, a condição de pobreza talvez seja o ponto nodal que impulsiona essa trajetória, pois, como evidenciado por Macedo (2008), há um número cada vez maior de famílias chefiadas por mulheres, e elas não estão livres das adversidades próprias da condição de pobreza e as consequências do acirramento de sua condição.

Nas relações sociais, as mulheres que vivem nas ruas são alvo do estranhamento, já que rompem com a ideia de que a casa é o seu espaço de domínio. Atravessar essa fronteira põe em questão preceitos que a sociedade patrimonialista construiu e que sustentam relações de poder organizativas de um modelo de sociedade. Todavia, nas ruas, as estruturas e dinâmicas da vida doméstica são mantidas e reproduzem

a divisão sexual do trabalho, onde as atividades de cuidado são destinadas às mulheres. Ser mulher nas sombras das ruas é se manter nas relações hierarquizadas, onde a extrema pobreza dimensiona a condição de menos valia, assim é a narrativa de Alcione (E4):

Ontem mesmo eu tava na rua, chegou um rapaz com droga, queria me dar pra passar a perna em mim. Eu não quis, porque eu tava separada desse rapaz, aí eu fiquei com medo dele chegar e ver ou ele saber, aí eu não fui. Ele pegou um pau e quebrou meu ombro. Meu ombro tá quebrado.

A naturalização de representações hegemônicas sobre masculino e feminino atravessa as relações que ocorrem no espaço das ruas, de modo que o relato de Alcione mostra mais de uma experiência de tratamento opressivo em razão do ser mulher. As mulheres em situação de rua estão inseridas nesses contextos opressivos conjugando facetas diferentes desse processo. As vivências mediadas pela classe social e pela condição de pobreza impactam na trajetória que as conduz a uma vida cercada de incertezas presentes na rua, mas a condição de ser mulher e de assumir um modo de vida que desafia a perspectiva tradicional de família, faz com que as formas de opressão se amplifiquem no seu cotidiano.

Nas relações sociais, que estruturam o cotidiano das mulheres em situação de rua, os estigmas e os preconceitos esculpem opressões que exprimem um modelo de dominação. Delfin, Almeida e Imbrizi (2017) reconhecem que o estigma e o preconceito, enquanto crenças que distorcem a realidade, constituem processos que mantêm relações de exploração e de dominação e observam que a marca dos estigmas e dos preconceitos faz com que, muito antes de qualquer contato com uma pessoa em situação de rua, um transeunte já tenha uma imagem prévia dessa pessoa e, baseado em expectativas sobre o seu comportamento, organize uma forma específica de interação social excludente. Nesse contexto, as mulheres em situação de rua carregam em seu corpo as marcas do lugar e do modo de vida. A falta do banho e as roupas sujas dizem quem são e, ao mesmo tempo, como as demais pessoas se relacionam com elas.

Na pesquisa de Pinto (2015), realizada com pessoas em situação de rua foram expressas histórias de baixa autoestima, isolamento e

falta de expectativas como decorrentes do preconceito que vivenciam. Tereza (E5) exprime bem como a relação com a comunidade, mediada por discriminações é capaz de produzir sofrimento:

Com sofrimento, eu sofria por dentro. Porque eu não sou de [...] de desabafar com ninguém. Só quero guardar pra mim e isso me adocece [...]. Somente isso mesmo [...]. Não confiava em ninguém. Em ninguém! Ninguém pra mim, é ninguém não era de confiança. Só confiava em Deus, somente nele mesmo (TEREZA, E5).

Igualmente, Chiquinha (E3) expõe como a relação de sociabilidade é permeada pela desvalorização: “Me chamava de piranha, dizia que eu tava ali por tá, me julgava, me chamava de mulher de programa, dizia que [...] que eu [...] jogava pedra, passava as coisa na minha cara, né?”. A constatação de que as pessoas se sentem legitimadas a proferir xingamentos e praticar atos de agressividade com uma pessoa pelo simples fato de estar na rua expressa a hierarquia que se estabelece nas relações sociais fundadas em esquemas discriminatórios.

Para Moura Júnior e Ximenes (2016), a identidade social estigmatizada de pobre torna-se perniciosa por cristalizar o reconhecimento do indivíduo perante os demais e limita ou enfraquece suas possibilidades de mudança. No caso das mulheres em situação de rua, verifica-se que essa estigmatização cruza os referenciais da pobreza e do feminino, de modo que a exposição de suas vidas as fragiliza. Uma das consequências do estigma e do preconceito na vida da pessoa que sofre as práticas discriminatórias, são as experiências de humilhação capazes de fomentar sentimento de vergonha.

O reconhecimento de que existem pessoas marcadas pela menos valia e pela subalternidade é capaz de fundamentar essas práticas de humilhação. Alencar e La Taille (2007) afirmam que no cotidiano há várias maneiras de práticas de humilhação atingirem uma pessoa. E, fazendo referência à dignidade, Zavaleta (2007) apresenta como elementos da humilhação o fato de ser um ato ou evento externo, a diminuição da dignidade e do orgulho, e a desigualdade nas relações de poder, de modo que há uma diminuição ou uma degradação da identidade de alguém. La Taille (2009), por sua vez, classifica a humilhação

como um ato de violência. O sofrimento psíquico suscitado por essas práticas de humilhação fomenta o sentimento de vergonha (MOURA JÚNIOR; XIMENES; SARRIERA, 2013)

O sentimento de vergonha está relacionado a uma autoimagem negativa e depreciativa de si mesmo (ESTANISLAU; XIMENES, 2016). Zavaleta (2007) ressalta que na vergonha impera uma ideia de não corresponder aos próprios padrões, e, como alerta Moura Júnior (2015), pode advir mesmo que não esteja associado a uma situação real. Assim reside, nesse ponto uma grande diferença entre humilhação e vergonha, pois, enquanto o sentimento de vergonha se dá pela apropriação do valor negativo ou depreciativo, sem exigência necessariamente da presença de um ato de discriminação, na humilhação é necessário um ato de rebaixamento realizado por alguém externo. Entre as entrevistadas, foi marcante a presença desse sentimento de humilhação frente a situações onde os estigmas e julgamentos morais as colocavam em situação de discriminação:

A gente que mora na rua, a gente é muito humilhado. Tanto a mulher como o homem. Tem gente, passa por a pessoa faz de conta que tá vendo um lixo, faz de conta que tá vendo um cachorro. Tem deles que acospe, cospe quando vê a gente. Quando a gente vai pedir uma ajuda, manda logo a gente sair de perto. Pra mim eles pensa, é com nojo da gente que mora na rua com medo da gente assaltar [...] (ALCIONE, E4).

De acordo com Kunz, Heckert e Carvalho (2014), pensar a população em situação de rua significa não só pensar o uso da cidade, mas as relações sociais e de poder que se produzem nesse cenário. Os autores ressaltam ainda como efeito a criminalização de modos de vida que parecem destoantes. Spiassi (2016) adverte que, para as mulheres em situação de rua, a humilhação é mais contundente, já que elas se percebem numa relação de maior desvantagem, pois, além do coletivo da sociedade e do próprio grupo de pessoas em situação de rua, essa desvantagem se faz presente.

Assim a relação que se estabelece no cenário das ruas passa pelo reconhecimento dos preconceitos, estigmas e discriminações

como tessituras de processos de opressão que se moldam na vida das mulheres em situação de rua a partir de vivência de sentimentos de vergonha e humilhação. O constrangimento experimentado por essa exposição pode fazer com que essas mulheres assumam como próprios os julgamentos desqualificadores de seus modos de vida.

## **ESTIGMA NA VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL**

Ao compreender a violência contra a mulher como uma construção social, fruto de uma sociedade patriarcal, que impõe à mulher condições de dependência e submissão (SAFFIOTI, 2015), convém considerar a complexidade do problema, que deve ser observado a partir de distintas perspectivas, já que se encontra enraizado nas diferenças estabelecidas para a relação entre homens e mulheres (ROSADO, 2012). Portanto, a violência é uma categoria estrutural, em que diversos fatores sociais se articulam entre si, de modo que se organiza como estrutura hierárquica de poder nas relações de gênero, classe, raça e etnia.

Martín-Baró (2003) afirma que, para se compreender o fenômeno da violência, é importante que se reconheça a sua complexidade, assim a perspectiva da violência deve ser analisada a partir das relações entre os sujeitos e a sociedade na construção do humano, onde as forças sociais se materializam entre os indivíduos e os grupos. De acordo com a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), complementam essa afirmação cinco formas de violência doméstica e familiar contra a mulher (violência física; violência psicológica; violência sexual; violência patrimonial e violência moral), que foram identificadas em todas as entrevistas realizadas.

A trajetória de vida de cada uma das cinco mulheres pesquisadas é marcada por distintas formas de violência, acrescidas de um cenário cotidiano de estigmatização e exclusão social. Para Goffman (2013), a identidade de uma pessoa estigmatizada supõe a pressuposição de que ela pode ser diferente de todos os outros, essa identidade pode lhe atribuir papéis estruturados, rotineiros e padronizados na sua organização social.

Nota-se, na vida dessas mulheres, a precarização de seus laços socioafetivos, portanto, a redução de pessoas e de instituições em suas redes de apoio, sofrendo um déficit relevante, que demarca vivências de culpa e culpabilização pelas histórias de violência, e aspectos que desencadeiam sentimentos de vergonha e humilhação. La Taille (2002) afirma que a vergonha é um sentimento pobre e duvidoso que prejudica a moralidade. E a humilhação pode ser entendida como uma forma de rebaixamento moral, com a intenção de tornar alguém ou algo inferior (ALENCAR; LA TAILLE, 2007).

É possível observar essa situação no relato de Stefany (E1), quando ela é questionada se buscou ajuda para lidar com todo o cenário adverso e ela diz “eu não procurei nada de ajuda não, eu acho que é por isso que eu tenho essa mágoa dentro de mim, porque eu não sou muito de conversar” (STEFANY, E1). Essa atitude de não falar com ninguém, não buscar uma ajuda específica para falar sobre essa experiência, é encontrada no relato de todas as entrevistadas, essa característica tem a ver com a vergonha que sentem pela situação de violência e pelo medo de serem julgadas.

Siqueira e Cardoso (2011) propõem então que, na relação entre as identidades real e identidade virtual, “o processo de estigmatização não ocorre devido à existência do atributo em si, mas, pela relação incongruente entre os atributos e os estereótipos” (SIQUEIRA, CARDOSO, 2011, p. 94). Logo, para os autores, as pessoas consideradas normais criam estereótipos os mais variados possíveis sobre os atributos de determinado sujeito, o que viria a caracterizar-se como o processo de estigmatização. É possível encontrar a descrição desse tipo de situação, no relato de Luana, quando questionada sobre o que mais ela ouviu, e de quem ouviu, quando decidiu voltar ao convívio afetivo e doméstico com seu companheiro e agressor:

Luana: Eu ouvi, tipo assim, “você disse que ele errou, mas você tá errando tanto quanto ele, por tá voltando para ele. Então você é safada” Com essas palavras [...] “você é muito safada, porque se você apanhou e quer voltar para ele, é porque você é mais safada que ele”. Ouvi da família dele, de uma das irmãs dele.

Pesquisadora: A volta é um lugar de estigmatização?

Luana: Sim, senti isso. Senti sim (LUANA, E2).

Nesse sentido, quando Luana é discriminada ou julgada como “safada” por retornar para o relacionamento afetivo com seu parceiro, então agressor, a ela é atribuído o estereótipo de “mulher safada”. Outra narrativa de discriminação e estigmatização pela decisão de retornar o relacionamento com o companheiro e agressor foi dada por Paula. Quando lhe perguntei se ela se sentia julgada pela sua rede de relações sociais, a resposta foi a seguinte: “Sim, ‘porque é sem vergonha’, já ouvi da minha família mesmo, do meu pai, ‘gosta de apanhar, é sem vergonha’. Eu penso que é uma doença não é amor, é uma doença” (PAULA, E3).

Da mesma forma que relatado por Luana, Paula recebe uma atribuição negativa pela sua decisão, ao ser chamada de “sem vergonha” por pessoas de sua família. Ainda sobre a descrição de Paula, ela atribui a essa situação de retorno com o agressor o status de adoecimento, ela considera que o amor que ela pensa ter sentido é uma doença. Para Link e Phelan (2001), os grupos estigmatizados tendem a usar, de forma ativa, alguns recursos que possibilitam a eles resistirem à tendência estigmatizante estimulada por grupos mais poderosos, mas, à medida que existem as diferenças de poder, a resistência pode não superar totalmente as restrições impostas. Assim os autores afirmam que “a quantidade de estigma que as pessoas experimentam será profundamente moldada pelo poder relativo do estigmatizado e do estigmatizador” (LINK; PHELAN, 2001, p. 378, tradução nossa).

Denunciar um companheiro por agressão põe em xeque aspectos relacionados às crenças e aos desejos dessas mulheres para aquela união. Como a sociedade ainda caminha em uma perspectiva patriarcal, sair desse lugar de submissão é um movimento complexo e doloroso para essas mulheres, para os filhos e para os demais familiares envolvidos, uma vez que existem relações interdependentes e identidades sociais distintas. Guimarães *et al.* (2018) afirmam essa prerrogativa quando destacam que, para tratar a temática de violência contra a mulher, é necessário observar a construção do estigma social e cultural ao longo do tempo, que dissemina a ideia de que a mulher possui suas potencialidades reduzidas frente à figura masculina. É interessante observar, inclusive no relato das entrevistadas, tais características, como no caso de Andressa, que, três dias após a prisão do companheiro, pensou “Valha

eu prendi o homem, o homem nunca tinha sido preso. Não é vagabundo, é trabalhador!” (ANDRESSA, E4).

Pelos relatos deste estudo, é possível destacar o quanto as mulheres vítimas de violência conjugal são estigmatizadas no espaço em que se encontram inseridas e o quanto se faz necessário que as políticas públicas de enfrentamento possam ser articuladas de modo mais amplo. Faz-se necessário olhar e contribuir para que essas mulheres tenham possibilidades de empoderamento e que a sociedade como um todo possa contribuir com a erradicação da violência contra as mulheres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das mulheres em situação de rua e mulheres em situação de violência conjugal, foi possível concluir que os processos de estigmatização reforçam a discriminação e a opressão vivenciados por mulheres, independente dos contextos em que vivem, o que exige o investimento de suas capacidades em estratégias de enfrentamento e resistência.

No caso das mulheres, que têm a rua como referência, é possível perceber que elas trazem, em seus modos de vida, papéis sociais definidos por essa ordem patriarcal e os transferem para a rua, adaptando-os a um novo contexto. O jogo de opressões em que estão postas ultrapassa a condição de gênero e classe, a rua e seu modo de vida, são os marcadores dessa opressão. As estruturas opressivas sustentam padrões de dominação e funcionam de maneira a manter esse *status quo*. Essas mesmas estruturas são constitutivas e fundamentam a existência dos estigmas, dos preconceitos e das práticas discriminatórias dirigidas às mulheres. São expressões desse tipo de comportamento a falta de acesso ao trabalho digno, às políticas públicas, em especial a de saúde, e às relações familiares. Tais práticas são, ainda por cima, permeadas pelo olhar julgador da sociedade.

Destaca-se que o processo de estigmatização vivenciado por mulheres que sofrem violência conjugal e mantêm a relação social e afetiva com seus agressores, é marcado por situações de exclusão, discriminação e redução de apoio social, de modo que estas se tornam

desacreditadas. Há um forte tensionamento na culpabilização pela violência sofrida, pelo aprisionamento institucional do companheiro e a consequente produção de uma Folha Corrida que identificará a sua passagem pelo sistema prisional. Nesse contexto, também podem surgir sentimentos como a vergonha e a humilhação que provocam isolamento social, por terem vivenciado a violência e pela escolha de retornar o convívio afetivo com o agressor.

Dessa forma, destaca-se a necessidade da promoção e criação de estratégias mais eficazes, que visem a assegurar proteção e garantia de direitos a essas mulheres em diversos aspectos e dimensões, e que sejam articuladas por diferentes instituições, como o Estado, as Políticas Públicas e os Movimentos Sociais, com o intuito de fomentar potencialidades individuais e coletivas.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, H. M.; LA TAILLE, Y. Humilhação: o desrespeito no rebaixamento moral. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 59, n. 2, p. 217-231, 2007. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672007000200011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672007000200011). Acesso em: 25 mar. 2018.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a PSR e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 dez. 2009a, p. 16-17. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/820826/decreto-7053-09>. Acesso em: 26. nov. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília: MDS, 2009.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 mar. 2018.

BRASIL. *Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006*. Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei Maria da Penha). Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia\\_social/decreto/decreto\\_7053.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/decreto/decreto_7053.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2017.

DELFIN, L.; ALMEIDA, L. A. M.; IMBRIZI, J. M. A rua como palco: arte e (in)visibilidade social. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 29, e158583, p. 1-10, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100226&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100226&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 12 jul. 2018

ESTANISLAU, M. A.; XIMENES, V. M. Vivências de vergonha e humilhação: uma análise em contextos de pobreza. In: XIMENES, V. *et al. Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 121-148.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GUIMARÃES, R. C. S. *et al.* Impacto na autoestima de mulheres em situação de violência doméstica atendidas em Campina Grande, Brasil. *Revista Cuidarte*, Bucaramanga, v. 9, n. 1, p. 1988-1997, abr. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S2216\\_09732018000101988](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2216_09732018000101988)>. Acesso em: 2 maio 2018.

KUNZ, G. da S.; HECKERT, A. L.; CARVALHO, S. V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niteroi, v. 26, n. 3, set./dez. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922014000300919&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922014000300919&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 10 mar. 2018.

LA TAILLE, Y. Moralidade e violência: a questão da legitimação de atos violentos. *Temas em Psicologia*, v. 17, n. 2, p. 329-341, 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_)

abstract&pid=S1413-389X2009000200005&lng=pt&nrm=i. Acesso em: 22 mar. 2019.

LA TAILLE, Y. O sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 15, n. 1, p. 13-25, 2002.

LINK, B. G., PHELAN, J. C. Conceptualizing stigma. *Annual Review of Sociology*, v. 27, p. 363-85, 2001.

MACEDO, M. S. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n.53, p. 385-399, 2008. Disponível em: &lt;[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S010349792008000200013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010349792008000200013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)&gt;. Acesso em: 18 nov. 2018.

MARTIN-BARÓ, I. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARTÍN-BARÓ, I. El complejo de macho o el “machismo”. *Estudios Centroamericanos*, El Salvador, v. 23, n. 235, p. 38-42, 1968/1983.

MARTÍN-BARÓ, I. *Poder, ideologia y violència*. Madrid: Trotta, 2003.

MOURA JÚNIOR, J. F. *Pobreza multidimensional e bem estar pessoal: um estudo acerca da vergonha e da humilhação*. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MOURA JÚNIOR, J. F.; XIMENES, V. M. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 28, n. 1, p. 76-83, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v28n1/1984-0292-fractal-28-1-0076.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2018.

MOURA JÚNIOR, J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. *Revista de Psicologia*,

Santiago, v. 22, n. 2, p. 18-28. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/resumen.oa?id=26430690003>. Acesso em: 3 jan. 2019.

NEPOMUCENO, B. B.; SILVA, L. B.; XIMENES, V. M. Estratégias de enfrentamento à pobreza: uma análise a partir de estudos realizados com pessoas em sofrimento psíquico e prostitutas. In: XIMENES, V. et al. *Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 337-366.

PARKER, R. Interseções entre estigma, preconceito e discriminação na saúde pública mundial. In: MONTEIRO, S.; VILLELA, W. *Estigma e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. p. 25-46.

PINTO, R. M. P. *Fenômeno população em situação de rua à luz da questão social: percursos, vivências e estratégias em Maracanaú*. 2015. 215 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

RONZANI, T. M.; FURTADO, E. F. Estigma social sobre uso de álcool. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 59, n. 4, p. 326-332, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0047-20852010000400010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852010000400010). Acesso em: 30 nov. 2018.

ROSA, A. S.; BRÊTAS, A. C. P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. *Interface*, Botucatu. v. 19, n. 3, p. 275-285, 2015.

ROSADO, M. R. *Mujeres maltratadas, hombres matratadores: una perspectiva clínica y social*. Merida, México, 2012.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, jul./dez, p. 5-22, 1990. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/.../Gênero-Joan%20Scott.pd>. Acesso em: 24 out. 2016.

SILVA, B. B.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. *Revista da SPAGESP*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, p. 27-44, dez. 2014.

SIQUEIRA, R.; CARDOSO, H. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. *Imagonautas: Revista Interdisciplinaria sobre Imaginarios Sociales*, v. 1, n. 2, p. 92-113, 2011.

SOUZA, M. R. R. *et al.* Gênero, violência e viver na rua: vivências de mulheres que fazem uso problemático de drogas. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 1- 9, set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v37n3/0102-6933-rgenf-1983-144720160359876.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.

SPIASSI, A. L. *A violência como fator de vulnerabilidade para a saúde de mulheres usuárias de drogas do Centro do Município de São Paulo*. 2016. 168 f. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ZAVALETA, D. The ability to go about without shame: a proposal for internationally comparable indicators of shame and humiliation. *OPHI Working Paper*, n. 3, 2007. Disponível em: <https://ophi.org.uk/working-paper-number-03/>. Acesso em: 25 mar. 2019.

## ASPECTOS LEGAIS DO CRIME DE ESTUPRO E A CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA

*Mariana Gonçalves Farias  
Walberto Silva dos Santos  
Mariana Costa Biermann*

A violência contra a mulher e, em particular, a violência sexual, é um problema que afeta todos os continentes em maior ou menor medida e é responsável por uma gama de consequências para a sociedade e para as vítimas. Destaca-se que esse não é um fenômeno exclusivo de determinado grupo de mulheres, estando todas sujeitas a esse tipo de violência, independente da etnia, da classe social, da religião e da cultura (COMBRINCK, 2010; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2016).

Entretanto, durante muito tempo, as legislações acerca do crime de estupro ao redor do mundo dividiram as mulheres em determinadas categorias, negando-lhes proteção legal. Um exemplo de componentes legais discriminatórios das mulheres que vigoravam na América Latina era o artigo 315 do Código Penal do Paraguai. Esse artigo estabelecia penas mais severas para o estupro de mulheres casadas em comparação com aquele cometido contra mulheres solteiras (FRANK; HARDINGE; WOSICK-CORREA, 2009).

O casamento era visto como uma possibilidade de reconstituir a honra e a moral da vítima; com base nisso, o dano à mulher casada era considerado mais grave, pois não poderia ser compensado por meio do casamento entre vítima e agressor. Assim, a pena prevista para o estupro

de vítimas casadas poderia ser de quatro a oito anos, ao passo que a de vítimas solteiras poderia ser, apenas, de três a seis anos. Tal distinção permaneceu em vigor até 1989 (FRANK; HARDINGE; WOSICK-CORREA, 2009).

Nesse sentido, há pouco mais de 10 anos, o direito penal brasileiro conferia maior proteção legal às mulheres com o título de “honestas” (ALMEIDA, 2012). Conforme o Código Penal de 1890, a pena para o crime de estupro dependia da descrição da vítima. Quando a mulher fosse considerada “honesta”, a pena de prisão poderia variar de um a seis anos, já no caso de estupro de prostitutas, a pena era somente de seis meses a dois anos (VIEIRA, 2007).

Nesse período, a maioria dos processos de crimes sexuais destacava a “virgindade” e a “honestidade” das mulheres como fatores importantes no julgamento do crime. Tais características já eram observadas no direito da Roma Antiga, no qual o Código Penal brasileiro se baseia (CANELA, 2012). Para atestar essa chamada “honestidade”, eram avaliados elementos como a conduta moral da vítima, seu comportamento sexual e seu grau de vigilância pela família (VIEIRA, 2007). Atualmente, não há referência quanto à honestidade feminina na lei acerca do estupro, no entanto, tal expressão permaneceu vigente na legislação brasileira até 2005 em outros crimes de ordem sexual (CANELA, 2012).

A expressão “mulher honesta” permaneceu na redação dos artigos referentes aos crimes de posse sexual mediante fraude (art. 215) e de atentado violento ao pudor mediante fraude (art.216) (BRASIL, 2005) até a promulgação da Lei nº 11.106/05. A partir de tal reforma, as descrições se referiam apenas à violação de alguém do gênero feminino, sem mencionar qualquer distinção da vítima, tornando irrelevante para a qualificação do crime o estado civil, a virgindade, a profissão ou qualquer outra característica da vítima (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011).

O estupro é um dos crimes mais subnotificados no mundo. Para exemplificar, na América Latina, estima-se que apenas 5% dos casos sejam notificados à polícia. No Brasil, a implementação de centros de saúde e do Sistema de Informações de Agravos de Notificação contribuiu para o maior controle dos registros de violência sexual e

doméstica de vítimas atendidas nos serviços de saúde, contudo, a estimativa ainda é de que somente 10% dos casos são notificados no país (FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017). Além da subnotificação, outra marca dos crimes de estupro é a baixa taxa de julgamentos e condenações, ou seja, apenas uma pequena parcela dos casos é levada a julgamento, e um número ainda menor resulta em condenação (FILEBORN, 2011; MAROLLA; SCULLY, 2018).

O problema da subnotificação de casos de estupro apresenta raízes culturais, que também perpassam a construção das leis que tratam o crime, as quais, muitas vezes, contribuem para o silenciamento e a culpabilização das vítimas. O relatório de uma organização pela igualdade de direitos entre os gêneros (EQUALITY NOW, 2017) alerta que, em determinadas jurisdições – Afeganistão, Egito, Indonésia e Palestina – vítimas de violência sexual, quando não conseguem comprovar o estupro, podem, inclusive, sofrer com a acusação legal de fornicação, se forem solteiras, ou de adultério, se forem casadas. Tal possibilidade, muitas vezes, está prevista em lei ou é observada na prática judicial, prejudicando ainda mais a taxa de crimes sexuais reportados nesses países, uma vez que as vítimas se sentem coagidas a permanecer em silêncio, por medo de serem indiciadas.

Por sua vez, a culpabilização está presente no contexto judicial, mas também pode ser observada na sociedade em geral. Esse processo ocorre quando a vítima é responsabilizada total ou parcialmente pela agressão sexual sofrida e abrange a compreensão de que as escolhas da vítima, sobre o que ela veste, para onde e com quem ela vai, como ela se comporta, são elementos que conduzem a situação para aquele desfecho (WORKMAN; FREEBURG, 1999).

A culpabilização da vítima, frequentemente, está inserida no conceito de “segundo estupro” (BLUETT-BOYD; FILEBORN, 2014; FILEBORN, 2011). Esse termo considera que, além das consequências advindas da própria agressão, as vítimas ainda precisam lidar com situações em que são desvalorizadas, questionadas e culpabilizadas, o que caracteriza uma nova forma de vitimização.

A partir desse processo, a ocorrência do estupro é individualizada na figura da mulher, cabendo a ela evitar que o crime ocorra;

consequentemente, diminui a responsabilidade do agressor e esquiva o Estado de suas obrigações quanto à segurança da mulher. A culpabilização da vítima de estupro parece estar associada a um conjunto de crenças e valores difundidos e endossados pela sociedade. Com efeito, a cultura do estupro se apoia no controle da sexualidade feminina, sustentando normas tradicionais de gênero e criando uma rede de pensamentos conservadores, em que estereótipos acerca do crime de estupro são continuamente aceitos (HAYES; LORENZ; BELL, 2013). Tais estereótipos são responsáveis pela noção de que a vítima de estupro é alguém que não poderia evitar estar no local do estupro, não conhece o agressor e não podia lutar contra ele. Além de uma “vítima ideal”, também há estereótipos em torno das circunstâncias do crime e do “perpetrador ideal”, o qual, por sua vez, deve ser alguém perigoso, malvado e sem escrúpulos (HOCKETT *et al.*, 2016). Nesse sentido, qualquer caso que se distancie desse perfil não é considerado estupro ou é visto como falsa acusação.

Nessa direção, as legislações que regem os crimes de estupro tendem a apresentar em seus textos uma noção ideológica acerca do status da mulher na sociedade e, principalmente, do seu direito à liberdade sexual, os quais são aspectos importantes para a compreensão da culpabilização da vítima de estupro. Um largo número de reformas legislativas tem ocorrido por todo o mundo em resposta às reivindicações feministas em torno da forma como os sistemas legais definem o crime de estupro, do modo como tratam as vítimas e da natureza traumática do processo de julgamento (BLUETT-BOYD; FILEBORN, 2014; FILEBORN, 2011). O potencial simbólico da lei tem sido utilizado para promover o direito à autonomia sexual e para fortalecer o reconhecimento da mulher como um sujeito político (FENTON, 2010), uma vez que as leis existentes até então, em geral, serviam para reforçar os padrões de dominância heterossexual e o papel da mulher como alguém inferior, sexualmente passiva e como propriedade do Estado ou do marido (GANGOLI, 2016).

Uma das principais implicações das reformas legislativas ocorridas foi o reconhecimento de que o estupro não é um crime praticado contra a honra, e sim contra a dignidade humana e a liberdade sexual. A partir de 1990, diversos países da América Latina, como Argentina,

Chile e Colômbia, passaram a caracterizar o estupro como um ato de violência contra a pessoa humana, em vez de uma ofensa moral (EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY, 2018).

A classificação de um crime se refere ao bem jurídico tutelado pela lei, isto é, a que se dirige o principal dano causado em decorrência do ato praticado, indicando o que a lei compreende como o que é prejudicado, a partir daquele ato. Ela também fundamenta a justificativa da criminalização e da punição da conduta, ou seja, o dano pelo qual a pessoa que cometeu determinado crime deve ser julgada. Nesse sentido, é preciso observar que a compreensão do estupro como um crime que fere a moralidade pública despreza a autonomia sexual da vítima e a integridade do seu corpo como os principais danos causados pelo crime de estupro (EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY, 2018).

No Brasil, até a promulgação da Lei nº 12.015/09, o estupro inseria-se na seção de “Crimes contra os costumes”, considerando que os bens jurídicos a serem protegidos eram a honra e a moralidade da vítima e da família (CANELA, 2012). Com a Lei nº 12.015/09, o estupro passou a ser tipificado na categoria de “Crimes contra a dignidade sexual”. Essa mudança reflete a compreensão de que o domínio sobre o próprio corpo, a liberdade sexual e a integridade física de qualquer indivíduo devem ser assegurados e de que o crime de estupro viola tais direitos (NAZAR, 2011).

Uma das questões envolvidas na imprecisão das estatísticas mundiais acerca do estupro é a diversidade de definições existentes para o crime, o que leva a diferentes métodos de registro e nomeações da ocorrência (WILKINSON, 2016). O conteúdo das leis acerca do estupro, em boa parte do mundo, restringia o crime à penetração vaginal e, portanto, à violação feminina, pelo órgão sexual masculino, com o uso de força ou ameaça e com a presença de evidências de resistência no corpo da vítima. As atualizações nas definições do crime passaram a incluir qualquer tipo de penetração (oral, anal ou vaginal), com um órgão genital ou com qualquer objeto, independente do gênero da vítima (COWAN, 2010; WILKINSON, 2016).

No contexto brasileiro, na nova redação dada pela Lei nº 12.015/09, o crime de estupro passou a ser definido como “constranger

alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009, art. 213). Seguindo a mesma tendência de outras legislações internacionais, essa nova definição tanto possibilitou a ampliação do rol de vítimas, admitindo a violência sexual contra qualquer pessoa, como também incorporou à lei outros atos sexuais, além da penetração vaginal (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011).

Em relação ao uso de força, a maioria das jurisdições mundiais aboliu, ou alterou, dos seus códigos penais a exigência de evidências físicas de resistência por parte da vítima, passando a focar na ausência de consentimento e a considerar situações de coerção e de fraude. Entretanto, a premissa do uso da força no cometimento do ato sexual ainda vigora em diversas regiões, principalmente nos estados norte-americanos, mesmo que associado à ausência de consentimento. Como exemplos, podem ser citados os estados de Mississipi, Flórida, Nova York, Nevada, entre outros (SCHULHOFER, 2017; TRACY *et al.*, 2013). Mesmo nos estados que exigem apenas a ausência de consentimento para que se estabeleça a ocorrência do estupro, há uma variedade de interpretações acerca do que se configura como consentimento. Há aqueles que requerem uma comunicação verbal de protesto quanto à relação sexual para indicar o não consentimento (e.g., Nova Iorque); os que acreditam que, quando não há uma afirmação positiva de consentimento, deve-se assumir a ausência do mesmo (e.g., Wisconsin); e, por fim, os que tratam o silêncio e a resignação da vítima durante o ato sexual como um indicador que pode ser de consentimento ou de não consentimento, dependendo de outras circunstâncias do crime (e.g., Maine) (SCHULHOFER, 2017).

Os reflexos desse tipo de legislação podem ser observados no fato de que muitos indivíduos tendem a não acreditar em acusações de vítimas que não apresentam ou não relatam nenhum sinal de resistência, principalmente, nos casos de vítimas do gênero masculino (DAVIES; SMITH; ROGERS, 2009; VAN DER BRUGGEN; GRUBB, 2014). Com efeito, uma das características que compõem uma imagem de “vítima ideal” é a presença de sinais físicos de resistência; e já se sabe que a identificação com esse estereótipo resulta em níveis menores

de culpabilização da vítima (MASSER; LEE; MCKIMMIE, 2010). Em paralelo, qualquer ação que indique algum nível de resistência por parte da vítima, seja verbal ou física, tende a aumentar sua credibilidade, bem como diminuir sua culpabilidade e diminuir o nível em que as pessoas acreditam que ela obteve prazer com a relação sexual (ANGELONE; MITCHELL; GROSSI, 2014).

Um estudo mais recente encontrou que a presença de resistência do tipo verbal por parte da vítima já estava associada a níveis maiores de responsabilidade do agressor pelo estupro (ANGELONE; MITCHELL; SMITH, 2016). No entanto, quando se comparam os tipos de resistência, os participantes se mostram menos convencidos da ocorrência do estupro e da culpa do agressor quando a vítima reage apenas verbalmente do que quando ela resiste verbal e fisicamente (BLACK; MCCLOSKEY, 2013).

Apesar disso, Black e Gold (2008) sugerem que, quando uma mulher se comporta de modo agressivo frente ao seu agressor, ela é mais culpabilizada pela agressão, por violar os papéis tradicionais do gênero feminino. Nesse estudo, quando a vítima resistia verbal e fisicamente, os indivíduos recomendaram uma sentença de prisão mais curta para o agressor do que quando a resistência era apenas verbal.

Ainda há muita discussão em torno da dificuldade no estabelecimento da presença, ou não, de um consentimento, bem como acerca das situações que invalidam o consentimento, por exemplo, por meio do uso de fraude (CROWE, 2014; LARCOMBE *et al.*, 2016). Em alguns estados da Austrália, como o de Nova Gales do Sul, é preciso provar a ausência de consentimento e de motivos racionais que sustentem uma crença do réu no consentimento. Nesse sentido, evidências circunstanciais, a exemplo da roupa, do comportamento e do estilo de vida da vítima, podem ser utilizadas, durante o processo de julgamento, como possíveis provas de que o agressor foi conduzido a acreditar que a relação era consensual, ainda que essa crença não seja razoável (BRINDLEY; BURMAN, 2011). É crítica a abertura que esse tipo de legislação dá para a investigação em torno dos comportamentos da vítima, bem como do seu histórico de vida e de relacionamento, para comprovar que ela induziu o agressor a acreditar que havia consentimento (MCGLYNN,

2010). Assim, observa-se que a lei abre espaço para a possibilidade de que normas e estereótipos sociais influenciem na avaliação da razoabilidade, tanto por profissionais do direito quanto por pessoas da população em geral na posição de júri (SLEATH; BULL, 2017).

Tendo em vista a complexidade de situações que envolvem o estabelecimento de consentimento, no contexto australiano, tem sido considerada a inclusão da exigência de que ambos os envolvidos devem concordar explicitamente com a relação sexual por meio de um consentimento ativo. Tal mudança tem como objetivo pôr fim à noção de que a ausência de um “não” pode ser vista como consentimento. Em Nova Gales do Sul, considera-se, inclusive, adicionar à lei a exigência de um “sim entusiasmado”, podendo qualquer outro tipo de comportamento ser visto como ausência de consentimento. Essa alteração busca uma abordagem positiva de consentimento, garantindo que, em vez de se focar no lema de que “não é não”, colocando a responsabilidade de conter o ato sexual somente na vítima, a lei deve considerar que “sim é sim”, e qualquer coisa diferente disso deve ser considerada falta de consentimento, e que todos os envolvidos no ato, devem buscar a permissão para a relação sexual (BLUETT-BOYD; FILEBORN, 2014; LARCOMBE *et al.*, 2016).

No Brasil, o crime de estupro não se fundamenta, essencialmente, na ausência de consentimento. O elemento objetivo do crime consiste no ato de constranger, mediante violência ou grave ameaça outra pessoa a algum ato de natureza sexual (ALMEIDA, 2012). Dessa forma, infere-se a necessidade do uso da força física ou de violência psicológica, na figura de ameaças sérias, específicas que causem temor à vítima (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011). Não há, contudo, um consenso acerca dessa questão. Alguns juristas defendem que as evidências de resistência da vítima, como uma forma de expressar o uso de força ou de ameaça, devem ser notórias, uma vez que a ausência de resistência descaracteriza o crime de estupro, segundo a legislação brasileira (ALMEIDA, 2012). Já como elemento subjetivo, tem-se o dolo, ou seja, o ato deve ter como fim a satisfação de um desejo puramente sexual. Contudo, a maioria dos juristas acredita que esse elemento está sujeito à interpretação e prega que a razão pela qual se deu o ato é irrelevante

para o reconhecimento legal do estupro, podendo este ocorrer com a intenção de humilhar, difamar ou prejudicar a vítima (ALMEIDA, 2012).

No início da década de 1980, o esclarecimento do que se tratava como consentimento foi o principal objeto de luta de muitas agendas feministas no continente europeu (MCGLYNN, 2010). De fato, muitas conquistas foram obtidas: países como a Holanda adicionaram às leis acerca dos crimes sexuais listas específicas de situações em que o consentimento não deveria ser considerado, como em situações nas quais a vítima estava alcoolizada. Por outro lado, na Irlanda, até o ano passado, não havia uma definição legal para o termo consentimento, tornando difícil a tarefa de estabelecer sua ausência em casos que não demonstravam claramente a presença de coerção, ameaça, fraude ou incapacidade (LEAHY, 2014).

A maioria dos países europeus incluiu em suas leis situações que anulam o consentimento, por este ter sido dado, por exemplo, mediante coerção ou fraude. Não obstante, trata-se de questão que permanece sem solução. Há aqueles que defendem que todas as legislações deveriam desenvolver uma lista, buscando descrever o maior número possível de circunstâncias em que o consentimento se torna inválido, pois não é resultado de uma escolha livre das partes envolvidas. No entanto, outros acreditam que essa é uma atividade exaustiva que, efetivamente, trará poucos benefícios, pois a ocorrência de uma situação não prevista na lei pode ser tratada, erroneamente, como não coercitiva ou violenta. Para esse grupo, a lei deveria tratar dessa questão utilizando termos gerais e deixando para a interpretação do júri decidir se as circunstâncias analisadas impediram que o consentimento fosse dado de forma autêntica (SCHULHOFER, 2017).

Não se sabe ao certo qual das abordagens é a melhor, porém, cabe aos legisladores analisar tais questões em função não só do ponto de vista da justiça, mas também em função da proteção e da promoção do bem-estar das vítimas. Afinal, as leis que tratam do estupro não existem para funcionar como reguladoras do comportamento sexual, mas para proteger os indivíduos de uma conduta criminosa (TRACY *et al.*, 2013).

Outra importante conquista das reformas legislativas foi a criminalização do estupro conjugal em boa parte dos países ao redor mundo

(VENKATESH; RANDALL, 2017). Aplicava-se, nesse contexto, a premissa de que, a partir do contrato matrimonial, toda esposa havia dado consentimento prévio para qualquer relação sexual com o marido (SCHAFFRAN; WEINBERGER, 2011). Essa foi uma das alterações que gerou mais resistência e controvérsias. Entre os principais argumentos contrários à criminalização, encontrava-se a noção de que isso poderia reduzir a autoridade masculina e, conseqüentemente, prejudicar a instituição familiar; e que a acusação poderia ser utilizada como forma de vingança pelas mulheres contra os seus maridos (FEATHERSTONE, 2017).

Atualmente, em muitas legislações, qualquer laço familiar entre a vítima e o agressor funciona como agravante da pena (HANKS, 2015). Contudo, a imunidade dada aos cônjuges no que se refere à acusação de estupro permanece em vigor em países como a Nigéria e a Tanzânia. Na Nigéria, o estupro de esposas que já tenham atingido a puberdade pelos seus maridos não é considerado crime. Já na Tanzânia, a relação forçada entre marido e esposa só constitui crime de estupro se o casal estiver temporariamente separado (EQUALITY NOW, 2017).

Apesar de diversas legislações terem avançado, observa-se ainda a permanência de aspectos legais questionáveis, como a chamada *marry-your-rapist-law*. A partir disso, o estupro pode evitar um julgamento e, conseqüentemente, uma punição, caso aceite casar com a vítima. Apesar de tal sentença parecer absurda, a revogação dessa lei ocorreu tardiamente em países como o Brasil, em 2005, o Uruguai, em 2006, a Argentina, em 2012, e o Marrocos, apenas em 2014 (SENGUPTA, 2017). Um estudo, ao analisar a jurisdição de 82 países ao redor do mundo, identificou que essa determinação ainda permanece na lei de países como Iraque, Jordânia, Palestina, Filipinas, Tadjiquistão, Kuwait e Tunísia, sendo possível encontrar algumas lacunas legais que tornam tais casos possíveis também na Grécia e na Rússia (EQUALITY NOW, 2017).

A ocorrência e a gravidade de casos de estupro conjugal ainda são bastante subestimadas. Alguns estudos apontam que, nos casos de estupro por pessoas desconhecidas, a vítima tende a ser menos culpabilizada; ao passo que quanto mais próximo o agressor é da vítima, maior tende a ser a culpabilização (BIENECK; KRAHE, 2011; GRUBB;

HARROWER, 2008; VAN DER BRUGGEN; GRUBB, 2014). A agressão sexual entre cônjuges, muitas vezes, não é vista como forma de estupro, o que leva as vítimas desse tipo de agressão a serem constantemente desacreditadas e culpabilizadas (GRUBB; HARROWER, 2008). Além disso, mesmo que esse tipo de agressão seja visto como estupro, observa-se que, em casos de estupro por parceiros íntimos, as pessoas tendem a recomendar penas mais leves para o agressor (GEORGE; MARTÍNEZ, 2002).

Algumas medidas foram tomadas também visando a melhorar o tratamento das vítimas durante os julgamentos. Os Estados Unidos, por exemplo, buscaram restringir o uso de informações pessoais da vítima em tribunal, como o seu histórico sexual e o relacionamento anterior com o acusado. Em 1974, Michigan foi o primeiro estado a aprovar uma lei com esse direcionamento. Atualmente, todos os estados limitam a exposição de informação acerca das vítimas. No entanto, a proibição não é total, pois, em casos excepcionais, os juízes podem autorizar tal exposição (SCHULHOFER, 2017).

Nas legislações da Austrália e da África, podem-se encontrar decretos de que nenhuma dúvida acerca da veracidade do estupro poderia ser sustentada em função do lapso de tempo entre a ocorrência do estupro e o depoimento da vítima às autoridades. Em alguns casos, o júri deve ser alertado expressivamente de que a demora da vítima em reportar o caso não pode ser considerada indício de que a acusação de estupro é falsa, uma vez que existem razões inteiramente justificáveis para que a vítima hesite em expor a agressão (EASTEAL, 2011; VETTEN, 2011).

## CONCLUSÃO

Apesar da atualização das leis, as estatísticas mostram que o estupro ainda é um crime predominantemente praticado por homens contra mulheres, raramente reportado, e dificilmente leva a condenações. As reformas ao redor do mundo avançaram em inúmeras questões relacionadas aos crimes de estupro, entretanto, muitas legislações mantêm restrições arcaicas e discriminatórias que dificultam a

acusação (TRACY *et al.*, 2013). A necessidade de reformas ainda é evidente, principalmente no continente asiático e africano, onde ainda podem ser observadas legislações ultrapassadas em relação às novas configurações sociais, às conquistas sociais das mulheres e ao respeito dos direitos humanos.

A despeito das mudanças positivas alcançadas na forma como as vítimas de violência sexual são tratadas pelo sistema judicial, elas continuam enfrentando muitas barreiras durante a investigação e o julgamento do caso, como a exposição de informações pessoais, além de questionamentos acerca do próprio caráter e da veracidade da acusação (FILEBORN, 2011). Além disso, as vítimas também sofrem com sentimentos de vergonha, de culpa, de medo da rejeição social, fatores esses que contribuem para o seu silêncio, vulnerabilidade e marginalização.

Destaca-se que existe um vão enorme entre a criação de novas leis e a efetiva aplicação dessas leis (VAN DER BIJL; RUMMEY, 2009). Esse vão se torna ainda maior quando se considera a implicação em mudanças de paradigmas e estereótipos sociais. A alteração nas leis parece não ter mudado a forma como as pessoas percebem o estupro, uma vez que ainda se trata de um fenômeno cercado por crenças sociais que influenciam o modo como as pessoas percebem e tratam o agressor, a vítima e o próprio crime, muitas vezes, levando à culpabilização da vítima. Por isso, é extremamente importante a consideração dos contextos culturais e sociais para o desenvolvimento de intervenções que vão além da reforma legislativa, a qual se configura apenas como um dos primeiros passos para o enfrentamento da violência sexual (BLUETT-BOYD; FILEBORN, 2014).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Y. R. M. *A nova lei de combate aos crimes contra a liberdade sexual e a possibilidade de concurso material de crimes de estupro e atentado violento ao pudor após a sua vigência*. 2012. 66 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2012.

ANGELONE, D.; MITCHELL, D.; GROSSI, L. Men's perceptions of an acquaintance rape: the role of relationship length, victim resistance, and gender role attitudes. *Journal of Interpersonal Violence*, Washington, v. 30, n. 13, p. 2278-2303, 2014.

ANGELONE, D.; MITCHELL, D.; SMITH, D. The influence of gender ideology, victim resistance, and spiking a drink on acquaintance rape attributions. *Journal of Interpersonal Violence*, Washington, v. 33, n. 20, p. 3186-3210, 2016.

BIENECK, S.; KRAHÉ, B. Blaming the victim and exonerating the perpetrator in cases of rape and robbery: is there a double standard? *Journal of Interpersonal Violence*, Washington, v. 26, n. 9, p. 1785-1797, 2011.

BLACK, K.; GOLD, D. Gender differences and socioeconomic status biases in judgments about blame in date rape scenarios. *Violence and Victims*, Nova York, v. 23, n. 1, p. 115-128, 2008.

BLACK, K.; MCCLOSKEY, K. Predicting date rape perceptions: the effects of gender, gender role attitudes, and victim resistance. *Violence Against Women*, Kentucky, v. 19, n. 8, p. 949-967, 2013.

BLUETT-BOYD, N.; FILEBORN, B. Victim/survivor-focused justice responses and reforms to criminal court practice: implementation, current practice and future directions. *Australian Institute of Family Studies*, 2014. Disponível em: <https://aifs.gov.au/sites/default/files/publication-documents/rr27.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005. Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231 ao Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Casa Civil, Brasília, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm). Acesso em: 6 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940

– Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Casa Civil. Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm). Acesso em: 6 ago. 2018.

BRINDLEY, S.; BURMAN, M. Meeting the challenge? Responding to rape in Scotland. In: WESTMARLAND, N.; GANGOLI, G. *International approaches to rape*. Portland: The Policy Press, 2011. p. 147-169.

CANELA, K. C. *O estupro no direito romano*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

COMBRINCK, H. Rape law reform in Africa: ‘more of the same’ or new opportunities? In: MCGLYNN, C.; MUNRO, V. (ed.) *Rethinking rape law*. Nova York: Routledge, 2010. p. 122-136.

COWAN, S. All change or business as usual? Reforming the law of rape in Scotland. In: MCGLYNN, C.; MUNRO, V. (ed.) *Rethinking rape law*. Nova York: Routledge, 2010. p. 154-168.

CROWE, J. Fraud and consent in Australian rape law. *Criminal Law Journal*, Sidney, v. 38, p. 236-249, 2014.

DAVIES, M.; SMITH, R.; ROGERS, P. Police perceptions of rape as function of victim gender and sexuality. *The Police Journal*, Reino Unido, v. 82, n. 1, p. 4-12, 2009.

EASTEAL, P. Sexual assault law in Australia: contextual challenges and changes. In: WESTMARLAND, N.; GANGOLI, G. (ed.). *International approaches to rape*. Portland: The Policy Press, 2011. p. 13-35.

EQUALITY NOW. *The world's shame: the global rape epidemic*. 2017. Disponível em: [https://www.equalitynow.org/the\\_world\\_s\\_shame\\_the\\_global\\_rape\\_epidemic\\_how\\_laws\\_around\\_the\\_world\\_are\\_failing\\_to\\_protect\\_women\\_and\\_girls\\_from\\_sexual\\_violence?locale=en](https://www.equalitynow.org/the_world_s_shame_the_global_rape_epidemic_how_laws_around_the_world_are_failing_to_protect_women_and_girls_from_sexual_violence?locale=en). Acesso em: 6 ago. 2018.

EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY. *Literature and Legislation*. Disponível em: <http://eige.europa.eu/gender-based-violence/literature-and-legislation>. Acesso em: 6 ago. 2018.

FEATHERSTONE, L. 'That's what being a woman is for': opposition to marital rape law reform in late twentieth-century Australia. *Gender & History*, Glasgow, v. 29, n. 1, p. 87-103, 2017.

FENTON, R. A. Rape in Italian law: towards the recognition of sexual autonomy. In: MCGLYNN, C.; MUNRO, V. (ed.) *Rethinking rape law*. Nova York: Routledge, 2010. p. 183-196.

FILEBORN, B. *Sexual assault laws in Australia*. Melbourne: Australian Institute of Family Studies, 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Crimes contra a dignidade sexual*. 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/estatisticas/tableau-dignidade/>. Acesso em: 6 ago. 2018.

FRANK, D. J.; HARDINGE, T.; WOSICK-CORREA, K. The global dimensions of rape-law reform: a cross-national study of policy outcomes. *American Sociological Review*, Los Angeles, v. 74, n. 2, p. 272-290, 2009.

GANGOLI, G. *Indian feminisms: law, patriarchies and violence in India*. Londres: Routledge, 2016.

GEORGE, W.; MARTÍNEZ, L. Victim blaming in rape: effects of victim and perpetrator race, type of rape, and participant racism. *Psychology of Women Quarterly*, Estados Unidos, v. 26, n. 2, p. 110-119, 2002.

GRUBB, A.; HARROWER, J. Attribution of blame in cases of rape: an analysis of participant gender, type of rape and perceived similarity to the victim. *Aggression and Violent Behavior*, Florida, v. 13, n. 5, p. 396-405, 2008.

HANKS, L. *Impact of legislative gender quotas on gender violence legislation in Latin America*. Tese. University of Vermont, Estados Unidos, 2015.

HAYES, R.; LORENZ, K.; BELL, K. Victim blaming others: rape myth acceptance and the just world belief. *Feminist Criminology*, Estados Unidos, v. 8, n. 3, p. 202-220, 2013.

HOCKETT, J. *et al.* Rape myth consistency and gender differences in perceiving rape victims: a meta-analysis. *Violence Against Women*, Kentucky, v. 22, n. 2, p. 139-167, 2016.

LARCOMBE, W. *et al.* 'I think it's rape and I think he would be found not guilty' focus group perceptions of (un) reasonable belief in consent in rape law. *Social & Legal Studies*, Reino Unido, v. 25, n. 5, p. 611-629, 2016.

LEAHY, S. Reform of Irish rape law: the need for a legislative definition of consent. *Common Law World Review*, Bristol, v. 43, n. 3, p. 231-263, 2014.

MAROLLA, J.; SCULLY, D. Riding the bull at Gilley's: convicted rapists describe the rewards of rape. In: SEARLES, P. *Rape and society*. Londres: Routledge, 2018. p. 58-73.

MASSER, B.; LEE, K.; MCKIMMIE, B. Bad woman, bad victim? Disentangling the effects of victim stereotypicality, gender stereotypicality and benevolent sexism on acquaintance rape victim blame. *Sex Roles*, Nova York, v. 62, n. 7-8, p. 494-504, 2010.

MCGLYNN, C. Feminist activism and rape law reform in England and Wales: a sisyphian struggle. In: MCGLYNN, C.; MUNRO, V. (ed.). *Rethinking rape law*. Nova York: Routledge, 2010. p. 139-153.

NAZAR, L. M. *O novo crime de estupro em seus principais aspectos penais*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, G. M.; RODRIGUES, T. M. A nova lei de combate aos crimes contra a liberdade sexual: uma análise acerca das modificações trazidas ao crime de estupro. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, n. 88, 2011.

SCHAFFRAN, L. H.; WEINBERG, J. Impressive progress alongside persistent problems: rape law, policy and practice in the United States.

In: WESTMARLAND, N.; GANGOLI, G. *International approaches to rape*. Portland: The Policy Press, 2011. p. 193-227.

SCHULHOFER, S. Reforming the law of rape. *Law & Inequality*, Minnesota, v. 35, p. 335, 2017.

SENGUPTA, S. One by one, marry-your-rapist laws are falling in the Middle East. *The New York Times*, 22 jul. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/07/22/world/middleeast/marry-your-rapist-laws-middle-east.html>. Acesso em: 6 ago. 2018.

SLEATH, E.; BULL, R. Police perceptions of rape victims and the impact on case decision making: a systematic review. *Aggression and Violent Behavior*, Florida, v. 34, 2017. p. 102-112.

TRACY, C. *et al.* Rape and sexual assault in the legal system. *National Research Council of the National Academies Panel on Measuring Rape and Sexual Assault in the Bureau of Justice Statistics Household Surveys Committee on National Statistics*, 2013. Disponível em: [http://jpp.whs.mil/Public/docs/04-Meetings/sub-20150507/03\\_Rape\\_SexAsslt\\_LegalSystem\\_WLP\\_AEQuitas\\_20120605.pdf](http://jpp.whs.mil/Public/docs/04-Meetings/sub-20150507/03_Rape_SexAsslt_LegalSystem_WLP_AEQuitas_20120605.pdf) United States Conference of Catholic. Acesso em: 6 ago. 2018.

VAN DER BRUGGEN, M.; GRUBB, A. A review of the literature relating to rape victim blaming: an analysis of the impact of observer and victim characteristics on attribution of blame in rape cases. *Aggression and Violent Behavior*, v. 19, n. 5, p. 523-531, 2014.

VAN DER BIJL, C.; RUMNEY, P. Attitudes, rape and law reform in South Africa. *The Journal of Criminal Law*, Reino Unido, v. 73, n. 5, p. 414-429, 2009.

VENKATESH, V.; RANDALL, M. Normative and international human rights law imperatives for criminalizing intimate partner sexual violence: the marital rape impunity in comparative and historical perspective. In: RANDALL, M.; KOSHAN, J.; NYAUNDI, P. (ed.). *The right to say no: marital rape and law reform in Canada, Ghana, Kenya and Malawi*. Londres: Bloomsbury, 2017.

VETTEN, L. Paradox and policy: addressing rape in post-apartheid South Africa. In: WESTMARLAND, N.; GANGOLI, G. *International approaches to rape*. Portland: The Policy Press, 2011. p. 193-228.

VIEIRA, M. S. Concepções de violência sexual e direitos das mulheres: do “defloramento” ao “estupro”. *Cadernos do LEPAARQ -Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, Pelotas, v. 4, n. 7/8, 2007.

WILKINSON, K. *Rape statistics in South Africa*. 2016. Disponível em: <https://africacheck.org/factsheets/guide-rape-statistics-in-south-africa/>. Acesso em: 6 ago. 2018.

WORKMAN, J.; FREEBURG, E. An examination of date rape, victim dress, and perceiver variables within the context of attribution theory. *Sex Roles*, Nova York, v. 41, n. 3/4, p. 261-277, 1999.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global plan of action to strengthen the role of the health system within a national multisectoral response to address interpersonal violence, in particular against women and girls, and against children*. 2016. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/252276/?sequence=1>. Acesso em: 6 ago. 2017.

# INTERSECCIONALIDADE COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA: ARTICULAÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E POBREZA

*James Ferreira Moura Jr*  
*Vilkiane Natércia Malherme Barbosa*  
*Antonio Ailton de Sousa Lima*  
*Francileuda Farrapo Portela e Vasconcelos*  
*Tássia Oliveira Ramos*

## INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenômeno histórico a serviço da manutenção da desigualdade social (MARTÍN-BARÓ, 1983). Ela teve seu aumento em escala mundial com o crescimento do capitalismo na estrutura do poder e da distribuição de recursos. Após as duas Grandes Guerras no século XX, houve uma relação entre índices de pobreza e crescimento econômico no Terceiro Mundo impactando em condições de vida desiguais. A pobreza coloca-se então como privação de um conjunto de necessidades básicas (SILVA, 2002).

A pobreza considerada a partir somente da dimensão monetária é caracterizada por uma perspectiva unidimensional. Para definição da pobreza, apresentam-se as estratégias de identificação unidimensionais absoluta, relativa, administrativa e subjetiva. A estratégia absoluta é uma referência criada pelo Banco Mundial a partir do cálculo do valor médio da linha de pobreza de países com a conversão da moeda local em dólares,

situando-se na faixa de pobreza quem não ganha \$5,5 dólares por dia, o que equivale aproximadamente a R\$ 406 por mês (IBGE, 2018). Já a estratégia relativa pensa num padrão de pobreza a partir do consumo médio de uma sociedade ou grupo local. Por não dar credibilidade às perspectivas absoluta e relativa, a estratégia administrativa utiliza variadas referências para distribuição de recursos governamentais, como receber menos de R\$ 89 para ter acesso ao programa Bolsa Família ou receber um quarto do salário mínimo para ter acesso ao Benefício Prestação Continuada do Ministério da Previdência Social.

Estabelecer a deficiência de renda como indicador de pobreza é uma perspectiva limitada para a compreensão dessa situação enquanto fenômeno histórico e psicossocial. Para realizar um processo de compreensão mais amplo, é necessário adotar perspectivas multidimensionais da pobreza, que originaram discussões potencializadas a partir de 1970. No entanto, o indivíduo em condições de pobreza também lida com dimensões ideológicas de culpabilização, criminalização e estigmatização da sua situação, podendo causar sofrimento, conformismo, indignação, revolta e resistência (CIDADE; MOURA JÚNIOR; XIMENES, 2012; GÓIS, 2008).

Segundo Amartya Sen (2000), ganhador do prêmio Nobel de economia em 1998, a pobreza necessita ser analisada por uma visão mais abrangente e contextualizada por meio da Abordagem das Capacitações. É necessário identificar as condições de sujeitos e grupos a partir de categorias como igualdade de gênero, acesso a saúde, educação, esporte e lazer; inclusão em políticas de geração de emprego e renda; garantia de direitos básicos, segurança, liberdade civil, liberdade política, liberdade básica de sobrevivência, compreendendo as questões históricas, políticas, ideológicas e psicológicas de sua constituição (MOURA JÚNIOR *et al.*, 2014). A Abordagem das Capacitações preza por liberdades instrumentais cruciais como oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora (SEN, 2000). Portanto, essa concepção ampliada da pobreza fornece as possibilidades de entender e enfrentar as privações vinculadas à raça e ao gênero.

Pensar em estratégias de expansão da liberdade na condição de vida das pessoas passa pela elaboração de medidas avaliativas para a

promoção de políticas públicas, na busca por compreender que há indivíduos e grupos que necessitam de ações específicas por estarem em situação de maior adversidade. A partir dessas medidas, buscam-se estratégias processuais e multidimensionais, otimizando o que a pessoa pode ser em diferentes dimensões de sua vida em prol de seu bem-estar (MOURA JÚNIOR *et al.*, 2014).

Ainda, considera-se que o fenômeno da pobreza também tem produções psicossociais peculiares. A capacidade de enfrentamento em situações de vida adversas é enfraquecida por comportamentos, ideias e sentimentos reforçadores da submissão, alienação e resignação de sua condição. Estar em condição de pobreza conduz a ações, sentimentos e significações relacionados às privações vividas, sendo necessária a compreensão histórica sobre os processos de manutenção da desigualdade social que se vincula à produção da pobreza. Dessa maneira, deve-se partir da abordagem das capacitações para ampliar um conhecimento crítico de combate a essa situação a partir também de suas raízes ideológicas (NEPOMUCENO *et al.*, 2017). Assim, essa matriz de dominação ideológica e colonial subalterniza o gênero feminino, a população negra e, de forma mais intensa, as mulheres negras em situação de pobreza (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Para fomentar estratégias de enfrentamento da pobreza e suas intersecções, é preciso avançar na compreensão dos indivíduos inseridos num dado contexto social atravessado por marcadores interseccionais que promovem maior conhecimento de suas necessidades e potencialidades. Não se pode discutir a pobreza sem uma compreensão interseccional, pois as pessoas inseridas nessa situação são atravessadas por outros marcadores históricos e estigmatizadores ideológicos. Dessa maneira, o prisma interseccional é essencial para seguir em uma compreensão aprofundada, ampliada e crítica da pobreza.

## **Interseccionalidade como prisma de análise da pobreza e suas intersecções**

Embora não se trate, nestas linhas, de uma ampla historicização do conceito de interseccionalidade, é importante contextualizar a origem

do termo. Segundo Brah e Phoenix (2004), a perspectiva interseccional surge como uma preocupação feminista negra histórica, mas o termo foi cunhado apenas em 1989 por Kimberlé Crenshaw (1991). Essa ativista negra estadunidense propõe a interseção de marcadores sociais, ampliando o enfoque para além das opressões sexuais e tornando nítidas as desigualdades advindas do racismo, da cultura heterossexual e da estratificação da sociedade em classes. Essa perspectiva pode ser entendida como um movimento social, um prisma teórico-metodológico e uma denúncia das violências invisíveis (CARBADO *et al.*, 2013).

Interseccionalidade, como proposta por Crenshaw (2002), vincula-se à compreensão dinâmica da estruturação social, discutindo e buscando explicar a constituição das identidades a partir da inter-relação entre normas, valores, discursos e ideologias. Dessa forma, operar de modo interseccional consiste em analisar as consequências estruturais resultantes da relação entre pelo menos dois desses eixos de subordinação. Para Rodrigues (2013), a interseccionalidade permite olhar o estar no mundo evitando os riscos do “reducionismo de um princípio unificador comum, sem, contudo, resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão” (RODRIGUES, 2013, p. 6).

Assim, operar interseccionalmente é tomar uma categoria e compreendê-la articulada a outras. É a partir disso que, de acordo com Pocahy (2011, p. 28), podemos conceber a interseccionalidade como “[...] um modo de problematizar o que nos faz humanos ou não”. Butler (2003, p. 20), por exemplo, afirma que “o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades [...] [e] se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”.

Interseccionalidade é um conceito, um procedimento de pesquisa e, principalmente, um *ethos*. “A proposta de trabalho com essas categorias [interseccionalidade, categorias de articulação] é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades” (PISCITELLI, 2008, p. 266). Desse modo, a interseccionalidade também pode ser a proposição de um potente método

para as investigações sociais e para a compreensão da realidade, uma vez que parte de marcadores identitários eminentemente interseccionais (NOGUEIRA, 2017), e balizadores dos processos subjetivos. Dessa maneira, elegem-se as interseções da pobreza com o gênero e com a raça para maior aprofundamento dessa perspectiva interseccional.

## **Interseções entre gênero e pobreza**

Segundo Santos *et al.* (2016), os estudos com as temáticas de gênero, especialmente no campo da Psicologia Social, têm apresentado de maneira mais evidente essa categoria multidimensional de análise a partir de três possibilidades: a primeira apresenta as vivências de homens e mulheres (sem fazer referência a gênero); a segunda apresenta gênero como uma construção social, a partir de estudos comparativos entre as diferenças entre homens e mulheres, sem levar em consideração as relações de poder; e a terceira maneira apresenta gênero a partir de uma análise que reconhece as relações de poder e as condições sociais, especialmente considerando que temos uma organização social classista, patriarcal, machista e racista, produtora de situações de desigualdades mais opressoras em relação às mulheres negras e periféricas.

Essa última perspectiva de abordar gênero favorece uma ampla compreensão crítica das desigualdades que marcam as trajetórias das mulheres. Quando as análises pontuam as questões de gênero, somente e/ou majoritariamente, por um viés que não leva em consideração as relações de poder, as possibilidades de uma análise crítica e interseccional do fenômeno tende a invisibilizar as estruturas macro e microsociais cerceadas de opressões, como também as desigualdades vivenciadas por mulheres negras em situação de pobreza. Por outro lado, quando as análises são constituídas a partir do reconhecimento dessas estruturas produtoras de desigualdades sociais, é possível o reconhecimento das estratégias de opressão vividas, como também a proposição de estratégias de enfrentamento dessas mazelas sociais. Tais enfrentamentos tornam-se possíveis à medida que há um processo de conscientização e empoderamento das pessoas colocadas nesses lugares subalternos (CASTRO *et al.*, 2017). No mesmo sentido, funciona a inserção pelas políticas públicas, especialmente as afirmativas.

Isto evidencia o gênero para além de uma questão biologicista, pois o reconhece como categoria analítica capaz de produzir privilégios e opressões (SANTOS *et al.*, 2016).

Matos (2008) também pontua sobre essa diversidade de abordagens da categoria gênero. Segundo a autora, é importante apresentar essa categoria a partir de um caráter político e emancipatório, de viés feminista, e não apenas como um conceito útil para abarcar outras teorias, como uma questão apartada e/ou um elemento somatório para embasar estudos. Dessa forma, a condição de mulher, (e em suas mais diversas expressões de ser e de sexualidades) é perpassada por uma estrutura social, econômica, histórica e cultural que a delimita em lugar de desigualdade frente ao gênero masculino. Segundo a CEPAL (2016), é necessário reconhecer que as desigualdades de gênero afetam de diferentes formas mulheres e homens e que as estatísticas, em relação às condições de pobreza, têm sido falhas ao partir do pressuposto de que a distribuição da renda dentro dos domicílios é igualitária e ao desconsiderar o valor do trabalho não remunerado.

Corroborando isto, a Comisión Económica para a América Latina y Caribe (2017) revela em seus dados sobre a América Latina que as mulheres tendem a receber menos do que os homens, mesmo ocupando o mesmo cargo e/ou emprego. Elas tendem também a ser mais vulneráveis às instabilidades das relações conjugais, pois, em casos de divórcio ou viuvez, acabam tendo mais dificuldades de se manterem financeiramente do que os homens. Outras diferenças encontram-se na própria carga horária de trabalho. As mulheres, por vezes, possuem duplas e/ou triplas jornadas de trabalho (GONZAGA, 2015). Geralmente tendem a assumir as funções domésticas, a responsabilidade pelo cuidado de filhas(os), enquanto os homens gastam menos de um terço do tempo em trabalhos não remunerados (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE, 2017). Dessa forma, as mulheres têm sido subalternizadas dentro dessa organização social patriarcal, machista, classista e racista (MAYORGA, 2014). Assim, tomar o gênero como categoria de análise em contextos de desigualdades sociais e pobreza possibilita que se compreendam as vivências e representações sociais que as mulheres experimentam dentro dessa estrutura opressora. Possibilita-se, assim, o reconhecimento das estratégias de resistências aos efeitos dessas opressões em suas vidas, que as levam a

forjar transformações nessas relações de poder, a partir da possibilidade de um crescente protagonismo social feminino (DINIZ, MAYORGA, 2018).

Esses movimentos de resistências, segundo Macedo (2008), são relevantes para que se reconheça que, embora o classismo, o patriarcado, o racismo e o machismo sejam formas de poder estruturantes da nossa organização societária, não são impermeáveis. Políticas Públicas de transferência de renda, como o Bolsa Família, têm produzido mudanças nesse cenário, ainda que não tão profundas (GONZAGA, 2015). Isto se tornou possível, porque as mulheres têm sido as principais beneficiárias dessas políticas, o que tem ajudado em seu processo de legitimação, enquanto chefes de família, aliás, um papel social, a partir dessas estruturas patriarcais e machistas, tradicionalmente, exercido apenas por homens (MACEDO, 2008). Essas estruturas opressoras têm efeitos tão perversos para as mulheres, que inclusive deslegitimam as configurações familiares com figuras masculinas ausentes, pois não as reconhecem como família (GONZAGA, 2015). Ocorre, então, um processo perverso que favorece uma série de vulnerabilidades e violências contra as mulheres. De tal forma, é difícil produzir uma análise de situações de pobreza que não atravessem as condições de gênero (DINIZ, MAYORGA, 2018).

Dessa maneira, podemos considerar que analisar a relação entre gênero (especialmente o feminino) e a pobreza é crucial para o desenvolvimento de uma práxis voltada para a transformação social e o afrontamento das pobreza e discriminações, assim como a produção de novos possíveis e de resistências. Contudo, é importante situar que apenas a análise desses dois marcadores não é suficiente para desvelar esses processos. Se considerarmos outros marcadores como a raça, perceberemos que a interseção entre eles afeta de diferentes maneiras as trajetórias das pessoas. É notório que as situações de opressões que as mulheres sofrem em situações de pobreza se tornam ainda mais violentas e desiguais quando as mulheres envolvidas são negras.

## **Interseções entre raça e pobreza**

Primeiramente, aborda-se a raça a partir de um parâmetro sociológico. Guimarães (2009) discorre que se trata de um conceito não

atrelado às diferenças fenotípicas, intelectuais, nem diretamente às diferenças biológicas, mas a partir de construções socioculturais e condicionantes ambientais. Baseado no mito da democracia racial, o Brasil foi estruturado ideologicamente a partir de uma cultura branca, eurocêntrica e totalmente privilegiada baseada na estigmatização da população negra. Esses privilégios advêm daqueles/daquelas colocados/as em situação de subalternidade e de trabalho escravo em prol da manutenção de uma minoria (AZEVEDO, 1996).

Essas estruturas desiguais mantêm-se, porque a sociedade brasileira ainda porta marcas da escravatura e de um período colonial constituintes da colonialidade. Quijano (2009) menciona que a sociedade moderna constitui-se a partir dessa colonialidade que se reflete nas estruturas de dominação e exploração de um grupo sobre outro, controlando e regulando as autoridades políticas e os recursos de produção. Essas relações estabelecem-se e se justificam ideologicamente a partir de fatores racializados levando à exclusão dos sujeitos não brancos.

As conjunturas políticas, econômicas e culturais contribuíram para que aqueles indivíduos ficassem imersos em um estado de anulação, desencadeando condições de vulnerabilidade e privações sociais em um racismo estrutural (ALMEIDA, 2018). Percebe-se o cruzamento entre raça e classe que condiciona esses sujeitos a serem criminalizados e marginalizados pela sociedade, gerando hierarquias, modos de vida e formas trabalho. Munanga (2017, p. 33) acrescenta que o racismo é um fenômeno presente em diversas sociedades contemporâneas, latente na cultura, nas instituições e no cotidiano das relações entre seres humanos. Ou seja, o racismo opera como uma estrutura que afeta a dinâmica da sociedade brasileira em todas as dimensões e assim constitui as formas de existência e resistência em meio a contextos de opressão.

Lima e Vala (2004) dissertam que o racismo se manifesta e se expressa de diferentes formas definidas a partir de normas sociais instauradas pelo contexto. Os autores pontuam que existem diversas expressões do racismo (racismo moderno, racismo simbólico, racismo aversivo, racismo ambivalente, racismo cordial ou ainda o preconceito sutil, entre outras). São expressões que se transformam e transmutam

em expressões de violência, surgindo a necessidade de compreender essas expressões por uma ótica interseccional. No Brasil, segundo Síntese de Indicadores Sociais realizada pelo IBGE (2018) cerca de 46,7% populações se autodeclararam pardos, e 8,2% da população brasileira se declaram negros. Ou seja, são sujeitos não brancos, cuja soma compõe mais da metade de toda a população brasileira. Campos (2013, p. 84) discorre que as categorias de pardo e negro são entendidas como não brancos, acarretando para os sujeitos que assim se declaram diferenciação de chances de vida frente à população branca.

Guimarães (2009, p. 127) aponta que, no Brasil, a cor ainda é associada a classe social, sendo estabelecidas visões verticais em torno de determinado grupo social e suas características. Instaurou-se uma hierarquia social fundada no preconceito de cor e de classe social. Convertido em números segundo o último levantamento realizado pela Agência IBGE Notícia com a Síntese de Indicadores sociais, no ano de 2017, a pobreza no Brasil atinge cerca de 54,8 milhões de pessoas em condições mínimas, estando divididos em situações de pobreza e de extrema pobreza. Os dados também apontam que o grupo em maior situação de vulnerabilidade são as mulheres pretas e pardas, computando 64,4%. Elas estavam abaixo da faixa de renda que tange o valor de R\$ 406 reais mensais (RENAUX, 2018).

Relacionar raça e classe social é pontuar experiências interseccionais, em que o indivíduo é alvo de discriminação e opressão. No entanto, essas violências podem ser mais intensas quando se trata de mulheres negras. Djamila Ribeiro (2017) disserta que a mulher negra é pensada a partir do homem e não de si, ou seja, ela se torna o outro do outro. E, quando inseridas em contexto de pobreza “[...] as mulheres negras ocupam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da raça e do gênero, o chamado terceiro espaço, um tipo de vácuo de apagamento e contradição em um mundo polarizado em negros de um lado e mulheres de outro” (KILOMBA, 2012, p. 56).

A interseccionalidade é a ferramenta para compreender as desigualdades e como elas se estruturam frente às questões de raça e de gênero atravessadas pelo marcador de classe social. Dessa forma, devem-se desenvolver estratégias que possam contribuir a partir das ações

de caráter interdisciplinar e interseccional para aqueles/as excluídos/as por questões raciais, de gênero e de classe social.

### **Estratégias metodológicas interseccionais para lidar com a articulação pobreza, gênero e raça**

Henning (2015) aponta que a interseccionalidade geralmente está baseada na articulação raça, classe e gênero, indicando que há um lugar comum nos modos de produzir investigações com a articulação desses três marcadores. No entanto, pelo menos em pesquisas em Psicologia Social, como indica Grzanka (2018), há uma invisibilização das questões raciais de um modo geral. Quando se tem um enfoque feminista, pode haver uma tendência de abordar uma compreensão de mulher de maneira não racializada e não periférica.

Dessa maneira, é necessário avançar nas estratégias de investigação com uma mirada realmente interseccional para o entendimento dessas dinâmicas de opressão e de resistências feministas e antirracistas em contextos de pobreza. Como proposta inicial, aponta-se a reflexividade como central na investigação. Denzin e Lincoln (2006) concebem a reflexividade como o constante autoquestionamento do/a pesquisador/a sobre seu lugar na pesquisa. Deve haver uma nitidez sobre a postura do/a investigador/a desde a escolha do tema, da estrutura metodológica, da produção do campo de pesquisa, das análises produzidas e da devolutiva planejada. No entanto, compreende-se que essa reflexividade deve também evidenciar os marcadores de que o/a pesquisador/a é constituído/a. Grzanka (2018) deslinda que a Psicologia, de maneira geral, tende a ser em sua maioria de classe média branca, composta por mulheres e homens gays. Dessa maneira, esses marcadores de classe, branquitude, gênero e sexualidade poderiam ser apresentados como construção desse lugar do/a pesquisador/a. No entanto, não é somente apresentar os marcadores. De acordo com as metodologias feministas (CHANTLER; BURNS, 2015) e com a Teoria Crítica da Raça (PARKER; ROBERTS, 2015), também se podem apresentar as experiências que os/as pesquisadores/as passaram vinculados/as aos temas investigados. Dessa maneira, constrói-se um panorama de aproximações

e de articulações dos diferentes marcadores sociais na construção da investigação em contextos de pobreza.

Além disso, deve-se também indicar a posição política da pesquisa, caso esteja focada em uma pretensa neutralidade científica ou em uma perspectiva emancipatória (DENZIN; LINCOLN, 2006). Como comentado anteriormente, a sociedade constitui-se de uma estrutura racista e patriarcal que promove uma série de violências e de silenciamentos históricos contra as classes mais pobres, as mulheres, as populações negra e indígena e suas interseções. No entanto, concebe-se que as universidades e a própria ciência, a partir da racionalidade científica, são instituições que reproduzem e mantêm essa estrutura desigual (CASTRO-GOMEZ, 2007). Portanto, deve-se apresentar um padrão normativo e crítico de denúncia contra essa colonialidade e essas construções ideológicas de hierarquias a partir do posicionamento nítido da pesquisa frente às desigualdades identitárias (ALCOFF, 2016).

Igualmente, deve-se basear esse padrão normativo na construção de uma ética da convivência das diferenças que não subjuguem umas às outras. Nesse sentido, essas pesquisas com caráter interseccional também devem ser constituídas de prazer e de afeto. O pesquisador/a precisa afetar-se de maneira positiva pelos temas, campos de pesquisa e participantes. Bell Hooks (2013) indica que o afeto é revolucionário e deve fazer parte do processo de produção do conhecimento, pois deve ser uma ferramenta de resistência contra o processo de desumanização que a racionalidade científica propõe-se a promover a partir de uma estrutura racista, patriarcal e classista da sociedade.

Nesse sentido, a estrutura de pesquisa é inicialmente concebida de certo modo, mas também se baseia na constante reflexividade e afeto no processo de desenvolvimento da investigação. E pesquisas com o enfoque interseccional e crítico devem estar abertas para se tornarem ações. Ou seja, a Pesquisa Ação deve estar no horizonte do/a pesquisador/a, pois os temas de investigação baseiam-se em uma necessidade de mudança de determinado contexto, cultura e grupo que possam estar estruturados de maneira desigual e histórica. Deve-se recordar que a própria Pesquisa Ação se desenvolve de forma intensa nas lutas feministas, antirracistas e pós-coloniais (NOFFKE; ROBERTS, 2015).

Dessa forma, essa maneira de fazer pesquisa tem, em sua origem, as bases da perspectiva interseccional. Além disso, a Pesquisa Ação pode-se tornar uma Pesquisa Ação Participante em que o/a pesquisador/a junta-se aos/às participantes que podem se tornar também novos/as investigadores/as em um processo colaborativo (FALS BORDA, 2000). E, como Carbado *et al.* (2013) apontam, a perspectiva interseccional pode ser entendida como uma ação, um movimento social, uma denúncia e uma visibilidade de violências.

E também deve-se escolher quais marcadores de diferença são postos em evidência e articulados em uma investigação interseccional. Henning (2015) aponta que essa escolha não se deve ater às violências, mas também pode explicitar processos de resistência, ou, como o autor indica, “agências interseccionais” dos/as participantes. Grzanka (2018) informa que essa escolha pode ocorrer com uma aproximação do campo de pesquisa ou pode surgir dos próprios resultados de investigação. Em uma perspectiva qualitativa, pode-se escolher de forma mais evidente essas identidades interseccionais, devendo o/a pesquisador/a fazer essa escolha antes de iniciar o campo de pesquisa a partir de um ponto de vista feminista antirracista. Podem-se utilizar as narrativas orais, testemunho, etnografias visuais para dar maior visibilidade a essas trajetórias interseccionais vinculadas à situação de pobreza.

Já em uma abordagem mista ou quantitativa, Grzanka (2018) concebe que podem ser construídas análises mais justas que evidenciam as desigualdades dessas identidades em contextos de pobreza a partir da articulação da raça e do gênero. Pode-se apontar para amostras que não sejam representadas nas investigações e estejam em constante processo de invisibilização, tornando evidente essas violências cotidianas. Nas análises, podem ser realizadas Análise de Perfis Latentes (*latent profile analysis*, LPA), como também Análise Discriminante (LAVOR FILHO *et al.*, 2018), para identificar perfis vinculados a essas identidades interseccionais. Além disso, caso a amostra seja grande, pode-se realizar uma Modelagem de Equações Estruturais Multigrupo para identificar tendências específicas de determinados grupos interseccionais.

Dessa maneira, são variadas as possibilidades de uso de uma perspectiva interseccional como estratégia metodológica em diferentes

fases de desenvolvimento de uma investigação para melhor compreensão da articulação do gênero e da raça em situações de pobreza. No entanto, para finalizar, deve-se também indicar que a devolutiva da pesquisa pode ser planejada para que seja a mais colaborativa possível com as pessoas que participaram da investigação. Igualmente, deve haver o processo de tradução dos resultados da investigação para um senso comum emancipatório (SANTOS, 2011), ou seja, as pessoas devem poder compreender, apropriar-se e utilizar essas informações para suas vidas cotidianas, evidenciando os contextos de pobreza e privação. Como Ximenes, Cidade e Silva (2019) afirmam, deve-se planejar as devolutivas para que possam ter efeito político na vida cotidiana das pessoas participantes. Assim, propõe-se sair dos espaços da universidade e apresentar os resultados para as políticas públicas, organizações não governamentais, movimentos sociais e sociedade civil relacionados às questões de classe social, gênero e raça. Dessa maneira, é possível as pesquisas com caráter interseccional desenvolverem um caráter ativo, que as leve além da mera investigação e que produza efeitos concretos na vida das pessoas participantes que se encontram em contextos de pobreza, vivenciando violências interseccionais a partir da raça e do gênero.

## **Considerações Finais**

Aponta-se a necessidade de desenvolvimento de investigações que apresentem a articulação de marcadores sociais da diferença para uma melhor compreensão da população em situação de pobreza histórica e ideologicamente invisibilizada. Propõe-se a articulação da pobreza com raça e gênero como ponto de partida a ser agregado a novos marcadores da diferença para melhor entendimento da vida das pessoas. Igualmente, as pesquisas devem ampliar suas possibilidades de realização, desde uma maior evidência da identidade interseccional do/a pesquisador/a a um viés colaborativo. Assim, tem-se um caráter ativo da investigação que busca desenvolver impactos concretos a partir das diferentes possibilidades de devolutiva. No entanto, para isso ocorrer, o processo de análise do campo e desses resultados deve evidenciar as

articulações interseccionais nos contextos de pobreza. Essas possibilidades de fazer investigação são necessárias e urgentes para uma desconstrução da universidade e da racionalidade científica como espaços de silenciamentos e opressões vinculados de maneira interseccional as classes sociais mais baixas, às mulheres e à população negra.

## Agradecimentos

Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa na Chamada Universal MCTI/CNPq 28/2018.

## REFERÊNCIAS

ALCOFF, L. M. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

ALMEIDA, S. L. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AZEVEDO, T. de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social, classes sociais e grupos de prestígio*. Salvador: Edufba, 1996.

BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 30, n. 1, p. 147-163, 2015.

BRAH, A.; PHOENIX, A. Ain't I a Woman? Revisiting intersectionality. *Journal of International Women's Studies* v. 5, n. 3, p. 75-86, maio, 2004.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, L. A. "O pardo como dilema político". *Insight Inteligência*, n. 62, p. 80-91, 2013.

CARBADO, D. *et al.* Intersectionality: mapping the movement of theory. *Du Bois Review*, v. 10, n. 2, p. 303-312, set. 2013.

CASTRO, R. D. *et al.* Raça, gênero e classe: notas a partir da experiência de mulheres negras de classe média na UFMG. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, v. 6, n. 2, p. 99-110, out. 2017.

CASTRO-GÓMEZ, S. Decolonizar la universidad: la hybris del punto cero y el dialogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. *El giro decolonial: reflexiones para una verdad epistemica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del hombre Editores, 2007.

CHANTLER, K.; BURNS, D. Metodologias feministas. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. *Teoria e métodos de pesquisa social*. Petrópolis: Vozes, 2015.

CIDADE, E. C.; MOURA JÚNIOR, J. F.; XIMENES, V. M. Implicações psicológicas da vida em condições de pobreza para o povo latino-americano. *Psicologia & Argumento*, v. 30, n. 68, p. 87-98, jan./mar. 2012.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE STATEMENT. All the women are white, all the blacks are men, but some of us are brave. In: HULL, G.; BELL, P. S.; SMITH, B. (ed.). Nova Iorque: The Feminist Press, 1982 [1977].

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. *Anuário Estadístico de América Latina y El Caribe*, 2017. Disponível em: [http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil\\_Nacional\\_Social.html?pais=BRA&idioma=spanish](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Social.html?pais=BRA&idioma=spanish). Acesso em: 20 fev. 2019.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. *Autonomia das mulheres e igualdades na agenda de desenvolvimento sustentável*. 2016. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/40706-autonomia-mulheres-igualdade-agenda-desenvolvimento-sustentavel-sintese>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DINIZ, A. G. R.; MAYORGA, C. Notas sobre autonomia e desqualificação social de mulheres prostitutas. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, e165432, p. 1-12, nov. 2018.

FALS BORDA, O. *Acción y espacio: autonomias en la nueva Republica*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. IEPRI; Santafé de Bogotá: Tercer Mundo, 2000.

GÓIS, C. W. L. *Saúde comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: Hucitec, 2008.

GONZAGA, P. R. B. *Eu quero ter esse direito a escolha: formações discursivas e itinerários abortivos em Salvador*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GRZANKA, P. Intersectionality and feminist psychology: power, knowledge, and process. In: TRAVIS, C.; WHITE, J.; RUTHERFORD, A. (ed.). *Handbook of the psychology of women*. Washington: American Psychological Association, 2018.

GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. 256 p.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de

marcadores sociais da diferença. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 20, n. 2, nov. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900/pdf%27>. Acesso em: 3 jul. 2019.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017*. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

KILOMBA, G. *Plantation memories: episodes of everyday racism*. Munster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/w3ZbQh>. Acesso em: 8 jul. 2019.

LAVOR FILHO, T. L. de *et al.* Análises interseccionais a partir da raça e da classe: medo do crime e autoritarismo no Brasil. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 38, p. 223-237, 2018. Número especial 2.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. As novas expressões do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, v. 9, n. 3, p. 401-411, 2004.

MACEDO, M. dos S. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *Caderno CRH*, v. 21 n. 53, p. 398-404, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a13v21n53.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2019.

MARTÍN-BARÓ, I. *Acción e ideología: psicología social desde Centro America*. San Salvador: UCA editore, 1983.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 333-357, maio/ago. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000200003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 6 jul. 2019.

MAYORGA, C. Algunas contribuciones del feminismo a la psicología social comunitaria. *Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación social*, v. 14, n. 1, p. 221-236, mar. 2014.

MOURA JÚNIOR, J. F. *et al.* Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial. *Temas em Psicologia*, v. 22, n. 2, p. 341-352, dez. 2014.

MUNANGA, K. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: Kon, N. M.; SILVA, M. L. da; ABUD, C. C. *O Racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017. 304 p.

NEPOMUCENO, B. B. Bem estar pessoal e sentimento de comunidade: um estudo psicossocial da pobreza. *Pesquisa em Psicologia*, v. 11, n. 1, p. 74-83, jan./jun. 2017.

NOFFKE, L.; ROBERTS, L. Pesquisa de ação. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. *Teoria e métodos de pesquisa social*. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 141-149.

NOGUEIRA, C. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

PARKER, L.; ROBERTS, L. Teoria crítica da raça e seu uso na pesquisa em Ciências Sociais. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. *Teoria e métodos de pesquisa Social*. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 121-130.

PISCITELLI, A. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

POCAHY, F. A. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática conceito feminista. *Textura*, Canoas, v. 13, n. 23, p. 18-30, jan./jun. 2011.

QUÍJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. *Epistemologia do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

RENAUX, P. Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017. *Agência IBGE Notícias*, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>. Acesso em: 5 jul. 2019.

RIBEIRO, D. *O que é o lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. 112 p.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. *Anais eletrônicos* [...]. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117\\_ARQUIVO\\_CristianoRodrigues.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf). Acesso em: 5 maio 2015.

SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, L. C. dos *et al.* Gênero, feminismo e psicologia social no Brasil: análise da revista *Psicologia e Sociedade* (1996-2010). *Psicologia e Sociedade*, v. 28, n. 3, p. 589-603, 2016.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. O. da S. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. *Revista de Políticas Públicas* v. 6, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/3720/1753>. Acesso em: 8 jun. 2019.

XIMENES, V. M.; CIDADE, E. C.; SILVA, G. R. G. Research in Psychology in the contexts of poverty: for what and for whom? *In: XIMENES, V. M. et al. Psychosocial implications of poverty: diversities and resistences*. Puducherry India: Springer, 2019. p. 12-22.

# **PARTE III**

**Tecnologias, poder e resistências**

# MEIOS DE COMUNICAÇÃO E (FALSA) LIBERDADE: REFLEXÕES SOBRE A PESQUISA DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) EM TEORIA CRÍTICA

*Deborah Christina Antunes*

A premissa segundo a qual o que somos depende das condições materiais de nossa existência não é estranha à psicologia de maneira geral, menos ainda à psicologia social em específico – principalmente quando pensamos em uma psicologia de base marxista. No prólogo de “A ideologia alemã”, Marx e Engels (2007) realizam uma crítica aos hegelianos de esquerda. Os jovens hegelianos empreenderam uma crítica à filosofia de Hegel na tentativa de sua superação; na tentativa de encontrar a essência verdadeira dos homens. Eles acusam a filosofia de conter representações falsas que se tornaram independentes dos homens, e estes acabam por “definhar” sob o jugo de suas próprias ideias, de seus dogmas. O problema dessa crítica ao sistema de Hegel, segundo Marx, é que ela, ao criticar o idealismo, continua idealista. Para Marx e Engels (2007), os jovens hegelianos apenas repetem, reproduzem a ideologia alemã, pois continuam a considerar o mundo dominado por ideias e a considerar tais ideias como princípios determinantes. O que

Marx e Engels chamam de ilusão de Hegel continua sendo válido para seus críticos: “As ideias, os pensamentos e os conceitos produzem, determinam e dominam o mundo real dos Homens, seu mundo material, suas relações reais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 523). Para eles, faltou a esses filósofos perguntarem sobre a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, sobre a conexão de suas críticas com seu próprio meio material. É isso que eles irão propor, o que eles apresentarão como seu método de análise. Uma questão importante aqui é que a mudança metodológica de Marx implica uma mudança no próprio conteúdo de sua filosofia.

Em vez de partirem de pressupostos arbitrários, Marx e Engels partem de pressupostos reais: os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida (aquelas já encontradas e reproduzidas por eles). Trata-se de uma análise da vida empírica:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87).

O primeiro fato constatável é a existência de seres humanos vivos. É a partir desse fato que os autores começam sua análise. Os seres humanos vivos possuem determinada estrutura interna que determina sua relação com a própria natureza, como a necessidade de se alimentar e de se proteger das mudanças climáticas e dos predadores. Assim, a relação dos homens com o restante da natureza parte dos próprios fundamentos naturais, tais como a constituição física do homem e as condições naturais, geológicas etc. assim como da modificação desses fundamentos naturais pela própria ação dos homens no decorrer da história. Portanto, a análise de Marx e Engels parte de relações reais entre os homens e entre os homens e a natureza externa. Seu pressuposto não seriam, tal como no idealismo, ideias abstratas, mas aquilo que é constatado empiricamente, pela observação do modo de vida dos homens existentes na realidade.

É a existência dessas relações entre homens e natureza, relações amplamente condicionadas por sua organização corporal, pelas quais os homens constroem os seus meios de vida e que, ao mesmo tempo, diferenciam os homens dos outros animais (aqui os autores de contrapõem à ideia de que homens se diferenciam dos animais pela existência de sua consciência, pela religião ou outras ideias abstratas). Ao mesmo tempo, por meio dessas relações os homens constroem sua própria vida material.

Por outro lado, “o que os indivíduos são depende das condições materiais de sua produção” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87). Aqui se encontra o movimento dialético dos autores: ao mesmo tempo em que os homens constroem suas condições de existência, são construídos pelas atividades empreendidas em meio a essas condições. Nas palavras de Marx e Engels: “O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87). Isso significa que tal modo de produção não é apenas um modo de garantir a existência física dos indivíduos, ele se faz como um modo de vida desses indivíduos: Os homens são tal como exteriorizam sua vida, são o que produzem e o modo como produzem. O que eles dizem aqui é que o trabalho não é apenas uma forma de garantir a subsistência, sem quaisquer implicações. O modo como ele é realizado, assim como o que é produzido por meio dele transforma, modifica o próprio homem.

Os autores partem de diferentes momentos históricos onde a produção material do homem se dá de diferentes formas de acordo com o aumento da população, da produção e do “intercâmbio” entre indivíduos ou países. A partir das análises realizadas, Marx e Engels concluem que indivíduos, em determinadas condições de produção, contraem entre si relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica (aquela que se atém aos fatos reais) deve provas à conexão entre a estrutura social e política e a produção. Para eles, como foi dito, mesmo a produção de ideias, a produção da consciência, está ligada a essas atividades materiais de produção, está ligada ao modo como os homens organizam o seu trabalho.

Isso porque para os autores:

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Marx e Engels desmistificam a aparente autonomia da moral, da religião etc. relacionando-as ao modo de o homem reproduzir-se socialmente. Assim, para eles, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94). É assim que a diferença entre os métodos é, mais uma vez, demarcada: se antes se partia da consciência, eles agora partem dos indivíduos reais e consideram a consciência como consciência desses indivíduos. Seu pressuposto é a existência dos homens em seu processo de desenvolvimento empiricamente observável: o saber real toma o lugar de fraseologias sobre a consciência, e assim a mudança de método logo traz à luz uma mudança de conteúdo pela filosofia de Marx.

Interessante notar que esse método é também utilizado nas análises realizadas por Engels (1985) em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”. Tendo em vista que as transformações precisam se alicerçar em bases reais materiais e que a situação da Alemanha, no que tange ao desenvolvimento das forças produtivas, estava em um nível inferior ao de outros países como a Inglaterra, Engels empreende uma análise do capitalismo já constituído naquele país. Em seu prefácio, ele diz:

A situação da classe operária é a base real de onde saíram todos os movimentos atuais porque ela é, ao mesmo tempo, o ponto máximo e a manifestação mais visível da miserável situação social atual [...] O conhecimento das condições de vida do proletariado é uma necessidade absoluta se quisermos assegurar uma base sólida às teorias socialistas bem como aos juízos sobre a sua legitimidade, acabar com todos os sonhos e fantasias pró e contra (ENGELS, 1985, p. 7).

O materialismo dialético é um eixo<sup>24</sup> fundamental da Teoria Crítica da Sociedade, especialmente quando nos referimos à primeira geração daquela que foi chamada, por Jay (2008), de Escola de Frankfurt. Especialmente a partir da direção de Horkheimer: a contradição entre o desenvolvimento técnico, científico e industrial da sociedade e a miséria humana predominante foi levada em consideração, indo de encontro ao prognóstico marxista de que o operariado faria a revolução a partir do desenvolvimento das bases materiais de produção (JAY, 2008; WIGGERSHAUS, 2006). É a partir dessa posição que Horkheimer pensa em um conjunto de problemas de pesquisa que abrangia a conexão entre a vida econômica da sociedade, o desenvolvimento psíquico dos indivíduos e as transformações culturais em seus mais diversos aspectos: arte, religião, ciência, costumes, direito, moda, opinião pública, esporte, entretenimento etc. (HORKHEIMER, 1999). As pesquisas realizadas no Instituto eram de cunho empírico e incluíam a investigação de determinados grupos sociais – no que tange a seu papel no processo econômico, as transformações psíquicas de seus membros e as Instituições e ideias que os regem – e também a análise de economia, da imprensa, da literatura etc. (HORKHEIMER, 1999).

Como discutimos em outra ocasião (ANTUNES, 2015), um dos eixos de pesquisa dos frankfurtianos diz respeito aos elementos da cultura e inclui o desenvolvimento do conceito de Indústria Cultural (HORKHEIMER; ADORNO, 1985), onde encontramos, além dos trabalhos sobre o cinema, como *De Caligari a Hitler* (KRACAUER, 1985) e *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução* (BENJAMIN, 1983), sobre estética e arte, como *Teoria Estética* (ADORNO, 1997) e *O caráter afirmativo da cultura* (MARCUSE, 2001), sobre astrologia (ADORNO, 2008a), os trabalhos de Adorno sobre música. Estes são importantes para nossos estudos, pois representam uma forma materialista dialética de compreender o modo como os meios de comunicação (como meio material de produção e reprodução da vida) produzem

---

<sup>24</sup> Outro eixo fundamental da primeira geração dos frankfurtianos é a psicanálise freudiana, como tivemos a oportunidade de debater em outros momentos (ANTUNES, 2009, 2014). Para os objetivos específicos desse capítulo, atemo-nos à discussão marxista.

também subjetividades. Seus estudos se deram a partir da análise da produção, da reprodução e da recepção da música – que incluía uma análise fisionômica do rádio, enquanto novo meio de comunicação da época, para compreender como suas características materiais re-verberavam subjetivamente na audição e nos processos de formação (*Bildung*) e semiformação (*Halb-Bildung*).

Em “Estética, percepção e política dos meios de comunicação” (ANTUNES, 2016), mostramos a necessidade de, a partir de uma postura metodológica semelhante à de Adorno em seus estudos sobre o rádio, realizarmos pesquisas a fim de compreender os meios de comunicação contemporâneos. Desde então, temos efetivado esforços para a realização de estudos e pesquisas sobre diversos aspectos das novas tecnologias de comunicação digital e sua relação com as subjetividades contemporâneas. Para isso, basta não apenas a leitura dos escritos dos próprios frankfurtianos, como de autoras e autores – de diversas vertentes teórico-metodológicas – que se debruçam sobre os mesmos objetos, como Turkle (2004, 2005), Wu (2012), Martino (2015), Castells (2013), Lévy, (2010), Bruno (2018) etc., a fim tanto de tomar conhecimento sobre o estado da arte das pesquisas sobre o tema, quanto de apropriar-se de *insights* e reflexões já realizadas, de modo a avançar no conhecimento crítico sobre as tecnologias de informação e comunicação digitais.

## A questão do método

O problema do método está no significado que ele adquiriu dentro das Ciências e da Filosofia. Costumou-se compreender a ideia de método como uma aproximação intelectual que pode e deve ser aplicada em qualquer tempo e espaço. Isso porque o método não estaria relacionado aos objetos do conhecimento. Nessa tradição, todo método precisaria começar pela abstração – formulação de conceitos. Colocado de outra forma, deveria se abster de se atentar para as particularidades pelas quais o conhecimento, *a priori*, interessa-se e tornar o material capaz de ser dominado. Tais métodos estão sempre preocupados com a validade: receiam qualquer pista que aponte que eles amortizaram

seus objetos. Ao mesmo tempo, eles diminuem o engajamento com o próprio objeto. Trata-se do princípio de equivalência da sociedade de trocas refletido no método das ciências: o valor de uso aparece apenas como quantidades, como valores de troca, como valores compráveis em termos monetários, e não como qualidades distintas. O problema que Adorno (2008b) vê aqui é que o que acontece é um tipo de “praticismo” sempre orientado à conservação dos sistemas sociais vigentes (ANTUNES, 2014). Por outro lado,

[...] nem a práxis transcorre independentemente da teoria, nem esta é independente daquela. Se a práxis fosse o critério da teoria, converter-se-ia, por amor ao ‘thema probandum’, no embuste denunciado por Marx e, por causa disso, não poderia alcançar o que pretende; se a práxis se regesse simplesmente pelas indicações da teoria, endurecer-se-ia doutrinariamente e, além disso, falsearia a teoria. [...] A relação entre a teoria e a práxis, uma vez distanciada uma da outra, é a da virada qualitativa, não a da transição, muito menos a da subordinação (ADORNO, 1995, p. 227-228).

Adorno (2009), em sua *Dialética Negativa*, aponta-nos a necessidade de uma metódica negação do método, guiada por um primado (dialético) do objeto (MAAR, 2006). Isso significa que a aproximação do objeto deve ser guiada pelas características próprias a ele, ou seja, cabe ao pesquisador abrir-se a um conhecimento preliminar de seu objeto, antes de a ele aplicar, de fora, qualquer procedimento específico e teoricamente formatado, ao mesmo tempo em que altera a si mesmo nessa abertura: “A primazia do objeto deve ser respeitada pela práxis. Práxis corretamente compreendida – na medida em que o sujeito é por sua vez algo mediado – é aquilo que o objeto quer” (ADORNO, 1995, p. 211). Não se trata, contudo, de simples adaptação do pesquisador à sua situação de pesquisa (isso reforçaria a objetividade heterônoma a qual criticamos). A pesquisa dos novos meios de comunicação digitais (nosso objeto) é mediada pelo conjunto do sistema social (história e filosofia da técnica/tecnologia, sistema econômico, legislações, modo de produção/reprodução da sociedade, questões específicas – políticas, geoespaciais, inter-relacionais –, aspectos culturais etc.) e, portanto, também precisa da teoria para que seja criticamente determinável. Importante notar que as mediações do

nosso objeto aqui e agora pedem – de acordo com a natureza desse objeto específico – por uma abordagem tanto interdisciplinar, quanto empírica para melhor refleti-lo. Isso significa que não há método pronto a ser reproduzido em nossos estudos, mas que devemos buscar conhecimento dos métodos mais avançados já criados atualmente, buscando verificar aqueles que melhor poderiam nos ajudar a responder nossas questões e fazendo as adaptações necessárias, de acordo com a Teoria Crítica e um conhecimento preliminar do objeto – ou mesmo criando novas formas de aproximação dele.

## **Pesquisas realizadas**

A partir da perspectiva teórica e metodológica acima apresentada e do interesse comum em compreender os novos meios de comunicação digitais como mediadores das subjetividades contemporâneas, temos desenvolvido e orientado pesquisas no âmbito da iniciação científica, do mestrado e do doutorado nos últimos anos, escolhendo objetos que, por fazerem já parte do cotidiano, pouco são vistos como de interesse científico da psicologia, como as redes sociais virtuais Facebook, Instagram, Youtube, e aplicativos de atendimento psicológico online, como o *FalaFreud*. Não se trata de pesquisas que buscam simplesmente descrever esses aplicativos, mas nas quais a compreensão e a apresentação deles se fazem importantes para elucidar fenômenos contemporâneos que, não obstante se passarem no mundo virtual, têm profundas raízes na materialidade da produção e da reprodução da vida no mundo contemporâneo.

Desde 2013, nas chamadas jornadas de junho, as redes sociais ganharam visibilidade como espaços de comunicação e organização de manifestações de cunho político – antes disso, durante os movimentos da Primavera Árabe e do Occupy Wall Street, as redes já se apresentaram como potencializadoras das manifestações políticas no âmbito internacional. Desde então e a partir de uma democratização dos smartphones, mais e mais pessoas passaram a se utilizar delas não somente para participarem das organizações de manifestações de rua, mas como espaços de posicionamento no virtual. Com base nesse contexto, mostrou-se

importante o estudo de grupos/páginas dentro de redes sociais virtuais autodeclaradas de determinada visão política. Holanda (2017), por exemplo, estudou em seu trabalho de conclusão de curso de graduação em Psicologia na Universidade Federal do Ceará, campus de Sobral, um meme e o debate que se seguiu a ele dentro da página do Movimento endireita Brasil no Facebook. Para o estudo, a autora se utilizou da netnografia de Kozinets (2014), adaptando-a para o objeto em questão, e da análise crítica imanente para a interpretação do debate estabelecido e de uma ferramenta disponibilizada pelo próprio Facebook, o *Facebook Audience Insights*. Além disso, coube ao trabalho a realização da apresentação da própria rede social dentro do contexto histórico dos meios de comunicação e da internet em necessária conexão com o desenvolvimento tecnológico dentro do capitalismo. O trabalho mostrou como forma e conteúdo dos posicionamentos políticos na esfera virtual estão em relação com a forma da rede social em questão – as possibilidades de debates e interação dadas pelos algoritmos – que, por sua vez, é uma esfera privada que opera no âmbito do mercado não abrindo espaço para o estabelecimento do diferente no recorte em questão.

Hoje a mesma autora realiza seus estudos de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC e estuda as interações em duas páginas no Facebook de posicionamentos políticos distintos (autodeclaradas de direita e de esquerda) durante o período das últimas eleições presidenciais no Brasil. Além de continuar trabalhando com uma versão adaptada da netnografia de Kozinets e com o *Facebook Audience Insights*, para sua pesquisa se fez importante apropriar-se de outros procedimentos metodológicos com o uso do Netvizz (RIEDER, 2013) e do *Iramuteq* para realizar análises textuais de material verbal transcrito (CAMARGO; JUSTO, 2013) nas diversas postagens e comentários que fazem parte do corpus da pesquisa. Recentemente também publicamos (ANTUNES, 2019) um artigo em que analisamos as interações de usuários(os) da rede social Facebook em uma página autodeclarada da esquerda e pudemos verificar o modo estereotipado das “interações” que, em sua grande maioria, reduzem-se ao que Horkheimer e Adorno (1985) reconheceram como pensamento de ticket, e deixam de lado a realização de reflexão histórica e política

para a compreensão dos problemas atuais individualizando questões que são, no mais, amplamente sociais e culturais.

Mendes (2018), por sua vez, acompanhou a transformação de uma revista feminina de imprensa para virtual e sua apropriação do espaço da rede social Instagram para aproximar seus ideais das leitoras em uma coluna chamada “Instagram da leitora”. Ela havia estudado, em seu trabalho de conclusão de curso de graduação em Psicologia, realizado na Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, a análise da construção da feminilidade pela revista “Capricho”, a partir da ideia de Indústria Cultural (HORKHEIMER; ADORNO, 1985). No mestrado, desenvolveu sua dissertação englobando o virtual e as mudanças que ele trouxe para seu objeto de estudo anterior – especialmente a ideia de que a leitora passou a ser também produtora de conteúdo para a revista por meio do Instagram, promovendo a falsa impressão de liberdade de expressar-se e ser vista, o que, por sua vez, favorece novas formas de sujeição. Para a realização da pesquisa, Mendes (2018) desenvolveu previamente fichas de catalogação que possibilitaram a análise crítica do material.

Ainda no âmbito das redes sociais virtuais, o *Youtube* foi objeto de análise da dissertação de mestrado que Gomes (2019) desenvolveu no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. A autora trabalhou especificamente com o canal do youtuber brasileiro Felipe Neto, buscando a estética específica dessa plataforma. Ela realizou a crítica imanente dos discursos, buscando suas contradições que apontam para os paradoxos do sistema capitalista em sua fase tardia. Para isso, ela trabalhou com a transcrição de sete vídeos para realizar análise. Suas reflexões partiram das contradições entre os aspectos formais da plataforma – que intensificam o cultivo de um gosto standardizado e reforçam outras propriedades da Indústria Cultural – e o conteúdo adjudicado no discurso que exhibe o *Youtube* como o espaço democrático que proporciona voz aos seus usuários.

Em agosto de 2018, iniciamos uma pesquisa, com apoio da FUNCAP no âmbito do Programa de Bolsas de Produtividade e Interiorização, sobre o aplicativo de terapia online *FalaFreud*. Para seu estudo, realizamos uma descrição fisionômica da plataforma de terapia *online* a partir de sua experimentação e estudo de seu comportamento e

possibilidades, com anotações em diários de campos. Além disso, estudamos as legislações sobre terapia *online*, além das contradições entre o discurso do aplicativo sobre si mesmo e aquilo que ele efetivamente proporciona aos seus usuários e psicólogos cadastrados.

## Considerações finais

Embora a Teoria Crítica da Sociedade tenha ficado conhecida por suas obras teóricas especialmente estudadas no âmbito da Filosofia, como é o caso da “Dialética do Esclarecimento” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985), por exemplo, estudos empíricos sempre foram a base das reflexões teóricas do Instituto de Pesquisas Sociais onde ela se desenvolveu. Esses estudos buscam realizar um diagnóstico do tempo presente a partir da análise de diversos materiais que servem como microcosmo com as tensões e tendências da sociedade que podem ser encontradas ali de modo micrológico. Os estudos dos meios de comunicação contemporâneos e suas contradições se fazem importantes na medida em que, mais uma vez na história, apresentam-se como democráticos e potencializadores de liberdade, quando o que temos encontrado em nossas análises aparece como o oposto – o que tem surgido dos espaços virtuais de interação mais utilizados no mundo, distante de ser a realização da emancipação humana, aponta para novas formas de estereotipia indicando como esses espaços tornam a todos vulneráveis mais uma vez à toda lógica do capital e os modos como essa lógica se sedimenta nos indivíduos e sua forma de pensar, agir e se expressar.

Enfatizar o aspecto empírico dessas pesquisas, por seu turno, não significa deixar de lado o estudo teórico e a importância da realização de pesquisas históricas e conceituais. O trabalho com o conceito é de suma importância na medida em que lança luz à própria realidade encontrada empiricamente e passível de interpretação. Mesmo os conceitos, por outro lado, não podem ser considerados absolutos – eles têm história e dizem respeito a determinados momentos que são também históricos – e por isso devem ser refletidos à luz do presente. A função dessa reflexão é nada menos do que auxiliar a autocompreensão do presente como forma de colaborar com o processo da consciência

dos determinantes de uma vida ainda nos moldes da servidão em meio ao cada vez mais avançado mundo tecnológico.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. *Aesthetic Theory*. Trad. Robert Hullot-Kentor. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

ADORNO, T. W. *As estrelas descem à Terra: a coluna de astrologia do Los Angeles Times um estudo sobre superstição secundária*. São Paulo: Editora Unesp, 2008a.

ADORNO, T. W. *Dialética negativa*. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ADORNO, T. W. *Introdução à sociologia*. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora Unesp, 2008b.

ADORNO, T. W. Notas marginais sobre teoria e práxis. In: ADORNO, T. W. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995.

ANTUNES, D. C. As minorias como o negativo, o movimento das mulheres e o espaço digital. *Revista Dialectus*, n. 14, 2019.

ANTUNES, D. C. Estética, percepção e política dos meios de comunicação. In: PUCCI, B. et al. (org). *Atualidade de Teoria Crítica na era global*. São Paulo: Nankin, 2016.

ANTUNES, D. C. Materialismo e psicanálise: o estatuto da psicologia na Teoria Crítica no início dos anos 1930. In: SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSCAR, 5., 2009, São Carlos. *Anais [...]*. São Carlos: UFSCar, 2009.

ANTUNES, D. C. *Por um conhecimento sincero no mundo falso: teoria crítica, pesquisa social empírica e The authoritarian personality*. Jundiá: Paco, 2014.

ANTUNES, D. C. Reflexões sobre a música de rádio em Adorno: uma contextualização a partir da Teoria Crítica e da História da Escola de Frankfurt. In: ALBUQUERQUE, L. B.; ROGÉRIO, P.; NASCIMENTO, M. A. T. (org.). *Educação musical: reflexões, experiências e inovações*. Fortaleza: Edições UFC, 2015.

BENJAMIN, W. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: BENJAMIN, W. *et al. Textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 3-28.

BRUNO, F. *et al.* (org.). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

GOMES, U. V. *A estética do youtube: forma e conteúdo no capitalismo tardio*. 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

HOLANDA, R. R. *Eu, tu, ele, nós e redes: uma crítica imanente do discurso de usuários da página do movimento endireita brasil no facebook*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Sobral, 2017.

HORKHEIMER, M. A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais. Trad. Carlos Eduardo Jordão Machado e Isabel Maria Loureiro. *Praga: Estudos Marxistas*, v. 7, p. 121-132, mar. 1999.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

JAY, M. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

KOZINETS, R. V. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

KRACAUER, S. *De Caligari a Hitler: una historia psicológica del cine alemán*. Barcelona: Paidós, 1985.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 2010.

MAAR, W. L. Materialismo e primado do objeto em Adorno. *Trans/Form/Ação*, v. 29, n. 2, p. 133-154, 2006.

MARCUSE, H. Sobre o caráter afirmativo da cultura. In: MARCUSE, H. *Cultura e Psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MARTINO, L. M. S. *Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes*. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDES, S. P. *Construindo meninas com Capricho: análise dos modelos de feminilidades construídos a partir da marca Capricho na seção Instagram da leitora*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

RIEDER, B. Studying Facebook via Data Extraction: The Netvizz Application. In: *Proceedings of the 5th Annual ACM Web Science Conference*, 2013. Disponível em: <https://dl.acm.org/citation.cfm?id=2464475>. Acesso em: 18 dez. 2019.

TURKLE, S. How computers change the way we think. *The Chronicle of Higher Education*, v. 50, n. 21, p. B26, 30 jan. 2004. Disponível

em: <http://www1.udel.edu/educ/whitson/897s05/files/turkle>. Acesso em: 24 out. 2016.

TURKLE, S. *The second Self: computers and the human spirit*. Cambridge, London: MIT Press, 2005.

WIGGERSHAUS, R. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2006.

WU, T. *Impérios da comunicação: do telefone à internet, da AT&T ao Google*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

# PARENTALIDADE EM TRANSFORMAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE CUIDADO COM OS FILHOS A PARTIR DE VÍDEOS NO YOUTUBE

*Camila Moreira Maia  
Idilva Maria Pires Germano*

## **Criação de filhos, modelos de gênero e novas mídias**

**E**m tempos de capitalismo informacional, o discurso sobre a criação dos filhos vem ganhando novas concepções, matizes ideológicos e expressão em veículos de comunicação. Para além das prescrições dominantes de médicos, nutricionistas, psicólogos e outros especialistas que atuam no campo da puericultura, crescentemente mães e pais vem disseminando conteúdos sobre suas experiências de parentalidade, especialmente em plataformas digitais.

Com a disseminação da cibercultura, percebe-se, em particular, a produção significativa de conteúdos textuais e audiovisuais produzidos por mães e dirigidos a outras mães que, além de informarem sobre questões fisiológicas e de saúde relacionadas à gravidez, ao parto e aos cuidados com a criança, passam a colocar em discussão determinadas identidades maternas estabelecidas. O compartilhamento de fotos e de vídeos que retratam o cotidiano de diversas mães, os relatos de experiências em redes sociais e os fóruns de discussão em *sites* relacionados ao assunto criam uma rede de interações que faz circular discursos de

toda ordem, tensionando ou reproduzindo certos modelos genderizados de maternidade. Além disso, esse processo de mediatização também permitiu que o mercado se apropriasse dessas plataformas para incitar formas de consumo vinculadas, implicitamente, a esses modelos identitários sobre a maternidade, seus significados e práticas.

Um aspecto a ressaltar nesse processo é a democratização da produção discursiva na internet, que permite alargar a livre expressão de usuários opinando a respeito de qualquer assunto. No que tange à prática materna, as mães não precisam mais se restringir a cumprir as determinações dos discursos autorizados da ciência, mas também podem opinar, trocar experiências, compartilhar angústias e dificuldades e, inclusive, voltar-se contra o que é hegemônico no âmbito da maternidade.

A publicação de vídeos na internet por mães ou por mulheres que militam na causa materna é uma das principais formas de veiculação de mídias sobre o assunto. Os conteúdos são geralmente demandados por mulheres grávidas ou que já tenham filhos. Os formatos do mais pedagógico e informativo, ensinando como devem cuidar de seus filhos ou como conduzir sua gravidez ou seu parto; até os mais confessionais, de mulheres que decidem dar visibilidade à sua experiência de gravidez, de parto e dos primeiros dias com o bebê. Encontram-se, ainda, vídeos que atuam no campo do ativismo social em prol de mudanças culturais, reivindicando uma divisão mais igualitária das tarefas entre os pais e com outros familiares ou denunciando episódios de violência e de opressão vividos por mulheres. Ainda há vídeos que reivindicam transformações nas formas de representação das mães, clamando pela relativização do estereótipo da mãe dócil, amável, flexível e nascida para parir e cuidar dos filhos.

Neste capítulo, estamos interessadas em refletir sobre como as práticas de parentalidade estão sendo atravessadas pelas novas tecnologias digitais, sobretudo, na plataforma *youtube*. Buscamos identificar que padrões de maternidade ou de paternidade essas mídias reproduzem ou transformam e quais novidades no âmbito do cuidado com os filhos merecem ser destacadas sob um olhar crítico.

Os estudos de gênero vêm trazendo importantes reflexões para o entendimento da maternidade, na medida em que a contextualizam

historicamente, relativizam-na e denunciam suas imbricadas relações de poder. Ser mãe pode, assim, ter uma infinidade de sentidos: como a realização de uma suposta identidade feminina de matiz universal e essencialista, como o que mantém a opressão da mulher pelo homem, como um defeito, como uma forma de poder, como o substrato da organização social por meio da família, como da ordem da natureza... A noção de gênero permite-nos, também, falar de uma ‘maternidade relacional’ que não pode ser entendida de modo essencial nem isolado, mas que é tecida pelas diversas interações ao longo da vida da mulher e que se define em contraposição àquilo que é masculino. Por fim, essa ideia fomenta lutas de mulheres pela relativização das representações, das identidades e das práticas maternas, baseadas na ideia de que não há um ideal de mãe a perseguir que se justifique por uma natureza nem por uma obrigação moral, a não ser por exigências socioculturais que atendem a demandas de poder bem específicas.

A construção do conceito de ‘parentalidade’, “para marcar a dimensão de processo e de construção no exercício da relação dos pais com os filhos” (ZORNIG, 2010, p. 454), é representativo dessa concepção. Neyrand (2016), ao dissertar sobre a evolução dos saberes sobre a parentalidade, expõe as relações entre as modificações culturais, científicas e tecnológicas, ocorridas a partir da década de 1970, e as transformações do conhecimento sobre a organização familiar e as funções parentais no desenvolvimento dos filhos. Afirma que a noção de parentalidade se disseminou fortemente a partir da década de 1990 porque estava em forte consonância com o conceito de gênero.

Uma das muitas razões para o sucesso do termo ‘parentalidade’ no discurso público, desde os anos 1990, foi que o termo permite unificar as posições parentais sem distinguir o gênero da pessoa que implementa a função parental nem especifica as razões pelas quais ela ocupa essa posição, seja ela uma mãe, um pai, um progenitor, um pai adotivo, um padrasto, um pai institucional... (tradução nossa)... (NEYRAND, 2016, p. 54).

Por mais que os estudos de gênero ofereçam as ferramentas para desarticular as estratégias de poder e saber que regulam a maternidade atualmente, o caminho ainda é longo e árduo para a construção

de uma sociedade mais igualitária para as mulheres. Mesmo ganhando espaço no mercado de trabalho e mesmo podendo fazer uso das tecnologias de contracepção e reprodução, elas continuam sendo as principais responsáveis pela criação dos filhos e pelos trabalhos domésticos (CHODOROW, 2002; MEDRADO; MULLER, 2018).

Somando-se a isso, contemporaneamente, as mulheres estão submetidas a um acúmulo de obrigações, uma vez que são demandadas a exercer diversas funções para além daquelas que tradicionalmente se esperaram delas – cuidar da casa e dos filhos. Sublinhando os muitos valores e metas irreais impostos à mulher, Fernandes (2006) sintetiza o ideal da mulher contemporânea na noção de ‘mulher-elástico’ que seria aquela que, ao mesmo tempo em que precisa se manter bela, magra, sexy e saudável, desdobra-se para equilibrar trabalho, sucesso, casa arrumada, filhos educados e bem alimentados, além de ser culta, dócil e controlada. Ao fracassar em sua missão impossível, essa mulher sente-se eternamente em dívida com os outros e consigo mesma; dessa forma, culpa-se, frustra-se, acabando por desenvolver toda sorte de psicopatologias.

Em paralelo, as políticas públicas de saúde e de assistência que poderiam exercer a função de desconstruir, relativizar e desarticular essa noção de ‘mulher-elástico’, acabam por reforçar identidades maternas que espelham esse ideal. As mulheres, nesse âmbito, são convocadas a gerir toda gama de riscos que ameacem sua própria saúde e a do seu feto, durante a gravidez e na infância da criança. Instaure-se uma autovigilância permanente sobre sua alimentação, as necessidades dos seus filhos e a prevenção de doenças durante e depois da gravidez. Somando-se a isso, quando se trata da assistência social às famílias, o foco é, novamente, a mulher, que é responsabilizada pela superação das desigualdades sociais e pela manutenção da unidade familiar, núcleo fundamental de gestão e de controle social. Percebe-se, com isso, um processo de ‘politização da maternidade’ (MEYER, 2005) que elege as questões do âmbito materno como algo político, de interesse coletivo e importante para o exercício da gestão pública. Subjetiva-se a mulher, submetendo-a a perseguir um ideal inalcançável em prol do melhor controle dos corpos e do racionamento de recursos do Estado, que, por seu turno, beneficia-se dessas circunstâncias, uma

vez que mães disciplinadas criam filhos mais saudáveis, que demandam menos recursos de saúde.

Assim como aponta Tomaz (2015), ao realizar uma revisão sistemática dos estudos que relacionam mídia e maternidade no Brasil (2003-2013), há uma estreita relação entre meios de comunicação e a disseminação de modelos de maternidade. Apesar de a maioria dos estudos ainda defenderem a necessidade de criticar mídias que confinam a mulher nos seus determinantes biológicos, que são produzidas por especialistas ou que apresentam um ideal romântico e tradicional da figura da mulher, há uma tendência nas mídias do século XXI, sobretudo as virtuais, de enaltecer a autoridade da mulher na criação dos próprios filhos. Agora, mesmo não abrindo mão de todo do conhecimento científico, elas se autorizam a questionar os especialistas, realizam trocas de experiência e constroem redes de apoio mútuo que prescindem dos médicos, pedagogos, psicólogos, etc. Desse modo, Tomaz lança bases para novas investigações que tenham como mote principal as transformações da maternidade na era informacional. Questiona se as mães de hoje estão reivindicando, por meio do espaço virtual, sua autoridade sobre a maternidade, dotando esse fenômeno de múltiplas nuances e perspectivas, relativizando formas canônicas de posicionar as mulheres como mães, de modo que possam ser protagonistas dos rumos do debate.

De fato, novas formas de conceber a maternidade têm sido trazidas à tona pelas mais diversas formas de mídias (MEDRADO; MULLER, 2018). É comum acharmos canais de vídeos que pretendem realizar o que chamam de ‘desromantização da maternidade’ (RAMOS, 2017) ou vemos campanhas na internet incentivando postagens paudadas na ‘maternidade real’ (*hashtags* do Instagram). Além disso, uma nova semântica para falar desse fenômeno parece estar sendo criada, uma vez que expressões como “mãe solo”,<sup>25</sup> “parentalidade”, “child

---

<sup>25</sup> Mães que se responsabilizam integralmente pela criação dos filhos, seja pela realização de inseminação artificial ou pela decisão de adotar uma criança ou também por não poderem contar com a parceria do pai para essas atividades. Essa expressão tem sido usada em contraposição à ideia de “mãe solteira”, a partir da afirmação de que ser mãe não necessariamente se vincula a um estado civil nem pressupõe a existência necessária de um pai.

free”<sup>26</sup> entre outras, estão-se disseminando. Num mesmo sentido, figuram também no mundo da internet conteúdos produzidos por pais ligados ao cuidado com filhos, o que parece ser novidade no contexto das lutas pela igualdade de divisão de tarefas entre os sexos, que sempre foram protagonizadas pelas próprias mães. Os homens que se propõem a tal trabalho fazem, de certo modo, uma apologia a que os pais assumam a tarefa de criação dos filhos de modo mais ativo, antes de terem sua participação solicitada pelas mães. Ao mesmo tempo, pedem que elas se abram para essas iniciativas e sejam mais compreensivas quanto à forma de criação exercida pelos pais, que não necessariamente será igual à delas.

Tudo isso parece prenunciar certas mudanças nas práticas de criação dos filhos, sobretudo, no que concerne à divisão de tarefas entre os sexos e nas representações do que é ser mãe/pai e mulher/homem na atualidade. É importante afirmar a consciência de que essas transformações talvez não sejam representativas da maioria das relações parentais. No entanto, considerando que a cibercultura tem-se mostrado cada vez mais híbrida com a cultura ‘off-line’ (SEGATA; RIFIOTIS, 2016), a observação de mudanças nos discursos que circulam pelas redes pode apontar para transformações futuras das práticas sociais cotidianas.

Dessa forma, por ocasião deste estudo, pretendemos iluminar a questão posta por Tomaz (2015), ao analisar vídeos do *youtube* produzidos tanto por pais como por mães que defendem uma transformação de seus papéis. A pergunta que fazemos aqui é: em que medida esses vídeos relativizam os papéis de homem e de mulher no seio das práticas de criação dos filhos? Que representações de pai e mãe forjam e de que forma constroem ou reproduzem formas dominantes de posicionar ambos os sexos frente às responsabilidades familiares? Indaga-se também sobre as potencialidades das mídias virtuais na disseminação de novas formas identitárias relativas a questões de gênero.

Aqui, analisaremos vídeos de dois canais do *youtube*: o primeiro, chamado “Hel Mother”, produzido por Helen Ramos, uma mãe e cineasta

---

<sup>26</sup>Movimento de mulheres em defesa do direito de não ter filhos e que advoga a favor de identidades femininas para além do casamento, da maternidade, etc.

que tem como objetivo “desromantizar” a maternidade; e o segundo, “O papai é pop”, feito por Marcos Piangers, pai autor do *best-seller* homônimo “O papai é pop” (PIANGERS, 2015). Escolhemos, de forma deliberada, canais com um número significativos de seguidores – 150 mil e 250 mil, respectivamente, até o momento do acesso para a construção deste trabalho – e que explicitamente possuam uma agenda de transformação da maternidade e da paternidade, uma vez que aqui tentamos dimensionar a função dos discursos disseminados pela internet nas mudanças sociais no âmbito das práticas de maternagem.

### ***Hel Mother e a “desromantização” da maternidade***

Helen Ramos, ao denominar seu canal de ‘Hel Mother’, já nos dá pistas para refletir sobre seus propósitos. Ao fazer um trocadilho entre seu nome e a palavra *hell* (‘inferno’, em inglês), sugere que o universo da maternidade é algo infernal, ou seja, repleto de angústias e sofrimentos. No mesmo sentido, quando afirma que seu objetivo com a criação do canal é ‘desromantizar a maternidade’, indica que a prática de ser mãe e cuidar dos filhos é geralmente representada de modo ilusório ou utópico, como sendo menos difícil do que realmente é, ou seja, romântico. Defende, portanto, a ideia de que é preciso desmistificar a maternidade, apresentar o que ela é, de fato; uma vez que parece entender que essa realidade de romantização é prejudicial para as mulheres, faz com que suas vidas sejam ‘infernais’.

O discurso contestatário de Hel Mother é tributário das muitas formas de resistência à feminilidade hegemônica que avançaram no século XX e das conquistas alcançadas pelos movimentos feministas como o direito ao divórcio, a inserção no mercado de trabalho, o advento da contracepção, etc. No entanto, muitas vezes, as transformações do imaginário opõem-se às mudanças objetivas. Dessa forma, atualmente, vemos conviver diversos ideais de maternidade entre os quais está ainda a romantização dessa prática. No entanto, hoje parece não mais atender somente à necessidade moderna de manter a mulher no lar para cuidar dos futuros cidadãos, mas sim para fazê-la contentar-se com o acúmulo de funções domésticas que ainda lhe é imposto. Apesar

de todas as conquistas, a mulher continua sendo a principal responsável pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com os filhos. Sendo assim, a necessidade de ‘desromantizar a maternidade’ continua atual.

Para atingir esse objetivo, Helen Ramos publica vídeos no seu canal cujos temas são variados. Alguns constituem verdadeiros protestos contra as práticas tradicionais de maternagem; outros pretendem revelar experiências cotidianas vivenciadas tipicamente por mulheres, mas que não chegam a conhecimento público; há, ainda, os que convocam as mães para a resistência, oferecendo meios de fazer isso e dando dicas de como construir práticas de maternagem alternativas, que superam as práticas anteriores e que permitem ser mãe de modo mais livre, justo e menos sofrido. Entre os vídeos do canal, escolhemos analisar o que se intitula “Por que ‘desromantizar’ a maternidade” – que possuía, até a realização deste trabalho, 228 mil visualizações. Para efeitos de análise, marcamos enunciados que respondem as perguntas feitas por este trabalho, isto é, que ilustram as representações de mãe, de pai e das práticas de maternagem que devem ser combatidas ou enaltecidas.

De início, percebemos que a *youtuber* apresenta sua experiência pessoal de gravidez como o motivo que a fez perceber a necessidade de tornar a maternidade menos romântica. Ela conta que engravidou fora de um relacionamento estável, mas que decidiu se tornar mãe porque tinha como referencial de maternidade aquele construído e disseminado pelo ‘patriarcado’. Por diversas vezes, Helen recorre a esse termo definindo-o como: “Sistema social em que homens mantêm o poder e controle, predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades. Sistema masculino de opressão das mulheres”. Ela parece se referir a uma forma tradicional de representar tanto as mulheres como a prática de cuidado com os filhos que ocultam vivências problemáticas, típicas da maternidade, mas que são silenciadas com o objetivo de dominar as mulheres por meio do inculcamento de uma forma de maternidade padronizada, irreal e inatingível. A mãe ideal para o ‘patriarcado’, segundo ela, seria aquela “maravilhosa, imaculada, que cuida das crias”. Essa entidade, portanto, “não quer uma mãe que lute pelos seus direitos, não quer uma mãe envolvida na política, não quer uma mãe no mercado de trabalho, não quer uma mãe convivendo

em sociedade, tendo acesso a lazer e à cultura”. Dessa forma, aponta que foi na vivência de sua maternidade que “entendeu o que significa o patriarcado”, pois, uma vez que tinha optado por ser mãe sozinha, não se enquadrava nesses moldes definidos por esse sistema de opressão, de forma que passou a ser constringida por ele.

Com efeito, o ativismo feminista de Helen atribui as dificuldades cotidianas da mulher e mãe ao sistema patriarcal opressor, a ser combatido. Nesse sentido, O’Reilly (2010) argumenta que esse sistema se fundamenta e exerce seu papel opressor, sobretudo, por oito pilares, a saber: 1) A criança só pode ser cuidada devidamente pela mãe biológica; 2) Essa maternidade deve ser exercida vinte e quatro horas por dia, durante os sete dias da semana; 3) A mãe deve sempre pôr as necessidades da criança à frente das suas; 4) Mães devem recorrer aos especialistas para receberem instruções; 5) A mãe deve estar completamente satisfeita e preenchida pela maternidade; 6) As mães devem gastar excessiva quantidade de tempo, dinheiro e energia na criação dos filhos; 7) As mães têm total responsabilidade sobre a maternidade, mas nenhum poder sobre ela; 8) O trabalho de mãe é uma tarefa considerada pessoal, privada, de pouca importância política. Sendo assim, qualquer forma de maternidade que subverta esses princípios é subjugada socialmente. Não há, portanto, espaço para que a mãe exerça sua maternidade fora do casamento ou numa relação de adoção; a mulher não pode sentir-se cansada, confusa, até mesmo arrependida ou não pode ter anseios para além da maternidade; não pode também recorrer a outras pessoas para compartilhar o cuidado com os filhos, muito menos, decidir os parâmetros de como irá conduzir a própria maternidade. Os vídeos de Helen buscam enfrentar essas ditas verdades ainda hoje poderosas, desnaturalizando-as.

A ‘desromantização’ da maternidade proposta por Helen parece ir ao encontro do que O’Reilly (2010) denominou *maternal empowerment*, isto é, “uma redefinição da maternidade desde uma perspectiva materno-feminista” (p. 21 – tradução nossa). A partir dessa perspectiva – feminista e interseccional – ser uma boa mãe não significa mais ser branca, de classe média, dona de casa e casada; e, sim, abarca uma gama de possibilidades como ser lésbica, negra, pobre, velha, adotiva,

trabalhadora, entre outras marcações sociais. Além disso, essa maternidade pode ser exercida no interior de diferentes formatos familiares e não somente no modelo tradicional mãe-pai-filhos; ela pode estender-se a um grupo de pessoas e não se resumir à mãe. Essa mulher, então, libera-se para exercer outros âmbitos de sua existência, e a tarefa materna pode ser mais leve, menos penosa.

Após expor a posição da qual parte para defender seu discurso, Helen passa a apresentar situações e fatos rotineiros do universo materno, mas que são pouco conhecidos coletivamente, por imposição das formas de representação defendidas pelo ‘patriarcado’. A *youtuber* constrói a mãe como aquela que sofre preconceito em todos os espaços sociais em que transita (no pré-natal, no supermercado, em momentos de lazer, no seio da própria família, etc.). Ela traz, de forma ilustrativa para esse argumento, o contexto médico-hospitalar. Afirma que, desde o momento em que inicia o pré-natal até o parto, essa mulher sofre episódios de violência obstétrica, mediante a qual seu corpo é objetificado como algo cuja utilidade é, apenas, reprodutiva. Dessa forma, os médicos obstetras realizam práticas como a episiotomia,<sup>27</sup> muitas vezes sem o consentimento da mulher. Assim, como ‘o patriarcado’ delimita o corpo da mãe apenas para fins reprodutivos, não há a preocupação com os outros usos que essa mulher possa fazer deste.

Além disso, Helen evoca sua experiência de mãe solteira,<sup>28</sup> para denunciar a dificuldade de vivenciar formas alternativas de ser mãe. Afirma que somente foi possível dar-se conta do ‘patriarcado’ quando sua forma de ser e de agir passou a ferir as exigências e os pressupostos desse regime social. Compartilha, então, os impasses sofridos quando, grávida, resolvia sair para se divertir ou em busca de parceiros sexuais; quando era frequentemente indagada a respeito da presença do pai; quando era pressionada no pós-parto a recuperar o peso anterior à gravidez para ter mais

---

<sup>27</sup> Incisão efetuada na região do períneo (área muscular entre a vagina e o ânus) para ampliar o canal de parto.

<sup>28</sup> É importante ressaltar que temos consciência da crítica ao termo “mãe-solteira” defendido por diversas formas de feminismo. No entanto, pensamos que, para debater a respeito do tema, precisaríamos acionar diversos outros recursos teórico-metodológicos que fugiriam ao escopo deste trabalho.

chances de encontrar um pai para o seu filho; ou, ainda, quando era mal vista pela própria família, ao recorrer à ajuda deles para ficar com o filho enquanto trabalhava. Em suas palavras, diz: “Foi esse patriarcado aí que disse que mãe solteira é ruim, que não pode não!”. Com isso, denuncia formas de representação ideológica da mãe solteira, considerada, muitas vezes, promíscua, digna de pena, por julgarem que foi abandonada pelo pai da criança, ou relapsa, por não arcar com todas as ações e responsabilidades referentes ao cuidado com seu filho. Representa, por fim, a mãe submetida ao ‘patriarcado’ como uma pessoa solitária, uma vez que não há espaço para expor tais dissabores advindos dessa condição; exausta, consumida por tantas demandas e expectativas e, ainda assim, culpada por não conseguir ser perfeita aos olhos dos outros.

Por outro lado, Helen constrói a ideia de pai como aquele que é representante do patriarcado e, portanto, ocupa a esfera pública (política e econômica); como aquele que “só precisa pagar pensão, que é elogiado quando realiza os cuidados básicos com a criança”, mas que, segundo ela, “não faz mais do que sua obrigação”. Forja o pai, então, como figura privilegiada, que é cobrada, apenas, para arcar com as responsabilidades econômicas ligadas à criança e que, quando se voluntaria a exercer outras atividades de cuidado, é extremamente valorizado e legitimado socialmente, como se estivesse sendo generoso com as mães que devem, por seu turno, orgulhar-se deles.

Por fim, a partir do argumento de que “ama seu filho, mas odeia ser mãe” e de que a maternidade, como é vista hoje, aprisiona as mulheres, Helen faz apologia da mãe feminista, ou seja, aquela que “pode falar as verdades da maternidade”, “que pode falar da parte difícil”, “que pode contar com a ajuda da família e que compartilha as responsabilidades do filho”. Para ela, a mãe ideal é aquela que defende sua importância de alimentar a sociedade parindo novos cidadãos; que busca seus direitos trabalhistas; que tenta, assim, questionar, combater e superar os limites impostos pelo ‘patriarcado’, sendo uma “mãe possível”, ou seja, aquela que não se permite reduzir às funções de maternidade. Encerra seu pronunciamento afirmando: “Ser mãe é um ato político”, aludindo ao fato de que as mães precisam ser sujeitos de luta, que não podem se conformar com tantas restrições e imperativos e que

precisam assumir uma posição combativa em suas vidas, não podendo se furtar a tal postura, com o risco de serem solapadas pelos moldes tradicionais do que está posto.

Para tanto, conclama as mães à “sororidade”, palavra que tem sido utilizada frequentemente por mulheres nas redes sociais, que advém do termo em latim ‘soror’ e que significa ‘irmã’. Trata-se de um movimento característico de uma vertente do feminismo contemporâneo composto, sobretudo, por mulheres jovens que se utilizam do espaço da internet para criar redes de resistência contra situações de opressão e de misoginia sofridas pelas mulheres. Para elas, é preciso criar uma rede de empatia e colaboração entre as mulheres, superando a ideia de rivalidade rotineiramente evocada para representar o modo como estas se relacionam. Recorre, também, à ideia de que “a criança é responsabilidade de todo mundo” e, não, somente das mães. Parece fazer referência ao ditado africano que diz que “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”. Esse ditado tem sido lembrado em diversos cenários de lutas sociais contemporâneas, seja na defesa da ideia de educação integral, que não é reduzida ao ambiente escolar, mas que é forjada coletivamente, de modo que toda a sociedade deve ser responsabilizada pela formação dos futuros cidadãos; seja no cenário da luta entre os gêneros ao realizarem a defesa de que a mulher, mesmo tendo a função de gerar e parir uma criança, não deve ser a única a assumir os cuidados relativos à sua criação. Por fim e em paralelo a isso, convoca os pais a exercerem sua função, a dividirem com as mães todas as responsabilidades que a maternagem envolve e a lutarem, também, por seus direitos, como pela ampliação do tempo de licença paternidade que atualmente, no Brasil, dura, apenas, vinte dias (BRASIL, 2016).

Em resumo, pode-se afirmar que o discurso de Hel Mother opera de modo a personificar a instituição patriarcal para que retoricamente comunique seu poder de agência na vida das mulheres–mães. Poder esse que consagra modelos específicos de ser mãe, ser pai e de cuidar dos filhos, os quais são descritos com minúcia pela *youtuber* para que, em seguida, possa combatê-los apresentando formas alternativas de viver a maternidade e a paternidade e de desempenhar práticas de maternagem.

## ***Papai é Pop e a reivindicação à “paternagem”***

Marcos Piangers é um jornalista e radialista que ganhou fama a partir de 2015 devido à boa repercussão do seu livro “Papai é Pop”. Atualmente publica conteúdos em seu site, realiza palestras que congregam uma ampla audiência e tem perfis em diversas plataformas digitais como *twitter*, *facebook*, *instagram* e *youtube*, todos intitulados “Papai é Pop”, assim como o livro. Propõe-se, em todas essas mídias, a falar a respeito de criatividade, invenção e paternidade. Escolhemos analisar aqui o vídeo “Deixa o pai entrar”, publicado no seu canal do *youtube*, que, até o presente momento, tinha 72 mil visualizações.

Adjetivar o termo pai com a palavra ‘pop’ oferece pistas tanto para o entendimento da proposta de Piangers, mas também sobre como os pais que pretendem dividir as tarefas que compõem a maternagem se representam e são representados socialmente. A palavra ‘pop’ se origina do termo ‘popular’ (usado em inglês ou português) e pode significar desde um estilo de música, como forma de arte, mas também pode ser usada para designar alguém que esteja em pauta, que se encontre sob os holofotes do interesse social. Além disso, pode remeter a algo *cool*, legal, arejado, aprazível, que cai fácil no gosto das pessoas. De antemão, percebe-se uma inclinação a apresentar uma figura de pai mais palatável, mais interessante que logo será reconhecido e apreciado pelas mães.

O vídeo “Deixa o Pai Entrar” tem o objetivo de dar dicas para mães de como terem pais mais participativos. Para justificar-se no direito de orientar a conduta das mães, que ele mesmo reconhece como pretensioso, “por não ser uma mulher”, recorre à relação com as mulheres de sua vida (sua mãe, sua esposa e suas filhas) como fonte de todo o seu conhecimento sobre o assunto. Dessa forma, começa a apresentar três orientações principais para que as mães consigam que seus parceiros sejam mais participativos na criação dos filhos. Antes de apreciarmos os três pontos que ele apresenta, é importante refletir que as destinatárias do seu discurso são as mães que, segundo ele, devem ser orientadas a criar um ambiente facilitador para que os pais façam adesão às práticas de maternagem. Essa estratégia posiciona, mais uma vez, a mulher como responsável pelo sucesso da criação dos filhos. Mesmo que a participação do pai seja interessante para

desafogá-la do exercício da maternidade, ainda é ela quem deve buscar essa liberação. O *youtuber* não dá a mesma ênfase, em seu discurso, à convocação dos pais para que tomem a iniciativa de cuidar dos filhos, mesmo que, para isso, tenham que lidar com a desconfiança ou críticas maternas.

As três principais dicas que Piangers dá às mães são: “se livrem da culpa”, “deleguem ao pai o cuidado com o filho” e “respeite o jeito que o pai faz as coisas” (PIANGERS, 2018). Sobre a primeira dica, o seguinte trecho é ilustrativo:

Eu sei que se você não teve um parto humanizado, no meio da floresta, com um monte de leões ao redor, numa banheira, no meio de uma fazenda, você se sente mal porque você não fez aquele parto perfeito e idealizado: – Teve que ser cesárea! Algumas me dizem. [...] Se você não conseguiu amamentar o seu filho até ele ter dezoito anos de idade, você tem culpa. Se você voltou a trabalhar, culpa. Se você não voltou a trabalhar, culpa. Você sempre vai tentar ser a mãe perfeita. A mãe que vira todas noites, troca todas as fraldas, que vai em todas as reuniões escolares.

Por meio do exagero e da ironia, Marcos representa um modelo de mãe a ser superado, o da mãe que por tudo se culpa. Ele descreve o desejo compartilhado por muitas mulheres de terem parto natural e de amamentarem seus filhos sob livre-demanda, como algo fantasioso e impossível de realizar. Constrói uma caricatura dessa mãe, ao apresentar situações fictícias que remetem ao exagero dessas práticas. A mãe é descrita como alguém irracional que persegue objetivos impossíveis e que, ainda por cima, culpa-se por não os atingir. Por sua vez, a culpa materna é vista como uma escolha da mulher que pode livrar-se dela ou não, como se o que produzisse a culpa fosse a mulher individualmente e não uma rede de relações que demandam diversas tarefas à mãe e que a constroem caso não atendam tais expectativas. Afinal, atribui a essa culpabilização o fato de os pais não compartilharem o cuidado com os filhos. Ao mesmo tempo em que tenta convencer as mães da inviabilidade de ser perfeita, representa essas mulheres como pessoas tolas, que caem “no conto do vigário” das exigências sociais. Elas devem então acordar e esforçar-se para delegar aos pais o cuidado com os filhos. Somente dessa forma, eles terão a oportunidade de aprender como cuidar das crianças.

A terceira dica é respeitar a forma como os pais fazem as coisas, não os criticar, não afirmar que só mães sabem cuidar dos filhos. Apresenta a preocupação materna como sendo baseada em banalidades tais como se a roupa vai estar combinando ou se as meias estarão trocadas. Em vez de se preocupar, as mães são convocadas a torcer por seus maridos e a apreciar o fato de que “pelo menos, eles estão tentando”, “deve celebrá-los e não diminuí-los”. Alude ao fato de que os homens vão criar as crianças de um jeito diferente do das mulheres, como “tomar banho junto” com a criança ou “dar comida em cima da pia para não ter o trabalho de limpar depois”. Todas as formas de fazer são econômicas, mais fáceis. Por fim, é tímido na convocatória aos pais: “pais, participem pois é a melhor coisa do mundo”.

Nota-se que Piangers defende uma forma masculina de cuidar dos filhos como se esta estivesse ligada à sua natureza e, como tal, precisasse ser aceita pelas mães, pois “é o jeito dele”. No entanto, é importante ressaltar que os modos de ser masculino e feminino são uma construção, não estão dados de antemão. “As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular (CONNEL; MESSERSCHIMDT, 2013, p. 250). Há, portanto, várias formas de ser pai, de modo que essas práticas podem ser negociadas com as mães. Além disso, a assunção do papel paterno é condicionada a uma condescendência materna a um funcionamento hegemônico que não está disposto a se alterar e sim somente ser consentido.

Por outro lado, percebe-se que a produção de mídias sobre cuidados com os filhos por seus pais inaugura um movimento de responsabilização dos pais pela maternagem, o que constrange os limites das formas tradicionais de parentalidade. A visibilidade dos conteúdos produzidos por pais cuidadores acostuma o olhar dos usuários das plataformas para cenas de papais trocando fraldas, participando de reuniões escolares, interessados nos hábitos alimentares dos filhos, etc. Isso faz com que haja uma disseminação dessas práticas, gerando interesse de outros pais em adotarem tal empreitada ou mesmo consternando menos os olhares populares para o fato de homens também estarem afeitos a assuntos infantis.

## Algumas considerações sobre tecnologias digitais e a transformação das relações parentais hoje

A compreensão das formas atuais de parentalidade passa pelo entendimento da história das relações de gênero em nossa sociedade. Os discursos e práticas sobre a criação dos filhos e a conformação das funções de mães e pais ao longo do tempo estão intrinsecamente ligados a como se desenvolveram e consagraram as relações de gênero, legitimando e deslegitimando determinadas formas e usos culturais. Sendo uma questão de poder e luta, o campo é permeado de tensões, em que se ouvem vozes ecoando as formas dominantes de parentalidade, mas também as vozes contra-hegemônicas que insistem em resistir à tradição. Os vídeos aqui discutidos exibem discursos que pretendem tensionar as noções dominantes de parentalidade, criando novos sentidos sobre o cuidado de crianças e sobre os papéis de homem e mulher na vida doméstica que sinalizam sensibilidades alternativas nessa seara. Os vídeos parecem sublinhar o aspecto relacional da parentalidade e exibir um impulso na direção de maior equidade de gênero e distribuição mais justa do trabalho com a prole.

Sugerimos que os conteúdos produzidos e disseminados nas plataformas digitais sobre parentalidade – a exemplo dos dois vídeos de *youtube* aqui analisados – têm grande potencial de ajudar a relativizar formas canônicas e muitas vezes injustas de exercer as funções envolvidas na criação dos filhos. Por permitirem maior autonomia dos produtores de conteúdo, visibilidade, conectividade, interatividade e acesso do público, tais plataformas parecem imprescindíveis a qualquer forma de ativismo que vise à transformação das relações de gênero (e parentalidade) hoje existentes. Isso não significa, contudo, que esses espaços tenham colocado em questão, de forma contundente, o sistema binário que divide homens e mulheres, pais e mães em duas categorias rígidas e excludentes.

No que tange aos vídeos aqui analisados, ainda há silêncios. Se, por um lado, abre-se espaço para o questionamento de representações idealizadas da maternidade e para o desabafo das mães e pais que resistem aos estereótipos, ao mesmo tempo, mantém-se o binarismo sexual, naturalizando diferenças.

No sentido de alimentar discussões futuras, percebe-se que a interseção das categorias maternidade e paternidade com outras como raça, gênero e classe social ainda é muito pouco explorada. Não podemos, por exemplo, considerar que a inclusão digital é universal em nossa sociedade; o que circula nos *sites* de redes sociais a respeito dos direitos de mães e mulheres, ainda são conteúdos típicos de experiência das classes média e alta, que possuem acesso à tecnologia e que ainda podem reivindicar a distribuição dos cuidados com os filhos na família. No mesmo sentido, temos a ciência de que a maternidade vivida por classes populares, por pessoas negras ou por casais LGBT+ guarda peculiaridades e dificuldades que precisam se tornar visíveis e serem discutidas nos âmbitos dos direitos sociais e de políticas públicas.

Outro ponto sobre o qual seria interessante nos interrogar é a relação da produção dessas mídias com o mercado. Sabemos que muitos desses conteúdos audiovisuais são produzidos com objetivo da visibilidade e, conseqüentemente, dos ganhos monetários associados. Isso nos faz refletir sobre o peso das influências mercadológicas na promoção de determinados modelos de maternidade e paternidade, inclusive, na manutenção ou não dessa dicotomia parental.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016*. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm). Acesso em: 20 dez. 2018.

CHODOROW, N. *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

CONNEL, R. W.; MESSERSCHIMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, 2013.

FERNANDES, M. H. A mulher-elástico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, 2., 2006, São Paulo. *Anais eletrônicos* [...]. São Paulo: PUC. Programa

de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica, Laboratório de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, 2006.

MEDRADO, A.; MULLER, A. P. Ativismo digital materno e feminismo interseccional: uma análise da plataforma de mídia independente “Cientista que virou mãe”. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 184-211, abr. 2018.

MEYER, D. E. E. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. *Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2005.

NEYRAND, G. *L'évolution des savoirs sur la parentalité*. Bruxelas: Ypaka.be, 2016.

O'REILLY, A. Outlaw(ing) motherhood: a theory and politic of maternal empowerment for the twenty-first century. In: O'REILLY, A. *Twenty-first century motherhood: experience, identity, policy, agency*. New York: Columbia University Press, 2010.

PIANGERS, M. *Deixa o pai entrar*. 2018. 1 vídeo (3min14s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H05efX0rIf0>. Acesso em: 9 dez. 2018.

PIANGERS, M. *O papai é pop*. Caxias do Sul: BelasLetras, 2015.

RAMOS, H. *Por que desromantizar a maternidade*. 2017. 1 vídeo (22min36s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ndK-qO-Hi5Y0&t=698s>. Acesso em: 9 dez. 2018.

SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. (org.). *Políticas etnográficas no campo da cybercultura*. Joinville: Letradágua, 2016.

TOMAZ, R. Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. *Galaxia*, São Paulo, n. 29, p. 155-166, jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015120031>. Acesso em: 15 nov. 2018.

ZORNIG, S. M. A.-J. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 42.2, p. 453-470, 2010.

# JOVENS PESQUISADORES DO COTIDIANO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE PESQUISA

*Luciana Lobo Miranda  
Shirley Dias Gonçalves  
Emanuele Eulália da Silva Barros  
Lara Thayse de Lima Gonçalves  
Andrezza Araújo Queiroz*

## INTRODUÇÃO

O ato de pesquisar é comumente associado a uma atividade acadêmica que apenas aqueles devidamente qualificados podem realizar. Appadurai, autor indiano defensor da democratização da pesquisa, é bem claro, ao afirmar que:

A Pesquisa é normalmente vista como uma atividade técnica de ponta, disponível através de treinamentos e aulas para especialistas em educação, em ciência e em outras áreas profissionais relacionadas. Raramente a pesquisa é vista como uma capacidade com potencial democrático, muito menos como algo que é da família dos direitos (APPADURAI, 2006, p. 197).<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup>No original “Research is normally seen as a high-end, technical activity, available by training and class background to specialists in education, the sciences and related professional fields. It is rarely seen as a capacity with democratic potential, much less as belonging to the family of rights”. Tradução nossa.

Na contramão de certo elitismo da pesquisa, denunciado por Appadurai (2006), duas abordagens teórico-metodológicas, a Pesquisa-Intervenção (PI) e a Pesquisa Ação Participativa Crítica (CPAR),<sup>30</sup> ambas pertencentes ao campo das chamadas pesquisas participantes, permitem que, ao pesquisar COM o outro, estabeleça-se uma relação de copesquisador com aquele que é usualmente visto como um simples “objeto” de análise, ou como “informante”.

A partir da associação dessas formas de pesquisar, PI e CPAR, e compreendendo a pesquisa COM como uma forma de democratização da pesquisa, propusemos uma pesquisa com jovens de escola pública em que estes foram os pesquisadores do seu próprio cotidiano escolar, por meio da pesquisa “Educação, modos de subjetivação e formação de jovens pesquisadores da micropolítica do cotidiano escolar”.<sup>31</sup>

Neste capítulo, discutiremos essa experiência de pesquisa por meio de uma análise do processo de construção coletiva com os estudantes, em que estes planejaram e executaram toda a pesquisa, da escolha dos temas ao compartilhamento dos resultados, passando pela justificativa, pergunta de partida, objetivos, criação e aplicação dos instrumentos e análise dos dados. Todo o processo foi coconstruído com a equipe formada por docente e discentes de graduação e pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Assim, o objetivo deste capítulo é analisar o próprio processo de pesquisar COM jovens secundaristas.

Com o intuito de realizar uma pesquisa nos moldes acima mencionados, escolhemos o espaço de uma escola pública. Além de experiências anteriores de pesquisa-intervenção com a educação formal (EL KHOURI; MIRANDA, 2015; MIRANDA *et al.*, 2013b, 2015, 2016, 2018; RIBEIRO *et al.*, 2016, ), a escolha pelo espaço escolar ocorreu pelo fato de compreender a escola como local de formação e constituição

---

<sup>30</sup>No original: *Critical Participatory Action Research*. Como trataremos das contribuições norte-americana para a pesquisa de base participativa, utilizaremos a abreviação utilizada na língua inglesa: CPAR

<sup>31</sup>Pesquisa financiada pelo CNPq por meio de bolsa PIBIC e aprovada pelo comitê de Ética parecer número 3227767.

do sujeito moderno (FOUCAULT, 1977), em que se articulam poder-disciplinar e biopolítica como forma de governo de crianças e jovens (FOUCAULT, 2008). Além disso, jovens de escola pública, por fazerem parte de segmentos populares e marginalizados, usualmente são discursivamente construídos como perigosos e uma ameaça a si e ao outro (COIMBRA, NASCIMENTO, 2003; FRAGA, 2000). Assim, enquanto política de pesquisa no campo da psicologia, entendemos a importância de que estudantes de escola pública possam elaborar outras discursividades sobre si e sobre a micropolítica do seu cotidiano escolar.

Se em outras pesquisas realizadas com professores e alunos de escola pública criávamos dispositivos coletivos de análise, com base em temas advindos de nossas inquietações acadêmicas, tais como relação juventude, mídia e sexualidade; relação mídia e juventude; relação escola e mídia,<sup>32</sup> na pesquisa em tela, por influência da CPAR, a ideia foi radicalizar. Em vez de um tema prévio de pesquisa relacionado ao cotidiano escolar, a proposta era que, coletivamente, pesquisadores da Universidade e pesquisadores da Escola, construíssemos os objetos de pesquisa, baseados nas vivências escolares dos/das secundaristas. O objetivo era analisar a própria relação que eles e elas estabelecem com cotidiano escolar, tendo como dispositivo de análise as próprias pesquisas realizadas.

A fim de discutir a análise desse processo, em uma primeira parte, trataremos sobre as políticas de pesquisa acima citadas, PI e CPAR, e como podem ser utilizadas para uma criação coletiva entre os sujeitos envolvidos na pesquisa. Em seguida, faremos a discussão do processo da pesquisa em tela com base em dois analisadores: os jovens como pesquisadores do seu cotidiano escolar e o uso do diário de campo. Ambos analisadores evocam a construção de um espaço coletivo em que, pouco a pouco, os/as secundaristas foram ocupando a figura de pesquisadores e pesquisadoras do espaço escolar.

---

<sup>32</sup> “Juventude, mídia e sexualidade: Uma análise das relações entre sexualidade e mídia com jovens de Fortaleza” (MIRANDA *et al.*, 2013a, b); “Juventudes e Mídia: um estudo sobre consumo, apropriação e produção de mídia por jovens estudantes de Escola Pública de Fortaleza-CE (EL KHOURI; MIRANDA, 2015; MIRANDA *et al.*, 2015, 2016; MIRANDA; SOUZA FILHO; SANTIAGO, 2014); “Pesquisando com professores: a relação entre mídia e cotidiano escolar” (MIRANDA *et al.*, 2018; RIBEIRO *et al.*, 2016).

## CPAR e PI: o lugar do outro como copesquisador

A pesquisa-intervenção (PI) consiste em uma proposta de pesquisa participativa que busca investigar de forma dinâmica determinada realidade, assumindo caráter de intervenção política e social. Essa abordagem tem como foco o processo de construção do conhecimento mediante a transformação da realidade a ser investigada, situando num mesmo plano sujeito e objeto do conhecimento e, da mesma forma, teoria e prática. Segundo Aguiar e Rocha (2007), a concepção teórico-metodológica da pesquisa-intervenção opera na micropolítica do cotidiano, atuando no plano dos acontecimentos e buscando analisadores que problematizam eventos tidos como naturais. Atuar no campo da micropolítica do cotidiano significa analisar “a formação do desejo no campo social” (AGUIAR; ROCHA, 2007, p. 660). Destacamos aqui o entrecruzamento entre o campo político e a esfera subjetiva presente na micropolítica.

Temos no Brasil um campo de problematização da pesquisa-intervenção, ao qual nos filiamos, advinda dos saberes *Psi* no campo educacional, com a contribuição de pesquisadoras como Aguiar e Rocha (2007) e Adriana Marcondes Machado (2014), para nomear algumas. Em suas análises, há toda uma gama de discussões acerca de como a presença de nossos saberes ajuda a construir certa forma de estar COM a escola e como, por outro lado, afetamos e somos afetados pelo próprio processo de pesquisar.

Por outro lado, a *Critical Participatory Action Research* (CPAR), desenvolvida nos países de língua inglesa, mas com forte influência de pesquisadores latino-americanos, a exemplo de Paulo Freire; Martín-Baró e Fals-Borda (TORRE *et al.*, 2017) acabam por problematizar o lugar de sujeito-pesquisado, propondo que todo o processo da pesquisa seja construído coletivamente: “pesquisadores da Universidade trabalham ao lado de pesquisadores da comunidade no desenho, coleta de dados, análise e divulgação” (SANDWICK *et al.*, 2018, p. 3).<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup>No original “university researchers work alongside community researchers in design, data collection, analysis, and dissemination” (SANDWICK *et al.*, 2018, p. 3). Tradução nossa.

Assim como a PI desenvolvida no Brasil, a CPAR se constitui não como uma metodologia a ser empregada, mas como um campo epistemológico, ético e metodológico da pesquisa. Na CPAR, mesmo considerando distintos lugares sociais de fala, é possível a construção de Zona de Contato<sup>34</sup> em prol da construção de um interesse comum entre pesquisadores advindos das universidades e pesquisadores vindos das comunidades (TORRE *et al.*, 2008). Trata-se de “[...] empurrar nossa teorização psicológica para além de binários simplificados como opressor/oprimido ou colonizador/colonizado e entender as relações entre” (TORRE *et al.*, 2008, p. 24).<sup>35</sup>

Também na PI, a partir do tensionamento sobre o lugar daquele que pesquisa e do seu campo de saber, é possível questionar a suposta neutralidade científica do pesquisador, por meio do conceito de análise de implicação da Análise Institucional de Lourau. Esse conceito permite discutir o lugar do pesquisador como implicado no processo de transformação do objeto, devendo analisar constantemente sua relação com o campo (PAULON, 2005). Assim, se implicar “[...] é, ao fim de tudo, admitir que eu sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar; fenômenos, acontecimentos, grupos, ideias, etc.” (LOURAU, 2004, p. 148).

Nessa perspectiva, buscamos elaborar uma pesquisa conjunta em que, aos poucos, zonas de contato foram-se criando entre pesquisadores e pesquisadoras advindos da Universidade e aqueles/as oriundos da escola. Da mesma forma, por meio da inserção na micropolítica do cotidiano escolar, do contato com estudantes secundaristas, fomos nos sentindo mais implicadas com a pesquisa em construção.

## **Metodologia – Curso de formação enquanto dispositivo no pesquisar COM**

Para a realização de uma pesquisa COM jovens secundaristas, inserida no âmbito da CPAR e da PI, criamos como dispositivo um curso

<sup>34</sup>No original “Contact Zone”. Tradução nossa.

<sup>35</sup>No original “[...] push our psychological theorizing beyond simplified binaries such as oppressor/oppressed or colonizer/colonized and understand relations between” (TORRE *et al.*, 2008, p. 24). Tradução nossa.

de formação de jovens pesquisadores, com objetivo de incentivar que jovens, estudantes de uma Escola Pública Estadual de Fortaleza/CE, pudessem, por meio de uma formação crítica, pesquisar suas inquietações sobre a vida escolar. O curso, Formação de Jovens Pesquisadores do cotidiano escolar, cadastrado na Pró-reitoria de Extensão e com direito a certificação, teve duração de 30 horas e ocorreu no contraturno na própria escola *locus* da presente pesquisa.<sup>36</sup>

A escola *locus* da pesquisa é uma instituição pública de Ensino Médio regular e possui cerca de 2.000 alunos, divididos entre os turnos manhã, tarde e noite. Seu espaço é grande e bem cuidado, sobretudo o jardim central. Localizada em um bairro central e por ser reconhecida por seu grande número de aprovações no ENEM e em outros vestibulares, possui em seu corpo estudantil alunos que residem em diversos bairros de Fortaleza e região metropolitana. Além das aprovações, a instituição também é conhecida por sua militância em defesa da educação pública, tendo como exemplo sua participação nos movimentos de ocupação das escolas secundaristas em todo o Brasil no ano de 2016. Ademais, cada bimestre da escola tem como atividade uma feira, que expõe diversas temáticas para que os alunos construam trabalhos, como é o caso da feira da Semana de Consciência Negra e da Semana de Integração, que, em 2018, teve como temática os países da América Latina, suas histórias, políticas e culturas. Durante esses momentos, estudantes costumam realizar produções artísticas como pinturas, desenhos e fotografias, expostos em todo o espaço da escola, remetendo tanto à temática trabalhada quanto à valorização da construção dos próprios alunos. A fim de observar a dinâmica dos alunos e da escola, nosso grupo compareceu às duas feiras, percebendo forte engajamento na realização dessas atividades por partes dos/das estudantes.

---

<sup>36</sup>O curso “Formação de jovens pesquisadores do cotidiano escolar” esteve articulado tanto à pesquisa “Educação, modos de subjetivação e formação de jovens pesquisadores da micropolítica do cotidiano escolar” quanto à extensão “É da Nossa Escola que falamos”. Essa articulação ocorreu devido a aposta no caráter indissociável entre ensino-pesquisa-extensão, base da Universidade, e da própria política de pesquisa praticada pela PI e pela CPAR anteriormente citada.

Em seu funcionamento, o curso foi composto por discussões sobre as bases epistemológicas, éticas e políticas de uma pesquisa na escola, o direito à pesquisa e o estudante como pesquisador do seu cotidiano escolar. A construção da pesquisa envolveu: a criação coletiva do objeto, objetivo e instrumentos de investigação, a aplicação dos instrumentos, a análise coletiva dos dados e a divulgação dos resultados. O curso teve 40 alunos participantes (20 na turma da manhã e 20 na turma da tarde), todos cursando o segundo ano do Ensino Médio. A escolha dessa série ocorreu por uma proposta dada pela coordenação da escola, já que alunos e alunas do segundo ano já teriam passado por um ano de vivência no ambiente escolar, mas não estariam ainda tão focados no vestibular.

No decorrer do curso, também aplicamos um questionário com perguntas quantitativas e qualitativas, variando entre biossociodemográficas e relacionadas à escola. Dos integrantes, 62,5% são do gênero feminino, e 37,5% do gênero masculino, com média de idade total de 16 anos. Destes, 56,25% consideram-se pardos, 25% brancos, e 18,75% negros. Todos os alunos e alunas pretendem fazer o Enem. A maioria que afirmou conhecer a renda familiar possuía uma renda de dois a três salários mínimos (25%), e, do total de respondentes, 31,25% disseram receber algum tipo de auxílio do governo. Duas jovens afirmaram realizar algum trabalho ou ter um emprego, mas nenhuma das duas tinha carteira assinada ou era a principal provedora financeira da família. Dos respondentes, antes de iniciar os estudos na escola de realização da pesquisa, 37,5% estudavam em uma instituição privada, 50% em uma instituição pública, e 12,5% não responderam à questão. Todos os/as jovens têm expectativas altas ou muito altas de terminar o Ensino Médio, mas apenas 65,6% deles possuem expectativas altas ou muito altas de entrar na universidade. Em relação à escola, 87,5% concordam um pouco ou totalmente que desejam continuar seus estudos na escola, assim como 75% concordam um pouco ou totalmente que se sentem bem quando estão na escola.

Em ambas as turmas, os/as secundaristas se dividiram em subgrupos para a realização da pesquisa (3 na turma da tarde e 4 na turma da manhã), unidos pelo interesse comum. Para que pudéssemos elaborar conjuntamente as pesquisas, trabalhamos as temáticas por meio

de esquetes, rodas de conversa, produção de desenhos, colagens e cadernos coletivos como diário de campo. Apesar de trabalharmos com diversos instrumentos metodológicos, tais como observação e entrevista, todos os grupos escolheram desenvolver formulários numa plataforma digital de compartilhamento. Foram construídos 7 questionários em formato digital pelos alunos e alunas em conjunto conosco, que envolveram as seguintes temáticas: pressão para o vestibular; gravidez na adolescência; racismo; preconceitos; saúde mental dos estudantes e aprendizagem. Os questionários foram respondidos por 324 alunos e alunas da escola, além do núcleo gestor.

A fim de divulgar os questionários a serem respondidos pelos/as estudantes da escola, pesquisadores/as secundaristas e pesquisadores/as da universidade realizaram uma divulgação em diferentes turmas. Criou-se um movimento conjunto entre os dois grupos (universidade e escola) para tornar possível a pesquisa, em que representantes de ambos, enquanto colegas de pesquisa, entravam em salas de aula e explicavam, cada um à sua forma, o motivo de estar ali, a importância das pesquisas, e pediam que todos pudessem participar, respondendo aos questionários. Avaliamos que esse momento criou um entre-nós, permitindo a intensificação de zonas de contato (TORRE *et al.*, 2017).

Durante todo o processo, estudantes secundaristas marcaram seu lugar de apropriação do pesquisar e da pesquisa por eles/elas construída, tornando-se cada vez mais agentes políticos daquele ambiente produtivo:

Quando estávamos perto de finalizar o tempo no laboratório, M., do grupo sobre pressão no vestibular, estava conversando com E. sobre algumas questões que eles haviam formulado, e M. discordou em alguns pontos, afirmando que estava pensando como a adolescente que é, e que estava construindo seu questionário de pesquisa pensando no que os adolescentes gostariam de responder, o que é muito interessante para pensar em como eles estão ocupando esses lugares de pesquisadores (DIÁRIO DE CAMPO, 24/05/2019).

Desse modo, não se estabeleceram extremidades opostas entre pesquisadores/ras da Universidade enquanto sujeitos e estudantes secundaristas enquanto objetos, mas o pesquisar acontecendo num espaço

entre nós, em que nos sentíamos cada vez mais implicadas. Para pensar o processo de construção coletiva com jovens secundaristas, elegemos dois analisadores: o jovem como pesquisador do cotidiano escolar e os diários de campo feitos pelos secundaristas.

Em Pesquisa-intervenção são considerados analisadores aqueles acontecimentos do cotidiano que atravessam o campo de intervenção e que podem ser disparados a partir de dispositivos-analisadores, como o curso por nós proposto. Paulon (2005, p. 24), baseada em Lourau, afirma que:

[...] o analisador refere-se a todo dispositivo revelador das contradições de uma época, de um acontecimento, de um momento de grupo e que permita, a partir de uma análise de decomposição do que aparecia até então como uma totalidade homogênea (uma verdade instituída), desvelar o caráter fragmentário, parcial e polifônico de toda realidade.

Com base em algumas cenas de pesquisa articuladas a questões teórico-conceituais, tentaremos decompor os analisadores: “jovem pesquisador do cotidiano escolar” e “diários de campo dos secundaristas”.

## **O jovem como pesquisador do cotidiano escolar**

O pesquisarCOM nos coloca numa posição de “interessar-se pelo que interessa ao outro, abrir mão das classificações, dos saberes antecipados tanto sobre o que é e deve ser lugar do pesquisador quanto por relação ao que é e deve ser o lugar do pesquisado” (MORAES, 2014, p. 134). Assim, na pesquisa aqui relatada, estudantes secundaristas assumiram papéis de pesquisadores/as do seu próprio cotidiano escolar. Foi interessante observar o processo pelo qual todos nós passamos até nos sentirmos, de fato, apropriados/as desse lugar. No nosso primeiro encontro, propusemos uma atividade em que a turma era dividida em grupos, e a cada um desses grupos era dado um papelzinho com uma definição sobre o que seria pesquisa. Nós, pesquisadores/as acadêmicos/as, também nos inserimos nas equipes e pudemos nos aproximar do que os estudantes traziam, naquele primeiro

momento, como concepções próprias do que seria pesquisar. Em uma das equipes, surgiu uma reflexão sobre a pesquisa ser algo referente apenas à Universidade. Trouxeram o sentimento de que as informações circulavam apenas nos meios acadêmicos, o que nos colocou também em situação de identificação. No entanto, foi possível construirmos a ideia de que “Pesquisa não é algo elevado, sublime, difícil, restrito às universidades (e mesmo lá, às pós-graduações), mas uma prática cotidiana: uma forma de se relacionar com o conhecimento” (OLIVEIRA *apud* CEARÁ; ALIANÇA, 2015, p. 48). Levando em conta os princípios da CPAR e da PI, os agentes da comunidade são indispensáveis para a construção da pesquisa. Tal processo acaba por incidir numa política discursiva que pretende mobilizar discursos advindos de lugares socialmente desvalorizados, potencializando sua posição de pesquisadores de si e do mundo, conforme argumenta Appadurai (2006).

O objetivo de nossa investigação era analisar a construção de uma pesquisa com jovens de escola pública sobre o cotidiano escolar, em que os próprios jovens fossem pesquisadores/as desse processo. Como os/as jovens se vinculam com o espaço escolar? Quais problemas enfrentados no dia a dia? O que gostariam de discutir e transformar na escola? Quais as formas de ver, pensar, sentir presentes na escola? Enfim, como são subjetivados pelo cotidiano escolar? Tratava-se de problematizar a relação juventude e escola. Com isso, várias temáticas relativas às relações com professores e gestores, às divergências de opiniões entre os próprios alunos e alunas, questões de preconceito e outras ligadas ao vestibular surgiram como motivadoras de suas pesquisas.

Acreditamos ser a escola um dispositivo de consolidação da Modernidade e do sujeito, que acaba por produzir modos de subjetivação, articulando poder-disciplinar e biopolítica, como forma de governamento de crianças e jovens (FOUCAULT, 1977, 2008; SIBILIA, 2012). Ainda, em tempos de sociedade de controle (DELEUZE, 1992), de dissolução entre o dentro e fora institucional, a escola encontra-se cada vez mais atravessada por pressões sociais de toda ordem, como o binômio escola-empresa, fruto da lógica neoliberal

(LAVAL, 2004). Dessa maneira, a possibilidade de dialogar com jovens acerca de como se relacionam com a micropolítica escolar, estimulando-os a assumirem uma função de pesquisador de seu cotidiano, permitiu uma construção coletiva dos objetos das pesquisas, onde os/as jovens participantes pensaram em temas específicos que perpassam o cotidiano de sua escola, resultando no desenvolvimento de sete pesquisas: “O hoje afetando o amanhã”; “Como as opiniões antagônicas afetam a relação dos estudantes, podendo resultar no preconceito”; “A pressão no pré-vestibular”; “A saúde mental dos jovens”; “Como quebrar os padrões sociais?”; “Construindo meu eu na vida escolar”; “O desgaste de um adolescente durante a sua vida acadêmica”. Todas foram pensadas a partir de suas inquietações, advindas da observação da dinâmica escolar.

Os temas foram sugeridos pelos/as alunos e alunas e, inicialmente, eram bastante amplos. Com isso, durante os encontros, foi trabalhado o recorte das temáticas de interesse, e usamos atividades como esquetes, produção de desenhos e colagens. Dessa maneira, os/as estudantes se aproximavam dos seus objetos de pesquisa e sentiam maior propriedade para agir como pesquisadores/as. Uma fala de um dos jovens, no penúltimo encontro, caracteriza o sentimento de pertencimento enquanto pesquisador, enquanto agente das relações de poder-saber exercidas na política da pesquisa, como pode ser visto no trecho do diário de campo:

No final do penúltimo encontro da turma da sexta, todos estavam reunidos em uma roda, relembando os momentos das passagens em sala para a divulgação dos questionários de cada grupo. Durante essa conversa foi levantado o seguinte questionamento: se os questionários divulgados em turmas específicas poderiam ter sido respondidos por pessoas de outras salas. Logo em seguida, o aluno R. disse: “a pesquisa é nossa, então responde quem a gente quiser” (DIÁRIO DE CAMPO, 07/06/2019).

## **Diário de campo e as experiências em análise**

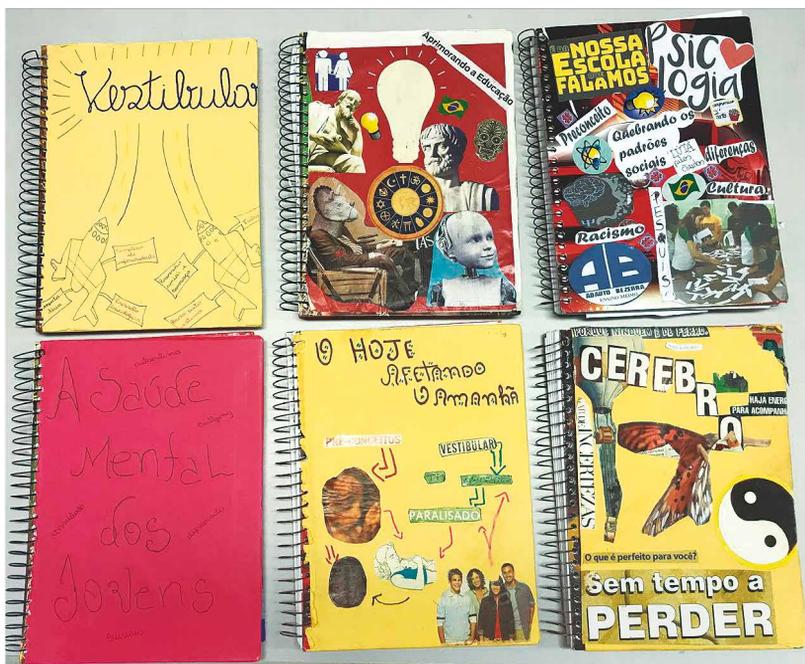
O processo de pesquisar sempre abre possibilidades para acontecimentos inéditos, principalmente quando se trabalha no campo da

intervenção. Assim, o/a pesquisador/a tem que aprender a acompanhá-los e surpreender-se com a riqueza de informações do campo que surge durante esse percurso. O diário de campo e a análise de implicação entram como instrumentos que auxiliam nesse processo de conhecimento e aproximação com o campo. Em muitos casos, o uso do diário feito por pesquisadores/ras acaba por se tornar um lugar privilegiado da análise de implicação do pesquisador/a, como uma testemunha, por meio da narrativa inscrita, não do registro imparcial, mas dos tensionamentos, dúvidas, surpresas do campo errante da pesquisa. O diário de campo acaba por funcionar como dispositivo analisador da pesquisa na comunidade, utilizando-se das impressões, percepções e questionamentos dos/das pesquisadores/as.

Segundo Medrado, Spink e Mélo (2014, p. 278), “O diário, como afirmamos, é um atuante: com ele e nele a pesquisa começa a ter certa fluidez, à medida que o pesquisador dialoga com esse diário, construindo relatos, dúvidas, impressões que produzem o que nominamos de pesquisa”. Qual a potencialidade desse “atuante” quando não apenas pesquisadores/as oriundos/as da academia produzem seu próprio diário, mas também jovens criam sua narrativa sobre a pesquisa em forma de diário? Assim, durante o planejamento das atividades da pesquisa com os jovens, propusemos que eles e elas também produzissem seus próprios diários de campo. Levamos um caderno para cada equipe. Da mesma forma que nós, a cada ida na escola, construíamos nossos diários coletivos, cada equipe deveria fazer também o seu relato coletivo. A ideia era que eles e elas utilizassem esse instrumento para registrar suas vivências, impressões, fotos, reportagens, desenhos, músicas, qualquer conteúdo que fosse relevante para seus temas de pesquisa.

A primeira atividade realizada com o caderno foi a sua customização, com o intuito de que os/as estudantes se aproximassem dessa ferramenta durante o processo de criação da capa. Uma estratégia para que eles e elas se vissem próximos de suas pesquisas, criando contornos para seus objetos de análise. O processo de customização aconteceu durante um dos encontros, onde jovens pesquisadores/as usaram de desenhos, frases, figuras e colagens para expressar o conteúdo de investigação das suas pesquisas.

Figura 1 - Cadernos customizados por cada equipe



Fonte: elaborada pelos autores.

Com isso, podemos analisar como os/as jovens pesquisadores/as aos poucos eram subjetivados/as pelas suas próprias pesquisas, adquirindo um olhar mais focalizado e preocupado para suas temáticas que se faziam presentes no ambiente escolar. Uma das integrantes do grupo intitulado “A pressão no vestibular” escreveu no caderno suas impressões sobre o tema pesquisado:

Chegar no Ensino Médio para muitos significa pressão, seja dos pais, seja da sociedade. São inúmeras as situações, delas posso destacar. Jovens que precisam trabalhar para ajudar com a renda familiar, outros que não sabem o que cursar por isso vivem a ‘margem do tanto faz!’, ainda há os que sabem o que querem mas não sabem como se organizar para ‘chegar lá’. É uma ansiedade ‘camuflada’, ninguém chega simplesmente e nos diz o que devemos fazer, mas subliminarmente tem uma mensagem que nos diz: – no ensino médio termine e entre na faculdade! (RELATO DO CADERNO)

A cada encontro, tanto nós da Universidade quanto os/as secundaristas escrevíamos nossos diários. Enquanto nós escrevíamos, numa plataforma digital compartilhada, escritos sobre as percepções dos encontros, com o intuito de poder nos familiarizar com a dinâmica dos grupos e para planejar as outras atividades, os/as estudantes secundaristas utilizavam as folhas de seus cadernos como um instrumento de auxílio na organização e no desenvolvimento da pesquisa.

As escritas feitas nos cadernos e nos diários de campo dos/as acadêmicos/as “não se baseiam em opiniões, interpretações ou análises objetivas, mas buscam, sobretudo, captar e descrever aquilo que se dá no plano intensivo das forças e dos afetos” (KASTRUP; BARROS, 2009, p. 70). Trata-se não apenas de retornar às experiências de campo, mas fazer da própria escrita do diário, também uma experiência. No terceiro encontro, por exemplo, ao pedirmos que as equipes fizessem a justificativa da sua pesquisa no caderno, as alunas do tema “Hoje afetando o amanhã” solicitaram a ajuda de um membro do nosso grupo de pesquisa e quando finalizaram fizeram a seguinte observação,

[...] duas meninas me perguntaram se eu estava às analisando, já que, segundo elas, por já estar mais perto do fim do curso [de Psicologia], eu sempre analisaria todo mundo, principalmente os alunos que são parte da nossa pesquisa. Ri, e tentei tratar sobre o momento com descontração, deixando claro que não funciona assim, mas que meu olhar sobre as coisas realmente mudou fazendo Psicologia. Foi interessante perceber como esse lugar é muito marcado para elas dentro do curso, mesmo com o pouco que falamos sobre a Psicologia em nossos encontros (DIÁRIO DE CAMPO, 12/04/2019).

Outro exemplo interessante da importância da escrita dos diários de campo para a análise de implicação é perceber como as percepções e os sentimentos perpassam nossa atuação no campo e interferem no agir da pesquisa. No diário de campo do quinto encontro, onde foi apresentada a proposta de construção de pergunta de partida e dos objetivos o grupo “A saúde mental dos jovens” pediu a ajuda de uma das integrantes do nosso grupo de pesquisa, contudo, quando esta começou a indagar sobre a formulação da pergunta, novos afetos surgiram:

Eu sentia que a cada questionamento meu sobre a formulação de sua pergunta original, o grupo se sentia confrontado e passou a ficar chateado com as intervenções. Eu percebi, falei que era difícil mesmo, que era um processo demorado e chato, então me afastei e deixei eles terminarem de formular sozinhos. Só fui chamada novamente para opinar sobre o objetivo (DIÁRIO DE CAMPO, 10/05/2019).

Dessa forma, podemos levantar a importância do diário, pois, a partir deste, temos a oportunidade de revisitar nossas próprias impressões, assim como nos abastecemos das visões dos outros colegas e, principalmente, dos copesquisadores com as informações do campo. O diário se torna uma ferramenta reconhecida e válida para a produção científica, porque nos permite adentrar nos territórios de pesquisa e levar em consideração o conhecimento dos que participam desses ambientes, sendo agentes modificadores e também modificados nesse encontro com o outro.

### **Considerações finais ou o pesquisador como um lugar inacabado**

Gostaríamos de ressaltar que, para nós, pesquisadores/as acadêmicos/as que estamos em processo de formação, foi um trabalho intrigante, pois, muitas vezes, acabamos por ocupar o lugar dos nossos/as professores/as orientadores/as, quando construímos as pesquisas com os/as jovens. Muitas das dúvidas trazidas pelos/pelas secundaristas também eram nossas. Por vezes, refletimos com eles/elas, outras cobrávamos a finalização das atividades para avançar nos processos da pesquisa. Os/as alunos/as da pós, principalmente, encontraram-se no espaço de solicitar a delimitação do objeto, algo que frequentemente escutam na Pós-graduação e que se viram reproduzindo na relação com os/as estudantes. Conforme diria Lourau (2004), ao tratar da análise de implicação, éramos objetivadas por aquilo que julgávamos objetivar.

Apesar de haver um planejamento prévio, muitas atividades foram sendo construídas ao longo do processo. Após cada encontro na Escola, nós, pesquisadores/as acadêmicos/as, reuniamo-nos a fim de discutirmos sobre o que havia surgido naquele dia de atividade e

planejarmos, considerando as particularidades de cada grupo, o encontro seguinte. Assim foram construídos, adaptados, incluídos instrumentos de construção e de análise de dados como o caderno, o diário de campo, os questionários para o perfil dos/das secundaristas, entre outros.

Sobre a utilização dos cadernos como instrumento de pesquisa, as equipes apresentaram dinâmicas diferentes. Geralmente apenas um membro ficava de posse do caderno, não havendo uma escrita compartilhada e que abrangesse as percepções de todos/as da equipe. Dessa forma, alguns cadernos apresentaram narrativas e registros de apenas um/uma ou dois/duas alunos/as, o que acabou por limitar a análise das percepções do grupo todo sobre seu processo de pesquisa. Outras equipes conseguiram realizar uma construção mais coletiva. As formas de escrita também foram heterogêneas, algumas equipes se detiveram nos escritos relacionados objetivamente aos temas de suas pesquisas, registrando dados e imagens, algumas informações e ideias, outras imprimiram uma escrita pessoal, de impressões, sentimentos, questionamentos que surgiram durante o processo.

Os diários de campo dos/das pesquisadores/as acadêmicos/as foram feitos em coletivo, de modo que, a cada encontro, todos/as colocavam suas impressões, percepções e vivências daquele dia. Consideramos que a construção do instrumento em grupo foi muito valiosa, pois nos permitiu um momento de pausa e reflexão sobre o que havia ocorrido e nos autorizava a entrar em contato com os vários sentimentos que surgiam do decorrer da pesquisa. Além disso, também nos foi engrandecedor ter acesso aos relatos dos demais, pois as identificações e diferenças ali relatadas fortaleceram nosso vínculo enquanto grupo. A partir disso, as análises de implicação foram surgindo e auxiliando no desenvolvimento das atividades que se seguiram.

Como analisador do processo de pesquisa, o uso do diário no pesquisarCOM nos impôs um limite: o diário de campo feito por estudantes secundaristas ser distinto do diário de campo feito pelos/as acadêmico/as. Algo a ser futuramente re-dimensionado. Por outro lado, durante o processo de pesquisarCOM, podemos usufruir dos inúmeros aprendizados que foram consequência desse trabalho. Trocamos saberes, práticas, dúvidas, ideias. Posicionamo-nos a partir de um lugar

heterogêneo, mas comum, considerando que todos/todas estavam em busca de um mesmo objetivo: o de pesquisar COM os/as jovens e desenvolver não apenas as suas, mas sobretudo as nossas capacidades de olhar o cotidiano escolar de forma crítica e implicada.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, K.; ROCHA, M. “Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise”. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão do CFP*, v. 4, n. 4, p. 648-663, 2007.

APPADURAI, A. The right to research. *Globalisation, Societies and Education*, v. 4, n. 2, p. 167-177, 2006.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. L. “Jovens pobres: o mito da periculosidade”. In: FRAGA, P.; IULIANELLI, J. A. (org.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 19-37.

DELEUZE, G. “Post-Scriptum sobre as sociedades de controle”. In: DELEUZE, G. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 219-226.

EL KHOURI, M. M.; MIRANDA, L. L. “Do consumo à produção de mídia por estudantes de escola pública em Fortaleza”. In: BARBALHO, A.; MARÔPO, L. (org.). *Infância, juventude e mídia: olhares luso-brasileiros*. Fortaleza: Editora UECE, 2015. p. 77-94.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRAGA, A. B. *Corpo, identidade e bom-mocismo: cotidiano de uma adolescência bem-comportada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KASTRUP, V.; BARROS, L. P. “Cartografar é acompanhar processos”. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (org.). *Pistas do mé-*

*todo da cartografia: pesquisa-intervenção e produção da subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-75.

LAVAL, C. *A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Editora Planta, 2004.

LOURAU, R. “O estado na análise institucional”. In: ALTOÉ, S. (org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

LOURAU, R. *René Lourau na UERJ: análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1993.

MACHADO, A. M. “Exercer a postura crítica: desafios no estágio em Psicologia escolar”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 34, n. 3, p. 760-773, 2014.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J. P.; MÉLLO, R. P. “Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas”. In: SPINK, M. J. P. et al. (org.). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 274-294.

MIRANDA, L. L. et al. “A relação universidade-escola na formação de professores: reflexões de uma pesquisa-intervenção”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 2, p. 301-315, abr./jun. 2018.

MIRANDA, L. L. et al. “Consumo e produção midiática por estudantes de escolas públicas de Fortaleza/Brasil”. *Revista Interações*, v. 9, n. 26, p. 169-190, 2013b.

MIRANDA, L. L. et al. “Juventude, sexualidade e mídia: aspectos analisados no município de Fortaleza”. In: COLAÇO, V.; CORDEIRO, A. (org.). *Adolescência e juventude: conhecer para proteger*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013, p. 199-236.

MIRANDA, L. L. et al. “Modos de subjetivação e redes sociais digitais: dialogando com jovens estudantes de escolas públicas de

Fortaleza-CE”. In: SOUSA, C. A. de M. (org.). *Juventudes e tecnologias, sociabilidades e aprendizagens*. Brasília: Liber Livros/UNESCO, 2015, p. 293-314.

MIRANDA, L. L. *et al.* “Pesquisando com jovens na escola: desafios da pesquisa-intervenção em dois contextos escolares”. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 20, n. 2, p. 245-254, 2016.

MIRANDA, L. L.; CYSNE, J. de B.; SOUZA FILHO, J. A. de. “Juventude e mídia: discutindo, criando, pesquisando”. In: RIOS, F.; VIEIRA, L.; QUEIROZ, T. (org.). *Metodologias participativas e organização psicossocial: promoção de saúde e enfrentamento da violência sexual e de gênero*. Recife: Editora UFPE, 2016, p. 209-231.

MIRANDA, L. L.; SOUZA FILHO, J. A. de; SANTIAGO, M. V. “A relação lazer e mídia entre adolescentes e jovens de escolas públicas em Fortaleza/CE”. *Psicologia Argumento*, v. 32, n. 79, p. 293-314, 2014.

MORAES, M. “Do “pesquisarcom” ou de tecer e destecer fronteiras”. In: TAVARES, G. M.; MORAES, M.; BERNARDES, A. G. (org.). *Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia*. Vitória: Edufes, 2014. p. 131-137.

OLIVEIRA, G. M. “A pesquisa como princípio educativo”. In: CEARÁ. Secretaria de Educação do Ceará; ALIANÇA. Instituto. *Caderno do aluno. DPS/P: Núcleo de trabalho, pesquisa e práticas sociais*. Ceará: Instituto Aliança e Governo do Estado do Ceará, 2015. p. 48.

PAULON, S. M. “A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção”. *Psicologia & Sociedade*, v. 17, n. 3. p. 18-25, 2005.

RIBEIRO, D. M. *et al.* “Pesquisando com professores: a centralidade do diário de campo e da restituição em uma pesquisa-intervenção”. *Revista de Psicologia da UFC*, v.7, n. 1, p. 81-93, jan./jun. 2016.

SANDWICK, T. *et al.* Promise and provocation: humble reflections on critical participatory action research for social policy. *Urban Education. Sage Journals*, v. 53 n. 4, p. 473-502, 2018. DOI 10.1177/A:0042085918763513.

SIBILIA, P. *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

TAVARES, G. M.; MORAES, M.; BERNARDES, A. G. (org.). *Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia*. Vitória: Edufes, 2014. p. 131-137.

TORRE, M. E. *et al.* “Critical participatory action research on state violence: bearing wit(h)ness across fault line of power, privilege and dispossession”. In: DELZIN, N.; LINCON, Y. S. (org.). *Handbook of qualitative Research*. London: Sage Publication, 2017. p. 492-515.

TORRE, M. E. “Participatory action research”. In: TEO, T. (org.). *Encyclopedia of Critical Psychology*. New York: Springer, 2013. p. 1323-1326.

TORRE, M. E. *et al.* “Participatory action research in the contact zone”. In: CAMMAROTA, J.; FINE, M. (org.). *Revolutionizing education: youth participatory action research in motion*. New York: Routledge, 2008. p. 23-43.

# A PESQUISA ARQUEOGENEALÓGICA: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS PARA UMA ANALÍTICA DO PODER, DO DISCURSO E DA SUBJETIVAÇÃO

*Pablo Severiano Benevides  
Adolfo Jesiel Siebra Dias*

**A**s formas-pesquisa, especialmente aquela vinculada à comunidade acadêmica, consistem em uma das disposições mais intensas de captura institucional do discurso, mediante seus procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição (BENEVIDES, 2016; FOUCAULT, 1999). Há uma espécie de incitação para que se adotem estruturas discursivas que se apresentam enquanto verdades verdadeiramente verdadeiras (VEIGA-NETO, 2011). Assim, pesquisar academicamente, ou, como alguns preferem designar, de modo científico, parece ter-se convertido, nos últimos tempos, em buscar orientar-se, fundamentalmente, pelos cânones protocolares determinados pelos regimes de conhecimento e verdade que se apresentam enquanto soberanos e oficiais. Neles, para que o conhecimento seja alcançado e, conseqüentemente, considerado válido e verdadeiro, é preciso que se atenda a determinados critérios de cientificidade, submetendo-se a etapas precisas e metodicamente ordenadas, no afã de garantir legitimidade à sua operação investigativa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Entretanto, conforme nos alerta Aragão, Barros e Oliveira (2005), ainda que esses modelos se

imponham como hegemônicos na atualidade, eles não são nem exclusivos, nem conclusivos e, muito menos, definitivos. São apenas alguns dos vários arranjos possíveis, que surgiram no decorrer da história para se pensar o conhecimento e suas formas de organização e configuração.

Com efeito, na tentativa de evidenciar a existência de alternativas investigativas que se descolam desses imperativos metodológicos, neste artigo, iremos nos ater estritamente aos apontamentos de Michel Foucault, tendo em vista que suas considerações permitem ultrapassar o árido núcleo discursivo do tecnicismo metodológico que rege essas matrizes para problematizar o próprio estatuto político do conhecimento, sobretudo no que diz respeito à sua produção. Ainda que o pensador francês não tenha elaborado nenhum tipo de método fechado e prescritivo, entendendo-o muito mais como um *ethos* ou, como nomeia Veiga-Neto (2009), uma espécie de ‘teorização’, seu modo de proceder foi capaz de evocar ressonâncias singulares em diversos campos de problematizações. Isso ocorre, pois a sua forma de interrogar não se confunde com nenhuma disciplina (Psicologia, Antropologia, Sociologia, História). Ela opera de maneira transversal a estas, ensaiando assim “novas territorialidades para a pesquisa, novos campos de saber, novas formas de entendimento e compreensão, ou uma outra forma de agrupar os enunciados e definir esferas outras de cientificidade, ou de racionalidade, ou ética, ou estética” (BENEVIDES, 2016, p. 274).

Em seus primeiros trabalhos, caracterizados enquanto arqueológicos, Foucault transitou prioritariamente pelo plano das discursividades, tomando por foco de análise uma história das práticas discursivas imanente a uma rede de conexões institucionais que lhe é correlativa (DREYFUS; RABINOW, 1995). O cerne dessa empreitada não era esboçar uma análise linguística que, de alguma forma, pressuporia a existência de um enunciado latente ou um campo semântico a ser decifrado; mas, antes e sobretudo, tratava-se muito mais de visibilizar as relações imanentes entre poder-saber constitutivas do discurso, mostrando que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta” (FOUCAULT, 1999, p. 10). Assim, menos do que um simples conjunto de signos e significantes, os discursos passam a ser entendidos

enquanto práticas efetivas, compostos de “jogos estratégicos, de ação e reação, de pergunta e resposta, de dominação e esquiva” (FOUCAULT, 2003, p. 9). É nesses termos que a noção de regularidade discursiva se estabelecerá enquanto fundamental para entender o seu funcionamento, visto que essas regras “são as condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva” (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Entretanto, na medida em que Foucault (2008) avança em suas análises, ele observa que não há uma autonomia irrestrita ao discurso no que se refere às suas regras de constituição. Ela é relativa. Por seu turno, se existe um movimento de positivação do discurso, tal processo está atrelado a uma produção de verdade, constituída por relações de poder que a incitam e a apoiam, tendo em vista que “o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho” (FOUCAULT, 2008, p. 144). Desse modo, para examinar essa nova dimensão, impôs-se a necessidade de considerar práticas de outra ordem, “práticas não discursivas que as envolvem e lhes servem de elemento” (FOUCAULT, 2008, p. 177), isto é, uma série de “efeitos de poder próprios ao jogo enunciativo” (FOUCAULT, 2012, p. 4). Doravante, será a esse eixo que Foucault voltará sua atenção, realizando em seus trabalhos posteriores, designados como genealógicos, uma ‘analítica do poder’, na tentativa de explicitar a história dessas apropriações, do que antes não tinha história, da proveniência e emergência dessas práticas sociais que assumem na vida cotidiana as formas mais regionais e concretas.

Esses deslocamentos, característicos do pensamento de Foucault, poderiam ser compreendidos como uma espécie de renúncia do instrumental arqueológico em prol do aparato genealógico. No entanto, longe de ser um abandono, o que ocorre é um reposicionamento da abordagem arqueológica, uma mudança no seu peso e na sua concepção. Ela passa a servir à genealogia na medida em que o “genealogista é levado de volta a encontrar o sistema cuja apropriação parcial é contemporânea do início das condições culturais que ele tenta compreender. E é esse sistema anterior, em sua integridade, que o arqueólogo evidencia e procura tornar inteligível” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 282).

Trata-se, portanto, de uma espécie de ‘maquinaria conceitual’ cujos elementos se interpodem e se atualizam reciprocamente, operando por meio de uma ‘causalidade imanente’ – “uma causa que se actualiza no seu efeito, que se integra no seu efeito, que se diferencia no seu efeito. Ou antes, a causa imanente é aquela cujo efeito a actualiza, a integra e a diferencia” (NABAIS, 2009, p. 81).

Destarte, ao passo que “as descrições críticas [arqueológicas] e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e se complementarem” (FOUCAULT, 1999, p. 69), o escopo deste artigo consiste em elencar cinco princípios que orientam a pesquisa *arqueogenealógica* (formas, procedimentos metodológicos) com vistas a traçar uma diferença e produzir uma linha de fuga em relação a algumas tendências metodológicas que são: a) formalistas, porque têm muitas vezes sua única razão de ser na obediência às regras de editais e documentos com valor institucional; b) heterônomas, porque submetem a construção de um problema de pesquisa a uma agenda externa, ao que outrem elege como problema; c) irrefletidas, porque são frequentemente acionadas de modo automático, imperceptível e natural – como se fosse evidente que toda pesquisa deve proceder “assim”; d) tradicionais, porque acreditam na necessidade de fundamentação como passo primeiro da pesquisa e consideram a antiguidade como critério primordial; por fim e) disfuncionais, porque efetivamente dificultam a pesquisa com exigências estranhas e alheias aos caminhos que a pesquisa vai demandando.

Com efeito, nas linhas subseqüentes, explicitaremos o modo como cada uma delas não somente se contrapõe, mas também se incompatibiliza radicalmente com o proceder *arqueogenealógico* legado por Michel Foucault. Por uma via outra, trata-se, portanto, de curto-circuitar as duras linhas de segmentação metodológica que traçam os contornos oficiais de toda e qualquer pesquisa por meio da *arqueogenealógica*. De sorte que o caráter um tanto ensaístico com o qual procederemos no decorrer do texto, ao apresentar esses cinco princípios metodológicos para a pesquisa *arqueogenealógica*, bem como a deliberada ausência de citações, já expressa nossa tentativa de marcar uma “diferenSa” (BENEVIDES; BARRETO; LIMA, 2015) em relação à forma-pesquisa curto-circuitada pela *arqueogenealógica*.

## O CALEDOSCÓPIO ARQUEOGENEALÓGICO

### Princípio da onipresença discursiva e da ausência da realidade

Não há uma realidade a que o discurso se refira, se oponha, distorça ou mesmo constitua. A pesquisa *arqueogenealógica* não destaca nenhuma realidade: destaca diferentes práticas discursivas, situa o jogo de força entre elas, sua qualificação, seus locais de inscrição, seu posicionamento na ordem do saber. O vínculo entre o poder e o discurso é fundamental para trabalharmos de forma não somente genealógica, mas *arqueogenealógica*. Isto porque, se os saberes, os discursos, os enunciados, os conceitos, as palavras estão todas – de ponta a ponta – laçados ou repelidos por mecanismos de poder, essa relação, sendo de imanência, permite-nos indicar que as formações de poder em nossa sociedade se exercem movimentando das mais diferentes formas o discurso. Onde quer que o poder seja exercido haverá um discurso que lhe será correlativo. Não há, pois, para a pesquisa *arqueogenealógica*, qualquer forma de exercício de poder sem que dela se depreenda um extrato discursivo pertinente à pesquisa.

Da mesma forma, o discurso não chega a um fim. Não há nenhuma fala ou discurso que, do ponto de vista *arqueogenealógico*, mereça de antemão qualificação privilegiada. A *arqueogenealogia* não põe no trono discurso algum. Nem entrevistas, nem documentos, nem artigos científicos, nem texto de fundamentação – se, por um lado, a *arqueogenealogia* toma como princípio investigativo a onipresença do discurso, por outro lado deverá considerar que discurso algum condensa, aglutina, aglomera, representa ou contém outro. Em uma palavra, para a *arqueogenealogia*, não há nenhum discurso de ‘síntese’. A pesquisa, portanto, não bate o martelo. Não decide. Não conclui. A pesquisa, no máximo, se bem feita, expõe conexões entre discursos (e as ações do poder nessas conexões) que usualmente passam despercebidas justamente por operações de poder que a pesquisa deve dar a ver. E, dando a ver, a pesquisa obriga as relações de poder a se reformular mais uma vez. Ao deslocar-se e transmutar-se, o poder torna-se mais visível do que quando estava confortável em suas repetições.

A realidade, portanto, constitui a fâisca que aparece (e está pronta a desaparecer) quando duas espadas se chocam uma contra a outra. Ela é uma miragem decorrente da força conectiva dos discursos. A realidade não é o alvo que alguns discursos atingem e outros não, mas sim o objeto de luta das forças discursivas. A realidade é o prêmio provisório que determinada conectividade de discursos consegue obter. Mostrar a conectividade dos discursos e a realidade que lhe é correlativa é, ao mesmo tempo, quebrar a conectividade dos discursos e pôr em questão a realidade que lhe é correlativa. A pesquisa *arqueogenealógica*, portanto, inicia-se no intuito de derrubar a realidade. Ela haverá, pois, de mostrar a miragem que a realidade é. Isto para, somente em seguida, mostrar que a miragem é também real.

### Princípio da exclusão do sujeito e da influência – emergência da subjetivação

A pesquisa *arqueogenealógica* nunca poderá responder à questão: ‘qual é o impacto disto na vida dos sujeitos’. Não se trata de uma impossibilidade somente quantitativa ou de uma limitação quanto ao acesso à vida subjetiva, limitação esta que a pesquisa tentaria sanar mais ou menos de acordo com a ampliação de suas escolhas e uma satisfatória conexão metodológica no trato com sujeitos. Aqui está posta uma impossibilidade de princípio: não há transparência na vida subjetiva, ela não é índice de si mesma e não revela nenhuma verdade em qualquer uma de suas manifestações. É comum que pesquisas que tenham a fórmula ‘qual o impacto de X nos sujeitos’ não faça, inclusive, qualquer distinção entre sujeito e indivíduo. Assim, os sujeitos, pessoas, indivíduos (aqui pouco importa) produzem uma fala que não deve ser ‘comprada’ pela pesquisa *arqueogenealógica*. Isto não por qualquer compreensão assemelhada à psicanalítica de que há uma fratura, tópica e estrutural, entre sujeito de enunciado e sujeito da enunciação.

Trata-se tão somente da admissão de que aquilo que conta como ‘subjetivo’, aquilo que a instância de realidade que ainda chamamos de ‘sujeito’ considera como sendo ‘subjetivo’, consiste no entrecruzamento singular entre o que é visível (e visto), o que é dizível (e dito)

e as formas específicas de poder que dão as balizas para que o sujeito compreenda a si mesmo, veja a si mesmo, narre a si mesmo, julgue a si mesmo e aja sobre si mesmo. A pesquisa *arqueogenealógica* não precisa da extravagante suposição ética ou ontológica do inconsciente – basta a ela ater-se aos modos como discurso e poder se articulam e produzem as coordenadas para que um sujeito dê àquilo que se passa com ele uma configuração, uma forma, uma experiência, uma cronologia e um sentido que compreenderá como sendo ‘subjetivo’.

A *arqueogenealogia* renuncia às aspirações em desvelar a mágica que faz uma coisa se transformar em outra. O problema da ‘influência’ consiste, em certa medida, em reativar a vontade de decifrar o momento em que a mágica se realiza. Ele toma, nas pesquisas, em geral, a forma do ‘até que ponto...’. Opera, ainda, acionando as categorias da totalidade, do negativo e da reviravolta: ‘não vivemos mais em tempos disso, mas em tempos daquilo’; ‘não vivemos mais em uma sociedade assim, mas dessa forma’; ou se quisermos pôr em forma de interrogação: ‘até que ponto ainda somos isto e não aquilo? Nossa sociedade é assim e não assada?’. A renúncia às investigações sobre os ‘efeitos subjetivos’ deve levar a uma renúncia às investigações sobre as ‘influências’ (e os ‘até que ponto’) de modo generalizado. A *arqueogenealogia*, nesse sentido estrito, tem a modéstia de mostrar – ou se isto ainda soar excessivo, de indicar – as metamorfoses nos discursos e nas formas de poder que lhes são correlativas, bem como suas conexões. Ela permanece no nível de mostrar as vizinhanças: o enunciado que costuma se repetir quando outro enunciado é dito, um mecanismo de poder que costuma vir junto a outro. Trata-se, pois, de indicar regularidades poucos perceptíveis ou pouco publicizadas como percebidas e nunca saltar das regularidades às interpretações, suposições e intenções – em uma palavra, deslocar o problema psicológico da influência para o problema *arqueogenealógico* da política dos enunciados.

Com isso, a pesquisa *arqueogenealógica* abre-se ao campo de investigação acerca dos processos de subjetivação. E deve compreender que a figura do ‘sujeito’ consistiria justamente em um buraco negro que agiria como um ímã central: atrairia todos os elementos da análise *arqueogenealógica* da subjetivação a um fundo obscuro, misterioso, enigmático

e refratário à análise. Sendo a subjetivação o âmbito das relações de si consigo, e sendo o ‘si’ nada mais que a suposição ou incógnita especular de uma relação de multiplicidades, a pesquisa *arqueogenealógica* incide sobre uma ponta dupla: a ponta em que o saber e o poder se convertem na experiência e a ponta em que a experiência se converte em saber e poder. A subjetivação, não sendo nunca espontânea, é sempre provocada – a pesquisa deve, portanto, atentar aos modos de provocar os processos de subjetivação. Por outro lado, a subjetivação não sendo nunca o resultado de um cálculo exato e previsível, não sendo nunca um mero desdobramento ou continuidade entre saber e poder, é sempre um domínio de potencial resistência – e, assim, a pesquisa deve ater-se aos modos com os quais os processos de subjetivação afetam a organização dos saberes e poderes e os obrigam a se reformularem.

### Princípio da descontemporaneidade ou da anti-atualidade

A pesquisa *arqueogenealógica* não se confunde com os relatos jornalísticos. Se ela incide sobre uma materialidade de discursos que se apresentam hoje a nós, se ela reflete sobre questões que nos inquietam e vibram mesmo a contragosto, se ela, por fim, nunca faz história sem fazer ao mesmo tempo diagnóstico do presente, a pesquisa *arqueogenealógica* recusará, com toda veemência, a força discursiva daqueles que pretendem enumerar uma agenda de temas contemporâneos. Ela estará sempre em uma capilaridade aquém e não coincidente com a vontade de representação e comunicação que assola aqueles que querem fazer da pesquisa uma notícia. A pesquisa *arqueogenealógica* é inteiramente diferente de uma notícia. A pesquisa, quando noticia, é porque não está mais pesquisando: caiu na mão de jornalistas disfarçados de pesquisadores. A notícia jornalística, ante a pergunta ‘o que está acontecendo agora?’, busca a verdade, o fato, a síntese e o comum entendimento. A pesquisa *arqueogenealógica*, ante a pergunta ‘o que está acontecendo agora?’, percorre os rastros das incertezas, a ambiguidade dos discursos, o contragolpe dos poderes e a insubordinável diferença.

A pesquisa *arqueogenealógica*, na medida em que se ocupa aquilo que somos não para pesquisar aquilo que sempre fomos, mas

para pesquisar aquilo que estamos deixando de ser, é ao mesmo tempo contemporânea e anticontemporânea. Não há, aqui, nenhuma dialética de qualquer modalidade. Não se trata nem de um movimento ontológico do real nem epistemológico do pensamento; diferentemente, trata-se de produzir, no nível próprio da consecução da pesquisa, um curto-circuito na linha reta da história de nós mesmos. Se a *arqueogenealogia* tem um pé na história não é para que salte ao contemporâneo e marque-o com as pegadas do chão de outrora. Não se trata de seguir rastros, mas de arrastar. A pesquisa *arqueogenealógica* arrasta a história: ela encontra um fio, um arco, um elo e segue sua singularidade. Isto é o problema de pesquisa. Não é da ordem da nostalgia, mas do espanto. Não lamenta nem o que somos nem o que não somos. Ele surpreende ao nos indicar que somos isto e aquilo. A datação histórica é, para o *arqueogenealogista*, sua grande artimanha, astúcia e audácia – a data serve para que fixemos os olhos em um ponto X enquanto o pesquisador faz sua malícia. É a ilusão de que “isto é o que somos hoje” que o *arqueogenealogista* pretende obter, enquanto conduz em sua narrativa o jogo dos acontecimentos para deslocar aquilo que nós fomos para aquilo que estamos em vias de deixar de ser.

Não há para a pesquisa *arqueogenealógica* temas atuais e temas não atuais. A *arqueogenealogia* deve rejeitar a agenda dos temas atuais pelo simples fato da atualidade, mas poderá encarar inúmeros problemas fabricados a partir desses temas. As redes sociais virtuais, as novas formas de vigilância e monitoramento, o *big data* e a governamentalidade algorítmica, os temas identitários, pós-identitários, *queer*, pós-pornô, os estudos pós-colonialistas e decolonialistas, as novas biopolíticas, a indústria *farmacopornográfica*, a nanotecnologia e os processos de molecularização da vida – não há, aí, em nenhum desses ‘temas’ ou dessas ‘expressões’ ou desses ‘campos’, algo que, por si só, nem represente, nem sintetize o contemporâneo, o atual, o tempo em que vivemos. O tempo em que vivemos – plano de imanência *arqueogenealógico* – consiste justamente na questão. Na interrogação. No problema. Ele não é um aglomerado aditivo de campos de estudo, nem um mosaico de campos de problematizações. O tempo em que vivemos é a pergunta que, para ser respondida, necessita que a *arqueogenealogia* arraste a história sem se segurar nas referências

que outrem entrona como símbolo do contemporâneo, como baluarte do nosso tempo, como imagem do presente. E, sim, a *arqueogenealogia* é iconoclasta.

### Princípio da continuidade inesperada e da ruptura indesejada

A construção de uma narrativa (*gnarus*), de um arrastar para frente certo acoplamento de acontecimentos sucessivos a que damos o nome de ‘história’, consiste em um dos maiores desafios para a pesquisa *arqueogenealógica*. Como saber onde há continuidades e onde há rupturas? Qual sinalizador permitirá ao pesquisador ajustar-se de seu estrabismo e ver, no jogo confuso e heterogêneo dos acontecimentos, a ação de ‘um’ dispositivo, de ‘uma’ causa imanente, de ‘uma’ lógica de poder. Ver numa multiplicidade de práticas que não parecem dar as mãos entre si (na religião, no direito, na ciência, na psicanálise) a pressão de uma mesma forma-confissão; em uma multiplicidade de discursos e filosofias que insistem em marcar suas diferentes diferenças, a marca comum do humanismo; em uma multiplicidade de técnicas tanto usadas para as finalidades mais distintas como edificantes dos saberes mais distintos (pedagogia, medicina, psicologia, criminologia), a mesma forma de poder, a disciplina. Constitui erro passível de tornar ainda mais árdua a pesquisa *arqueogenealógica* a suposição, por vezes transformada em clichês e palavras de ordem, de que estamos lidando (somente) com rupturas, descontinuidades, diferenças, cortes, clivagens ou implosões. A *arqueogenealogia*, ao ver de perto, há de tentar ver o longe que está no perto – por isso, não procederá também ‘comprando’ ou ‘aceitando’ as rupturas, as diferenças e as clivagens que os saberes e as práticas de poder anunciam. Se ela há de fazer a diferença indicando a ação da diferença no mesmo; ela há também de fazer a diferença indicando a ação do mesmo na diferença.

Não existe base segura, sólida, infriável ou infrangível sob a qual a pesquisa *arqueogenealógica* sustente seu problema de pesquisa a partir das narrativas que indicam a articulação entre continuidade e descontinuidade entre discursos, práticas e modos de subjetivação. A ausência de fundamento não constitui álibi para o relaxamento da busca – pelo contrário, será justamente a ausência de fundamento que dará à pesquisa

seu impulso e sua necessidade de argumentação. A pesquisa *arqueogenealógica* argumenta. Indica. Aponta. Possui um alvo. A admissão da multiplicidade de discursos e práticas, da relatividade das continuidades e rupturas e da impossibilidade de alcance de uma prova última de convencimento universal constituem as condições de possibilidade não para que a pesquisa *arqueogenealógica* estagne ou se perca, mas que ela crie ou encontre. O dissenso e a discordância, sempre prontos a serem acionados ante o que a pesquisa apresentará como continuidade ou ruptura, não devem paralisar a pesquisa. A menos que se trate de uma pesquisa com pretensões de convencimento universal – então, já não é mais de uma pesquisa *arqueogenealógica* que estamos falando.

A insegurança imanente à pesquisa *arqueogenealógica* jamais será suprida, sanada ou mesmo confundida com a saturação dos fundamentos, dos textos entronizados, das partes dos discursos que a parte da academia inclinada à pompa elegeram como ‘essencial’. Se é comum iniciar um texto se reportando aos supostos conceitos fundamentais daquele que consiste no ‘autor-referência’ da pesquisa (no caso, de Michel Foucault), isto mostra tão somente a dificuldade e a desautorização que o pesquisador imputa a si mesmo para iniciar sua pesquisa. Ou, como bem sabemos, desautorizações que a instituição imputa ao pesquisador, constringendo-o tantas vezes a utilizar os ‘clássicos’ ou os ‘textos referência’ quando eles nada dizem daquilo que a pesquisa pretende e, na maioria das vezes, suprem uma necessidade psíquica do pesquisador à custa do comprometimento da qualidade de sua própria pesquisa.

Assim, a pesquisa *arqueogenealógica*, apesar de inserida na ordem do discurso, não se insere sob a forma da continuidade, do pressuposto ou do fundamento – e, por essa razão, para ela é desnecessária que se inicie com aquilo que o pesquisador pode pensar serem os conceitos fundamentais de Foucault (ou de Nietzsche, ou de Deleuze, ou de quem quer que seja). Diferentemente, a pesquisa *arqueogenealógica* cujo problema tem forte acento conceitual e teórico haverá de lidar com os conceitos e com a problematização dos conceitos de uma maneira inteiramente diferente daqueles que, por se sentirem pequenos, querem se proteger à sombra dos Grandes Conceitos. Isto nada tem a ver com o levantamento bibliográfico, com a formação de um *corpus*, com a escolha

de uma materialidade discursiva – o que constitui elemento de fundamental importância para a pesquisa *arqueogenealógica*. Bem sabemos que esses extratos discursivos ocupam funções inteiramente diferentes dos textos de fundamentação que pretendem fazer da pesquisa imagem, semelhança e continuidade com o pensamento do autor tomado por guru. O discurso tomado nesse nível de análise consiste precisamente no tesouro do *arqueogenealogista*, nas gotas que se despreendem da fervura como o discurso se desprende do poder.

### Princípio da extemporaneidade política

A pesquisa *arqueogenealógica* nunca deve ceder às urgências que os outros dizem que são ‘políticas’ e acreditar que, para prosseguir, é necessário, de quando em quando, apelar para a forma da pregação. A *arqueogenealogia* é uma forma própria e singular de fazer política. Quanto mais o *arqueogenealogista* acredita que a política é exterior ao que faz, mais sentirá a necessidade de interromper a pesquisa e passar à pregação. Não há como se quer dar o primeiro passo rumo a uma pesquisa *arqueogenealógica* sem iniciar, logo de início, um ato de recusa ao poder. *Arqueogenealogia* é ao mesmo tempo *anarqueogenealogia*. A análise do poder é inseparável à recusa ao poder pelo simples fato de a aceitação do poder ser inseparável da recusa à análise do poder. A hegemonia, a dominação, o controle, a sujeição – todos esses nomes que nós, alguns de nós, damos àquilo que não queremos – não suportam serem vistos de perto. A política *arqueogenealógica* é ver de perto e ver de perto está longe de ser pouca coisa. Diferentemente do detetive que vê de perto para encontrar o mesmo que procura, o *arqueogenealogista* vê de perto para procurar diferente do modo como procura. Por isso, o *arqueogenealogista* será um tanto cínico para alguns, um tanto incompreensível para outros, um tanto relativista para determinados e até mesmo um tanto acomodado para aqueles que acham que quem não segue a cartilha de problemas que os aparelhos de governo empurram goela abaixo às universidades são acomodados. Os incômodos da pesquisa *arqueogenealógica* não se prestam à expressão em palavras de ordem, em *hashtags* ou em frases de rebanho. A arqueologia precisa um pouco mais de Nietzsche.

A *arqueogenealogia* mexe com o poder em cada palavra que aciona. Por isso, não se ilude com a gramática porque sabe que as palavras são tão concretas e por isso tão mutáveis como os temperos. Depende do que coloquemos ao lado de quê. Por isso, o *arqueogenealogista* não entenderá que o simples uso da expressão ‘o poder’ traz de volta qualquer essencialismo – como não acredita mais na mágica das palavras, mas sim na crueza do poder, o *arqueogenealogista* já entende que o contexto é o cemitério das ilusões. O poder, portanto, é objeto e o ato do *arqueogenealogista*. Como não se rende aos mistérios, toda a questão para a pesquisa *arqueogenealógica* são seus focos de enfrentamento – ao desistir de estar no lugar onde se presume origem e pureza da resistência, lugar de onde a espinha dorsal da dominação poderia ser mapeada e fraturada, e pesquisa fará de sua vista curta um pretexto para ver de mais perto. Se não pode fazer uma grande mudança, fará uma mudança profunda. Na superfície.

As relações de poder, sendo elas sempre locais, mas nunca localizáveis, não se prestam a condensações, encarnações e identificações em figuras individuais ou grupais bem definidas. O problema político da identidade, tal como posto hoje em dia, é certamente o grande excitante da *arqueogenealogia* – não porque haverá de comprá-lo, abraçá-lo, reforçá-lo e fazê-lo funcionar como pauta, agenda, programa ou cartilha. Ao contrário, o problema político da identidade instiga a *arqueogenealogia* a seguir a linha indefinida de produção da diferença na diferença. Toda a questão para a pesquisa *arqueogenealógica* é saber o lugar da fala – e, por isso mesmo, ela jamais poderá se juntar aos policiais nossos de cada dia que convertem o lugar de fala no lugar de fala. Mas o lugar de fala não é o lugar aceito pela pesquisa *arqueogenealógica*: ela nunca fará sua admissão coincidir com a admissão daquele que enuncia. A política *arqueogenealógica* não consiste no esforço para colher, na palavra, os vestígios de verdade que o poder tentou esconder; ao contrário, colhe, nas dobras daquilo que tantos tomam como verdade, os vestígios de poder que o vínculo da fala com a dominação esconde para a fala. A *arqueogenealogia* decerto faz o método entrar em curto circuito. Mas não por uma nova descoberta, um novo esclarecimento, uma nova luz. A *arqueogenealogia* não mostra o sol para romper a meia-noite. Ela mostra a meia-noite que há no meio sol.

## O DEVIR-ARQUEOGENEALOGISTA

Não se trata aqui de advogar por uma forma de pesquisar que pretenda suplantiar as demais. Nem postular uma espécie de hierarquia, estabelecendo que esses outros modos de investigar estariam numa relação de inferioridade. E, menos ainda, argumentar por uma certa aplicabilidade ou quicá serventia majoritária que determinado itinerário metodológico apresentaria em relação a outros. Se há uma filiação pela pesquisa *arqueogenealógica*, ela ocorre, sobretudo, em virtude da sua capacidade de nos impactar enquanto pesquisador, abalando nossas crenças, dissipando o solo que nos sustenta, nos desacomodando e desassossegando – operação essa que é inseparável da introdução de uma força a mais no jogo de forças imanente à vida política e social, força esta que pretende justamente a desarticulação e modificação das relações de poder em seu estágio atual, ‘natural’ e automático. Ela, portanto, provoca-nos a operar um ‘desprendimento’ desse presente que viemos a nos tornar e os perigos que o compõem, conduzindo-nos a um movimento de afastamento de nossas práticas usuais, sejam elas discursivas ou não discursivas. Isto porque, no momento em que se opera certa separação do presente consigo mesmo, “no momento em que o presente está deixando de ser o que é, a história se torna possível” (D’AMARAL, PEDRO, 1996, p. 84). E o presente se torna, enfim, historicizável. Isto é, uma “história do presente [que] é feita *no* presente *sobre* um presente...que já não somos mais” (RODRIGUES, 2014, p. 21).

Pesquisar *arqueogenealologicamente* se configura como uma tarefa árdua que, embora não necessariamente rígida em seus contornos, impõe-se enquanto extremamente rigorosa em sua produção (VEIGANETO, 2009). Ela nos lança em um movimento de contrapelo em relação ao estado das coisas e dos poderes vigentes, fazendo com que experimentemos a possibilidade de “pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê” (FOUCAULT, 1998, p. 13-14). Assim, seguir esse caminho investigativo consiste em um exercício que implica resistência, na medida em que impede que as palavras e as coisas se fixem onde estão, empreendendo um movimento de desterritorialização ao desenraizar o que até então não tinha solo.

Um exercício investigativo que não visa à serventia, à finalidade, nem à utilidade, mas que opera, antes de tudo, por uma má vontade, por uma maldade transgressora que vai de encontro àquele pensamento que se esforça em manter as aparências e que tentar repousar na doçura acolhedora do fenômeno (BENEVIDES, BOTELHO, VIEIRA, 2015). Para o *arqueogenealogista*, o ponto nevrálgico da pesquisa reside muito mais em duvidar “de qualquer verdade demasiado geral e de todas as nossas grandes verdades intemporais, nada mais, nada menos” (VEYNE, 2009, p. 45). Demonstrando que essas verdades históricas que habitam o mundo desde as épocas mais remotas são compostas de elementos infinitesimais que se agrupam sutilmente em grandes blocos, ou, como diria Wittgenstein (2009), no entrecruzamento de várias fibras. Com efeito, ao levar em consideração os jogos de poder, as práticas de saber e os processos de subjetivação, observa-se que até a verdade, que comumente é vista enquanto uma fonte de lucidez ao permitir distinguir o verdadeiro do falso, estaria, a um só tempo, inserida nos jogos de força, assim como também decorreria deles (ROCHA, 2014).

Por seu turno, o *arqueogenealogista* não se deixa seduzir pela presunção de figurar como “condutor das massas” ou “diretor da consciência” ao ressignificar as lutas setoriais em discursos unitários (FERREIRA NETO, 2006). Ele se recusa a ocupar esse palanque representativo, que convoca o pesquisador a dizer “a verdade àqueles que ainda não a viam e em nomes daqueles que não podiam dizê-la” (FOUCAULT, 2012, p. 71). Sua luta é outra e em outro lugar: é outra porque sua missão consiste em combater as relações de poder em sua condição mais capilar, uma “luta contra o poder, luta para fazê-lo aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso” (FOUCAULT, 2012, p. 71). Por isso, a pesquisa arqueogenealógica é antes uma experimentação do que uma prescrição; é antes um ensaio do que um modelo e se situa antes na extremidade do que no meio. Um tipo de experimentação que nos conduz a escrever na extremidade. No limite da descrença e da desrazão. Na ponta que converte a verdade em mentira e a mentira em verdade. No instante em que aquilo que está escrito já não tem mais nada a ver com aquele que escreveu. Onde as intenções são duvidosas. Onde a crueza da palavra confunde. Onde a representação

não encontra ancoragem. Pois a escrita do meio é enfadonha. A escrita do meio relata, sintetiza, apazigua. Pictórica como um quadro quadrado numa parede branca, a escrita do meio é instrumento para referenciar, para localizar e para julgar. E, depois, ponderar. Afinal, a escrita do meio não vai a lugar algum, enquanto a escrita da extremidade já foi e nunca mais vai voltar.

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, E. M.; BARROS, M. E. B. de; OLIVEIRA, S. P. de. “Falando de metodologia de pesquisa”. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 18-28, dez. 2005.

BENEVIDES, P. S. “Pesquisar com Michel Foucault”. *Textura*, Canoas, v. 18, n. 36, p. 262- 285, jan./abr. 2016.

BENEVIDES, P. S.; BARRETO, D. R. D.; LIMA, A. F. de. “Ciladas da cultura e da diferenSa: sobre a questão racial no Brasil”. *Cuadernos de Psicología*, Barcelona, v. 17, p. 7-18, 2015.

BENEVIDES, P. S.; BOTELHO, D. J. S.; VIEIRA, G. M. de S. “Nietzsche com Foucault: notas sobre conhecimento, verdade, perspectivismo e genealogia”. *Estudos Nietzsche*, Espírito Santo, v. 6, n. 2, p. 259-280, jul./dez. 2015.

D’AMARAL, M. T.; PEDRO, R. M. L. R. “O tempo: entre a ciência, a cultura e a história”. *Documenta*, ano 4, n. 7, p. 65-89, 1996.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FERREIRA NETO, J. L. “Psicologia e política: uma interpretação foucaultiana”. *Revista Psicologia Política*, v. 6, n. 11, p. 65-82, jan./jun. 2006.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 5. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 30. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

NABAIS, C. P. “A Dobra Deleuze-Foucault”. In: CASCAIS, A. F.; LEME, J. L. C.; NABAIS, N. (ed.). *Lei, segurança e disciplina: trinta anos depois de Vigiar e punir* de Michel Foucault. Lisboa: CFCUL, 2009. p. 71-110.

ROCHA, J. A. da C. *Michel Foucault: crítico-esteta-cínico mitigado*. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

RODRIGUES, H. de B. C. “Para desencaminhar o presente psi: biografia, temporalidade e experiência em Michel Foucault”. In: GUARESCHI, N. M. de F. et al. (org.). *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 7-30.

VEIGA-NETO, A. “A facilidade de se fazer algo difícil ou, se quisermos, a dificuldade de se fazer algo fácil”. In: FOUCAULT, M. *Do governo dos vivos: curso no Collège de France 1979-1980*. Tradução, transcrição e notas de Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011. p. 9-16.

VEIGA-NETO, A. “Teoria e método em Michel Foucault: (im)possibilidades”. *Cadernos de Educação*, Pelotas, n. 34, p. 85-94, set./dez. 2009.

---

VEYNE, P. M. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Trad. L. Lima. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

## **SOBRE OS AUTORES**

**Adolfo Jesiel Siebra Dias:** Psicólogo, mestre em Psicologia. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: jsiebradias@gmail.com

**Adriana Jales Lacerda Feitosa:** Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: adrilacerda21@gmail.com.

**Aimé Parente de Sousa:** Graduanda em psicologia pela Universidade Federal do Ceará, bolsista de iniciação científica, anos de 2017-2019. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: aimeparente01@gmail.com

**Alúcio Ferreira de Lima:** Psicólogo, doutor em Psicologia Social. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: aluisiolima@hotmail.com

**Amanda Livia de Lima Cavalcante:** Psicóloga, Mestre em Psicologia UFC. Facilitadora em Justiça Restaurativa – Centro de Justiça Restaurativa (CJR) – Defensoria Pública do Geral do Estado do Ceará. E-mail: alivia.cavalcante@gmail.com

**Ana Jéssica de Lima Cavalcante:** Psicóloga, Mestre em Psicologia pela UFC. Psicóloga da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – Rede Acolhe. E-mail: ajessica.cavalcante@gmail.com

**Andersson de Castro Lima:** Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: lima.castro94@gmail.com.

**Andréa Ferreira Lima Esmeraldo:** Psicóloga, mestra em Psicologia UFC. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: andreaesmeraldopsi@gmail.com

**Andrezza Araújo Queiroz:** Graduanda em Psicologia - UFC, Bolsista de Iniciação Científica – CNPq. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: andrezzaq263@gmail.com

**Antonio Ailton de Sousa Lima:** Sociólogo, mestrando em Psicologia (UFC). Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: ailton\_lima12@hotmail.com

**Camila Moreira Maia:** Psicóloga. Mestre em Psicologia e Doutoranda em Psicologia (UFC). Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: camila\_maiapsi@yahoo.com.br

**Cássio Adriano Braz de Aquino:** Psicólogo e Administrador, doutor em Psicologia Social. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: brazaquino@ufc.br

**Deborah Christina Antunes:** Psicóloga e doutora em Filosofia. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. Instituto de Cultura e Arte. E-mail: deborahantunes@gmail.com

**Emanuele Eulália da Silva Barros:** Psicóloga, Mestranda em Psicologia – UFC, Bolsista CAPES, integrante do Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade – LAPSUS. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: emanuele.eulalia@gmail.com

**Eveline Nogueira Pinheiro de Oliveira:** Psicóloga, doutoranda em Psicologia – UFC. Núcleo de Psicologia do Trabalho – Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: evelinenogueira.po@gmail.com

**Fabiano Chagas Rabelo:** Doutorando em Psicologia – UFC. do Programa de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Mestre em Psicologia pelo Programa de Psicologia da Universidade Federal do Ceará,

Professor da Universidade Federal do Piauí (Campus Ministro Reis Velloso - Parnaíba), no curso de psicologia. E-mail: [fabrabelo@gmail.com](mailto:fabrabelo@gmail.com)

**Fábio Pinheiro Pacheco:** Psicólogo, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: [pfabiopinheiro@gmail.com](mailto:pfabiopinheiro@gmail.com)

**Francileuda Farrapo Portela e Vasconcelos:** Psicóloga, mestranda em Psicologia (UFC). Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: [cileudaportela@gmail.com](mailto:cileudaportela@gmail.com)

**Francisco de Assis Alencar Pereira Filho:** Psicólogo, mestre em Psicologia. Núcleo de Psicologia do Trabalho – Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: [chicoalencarfilho@gmail.com](mailto:chicoalencarfilho@gmail.com).

**Karla Patricia Holanda Martins:** *Graduação e Pós-Graduação em Psicologia.* Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: [kphm@uol.com.br](mailto:kphm@uol.com.br)

**Iara Fernandes Teixeira:** Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), psicóloga pelo Centro Universitário Católica de Quixadá-CE (Unicatólica). E-mail: [iaarafernandesteixeira@hotmail.com](mailto:iaarafernandesteixeira@hotmail.com)

**Idilva Maria Pires Germano:** Psicóloga e Doutora em Sociologia. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: [idilvapg@gmail.com](mailto:idilvapg@gmail.com)

**Ingrid Sampaio de Sousa:** Psicóloga. Mestranda em Psicologia. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: [ingrid.sampsousa@gmail.com](mailto:ingrid.sampsousa@gmail.com)

**James Ferreira Moura Jr.:** Psicólogo, doutor em Psicologia. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: [james.mourajr@unilab.edu.br](mailto:james.mourajr@unilab.edu.br)

**Jéssica Silva Rodrigues:** Psicóloga. Doutoranda em Psicologia – UFC. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: jsrodriguespsi@gmail.com

**João Paulo Pereira Barros:** Psicólogo, mestre em Psicologia e doutor em Educação. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: joaopaulobarros07@gmail.com

**Laéria Fontenele:** Graduada em Psicologia e Doutora em Sociologia. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: laeria@terra.com.br

**Lara Thayse de Lima Gonçalves:** Graduada em Psicologia – UFC. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: larathayse@live.com

**Luciana Lobo Miranda:** Psicóloga e Doutora em Psicologia. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: lobo.lu@uol.com.br

**Luciano Lima Oliveira:** Psicólogo e Mestre em Psicologia pela UFC. Hospital Universitário Walter Cantídio. E-mail: lucianoldeoliveira@yahoo.com.br

**Luís Fernando de Souza Benício:** Psicólogo, mestre em psicologia e Doutorando em Psicologia – UFC, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: luisf.benicio@gmail.com

**Mariana Costa Biermann:** Graduada e mestranda em Psicologia pela UFC. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: marianabiermann@gmail.com

**Mariana Gonçalves Farias:** Graduada e Mestra em Psicologia pela UFC. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: mariana\_gfarias@hotmail.com

**Natacha Farias Xavier:** Psicóloga, mestra em Psicologia UFC. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: natacha.nfx@hotmail.com

**Pablo Severiano Benevides:** Psicólogo, mestre em filosofia, doutor em Educação. Universidade Federal do Ceará, Sobral, Ceará, Brasil. E-mail: pabloseverianobenevides@hotmail.com

**Pedro Renan Santos de Oliveira:** Psicólogo, doutor em Psicologia. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: psipedrorsoliveira@gmail.com

**Ricardo Pimentel Mélo:** Psicólogo, doutor em Psicologia Social. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: ricardopmello@gmail.com

**Silvia Heleny Gomes da Silva:** Graduada em Geografia e mestre em Psicologia. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: silviaheleny@gmail.com

**Shirley Dias Gonçalves:** Psicóloga, Mestre em Psicologia e Doutoranda em Psicologia – UFC, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: shirleydiasgoncalves@gmail.com

**Tássia Oliveira Ramos:** Psicóloga, mestranda em Psicologia (UFC). Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: tassia\_ramos@hotmail.com

**Verônica Morais Ximenes:** Psicóloga, Doutora em Psicologia. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: vemorais@yahoo.com.br

**Veriana de Fátima Rodrigues Colaço:** Psicóloga, doutora em Educação. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: verianac@gmail.com

**Vilkiane Natercia Malherme Barbosa:** Psicóloga, mestranda em Psicologia (UFC). Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: vilkimalherme@outlook.com

**Walberto Silva dos Santos:** Doutor em Psicologia e Professor da Universidade Federal do Ceará. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: walbertosantos@gmail.com

**Zulmira Áurea Cruz Bomfim:** Graduada em Psicologia e doutora em Psicologia Social. Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: zulaurea@gmail.com

**Visite nosso site:**  
[www.imprensa.ufc.br](http://www.imprensa.ufc.br)



Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará - UFC  
Av. da Universidade, 2932 - Fundos - Benfica  
Fone: (85) 3366.7485 / 7486  
CEP: 60020-181 - Fortaleza - Ceará  
[imprensa@proplad.ufc.br](mailto:imprensa@proplad.ufc.br)

**A** Universidade Federal do Ceará contribui por excelência para a educação e para a ciência em nosso país. Como um dos seus avanços acadêmicos, merece destaque o desenvolvimento da pós-graduação, que fortalece o pilar da formação de recursos humanos por meio da pesquisa.

A pós-graduação brasileira, sistematicamente avaliada nas últimas décadas, ganha credibilidade, e seus pesquisadores gozam de reconhecimento internacional. Nesse processo, o livro integra a produção intelectual acadêmica das múltiplas áreas que compõem o quadro científico da Universidade e apura os esforços dos pesquisadores que veiculam parte de sua produção nesse formato.

A Coleção de Estudos da Pós-Graduação foi criada, portanto, para apoiar os programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFC e consolidar uma política acadêmica, científica e institucional de valorização da pesquisa, ao franquear o curso da produção intelectual em forma de livro.



ISBN 978-65-990722-1-5



9 786599 072215